



Ministério das Comunicações - MCOM  
PROTOCOLO DIGITAL - RECIBO DA SOLICITAÇÃO  
Nº 264359.0003625/2022

DADOS DO SOLICITANTE

Nome: José Ângelo Junqueira SCOPEL  
E-mail: \*\*\*\*\*@\*\*\*\*\*.m  
CPF: \*\*\*.270.300-\*\*

DADOS DO REPRESENTADO

Razão Social: RÁDIO GUARAREMA LTDA  
E-mail: \*\*\*\*\*@\*\*\*\*\*.m  
CNPJ: 76.370.998/0001-88

DADOS DA SOLICITAÇÃO

Número da Solicitação: 264359.0003625/2022  
Tipo da Solicitação: 01 - Protocolizar documentos para o Ministério das Comunicações  
Informações Complementares: REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA DA RÁDIO GUARAREMA LTDA  
SEGUE EM ANEXO OS DOCUMENTOS SOLICITADOS NO REQUERIMENTO.  
Número do Processo Informado Pelo Solicitante: 26435.900036/2520-22  
Data e Hora de Encaminhamento: 09/09/2022 às 11:24

DOCUMENTAÇÃO PRINCIPAL

| Tipo do Documento | Nome do Arquivo   |
|-------------------|---|
| Requerimento      | Radio<br>REQUERIMENTO_DE_RENOVACAO_DE_OUTO<br>RGA (1).pdf |

DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR (Preenchimento Opcional)

| Descrição do Documento | Nome do Arquivo   |
|------------------------|---|
| CARTÃO CNPJ            | Cartão CNPJ Rádio Guararema.pdf                                     |
| CERTIDÃO               | CND Falencia Radio atualizada.pdf                                   |
| CERTIDÃO               | CND Federal Rádio até 24-01-2023.pdf                                |
| CERTIDÃO               | CND FGTS Rádio até 19-09-2022.pdf                                   |
| CERTIDÃO               | CND Trabalhista Rádio até 24-01-2023.pdf                            |
| CERTIDÃO               | NADA CONSTA - SISTEMA DE CONSULTA<br>DÉBITOS DE FISTEL - 310822.pdf |

Sua solicitação poderá ter a documentação conferida, antes de ser tramitada para a unidade responsável. Em até 24h, a partir do envio, verifique o recebimento de e-mail contendo o Número Único de Protocolo (NUP) e orientações para o acompanhamento.



Este documento registra as informações inseridas no Portal de Serviços do Governo Federal (<https://www.gov.br/protocolodigital>)  
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.  
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303

## PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: RÁDIO GUARAREMA LTDA, sociedade empresária, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 76.370.998/0001-88, com sede na rua Renato Ramos da Silva, nº 239, barreiros, na cidade de São José/SC, neste ato representada por seu administrador, CESAR ANTÔNIO DE SOUZA, brasileiro, separado judicialmente, empresário, portadora da cédula de identidade nº 1/R 642.795/SSI/SC, inscrito no CPF sob o nº 289.511.079-49, residente na rua Souza Dutra, 353, Ap. 1301, bairro Estreito, cidade de Florianópolis/SC;

OUTORGADOS: José Ângelo Junqueira Scopel e Rafael Cherutti Scopel, ambos brasileiros, advogados, com registro de inscrito na OAB/RS, respectivamente, sob os nºs. 27.572 e 92.395 e, CPFs, respectivamente, nºs 385.270.300-04 e 024.454.510-35, com escritório profissional à Rua João Abbott, 473, conjunto 405, bairro Petrópolis, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

OUTORGA: o outorgante nomeia e constitui os outorgados seus bastantes procuradores, conferindo-lhes os poderes contidos nas cláusulas "ad" e "extra judícia", bem como os especiais de dar e receber quitação, citação e intimação, levantar alvará, confessar, reconhecer a procedência do pedido, firmar compromisso, renunciar, acordar, discordar, transigir, desistir, representando a outorgante, como autora ou Ré, especialmente, para representar a empresa RÁDIO GUARAREMA LTDA, bem assim seu administrador perante o Ministérios das Comunicações e ANATEL, podendo fazer requerimentos e assiná-los em nome dos outorgantes, protocolizar documentos, receber notificações no e-mail [angeloadvogado@gmail.com](mailto:angeloadvogado@gmail.com), bem como tudo mais fazer para o bom e fiel cumprimento deste mandato, inclusive, substabelecer, com ou sem reserva de iguais poderes.

Porto Alegre, 08 de setembro de 2022.

CESAR ANTONIO DE SOUZA  
Assinado de forma digital por CESAR ANTONIO DE SOUZA:28951107949  
Data: 2022.09.08 13:50:10 -03'00'

RÁDIO GUARAREMA LTDA  
CÉSAR ANTONIO DE SOUZA  
CPF 289.511.079-49



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303

## REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

| IDENTIFICAÇÃO                   |  |  |            |
|---------------------------------|--|--|------------|
| <b>Nome da Pessoa Jurídica:</b> |  | RÁDIO GUARAREMA LTDA   |            |
| <b>CNPJ:</b>                    | 76.370.998/0001-88                                       | <b>CEP da sede:</b>  | 88.110-015 |
| <b>Endereço da sede:</b>        | Rua Renato Ramos da Silva, 239 – Barreiros – São José/SC |  |            |
| <b>E-mail de contato:</b>       | g.financeiro@massafmfloripa.com.br                       |  |            |
| <b>Serviço a ser renovado:</b>  | (x) Radiodifusão sonora                                  | ( x ) em frequência modulada<br>( ) em ondas curtas<br>( ) em ondas médias<br>( ) em ondas tropicais |            |
|                                 | ( ) Radiodifusão de sons e imagens                       |  |            |
| <b>Período da renovação:</b>    | 2023 à 2033  |  |            |
| <b>Localidade da renovação:</b> | São José   | <b>UF:</b>   | SC         |

Eu, **César Antônio de Souza** inscrito no CPF sob o nº **289.511.079-49** na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**, com base no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, em relação ao serviço, ao período e à localidade descritos acima, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

### DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:

Requerimento de Renovação de Outorga - pág.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303

- (a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;
- (b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- (c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- (e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;
- (f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- (g) nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas *b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q* da Lei Complementar nº 64/1990;
- (h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;
- (i) inexistente parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

**São José, 31 de Agosto de 2022.**

CESAR ANTONIO DE  
SOUZA:28951107949

Assinado de forma digital por  
CESAR ANTONIO DE  
SOUZA:28951107949  
Dados: 2022.08.31 15:09:17 -03'00'

Rádio Guararema Ltda.  
César Antônio de Souza  
CPF 289.511.079-49

Requerimento de Renovação de Outorga - pág. 2



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA**

|  |   |   |
|--|---|---|
| NÚMERO DE INSCRIÇÃO<br><b>76.370.998/0001-88</b><br>MATRIZ   | <b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO<br/>CADASTRAL</b> | DATA DE ABERTURA<br><b>21/09/1982</b>           |
| NOME EMPRESARIAL<br><b>RADIO GUARAREMA LTDA</b>  |   |   |
| TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)<br>*****  |   | PORTE<br><b>DEMAIS</b>                          |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL<br><b>60.10-1-00 - Atividades de rádio</b>                     |   |   |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS<br><b>68.10-2-01 - Compra e venda de imóveis próprios</b> |   |   |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA<br><b>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</b>                            |   |   |
| LOGRADOURO<br><b>R RENATO RAMOS DA SILVA</b>   | NÚMERO<br><b>239</b>  | COMPLEMENTO<br>*****                            |
| CEP<br><b>88.110-015</b>   | BAIRRO/DISTRITO<br><b>BARREIROS</b>                         | MUNICÍPIO<br><b>SAO JOSE</b>                    |
| UF<br><b>SC</b>  |   |   |
| ENDEREÇO ELETRÔNICO<br><b>G.FINANCEIRO@RADIOGUARAREMA.COM.BR</b>   |   | TELEFONE<br><b>(48) 3381-3500</b>               |
| ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)<br>*****   |   |   |
| SITUAÇÃO CADASTRAL<br><b>ATIVA</b>   |   | DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL<br><b>24/09/2005</b> |
| MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL   |   |   |
| SITUAÇÃO ESPECIAL<br>*****   |   | DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL<br>*****              |

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **22/08/2022** às **13:50:34** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303



22/08/2022

0012549106

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
Comarca de São José

**CERTIDÃO**  
**FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

**CERTIDÃO Nº: 9852732****FOLHA: 1/1**

À vista dos registros cíveis constantes nos sistemas de informática do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina da Comarca de São José, com distribuição anterior à data de 21/08/2022, verificou-se NADA CONSTAR em nome de:

**RADIO GUARAREMA LTDA, portador do CNPJ: 76.370.998/0001-88. \*\*\*\*\***

**OBSERVAÇÕES:**

- a) para a emissão desta certidão, foram considerados os normativos do Conselho Nacional de Justiça;
- b) os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;
- c) a autenticidade deste documento poderá ser confirmada no endereço eletrônico <http://www.tjsc.jus.br/portal>, opção Certidões/Conferência de Certidão;
- d) para a Comarca da Capital, a pesquisa abrange os feitos em andamento do Foro Central, Eduardo Luz, Norte da Ilha, Fórum Bancário e Distrital do Continente;
- e) certidão é expedida em consonância com a Lei nº 11.101/2005, com a inclusão das classes extrajudiciais: 128 - Recuperação Extrajudicial e 20331 - Homologação de Recuperação Extrajudicial.

**ATENÇÃO:** A presente certidão é válida desde que apresentada juntamente com a respectiva certidão de registros cadastrados no sistema eproc, disponível através do endereço <https://certeproc1g.tjsc.jus.br>

Certifico finalmente que esta certidão é isenta de custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 60 dias.

São José, segunda-feira, 22 de agosto de 2022.

**PEDIDO Nº:****0012549106**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: RADIO GUARAREMA LTDA**  
**CNPJ: 76.370.998/0001-88**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei n<sup>o</sup> 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei n<sup>o</sup> 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN n<sup>o</sup> 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 10:22:36 do dia 28/07/2022 <hora e data de Brasília>.  
Válida até 24/01/2023.

Código de controle da certidão: **2220.F1F5.3405.3F3F**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303

[Voltar](#)[Imprimir](#)

## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 76.370.998/0001-88**Razão Social:** RADIO GUARAREMA LTDA**Endereço:** RUA RENATO RAMOS DA SILVA 239 / BARREIROS / SAO JOSE / SC /  
88110-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 21/08/2022 a 19/09/2022**Certificação Número:** 2022082100522843654816

Informação obtida em 22/08/2022 13:52:50

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf](http://a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf)<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: RADIO GUARAREMA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 76.370.998/0001-88

Certidão nº: 23923588/2022

Expedição: 28/07/2022, às 10:26:41

Validade: 24/01/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO GUARAREMA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **76.370.998/0001-88**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: [cnadt@tst.jus.br](mailto:cnadt@tst.jus.br)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303



## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

**Nome:** RADIO GUARAREMA LTDA

**CNPJ:** 76.370.998/0001-88

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 17:20:43 do dia 31/08/2022 (hora e data de Brasília).

Válida até 30/09/2022.

Certidão expedida gratuitamente.





## VALIDAR

Serviço de validação de assinaturas eletrônicas



Simples



Comple...



Documento com assinaturas válidas

## Informações gerais do arquivo:

Nome do arquivo: Radio\_REQUERIMENTO\_DE\_RENOVACAO\_DE\_OUTORGA\_\_1\_.pdf

Hash: 6238ba8480965d65e6a04ce8565a6e1142857a36d7c57bf4d26f8aa1ad0c73f7

Data da validação: 10/01/2024 10:58:43 BRT



## Informações da Assinatura:

Assinado por: CESAR ANTONIO DE SOUZA

CPF: \*\*\*.511.079-\*\*

Nº de série de certi cado emitente: 1828779246905222000

Data da assinatura: 31/08/2022 15:09:17 BRT

ASSINATUR  
QUAL

Foram encontrados certi cados expirados. Veri que o relatório de conformidade

## ATENÇÃO:

O conteúdo do documento é de inteira responsabilidade do(s) signatário(s), o IT não  
qualquer uso que seja feito a partir da validação das assinaturas eletrônicas

[Visualizar relatório de conformidade](#)

## AVALIE O SERVIÇO QUE VOCÊ UTILIZOU

Sua opinião é importante para o aprimoramento de nossos serviços.

[Avaliar](#)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

ACESSO RÁPIDO



b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303

Data de Envio

17/07/2023 15:36:49

De

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>

Para

cgfm@mcom.gov.br

Assunto

Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Mensagem

Processo nº:53115.025051/2022-37

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga de RADIO GUARAREMA LTDA; (CNPJ nº 76.370.998/0001-88), executante de radiodifusão SERVIÇO, no município de São José / SC, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de processo administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303

**RE: Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial**

Wagner Aníbal de Oliveira

Seg, 17/07/2023 18:41

Para: COREP <corep@mcom.gov.br>

Prezado(a),

Informa-se que não consta registro nesta Coordenação de eventual aplicação de sanção de cassação à referida em dade RADIO GUARAREMA (CNPJ nº 76.370.998/0001-88), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São José / SC, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Assinala-se ainda que não há registro de eventual Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo) que indique o descumprimento do contrato pela citada entidade.

At.te,

Wagner

**De:** MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>

**Enviado:** segunda-feira, 17 de julho de 2023 15:36

**Para:** cgfm <cgfm@mcom.gov.br>

**Assunto:** Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Processo nº:53115.025051/2022-37

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

[illegible]

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.





123456789 2219 79 51976

899 1 98796 9 329 1789

|                                     |                                       |                       |
|-------------------------------------|---------------------------------------|-----------------------|
| !<br>#&\$%"&\$"())&&&*+((<br>,9 17- | 8,319 2 2 7817./ 2 2 7 9./<br>899 196 | 01002130<br>4*)&')*(4 |
|-------------------------------------|---------------------------------------|-----------------------|

|                          |
|--------------------------|
| 5006<br>197 791912,9 6 9 |
|--------------------------|

|                                 |            |
|---------------------------------|------------|
| 18136102619:0100;<br><<<<<<<<<< | 51<br>2,97 |
|---------------------------------|------------|

|  |
|--|
| => !001?0@05506<br>#&\$*&+*+&& + 9ABCBDDEFG DF HIDBJ |
|--|

|  |
|--|
| => !001?0@03K0<br>#(\$*&+4+&* + 8JLMHE F CFNDE DF BLOCFBG MHOMHBJG |
|--|

|   |
|---|
| => !0013P0Q380<br>4&#+4 + JRBFD EDF 2LMHFGIHBE 6BLBAEDE |
|---|

|                         |     |                   |
|-------------------------|-----|-------------------|
| 6>03<br>1 129 19, 9 769 | 4%' | 561<br><<<<<<<<<< |
|-------------------------|-----|-------------------|

|                  |                  |            |         |
|------------------|------------------|------------|---------|
| 5<br>((\$**&+&*S | 20T11<br>5911271 | 385<br>9 2 | 3:<br>8 |
|------------------|------------------|------------|---------|

|                                      |                        |
|--------------------------------------|------------------------|
| 61@<br>7\$798271U197791912,9\$8,\$51 | 16:<br>VW(X %%( *+%S&& |
|--------------------------------------|------------------------|

|                        |
|------------------------|
| 1:01?5K?69;;<br><<<<<< |
|------------------------|

|                    |                              |
|--------------------|------------------------------|
| 130 !00106<br>9 79 | 0100130 !00106<br>4W)&')4&&S |
|--------------------|------------------------------|

|              |
|--------------|
| 1?130 !00106 |
|--------------|

|                        |                            |
|------------------------|----------------------------|
| 130 !506<br><<<<<<<<<< | 0100130 !506<br><<<<<<<<<< |
|------------------------|----------------------------|

0YZ[\]^[\_`Y\_]abcZdef[[Zg]ch\]:2aijklmn^\_op^\_^\_q\_grZ[^\_jojjk

ghch^[a[^h]\*&)\*&\*)4&4Wsb\*&t4#t%W 9^]c]\_u[Z]^\_2Z]bv`h];k

5wxha]y\*)\*



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

**CNPJ:**  
76.370.998/0001-88  
**NOME EMPRESARIAL:**  
RADIO GUARAREMA LTDA  
**CAPITAL SOCIAL:**  
R\$43.168,20 (Quarenta e tres mil e cento e sessenta e oito reais e vinte centavos)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

**Nome/Nome Empresarial:**  
ANGELA MARIA DE SOUZA  
**Qualificação:**  
22-Sócio

**Nome/Nome Empresarial:**  
CESAR ANTONIO DE SOUZA  
**Qualificação:**  
05-Administrador

**Nome/Nome Empresarial:**  
DAIANA PAULA SOUZA DE MORAIS  
**Qualificação:**  
22-Sócio

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 10/01/2024 às 10:26 (data e hora de Brasília).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.  
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303

rstuvw

xyzw{y{w



01234546789 81 1 7248781  
89 0

!"##\$%""&'\$\$  
()\*  
+), -./01234.-.-56.278/.  
9;;; -4.2-5<.812-.61=2/.2=07>.2?!#2%2@.--50-1=2%2=.12A1=52%2=B2%  
\$\$\$&""""

.2BCDEC25FGHIJDFC2KLMLNCOP2HG2QRG2MC2CSNDTQDUVG2WQL2OXL2FGHYLNL2G2.NS  
P2MC27LD2\$ "IP2ML2&&2ML2JCDG2ML2&##"P2FLNSDYDFC2WQLP2HLRSC2MCSCP2C  
LJZNLRC2CFDJC2DMLHSDYDFCMC2LHFGHSNC'RL2LJ2RDSQCUVG2NL[QOCN2ZLNCHSL2G  
KQHMG2ML23CNCHSDC2MG28LJZG2ML2=LN\DFG2'2K38=

12ZNLRLHSL2BLNSDYDFCMG2HVG2RLN\DN]2ML2ZNG\C2FGHSNC2FGTNCHUC2ML  
WQCDRWQLN2M^TDSGR2NLYLNLHSLR2C2FGHSNDTQDU\_LR2L%GQ2LHFCN[GR2ML\DMGRP  
MLFGNNLHSLR2MCR2GTND[CU\_LR2FGJ2G2K38=

`),.;;?\$%&?%?"?!2C2?%"&%?"?a

b;cd)efgh;e?"?!&??\$"&a"&"aa!\$?&i

0HYGNJCUVG2GTSDMC2LJ2&""&%?"?a2&"j?j?i

.2QSDODkCUVG2MLRSL2BLNSDYDFCMG2ZCNC2GR2YDHR2ZNL\DRSGR2LJ27\_LD2LRSC  
FGHMDFDGHCMC2C2\LNDYDFCUVG2ML2CQSLHSDFDMCML2HG2RDSL2MC2BCDECj  
lllm)n)mopmq



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303



)\* (m  
\*&"n"!o

0123456791 34515 4373243

!"# "\$%!&'  
()\*+,-./-0012///3411  
(56789;.<.+<./=2</<=  
>?87@93/2/32</<=ABC3/<+=3  
DEF78E8/12/+2</<=431/#G:676:6E'87ECAG:6E8C8E8E6E  
8CHE>?87@9-

(567I7GE4CJH 2547 K221L35ML324N1O444P A7:CG576#E'  
:()\*CQ;; RSTURVTWWXYVVVZ[XX 9670793 G7:E87?F:6:  
\\E:GEG7:EF8]85C"5EQEF^7C6EC-  
(567897678EGQEC:CE56C-,=<411.48E(:CF78E@9  
8EC!7C8"5EQEF^AEG5CG:6E8C?FEC!7C:C-\_3<-==/2</33  
3.-=,+2</3+A:6/32</<<8E(\*"A8<38`E:758</<<-  
C8E8CG:C6E:6C8C6E(56789C985C?:CEQ7F78E88C  
"57QH:E7C8"5EQEF^  
GEC8?CCE`H5a87GEAE(56789E6C6EE?5CE5FE@9  
E68CCCHCC6EQFG7:6CAEbc:G7ECHI7F7E7C-  
EG76E@98C6EG56789G:87G7:E4CB]57I7GE@98CHE  
EH6:67G78E8:?56EF8"57QH:EF&H?5758"5EQEF^:E  
:65:6#^66?22ddd-6C6-`HC-Q5'-  
(567897678Eb5E6H76E:6-

49O72Le674Lf723931  
\\E:GEG7:EF8]85C"5EQEF^7C6ECG:C6EC8E8C  
:GCCg57CB78:67I7GE@98EC?CCEC:E6H5E7C`H5a87GEC  
7:E87?F:6C?5E:6E\*HC67@E8"5EQEF^JHE:6BCQ57bE@hC  
C6EQFG78ECC:6:@EG:8:E6i57E65E:C76E8E`HFbE8H  
EG58C`H87G7E7C65EQEF^7C6ECA7:GFHC7]:G:G5::6EC  
5GF^7:6C?5]78:G7g57CAE^:5g57CAEGHC6ECAE  
FH:6CHE5GF^7:6C8657:E8CF7jH8G55:6C  
8>GH@98EG58CI75E8C?5E:6 7:7C6k57)IQF7G8  
"5EQEF^A(7CC98(:G7F7E@9)5k]7EH8E7C6a6HFCJHA?5  
87C?C7@9FbEFAG:67]5I5@E>GH67]E-

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303



I]78ECCHbC6hCG:86p6C6-`HC-Q5

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

012345672109 12 79540413295404104  
0 !"#3\$ "2#1\$ "%"& %#% ' \$(

0123440)7\*+,-./012..3..456+,785+,90-:84;-30,0:;6::52:;<1095::8.6:+6707\*3),52  
;1.26;.=>0,-.:902.19.:30,?::30,35,@.-:;A.:16-;BC1\*4)1321\*1)'12,90-;1.D

7)12E547'9221)35  
F.6G,30,AHIJD,KLMNKOMPPQ,  
I.R:;5-3515=0,3,,:535,D,SFT@UV,  
?::30,5-3515=0,3,,:535,D,@THWT,ATWTFUHT,  
X8-69R<60,5-3515=0,3,,:535,D,@TY,JY@?,  
?-3515=0,3,,:535,D,FZT,F?HTWY,FTXY@,[T,@UV\T,]NP,

A51;63>0,526;63.,^:,\_ODNQ,35,\_O`O\_]O]aM,

.b,Y:;3.30:;785:;51c61.2,35,<.1d25;10,<.1...;15.46G.=>0,3,.,e8:9.,5,<.1.,5f<536=>0,35:;.,951;63>0,:>0,35  
15:<0-:..e6463.35,30g.b,;04696;,-;5+,6-5f6:;6-30,78.47851,90-5f>0,902,.,F5956;.,h5351.4,08,08;1.,6-:;6;86=>0  
<ie469, <.1.,8;5-;69.=>0,3,,:6-/012.=j5:;<15:;3.:+;902<5;6-30,.,0g^b,6-;515::30g.b,08,35:;6-:;k160g.b  
:8.,90-/51l-96.M

eb,A51;63>0,5f<5363.,m1.;86;..25-;5+,-0:;5120:;3.,F5:048=>0,AHJ,-M,[\_]O\_O,5,F5:048=>0,A0-n8-;.  
ol`AoJ,-M,L`]O]NM





01213456179 29  
36  
2

6419 773141! 70 14739 2 41! 9 9514736 " 41!73 73461#473  
9 6 13 \$9%!19 41! 9 #21 7

&  
2'(6 917# 6 6 0 "49  
2)(\*+,\*-\*,//01...200

345567869:&.&9;<4;=:&94&6&>6?4@96&A6B;.:@67&B:C<6<&4&;@5B<484<&DE6;5DE4<&9F8;965&94  
<45G:@56C;7;9694&9:&5EH4;=:&G655;8:&6B;l6&;94@=;J;B69:&DE4&8;4<4l&6&54<&6GE<6965K&L&B4<=;J;B69:8

deB:@5=6l&9LC;=:5&69l;@;5=<69:5&G476&N4B<4=6<;6&96&34B4;=6&>494<67&9:&O<65;7&P3>OQ&B:l  
4R;S;C;7;9694&5E5G4@56&@:5&=4<l:5&9:&6<=T&UVU&86&TW4;8@94&YV&94&:E=EC<:&94&UZ[[&\  
j^9;S:&\_<;CE='<:;&A6B;.:@67&P]\_AQK&:E&:CH4=:&94&94B;5a:&HE9;B;67&DE4&94=4<l;@6&5E6  
945B:@5;94<6ba:&G6<6&J;@5&94&B4<=;J;B6ba:&96&<4SE76<;9694&J;5B67K&:E&6;@96&@a:&84@B;9:5o

le @a:&B:@5=6l&;@5B<;bf45&4l&gF8;96&h=;86&96&i@;a:&PghiQ&@6&j<:BE<69:<;6\k4<67&96&>6?4@96  
A6B;.:@67&Pjk>AQT

]@J:<l4&9;5G:5=:&@:5&6<=5T&YmV&4&Ym[&9;&]\_AK&45=4&9:BEI4@=:&=4l&:5&l45l:5&4J4;=:5&96&B4<=;9a:  
@4S6=;86T

n5=6&B4<=;9a:&L&8`7;96&G6<6&:&45=6C474B;l4@=:&l6=<;?&4&5E65&J;7;6;5&4K&@:&B65:&94&4@=4&J494<6=  
=:9:5&:5&^<Sa:5&4&JE@9:5&GoC7;B:5&96&69l;@;5=<6ba:&9;<4=6&6&474&8;@BE769:5T&34J4<4\54&p&5;=E6ba  
5EH4;=:&G655;8:&@:&qIC;=:&96&3>O&4&96&jk>A&4&6C<6@S4&;@B7E5;84&65&B:@=<;CE;bf45&5:B;6;5&G<48;  
@65&67F@465&r6r&6&r9r&9:&G6<`S<6J:&o@;B:&9:&6<@3TYUW&96&4&8;@4&HE7u:&94&UZZUT

h &6B4;=6ba:&945=6&B4<=;9a:&45='&B:@9;B;:@696&p&84<;J;B6ba:&94&5E6&6E=4@=;B;9694&@6&v@=4<@4=H  
4@94<4b:5&wu==GMxx<JCTS:8TC<y&:E&wu==GMxxzzzTGSJ@TS:8TC<yT

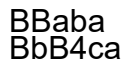
j4<=;9a:&4l;=:96&S<6=E;=6l4@=4&B:l&C654&@6&j:<=6<;6&]:@HE@=6&3>@JkXW&8;94&YxUmXmYmUtT  
nl;=:96&p5&mZM{ZM{X&9:&9;6&m{xUUXmY{&wu:<6&4&96=6&94&O<65F7;6yT  
|`7;96&6=L&mUxmVxYmYtT  
j^9;S:&94&B:@=<;74&96&B4<=;9a:M&9+ , -2},. ~\*,\*~  
□E67DE4<&<65E<6&:E&4l4@96&;@867;96<`&45=4&9:BEI4@=:T



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303



012345678191 6

|   |               |
|---|---------------|
| 0 | !"#\$%&###'%% |
|---|---------------|

)\*\*,-+./00/12)130/+4+5)./+\*3+/6+,/1)1.\*72-)/2)7082+2+\*/9-1/+\*:6)-1)2);+\*)2+<62+/\*=>7)231?17+/0  
:6).@070.\*3+;=,+<2\*)/3)/+3+<=)./A.71+\*);0;/070.321861.3)+71;+1/).31?17+/0=2),+31-+\*+0\*3218630\*=  
/9-1/++31-+)/);+1\*/>8130\*+;/1.1\*32+/0\*<),+B)72)3+21+/)\*3+/0/+4+5)./+!

|                           |                     |
|---------------------------|---------------------|
| C9D19EF1G3H6              | )1.1!"\$"%& =23!'JK |
| 0L2351M6 35EM81           | N"#"K#"%"\$N K#     |
| C6E6M3329981              | N#&'N&N"N"JO'#O"K   |
| P6M6M34G3QRSTSUVVWX5EYZ[U | '&# &N#N#NK         |

+63).3171(+/-)\*3+7)231/(@0 /-)2(\*)270.?12;+/.+.<]1.++B)72)3+21(+)\*3+0 /+4+5)/.++.3)2.)3=.0 )/2)\*^00  
\_33<O&`'!\*)?!\*7!]0-!82

m n m n o p q r s t u s v w x y z { | \$ % & ' \* + , - . : ; ~ [ \ ] ^ \_ ` a b c d e f g h i j k l m n o p q r s t u v w x y z { | \$ % & ' \* + , - . : ; ~ [ \ ] ^ \_ `

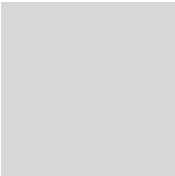
b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303

\*3)/076;).30?01+\*\*1.+/0/1]13+;,).3)  
h2D5399132ZiiZjjkZijT[k





)\*+,-./,0123145016047  
348920149+891-989:.,+9  
43-:389:,91)\*+,-,/9;1291:3-3,89<  
=1>??@'('



-3:8,2501/04,8,A9123127B,8041+C1DEFGHIJIF

-KLMNOPQOLMR

+KSRH:TUVKWGXGGE1Y1:92,01Z\*9:9:3)91;829  
=1>'=1[ @&@'??  
\88] ^\_ ^\ %^ 2%4\$ 40` a  
=9bc8987  
" 5 " ^^0^%4 =5 8 4d>6e4=

[5 c5 8

1

|                |                     |
|----------------|---------------------|
| \$ 7 8\9566d " | \$ 7 8` c5 8 5 6 '' |
|----------------|---------------------|

=\^0[0= 2%4fg\ h 1^\4\\\$ =%4 \$h"0%^0"gi^0%\$\  
,44j+13189k94  
,/8\*13189k94  
[ \ \$ 2g0=01 4^\4^\` %\$0^\0%\$\\=%"^\^%4\$h"0%4fg\`#\# 2  
4\^=%4 \$%4a2\42%4\^\[\^\4 1\^m%\$%4=%21^\\ \$0\$%4\4 =\^0\$n%

4d>6e4=a8o 858

\9575b\_cc



b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303



0123456791 34 7221 479100010

! "\$ % &amp; ' ( ) \* + , - . / 0 \* ) \* ) 1 2 \* . 3 4 + \*








567859'(:;<=:><??@A>>>BC@.@

DE\$FGFH%!D(J"DK(DL(H !"#\$(%!(!F!\$DL%!(D5MN(D(OP!59(D(%!(H%&%!\$E!(QRSK(8Q5(D(Q5RT  
L% \$F&! (UD#%(EEDVD&EF%IODE%#(&%(P FWK(XY-.Z-X[4\*2(EDVF!\$E!(&D(  
UD %F&%&D!\FVD \$D!(ED#%\$F\%!(%(859756(H !"#\$(%&]

$$\begin{aligned} & \wedge\_`abcbd\_`efg\_heij\_ea\_klj\_emben\_op\_nbqrjespo\_ia\_hej\_ek\_t\_kpmj\_ecbmb\_akj\_ecji\_jnpmblepiti\_klbqu\_`evk\_`abmb\_ev\_nj\_e\_ia\_ \\ & vwxxnpi\_hem\_eajmi\_ei\_eyim\_k\_`e\_e\_`t\_kb\_em\_eojs\_kijz \end{aligned}$$

{ e lp`a`lb`e`y } ^ e ~  dy † ecij`jnpmblej`embmj`e`jxk`ejebimbl`iajemj`evkjc`\_`j`ebmlpip`akbapsj`em`ek`\_`vji`bxpnp † bqrje  
m e ia `evkpsbmj`eiiejim ke †  cgapsje  m kbnz

{e~bmb`akje`Ybcpjibnem\_e`lvk`b'e`ipm`i`b'e`e|q`v`i`b'e`ebvk`\_iabebek\_nbqrjem\_e\_lvk`b'e\_ev``jb`et`五pcb`efg`  
`jtk`kle`biqu`\_efg\_eplvnpcbkblebek`akpqrjem\_evbkapcpvbkem\_enpcpabqu`ejgem\_ec\_n\_xkbkecjakbaj`ecjlebe}mlpip`ak`  
ywxnpcbz

{e~bmb`akje`Y`bcpjibnem\_e`#lvk\_`b`eygipmb`e`/`~`Y`#`y\_`ebvk\_`\_`iabebek\_nbqrjem\_e\_lvk\_`b`efg\_e`jtk\_kblefgbnfg\_kemb`e`  
vk\_sp`ab`eibe`pei`\_`e`z`\$`````e``pe`japcjkkgvqrj\_`z`

[e~bmb`akjem\_e\_ iapmbm `eykpsbmb`e` le pi`e hngokpmbj]e~ y ~ ebvk \_` iabebek\_nbqrjem\_e\_iapmbm `eykpsb  
tpi`engckbapsj`efg\_e\_`arjeplv\_mpmbe`em\_ec\_n\_xkbkeijsj`ecjis ipj`hecjiakbaj`em\_ek\_vb``\_ejgea\_klj`em\_evbkcpkbejlbe  
}mlpip`akbqrijeywxnpscbe m\_kbnhe`letgiqrjem\_epkk\_ognbkpmbm `eirjek`jnspmb`e\_lccjis ipj`hecjiakbaj`em\_ek\_vb``\_ej  
m evbkcpkbetpklbmj`ebia kpjkl ia z

DE\$F&W(DLF\$F&%(\*!('(  (&&F%(77 (K(HL(\%#F&%&D(%\$  ((&F%(

jF c(U%E%(H !"#\$%(&%(\DEFGFH%£W(\$%U!HD\$D\$W(

!&FV(&D(H \$E#D(&%(HDE\$F&W'(\$E  JE!  F  ©¢ª«PQ%9 
$$\neg(\mathbb{R})^{-0} \pm^{232}(\mathbb{R})'^2(\mathbb{R})^3 \mu^3 \pm \mathbb{I} \pm \cdot (\mathbb{R})^{31.0}(\mathbb{R})^{-1} \cdot (\mathbb{R})^2 \gg^3 \pm'^1/4 \pm^3 \cdot \mu^{1/2} \mathbb{I} \pm \cdot'^1/4 \mu^3/4$$




Estações

| 1 total de registros         |                          | 1              | 50                   | 50          | Atualizar | Filtrar   |            |     |           |                  |       |     |            |        |                      |           |                  |                 |         |                 |      |   |  |  |
|------------------------------|--------------------------|----------------|----------------------|-------------|-----------|-----------|------------|-----|-----------|------------------|-------|-----|------------|--------|----------------------|-----------|------------------|-----------------|---------|-----------------|------|---|--|--|
| Ações                        | Status                   | Entidade       | NumFisId             | Carater     | Fineidade | Servço    | Num Servço | UF  | Município | Local Específico | Canal | Dec | Frequência | Classe | Categoria da Estação | Latitude  | Longitude        | ERP             | HCI     | Fineid Geradora | Fase |   |  |  |
| <div>Visualizar em PDF</div> | PM-C4 (Canal Licenciado) | 76370998000188 | RADIO GUANAREMA LTDA | 50414390601 | P         | Comercial | PM         | 230 | SC        | São José         |       | 249 |            | 97,7   | A1                   | Principal | 27° 35' 15,00" S | 48° 32' 1,00" W | 12,8817 | 46              |      | 2 |  |  |

Reportar erro

https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/srd.php?wfid=estacoes&id=57dbac569239e



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.  
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303

## AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

## LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTAÇÃO

FLS: 1/1

|   |   |            |                              |                              |
|---|---|------------|------------------------------|------------------------------|
| NOME/RAZÃO SOCIAL<br>RADIO GUARAREMA LTDA |   |            |                              | CNPJ<br>76370998000188       |
| Nº DA ESTAÇÃO<br>1006384577               | SERVIÇO<br>230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada | NAT. SERV. | LATITUDE<br>27° 35' 15.00" S | LONGITUDE<br>48° 32' 1.00" W |

|   |                            |          |  |
|---|----------------------------|----------|--|
| ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO<br>Av. do Antão, nº S/N. | DISTRITO                   |          |  |
| BAIRRO<br>Centro  | MUNICÍPIO<br>Florianópolis | UF<br>SC |  |

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA: 07/04/2033

LOCALIDADE PLANO BASICO:

MUNICÍPIO: São José UF: SC

LOCALIDADE:

FREQUENCIA: 97.7 MHz CANAL: 249

CLASSE: A1 COTA BASE DA TORRE: 266.3

INDICATIVO DA ESTAÇÃO: ZYV318

NOME FANTASIA: RADIO MASSA FM NUMPROCESSO:

CIDADE DA OUTORGA: São José

ESTUDIO PRINCIPAL

ENDEREÇO: Renato Ramos da Silva BAIRRO: Barreiros

MUNICÍPIO: São José UF: SC

NUMERO: 239 COMPLEMENTO:

ESTUDIO AUXILIAR

ENDEREÇO: BAIRRO:

MUNICÍPIO: - UF: COMPLEMENTO:

NUMERO:

CATEGORIA DA ESTAÇÃO: Principal

TIPO: Diretivo

TRANSMISSOR PRINCIPAL

FABRICANTE: Sinteck Sistemas Eletrônicos Ltda. MODELO: RUS-10K

CÓDIGO: 005151802884 POTÊNCIA: 7.6 kW

TRANSMISSOR AUXILIAR

FABRICANTE: Marcelo Amorim de Godoy -EPP MODELO: FM 3000

CÓDIGO: 002850402252 POTÊNCIA: 3.0 kW

TRANSMISSOR AUXILIAR 2

FABRICANTE: Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda. MODELO: SP 1000 ágil

CÓDIGO: 002480300528 POTÊNCIA: 1.0 kW

ANTENA PRINCIPAL

FABRICANTE: ERI - ELECTRONICS RESEARCH INC. MODELO: MPX-4C

POLARIZAÇÃO: Circular GANHO: 3.19 dBd

DESCRIÇÃO: 4 ELEMENTOS ROTOTILLER SÉRIE ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: 270 graus

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: 46 m BEAM TILT: 5 graus

ANTENA AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO: BECP/2L

POLARIZAÇÃO: Circular GANHO: 00 dBd

DESCRIÇÃO: 2 elementos TIPO DUPLO "V" ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: 0 graus

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: 39 m BEAM TILT: 0 graus

LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL

FABRICANTE: RFS - RADIO FREQUENCY SYSTEMS MODELO: LCF158-50JA

LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR

FABRICANTE: Radio Frequency Systems MODELO: LCF78-50JA

RDS

Código PI:

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 10/01/2024 11:47:52



Emitido Em  
04/09/2023

Autenticado eletronicamente, após conferência com o original

Esta licença pode ser validada em  
<https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=U0NCYlxTQ1JcQ2xhc3NMbWVlbnNhOjoyMDIzNjUxNDNkMTc3MDM2Ng==2911-4cef-bb37-db0025305303>



b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303

Id solicitação: 57dbac569239e

## Informações da Entidade

| Dados da Entidade  |   |
|--|---|
| Nome da Entidade: RADIO GUARAREMA LTDA   |   |
| Nome Fantasia: RADIO MASSA FM  |   |
| Telefone: (48) 30414103  | E-mail: g.financeiro@radioguararema.com.br                |
| CNPJ: 76.370.998/0001-88   | Número do Fistel: 50414390601                             |
| Tipo Usuário: Adm Privada  | Tipo Taxa: Integral                                       |
| Data do contrato: 07/04/1993   | Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada |
| Carater: Primário  | Local específico:   |
| Rede:  | Categoria da Estação: Principal                           |
| Val. RF: 07/04/2033  |   |
| Observações: Ato nº 5.139, de 13 de agosto de 2015, publicado na Pag. 51, Seção 1 do DOU de 17/8/15. |   |

| Endereço Sede                         |              |               |
|---------------------------------------|--------------|---------------|
| Logradouro: RUA RENATO RAMOS DA SILVA | Complemento: |               |
| Bairro: BARREIROS                     | Número: 239  |               |
| Município: São José                   | UF: SC       | CEP: 88110015 |

| Endereço Correspondência |              |      |
|--------------------------|--------------|------|
| Logradouro:              | Complemento: |      |
| Bairro:                  | Número:      |      |
| Município: -             | UF:          | CEP: |

| Endereço do Transmissor  |                            |               |
|--------------------------|----------------------------|---------------|
| Logradouro: Av. do Antão | Complemento: Morro da Cruz |               |
| Bairro: Centro           | Número: S/N                |               |
| Município: Florianópolis | UF: SC                     | CEP: 88025163 |

| Endereço do Estúdio Principal     |              |               |
|-----------------------------------|--------------|---------------|
| Logradouro: Renato Ramos da Silva | Complemento: |               |
| Bairro: Barreiros                 | Número: 239  |               |
| Município: São José               | UF: SC       | CEP: 88110015 |

| Endereço do Estúdio Auxiliar |              |      |
|------------------------------|--------------|------|
| Logradouro:                  | Complemento: |      |
| Bairro:                      | Número:      |      |
| Município: -                 | UF:          | CEP: |

## Informações do Plano Básico

| Localização         |        |
|---------------------|--------|
| Município: São José | UF: SC |

| Parâmetros Técnicos |                      |            |                       |
|---------------------|----------------------|------------|-----------------------|
| Canal: 249          | Frequência: 97.7 MHz | Classe: A1 | ERP Máxima: 12.8817kW |
| HCI: 46 m           | Pareamento:          | Decalagem: | Fase: 2               |

## Informações da Estação



241110109 eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

| Informações Gerais                    |   |
|---------------------------------------|---|
| Número da Estação: 1006384577         | Número Indicativo: ZYV318               |
| Data Último Licenciamento: 04/09/2023 | Número da Licença: 53500.073633/2023-67 |

| Estação Principal          |                            |                       |
|----------------------------|----------------------------|-----------------------|
| Localização                |                            |                       |
| Latitude: 27° 35' 15.00" S | Longitude: 48° 32' 1.00" W | Cota da base: 266.3 m |

| Transmissor Principal                         |                              |
|---|------------------------------|
| Código Equipamento: 005151802884              | Modelo: RUS-10K              |
| Fabricante: Sintek Sistemas Eletrônicos Ltda. | Potência de Operação: 7.6 kW |

| Linha de Transmissão Principal |   |                           |                     |
|--------------------------------|---|---------------------------|---------------------|
| Modelo: LCF158-50JA            | Fabricante: RFS - RADIO FREQUENCY SYSTEMS |                           |                     |
| Comprimento da Linha: 60 m     | Atenuação: .664 dB/100m                   | Perdas Acessórias: 0.5 dB | Impedância: 50 ohms |

| Antena Principal |   |                      |                       |           |                      |
|------------------|---|----------------------|-----------------------|-----------|----------------------|
| Modelo: MPX-4C   | Fabricante: ERI - ELECTRONICS RESEARCH INC. |                      |                       |           |                      |
| Ganho: 3,19 dBd  | Beam-Tilt: 5 °                              | Orientação NV: 270 ° | Polarização: Circular | HCI: 46 m | ERP Máxima: 12,88 kW |

| Padrão de Antena dBd |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            |
|----------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| 0°: 2.93             | 5°: 3.08   | 10°: 3.27  | 15°: 3.49  | 20°: 3.75  | 25°: 4.07  | 30°: 4.42  | 35°: 4.81  | 40°: 5.21  | 45°: 5.56  | 50°: 5.9   | 55°: 6.26  |
| 60°: 6.59            | 65°: 6.85  | 70°: 7.09  | 75°: 7.33  | 80°: 7.55  | 85°: 7.71  | 90°: 7.86  | 95°: 8.06  | 100°: 8.23 | 105°: 8.33 | 110°: 8.38 | 115°: 8.36 |
| 120°: 8.28           | 125°: 8.13 | 130°: 7.93 | 135°: 7.73 | 140°: 7.43 | 145°: 6.91 | 150°: 6.34 | 155°: 5.88 | 160°: 5.4  | 165°: 4.77 | 170°: 4.12 | 175°: 3.57 |
| 180°: 3.08           | 185°: 2.63 | 190°: 2.27 | 195°: 2.04 | 200°: 1.89 | 205°: 1.76 | 210°: 1.68 | 215°: 1.68 | 220°: 1.74 | 225°: 1.85 | 230°: 1.99 | 235°: 2.14 |
| 240°: 2.28           | 245°: 2.4  | 250°: 2.49 | 255°: 2.56 | 260°: 2.62 | 265°: 2.67 | 270°: 2.7  | 275°: 2.72 | 280°: 2.74 | 285°: 2.76 | 290°: 2.77 | 295°: 2.76 |
| 300°: 2.75           | 305°: 2.77 | 310°: 2.77 | 315°: 2.71 | 320°: 2.64 | 325°: 2.62 | 330°: 2.61 | 335°: 2.61 | 340°: 2.63 | 345°: 2.65 | 350°: 2.7  | 355°: 2.8  |

| Coordenadas por radial                           |   |  |  |  |   |  |  |   |  |  |  |
|--|---|--|--|--|---|--|--|---|--|--|--|
| 0°: Lat 27°15'55.45" S<br>Lon 48°32'1" W         | 5°: Lat 27°16'9.3" S<br>Lon 48°30'8.23" W         | 10°: Lat 27°16'41.04" S<br>Lon 48°2'8'20.01" W   | 15°: Lat 27°17'29.84" S<br>Lon 48°2'6'39.87" W     | 20°: Lat 27°19'54.59" S<br>Lon 48°2'5'43.95" W     | 25°: Lat 27°20'14.31" S<br>Lon 48°2'48'24'8.31" W | 30°: Lat 27°20'17.25" S<br>Lon 48°2'2'17.73" W     | 35°: Lat 27°22'31.27" S<br>Lon 48°2'1'59.07" W     | 40°: Lat 27°24'33.42" S<br>Lon 48°2'1'54.91" W  | 45°: Lat 27°26'29.84" S<br>Lon 48°22'9.64" W         | 50°: Lat 27°26'53.08" S<br>Lon 48°2'0'47.56" W     | 55°: Lat 27°27'19.75" S<br>Lon 48°1'9'17.05" W     |
| 60°: Lat 27°28'13.43" S<br>Lon 48°1'8'19.34" W   | 65°: Lat 27°29'26.56" S<br>Lon 48°1'48'18'0.34" W | 70°: Lat 27°30'29.56" S<br>Lon 48°1'7'19.19" W   | 75°: Lat 27°31'46.19" S<br>Lon 48°1'7'25.39" W     | 80°: Lat 27°32'57.12" S<br>Lon 48°1'7'23.91" W     | 85°: Lat 27°27'34'2.86" S<br>Lon 48°1'16'41.65" W | 90°: Lat 27°35'14.12" S<br>Lon 48°1'6'21.92" W     | 95°: Lat 27°36'26.27" S<br>Lon 48°1'6'30.65" W     | 100°: Lat 27°37'44.37" S<br>Lon 48°1'5'58.93" W | 105°: Lat 27°27'39'1.78" S<br>Lon 48°1'48'16'1.68" W | 110°: Lat 27°40'13.41" S<br>Lon 48°1'6'32.59" W    | 115°: Lat 27°41'23.99" S<br>Lon 48°1'48'17'5.42" W |
| 120°: Lat 27°42'36.49" S<br>Lon 48°1'7'35.79" W  | 125°: Lat 27°43'33.51" S<br>Lon 48°1'8'35.66" W   | 130°: Lat 27°44'18.61" S<br>Lon 48°1'9'48.31" W  | 135°: Lat 27°44'43" S<br>Lon 48°2'1'18.74" W       | 140°: Lat 27°45'41.34" S<br>Lon 48°2'48'22'6.74" W | 145°: Lat 27°46'17.09" S<br>Lon 48°2'3'16.83" W   | 150°: Lat 27°46'50.96" S<br>Lon 48°2'48'24'26.7" W | 155°: Lat 27°47'10.5" S<br>Lon 48°25'43.79" W      | 160°: Lat 27°47'15.57" S<br>Lon 48°27'20.8" W   | 165°: Lat 27°51'28.36" S<br>Lon 48°27'5.97" W        | 170°: Lat 27°53'20.84" S<br>Lon 48°2'8'24.37" W    | 175°: Lat 27°27'53'47.6" S<br>Lon 48°30'10.86" W   |
| 180°: Lat 27°53'42.38" S<br>Lon 48°32'1" W       | 185°: Lat 27°27°53'47.6" S<br>Lon 48°33'51.13" W  | 190°: Lat 27°27°54'44.9" S<br>Lon 48°35'54.45" W | 195°: Lat 27°54'49.88" S<br>Lon 48°3'7'57.29" W    | 200°: Lat 27°54'35.69" S<br>Lon 48°3'9'59.15" W    | 205°: Lat 27°53'58.62" S<br>Lon 48°4'1'54.04" W   | 210°: Lat 27°53'12.63" S<br>Lon 48°4'3'45.23" W    | 215°: Lat 27°52'14.12" S<br>Lon 48°4'5'28.74" W    | 220°: Lat 27°27°51'7.84" S<br>Lon 48°47'6.05" W | 225°: Lat 27°49'47.61" S<br>Lon 48°4'8'28.83" W      | 230°: Lat 27°27°48'21.9" S<br>Lon 48°4'49'42.72" W | 235°: Lat 27°46'54.18" S<br>Lon 48°5'0'51.68" W    |
| 240°: Lat 27°27°45'17.1" S<br>Lon 48°51'42.16" W | 245°: Lat 27°43'33.61" S<br>Lon 48°5'2'12.49" W   | 250°: Lat 27°41'56.52" S<br>Lon 48°5'2'51.78" W  | 255°: Lat 27°40'13.52" S<br>Lon 48°5'48'53'5.67" W | 260°: Lat 27°38'35.51" S<br>Lon 48°5'3'35.34" W    | 265°: Lat 27°36'53.97" S<br>Lon 48°5'3'39.31" W   | 270°: Lat 27°35'13.39" S<br>Lon 48°5'3'11.83" W    | 275°: Lat 27°33'35.24" S<br>Lon 48°5'48'53'6.68" W | 280°: Lat 27°31'53.67" S<br>Lon 48°5'3'18.22" W | 285°: Lat 27°30'20.74" S<br>Lon 48°5'2'32.78" W      | 290°: Lat 27°28'59.79" S<br>Lon 48°5'48'51'18.9" W | 295°: Lat 27°27°23.71" S<br>Lon 48°5'0'56.86" W    |
| 300°: Lat 27°25'33.95" S<br>Lon 48°5'0'52.35" W  | 305°: Lat 27°23'57.85" S<br>Lon 48°50'8.36" W     | 310°: Lat 27°22'30.32" S<br>Lon 48°49'5.82" W    | 315°: Lat 27°21'14.07" S<br>Lon 48°4'7'46.79" W    | 320°: Lat 27°27°20'0.56" S<br>Lon 48°4'46'24.03" W | 325°: Lat 27°18'57.37" S<br>Lon 48°4'4'50.99" W   | 330°: Lat 27°17'57.49" S<br>Lon 48°4'3'14.78" W    | 335°: Lat 27°27°17'9.39" S<br>Lon 48°4'41'30.43" W | 340°: Lat 27°16'33.98" S<br>Lon 48°3'9'39.97" W | 345°: Lat 27°27°16'2.78" S<br>Lon 48°3'37'48.29" W   | 350°: Lat 27°15'40.32" S<br>Lon 48°3'5'53.99" W    | 355°: Lat 27°15'36.23" S<br>Lon 48°3'3'57.01" W    |

| Distância por radial |            |            |            |            |           |            |            |            |            |            |            |
|----------------------|------------|------------|------------|------------|-----------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| 0°: 35.8             | 5°: 35.5   | 10°: 34.9  | 15°: 34.1  | 20°: 30.2  | 25°: 30.7 | 30°: 32    | 35°: 28.8  | 40°: 25.9  | 45°: 22.9  | 50°: 24.1  | 55°: 25.6  |
| 60°: 26              | 65°: 25.4  | 70°: 25.7  | 75°: 24.8  | 80°: 24.4  | 85°: 25.3 | 90°: 25.7  | 95°: 25.6  | 100°: 26.7 | 105°: 27.2 | 110°: 27   | 115°: 27   |
| 120°: 27.3           | 125°: 26.9 | 130°: 26.1 | 135°: 24.8 | 140°: 25.3 | 145°: 25  | 150°: 24.8 | 155°: 24.4 | 160°: 27.2 | 165°: 31.1 | 170°: 34.1 | 175°: 34.5 |



|            |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            |
|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| 180°: 34.2 | 185°: 34.5 | 190°: 36.7 | 195°: 37.6 | 200°: 38.2 | 205°: 38.3 | 210°: 38.5 | 215°: 38.5 | 220°: 38.5 | 225°: 38.2 | 230°: 37.9 | 235°: 37.7 |
| 240°: 37.3 | 245°: 36.5 | 250°: 36.4 | 255°: 35.8 | 260°: 36   | 265°: 35.7 | 270°: 34.8 | 275°: 34.8 | 280°: 35.5 | 285°: 34.9 | 290°: 33.8 | 295°: 34.4 |
| 300°: 35.8 | 305°: 36.4 | 310°: 36.7 | 315°: 36.7 | 320°: 36.8 | 325°: 36.8 | 330°: 37   | 335°: 37   | 340°: 36.8 | 345°: 36.8 | 350°: 36.8 | 355°: 36.5 |

|  |  |  |  |  |  |                              |  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|--|------------------------------|--|--|--|--|--|
| Estação Auxiliar                         |  |  |  |  |  |                              |  |  |  |  |  |
| Transmissor Auxiliar                     |  |  |  |  |  |                              |  |  |  |  |  |
| Código Equipamento: 002850402252         |  |  |  |  |  | Modelo: FM 3000              |  |  |  |  |  |
| Fabricante: Marcelo Amorim de Godoy -EPP |  |  |  |  |  | Potência de Operação: 3.0 kW |  |  |  |  |  |

|   |  |  |  |  |  |                              |  |  |  |  |  |
|---|--|--|--|--|--|------------------------------|--|--|--|--|--|
| Transmissor Auxiliar 2                                |  |  |  |  |  |                              |  |  |  |  |  |
| Código Equipamento: 002480300528                      |  |  |  |  |  | Modelo: SP 1000 ágil         |  |  |  |  |  |
| Fabricante: Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda |  |  |  |  |  | Potência de Operação: 1.0 kW |  |  |  |  |  |

|                               |  |  |                          |  |  |                                     |  |  |                     |  |  |
|-------------------------------|--|--|--------------------------|--|--|-------------------------------------|--|--|---------------------|--|--|
| Linha de Transmissão Auxiliar |  |  |                          |  |  |                                     |  |  |                     |  |  |
| Modelo: LCF78-50JA            |  |  |                          |  |  | Fabricante: Radio Frequency Systems |  |  |                     |  |  |
| Comprimento da Linha: 60 m    |  |  | Atenuação: 1.135 dB/100m |  |  | Perdas Acessórias: 0.5 dB           |  |  | Impedância: 50 ohms |  |  |

|                 |                |                    |                       |           |                      |
|-----------------|----------------|--------------------|-----------------------|-----------|----------------------|
| Antena Auxiliar |                |                    |                       |           |                      |
| Modelo: BECP/2L |                |                    | Fabricante:           |           |                      |
| Ganho: 00 dBd   | Beam-Tilt: 0 ° | Orientação NV: 0 ° | Polarização: Circular | HCI: 39 m | ERP Máxima: 12.88 kW |
| RDS             |                |                    |                       |           |                      |
| Código PI:      |                |                    |                       |           |                      |

|                                     |               |                |       |              |            |              |          |
|-------------------------------------|---------------|----------------|-------|--------------|------------|--------------|----------|
| Informações do documento de Outorga |               |                |       |              |            |              |          |
| Núm Processo                        | Núm Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do docu | Data DOU   | Razão do Doc | Natureza |
| 48991993                            | 60            | Portaria       | MC    | 04/04/1983   | 07/04/1983 | Outorga      | Jurídico |

|   |               |                |       |              |            |                    |          |
|---|---------------|----------------|-------|--------------|------------|--------------------|----------|
| Informações do documento de Aprovação de Locais |               |                |       |              |            |                    |          |
| Núm Processo                                    | Núm Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do docu | Data DOU   | Razão do Doc       | Natureza |
| 012500127742018<br>31                           | 397           | Despacho       | MCTIC | 20/03/2018   | 02/04/2018 | Aprovação de Local | Técnico  |

|                                  |               |                     |       |              |            |                                   |          |
|----------------------------------|---------------|---------------------|-------|--------------|------------|-----------------------------------|----------|
| Histórico de Documentos Emitidos |               |                     |       |              |            |                                   |          |
| Núm Processo                     | Núm Documento | Tipo Documento      | Orgão | Data do docu | Data DOU   | Razão do Doc                      | Natureza |
|                                  |               | Ato                 | ORLE  |              | 04/08/2023 | Autoriza o Uso de Radiofrequência | Técnico  |
| 508200009071992                  | 69            | Decreto Legislativo | CN    | 26/08/1999   | 27/08/1999 | Deliber. do C. Nacional           | Jurídico |
| 530000439772010                  | 5287          | Portaria            | MCTIC | 07/12/2016   | 12/12/2016 | Transferência Indireta            | Jurídico |
| 53500.058018/201<br>7-82         | 8874          | Ato                 | ORLE  | 20/05/2017   | 05/06/2017 | Autoriza o Uso de Radiofrequência | Técnico  |

|                          |  |  |  |  |  |  |  |
|--------------------------|--|--|--|--|--|--|--|
| Horário de funcionamento |  |  |  |  |  |  |  |
|                          |  |  |  |  |  |  |  |





## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

**Nome:** RADIO GUARAREMA LTDA

**CNPJ:** 76.370.998/0001-88

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 13:21:21 do dia 26/02/2024 (hora e data de Brasília).

Válida até 27/03/2024.


Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC>

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303



Superintendência de Administração Geral

Gerência Geral de Planejamento Orçamento e Finanças

Gerência de Arrecadação

Impresso por: **RAFAELA MARTINS CARVALHO**

Data/Hora: **10/01/2024 10:49:23**

Extrato de Lançamentos

Nome da Entidade: RADIO GUARAREMA LTDA

Nº FISTEL: 50414390601

Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada

CNPJ/CPF: 76370998000188

Situação: Não licenciada

Data Validade: 

+ CADIN: Não

Incide FUST: Integral

Data Início Operação Comercial: 

+ UF: SC

Div. Ativa: Não

Tipo Usuário:

Proc. Caducidade: Não

End. Sede: RUA RENATO RAMOS DA SILVA 239

Bairro: BARREIROS

Município: São José

CEP: 88110-015

UF: SC

End. Corresp.:

Bairro:

Município:

CEP:

UF:

Créditos Inscritos no CADIN

Não Existem Créditos inscritos no CADIN para este Número de Fistel

| Receita                                     | Est. / Ref. / Parc. | Ano  | Data Vencimento | Valor Original | Data do Pagamento | Valor Pago | Valor Utilizado | Seq. | Situação      | Valor Débito/ Crédito (R\$) |
|---|---------------------|------|-----------------|----------------|-------------------|------------|-----------------|------|---------------|-----------------------------|
| 7241 - PPDUR                                | 0                   | 2017 | 18/07/2017      | R\$ 317,58     | 14/06/2017        | 317,58     | 317,58          | 0001 | Quitado       | 0,00                        |
| 8766 - TFI                                  | 1                   | 2018 | 16/06/2018      | R\$ 2.600,00   | 14/06/2018        | 2.600,00   | 2.600,00        | 0002 | Quitado       | 0,00                        |
| 2018  | 0                   | 2018 | 17/11/2018      | R\$ 3.277,50   | 19/11/2018        | 3.277,50   | 3.277,50        | 0003 | Quitado - DOU | 0,00                        |
| 1329 - TFF                                  | 1                   | 2019 | 31/03/2019      | R\$ 858,00     | 29/03/2019        | 858,00     | 858,00          | 0004 | Quitado       | 0,00                        |
| 4200 - CFRP                                 | 1                   | 2019 | 31/03/2019      | R\$ 130,00     | 29/03/2019        | 130,00     | 130,00          | 0005 | Quitado       | 0,00                        |
| 1329 - TFF                                  | 1                   | 2020 | 31/08/2020      | R\$ 858,00     | 31/03/2020        | 858,00     | 858,00          | 0008 | Quitado       | 0,00                        |
| 4200 - CFRP                                 | 1                   | 2020 | 31/08/2020      | R\$ 130,00     | 31/03/2020        | 130,00     | 130,00          | 0009 | Quitado       | 0,00                        |
| 8766 - TFI                                  | 1                   | 2020 | 07/06/2020      | R\$ 2.600,00   | 08/06/2020        | 2.600,00   | 2.600,00        | 0010 | Quitado       | 0,00                        |
| 1329 - TFF                                  | 1                   | 2021 | 31/03/2021      | R\$ 858,00     | 22/07/2021        | 1.044,92   | 1.044,92        | 0011 | Quitado       | 0,00                        |
| 4200 - CFRP                                 | 1                   | 2021 | 31/03/2021      | R\$ 130,00     | 21/07/2021        | 158,32     | 158,32          | 0012 | Quitado       | 0,00                        |
| 8766 - TFI                                  | 1                   | 2021 | 02/08/2021      | R\$ 4.600,00   | 25/06/2021        | 4.600,00   | 4.600,00        | 0013 | Quitado       | 0,00                        |
| 1329 - TFF                                  | 1                   | 2022 | 14/04/2022      | R\$ 1.518,00   | 31/03/2022        | 1.518,00   | 1.518,00        | 0014 | Quitado       | 0,00                        |
| 4200 - CFRP                                 | 1                   | 2022 | 14/04/2022      | R\$ 230,00     | 31/03/2022        | 230,00     | 230,00          | 0015 | Quitado       | 0,00                        |
| 8766 - TFI                                  | 1                   | 2022 | 25/09/2022      | R\$ 5.800,00   | 16/08/2022        | 5.800,00   | 5.800,00        | 0016 | Quitado       | 0,00                        |
| 1329 - TFF                                  | 1                   | 2023 | 31/03/2023      | R\$ 1.914,00   | 31/03/2023        | 1.914,00   | 1.914,00        | 0017 | Quitado       | 0,00                        |
| 4200 - CFRP                                 | 1                   | 2023 | 31/03/2023      | R\$ 290,00     | 31/03/2023        | 290,00     | 290,00          | 0018 | Quitado       | 0,00                        |
| 7242 - PPDUR                                | 1                   | 2023 | 16/08/2023      | R\$ 280,70     | 18/07/2023        | 280,70     | 280,70          | 0019 | Quitado       | 0,00                        |
| 8766 - TFI                                  | 1                   | 2023 | 20/09/2023      | R\$ 5.800,00   | 01/09/2023        | 5.800,00   | 5.800,00        | 0020 | Quitado       | 0,00                        |
| Total devido em 10/01/2024 (em reais):      |                     |      |                 |                |                   |            |                 |      |               | 0,00                        |
| Total de créditos em 10/01/2024 (em reais): |                     |      |                 |                |                   |            |                 |      |               | 0,00                        |

Legenda do Campo Situação

RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)

RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)

RTC - Lançamento com Restrição Temporária de Cobrança

CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado

RJ - Lançamento com Recurso Judicial

RN - Lançamento com Recurso Denegado

DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União

CD - Lançamento Inscrito no CADIN

DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa

em Execução Judicial

sa a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006 de Ofício

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

as.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/ExtratoLancamentos/tela.asp?hdnImprimir=true



https://mreleg-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/00000825-2911-4cef-bb37-00025305303

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303

1/2


[Menu Principal](#)
[SIGEC »» CONSULTAS GERAIS »» Consultar Códigos de Receita](#) | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

## Consulta Tabela de Receita

| Código da Receita | Não Identificado | Receita   |
|-------------------|------------------|---|
| 1329              | 9999             | Taxa de Fiscalização de Funcionamento   |
| 1330              | 9998             | Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas                              |
| 1331              | 9931             | Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Satélite  |
| 1332              | 9332             | Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas Satélite                     |
| 1550              | 9550             | Multa Prevista na Lei Geral das Telecomunicações  |
| 1551              | 9551             | Multa por Descumprimento ao Regulamento do SMP  |
| 1552              | 9552             | Multa por Descumprimento de Edital de Licitação - Satélite Brasileiro                         |
| 1555              | 9555             | Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados  |
| 1560              | 9560             | Multa por Infração às Normas de Certificação e Homologação                                    |
| 1660              | 9660             | Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão                                  |
| 1661              | 9661             | Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão Comunitária                      |
| 1666              | 9666             | Multa Contratual por Descumprimento de Edital – MCTIC   |
| 1770              | 9905             | Multa Contratual - Termo Autorização  |
| 1777              | 9177             | Multa Contratual - Não Outorgados   |
| 1780              | 9780             | Multa por Infração ao CDC   |
| 1810              | 9810             | Descumprimento do PGMQ  |
| 1820              | 9820             | Descumprimento da Regulação de Interconexão   |
| 1830              | 9830             | Descumprimento da Regulação de Numeração  |
| 1840              | 9840             | Descumprimento das demais Obrigações de Qualidade   |
| 1850              | 9850             | Multa por Descumprimento - Contratação de Satélite  |
| 1851              | 9851             | Multa por Descumprimento - Prestação de Satélite  |
| 1852              | 9852             | Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite             |
| 1853              | 9853             | Multa por Descumprimento à Legislação de TV por Assinatura                                    |
| 1854              | 9854             | Multa por Descumprimento de Medida Cautelar   |
| 1855              | 9855             | Multa Decorrente das Obrigações do PGMU   |
| 1856              | 9856             | Multa Decorrente das Obrigações do FUST   |
| 1857              | 9857             | Multa por Descumprimento ao Regulamento do STFC   |
| 1858              | 9858             | Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre Áreas Locais                                    |
| 1859              | 9859             | Multa por Prejuízo à Competição   |
| 1880              | 9880             | Monitoramento do STFC   |
| 1881              | 9881             | Multa por Descumprimento de Obrigação de Listas Telefônicas                                   |
| 1885              | 9885             | Multa por Tarifação Incorreta   |
| 1886              | 9886             | Multa por Erros nas Informações Prestadas pelas Concessionárias visando o Reajuste de Tarifas |
| 1887              | 9887             | Multa por Irregularidades na Comercialização do STFC  |
| 1889              | 9889             | Multa por Infrações Técnicas - Radiodifusão Outorgada   |
| 1890              | 9552             | Multa por Descumprimento de Edital de Licitação relativo à Exploração de Satélite             |
| 1891              | 9905             | Multa por Descumprimento de Edital de Licitação de Radiofrequência                            |
| 1950              | 9950             | RENDAS EVENTUAIS  |
| 2018              | 9018             | Multa Prevista na Lei Geral de Telecomunicações   |
| 2129              | 9129             | DIVIDA ATIVA  |
| 2145              | 9145             | MULTA/JUROS DIVIDA ATIVA  |
| 2671              | 9333             | Receita de Outorga do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro                            |
| 2672              | 9672             | Preço da Execução de Serviços Técnicos  |
| 2680              | 9680             | Homologação de Certificação de Conformidade   |
| 2682              | 9682             | Homologação de Declaração de Conformidade   |
| 2684              | 9684             | Renovação de Homologação  |
| 3000              | 9001             | Lançamento Complementar de Multa Moratória  |
| 3001              | 9002             | Lançamento Complementar ref. ao Ressarcimento de Ligações Telefônicas                         |
| 3500              | 9500             | MULTA/JUROS   |
| 4100              | 9111             | FUST - Declaração Espontânea  |
| 4101              | 9101             | FUST - Lançamento de Ofício   |
| 4102              | 9102             | FUST - Interconexão e EILD  |
| 4103              | 9101             | FUST - Lançamento de Ofício   |
| 4105              | 9105             | FUST - Multa de Ofício  |
| 4200              | 9200             | Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública   |
| 4201              | 9201             | CFRP - Estações não Licenciadas   |
| 5320              | 9320             | Aluguel de Imóveis Urbanos e Rurais   |
| 5330              | 9330             | Devolução de Salários - Exercício Corrente  |
| 5331              | 9331             | Devolução de Verbas Remuneratórias  |
| 5340              | 9340             | Ressarcimento Ligações Telefônicas  |
| 5341              | 9341             | Serviços Administrativos  |
| 5342              | 9342             | Devolução de Diárias - Exercício  |
|                   | 9343             | Multa sobre Contratos de Bens e Serviços  |
|                   | 9344             | Diferença de Tarifa Aérea   |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://sigec/sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQsmodulo=3761>
<https://trileg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303

|      |      |   |
|------|------|---|
| 5345 | 9345 | Cessão de Uso/Alugueis  |
| 5346 | 9346 | Ressarcimento de Pagamentos Indevidos   |
| 5347 | 9346 | Outros Ressarcimentos (Restaurante)   |
| 5348 | 9347 | Outros ressarcimentos (Banco Brasil S/A)  |
| 5349 | 9349 | Outras Receitas Imobiliárias  |
| 5350 | 9350 | Parcelamento Extrajudicial  |
| 5351 | 9351 | Honorários Advocatícios   |
| 5352 | 9352 | Multa Cominatória pelo Descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta   |
| 5353 | 9353 | Parcelamento Extraordinário de Débitos Inscritos em Dívida Ativa  |
| 5354 | 9354 | Outros Serviços   |
| 5355 | 9355 | Parcelamento Extraordinário   |
| 5356 | 9356 | Parcelamento de Outorga dos Serviços de Radiodifusão  |
| 5357 | 9357 | Parcelamento de Débitos não Tributários em Dívida Ativa – PRD Dívida Ativa  |
| 5358 | 9358 | Parcelamento Administrativo   |
| 5359 | 9959 | Parcelamento de Débitos não Tributários – PRD Administrativo  |
| 5360 | 9900 | Emissão de Certificados   |
| 5370 | 9370 | Emissão de Licença sem fato gerador da TFI  |
| 5380 | 9910 | Segunda Via de Documentos   |
| 5390 | 9390 | Depósito de Terceiros   |
| 5400 | 9400 | Multa pelo Ato atentatório ao Exercício da Jurisdição   |
| 5404 | 9404 | Receita de Seguros decorrente da Indenização de Seguro  |
| 5405 | 9405 | Depósito Reparatório ao Fundo de Direitos Difusos   |
| 5848 | 9848 | Multa Pecuniária Substitutiva de Pena Privativa de Liberdade  |
| 6526 | 9526 | Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004 )   |
| 6527 | 9527 | Outorga dos Serviços de Telecomunicações (Edital)   |
| 6528 | 9528 | Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofrequências   |
| 6529 | 9529 | Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações (Res. 386/2004)                               |
| 6530 | 9888 | Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagem  |
| 6531 | 9531 | Chamamento Público SME  |
| 6532 | 9932 | Outorga de Autorização para Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 5G   |
| 6533 | 9533 | Outorga de autorização para uso da radiofrequência 2.570 MHz a 2.620 MHz  |
| 6534 | 9534 | Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (450 MHz e 2,5 GHz)                              |
| 6535 | 9535 | Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (700 MHz)  |
| 6536 | 9536 | Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,8 GHz e 2,5 GHz   |
| 6537 | 9537 | Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,9 GHz e 2,5 GHz   |
| 6538 | 9538 | Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite  |
| 6539 | 9539 | Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações   |
| 6540 | 9540 | Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite   |
| 6541 | 9541 | Preço Público pela Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações            |
| 7241 | 9444 | Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (Res. 387/2004 )   |
| 7242 | 9445 | Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência  |
| 7244 | 9244 | Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)                                 |
| 7245 | 9222 | Preço Público Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações (Res. 386/2004) |
| 7246 | 9246 | Preço Publico Relativo à Administração dos Recursos de Numeração  |
| 7247 | 9247 | Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC                             |
| 7248 | 9248 | Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC                             |
| 7249 | 9249 | Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP                               |
| 7250 | 9250 | Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP                               |
| 7251 | 9251 | Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP                            |
| 7252 | 9252 | Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP                            |
| 8766 | 9777 | Taxa de Fiscalização de Instalação  |
| 8767 | 9978 | Taxa de Fiscalização de Instalação - Satélite   |
| 8801 | 9801 | Caução  |
| 8804 | 9804 | Ressarcimento de Despesas com Cópias  |
| 8806 | 9806 | Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores - Fonte STN  |
| 8807 | 9807 | Acórdãos TCU (Recuperação Desp. Exerc. Anteriores)  |
| 8808 | 9808 | Devolução de Suprimento de Fundos - Exercício   |
| 8809 | 9809 | STN - Outras Indenizações   |
| 8810 | 9811 | Recuperação de Despesas de Exercício Anteriores - TI  |
| 8812 | 9812 | Devolução Convênios - Exercício   |
| 8815 | 9815 | Ressarcimento de Despesas Médicas   |
| 8836 | 9836 | Restituição de Recursos de Convênios-Exerc.Anteriores   |
| 8860 | 9860 | Outras Indenizações   |
| 8888 | 9688 | Anulação de Despesa no Exercício  |

Tela Inicial

Imprimir


Exportar Excel



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQsmodulo=3761>
<https://trilog-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303



© 2017 ANATEL

Sistemas Interativos

Menu Principal

0123450320647589:20 0:47589:20

000

00007602%8320

00<=>?@ABCD<=EF=?GHI=DJCDK>BGJCJLMMM

|                              |               |                |                        |               |               |             |             |               |              |   |       |
|------------------------------|---------------|----------------|------------------------|---------------|---------------|-------------|-------------|---------------|--------------|---|-------|
| NOPQRSTRUQVWXYZ[0:]^_        |               |                |                        |               |               |             |             |               |              |   |       |
| U`ab\0cdefcgehhijgggkll      |               |                |                        |               |               |             |             |               |              |   |       |
| mnopqRrsnmnmntunRvNon        |               |                |                        |               |               |             |             |               |              |   |       |
| `qut                         | U`abwUax      | t`Nponot<br>uU | U`ab                   | Unmrq         | yZSz<br>UQZ[W | anmNz<br>q` | anmNz<br>a` | {tm p}q{ Npaq | sx us`pUpapq |   |       |
| ~□□□□□□<br>;□□□□□□<br>□□□□□□ | gqiehkfe<br>k | ~1<br>~1<br>~1 | cdefcgehhijgggkl<br>ii | 1<br>~1<br>~1 | g             | ll          | ll          | ة             | ll           | ; | 40_45 |
| ~1<br>~1<br>~1               | gqiehkfe<br>k | ~1<br>~1<br>~1 | cdefcgehhijgggkl<br>ii | 64            | d             | g\ gg       | g\ gg       | ة             | ll           | ; | 40_45 |
| ~1<br>~1<br>~1               | gqiehkfe<br>k | ~1<br>~1<br>~1 | cdefcgehhijgggkl<br>ii | 64            | g\ gg         | g\ gg       | g\ gg       | ة             | ll           | ; | 40_45 |

sWXOQ\RWw|w|RRRRRRRRRRSQ\RV

R

R



BOA TARDE  
CARLA FABIANE DA COSTA FERREIRA

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» Consolidado Participação e Composição | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

| Tipo de Consulta: CPF  |                |                      |                                    |                         |            |          |          |          |      |    |           |
|------------------------|----------------|----------------------|------------------------------------|-------------------------|------------|----------|----------|----------|------|----|-----------|
| CPF: 008.913.459-14    |                |                      |                                    |                         |            |          |          |          |      |    |           |
| NOME                   | CNPJ/CPF       | ENTIDADE MC          | CNPJ                               | CARGO                   | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
| AUGUSTO CESAR DE SOUZA | 008.913.459-14 | RADIO GUARAREMA LTDA | <a href="#">76.370.998/0001-88</a> | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0          | --       | --       | FM       | --   | SC | São José  |
|                        |                | CS COMUNICACAO LTDA  | <a href="#">02.576.011/0001-40</a> | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0          | --       | --       | FM       | --   | SC | Brusque   |
|                        |                | RADIO GUARAREMA LTDA | <a href="#">76.370.998/0001-88</a> | Sócio                   | 6          | 0,00%    | 0,00%    | FM       | --   | SC | São José  |
|                        |                | CS COMUNICACAO LTDA  | <a href="#">02.576.011/0001-40</a> | Sócio                   | 1          | 0,00%    | 0,00%    | FM       | --   | SC | Brusque   |

Usuário: 69004900187 - CARLA FABIANE DA COSTA FERREIRA

Data: 26/02/2024

Hora: 13:22:04



Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

| Tipo de Consulta: |                | CPF                  |                    |       |            |          |          |          |      |    |           |
|-------------------|----------------|----------------------|--------------------|-------|------------|----------|----------|----------|------|----|-----------|
| CPF:              |                | 289.833.609-25       |                    |       |            |          |          |          |      |    |           |
| NOME              | CNPJ/CPF       | ENTIDADE MC          | CNPJ               | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
| THEREZA BACK      | 289.833.609-25 | RADIO GUARAREMA LTDA | 76.370.998/0001-88 | Sócio | 54         | 0,00%    | 0,00%    | FM       | --   | SC | São José  |
|                   |                | CS COMUNICACAO LTDA  | 02.576.011/0001-40 | Sócio | 38         | 0,00%    | 0,00%    | FM       | --   | SC | Brusque   |

Usuário: 69004900187 - CARLA FABIANE DA COSTA FERREIRA

Data: 26/02/2024

Hora: 13:22:12





BOA TARDE  
CARLA FABIANE DA COSTA FERREIRA  
Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

|                   |          |
|-------------------|----------|
| Dados da consulta | Consulta |
|-------------------|----------|

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

|                   |                    |
|-------------------|--------------------|
| Tipo de Consulta: | CNPJ               |
| CNPJ:             | 76.370.998/0001-88 |

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 69004900187 - CARLA FABIANE DA COSTA FERREIRA      Data: 26/02/2024      Hora: 13:22:34



b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Privada  
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada  
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

**NOTA TÉCNICA Nº 3257/2024/SEI-MCOM**

**PROCESSO: 53115.025051/2022-37**

**INTERESSADO: RÁDIO GUARAREMA LTDA.**

**ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da RÁDIO GUARAREMA LTDA, no qual foi manifestado o interesse na renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, adaptada para o serviço de radiodifusão de frequência modulada, no Município de São José/SC, referente ao seguinte período: 07/04/2023 a 07/04/2033.

**ANÁLISE**

2. Inicialmente, deve-se registrar que a análise dos pedidos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens leva em consideração as disposições constantes, em especial, na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967, bem como no Decreto nº 52.795/1963.

3. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela Entidade, restando concluído que, para a regularização do pedido, a interessada deverá apresentar os seguintes documentos:

**RELATIVOS À ENTIDADE E AOS SÓCIOS**

3.1. certidão simplificada emitida pela Junta Comercial (ou órgão de registro equivalente), atualizada, em que conste o quadro societário e diretivo da Entidade;

3.2. prova de regularidade perante a Fazenda municipal (ou distrital) da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;

3.3. comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, dos sócios e diretores, feita por apresentação de: (i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) declaração de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) carteira de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social; ou (vii) passaporte.

Obs.: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF NÃO serão aceitos para comprovar a nacionalidade.

**CONCLUSÃO**

4. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no **(trinta) dias**, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos, conforme **parágrafo 3º**, na forma da Portaria nº 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 20 de maio de 2023.

À consideração superior.

Documento assinado por delegação da Secretaria de Comunicações Social Eletrônica, na forma da Portaria n.º 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no D.O.U. de 18 de maio de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira, Assistente Técnico**, em 26/02/2024, às 14h37min, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11390490** e o código CRC **92876243**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.025051/2022-37

Documento nº 11390490

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Privada  
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada  
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 6434/2024/MCOM

Brasília, 26 de fevereiro de 2024.

Ao (À) Senhor (a)  
Representante Legal da  
**RÁDIO GUARAREMA LTDA (CNPJ Nº 76.370.998/0001-88)**  
Rua Renato Ramos da Silva nº 239 - Barreiros  
88.110-015 - São José/SC

**ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NOTIFICAÇÃO. NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO OU ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 53115.025051/2022-37.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da Nota Técnica nº 3257/2024/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência deste Ministério das Comunicações, **no prazo de 30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento desta notificação.
2. **A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:**
  - **Protocolo Digital do MCom** (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).
3. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.
4. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, com o qual o pleito seja analisado.**
5. A não apresentação da documentação no tempo e modo adequados poderá ensejar a adoção de medidas administrativas cabíveis.
6. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Documento assinado por delegação da Secretaria de Comunicações Social Eletrônica, na forma da Portaria n.º 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no D.O.U. de 18 de maio de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira, Assistente Técnico**, em 26/02/2024, às 14h30m, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11390491** e o código CRC **156DCF52**.

---

**Anexos:**

- Nota Técnica nº 3257/2024 (11390490)

---

**Referência:** Processo nº 53115.025051/2022-37

Documento nº 11390491

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

Data de Envio  
26/02/2024 14:39:15

De  
MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <sei@mcom.gov.br>

Para  
G.FINANCEIRO@RADIOGUARAREMA.COM.BR

Assunto  
ENVIO DE CORRESPONDENCIA OFICIAL DO MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

Mensagem  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº: 53115.025051/2022-37

INTERESSADA: RÁDIO GUARAREMA LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo de renovação acima referenciado, no âmbito do Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.  
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexas  
Oficio\_11390491.html  
Nota\_Tecnica\_11390490.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303

# Cadastro para acesso ao SEI

## CADSEI

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Relatório   Consultar   Sair

Consultar e-mails

☐ CPF

☒ CNPJ

CNPJ: 76.370.998/0001-88

Razão Social

Pesquisar

10 1 / 1

| Razão Social         | CNPJ               | Emails                      |
|----------------------|--------------------|-----------------------------|
| RADIO GUARAREMA LTDA | 76.370.998/0001-88 | G.FINANCEIRO@RADIOGUARAREMA |

10 1 / 1

MCTIC/SE/SPOA/CGTI/COINF/DSIS - Divisão de Desenvolvimento de Sistemas

sistema.mctic.gov.br/CADSEIWeb/pages/consulta-email.jsf



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.  
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303

Data de Envio  
26/02/2024 14:43:20

De  
MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <sei@mcom.gov.br>

Para  
espacodoradiodifusor@mcom.gov.br

Assunto  
ENVIO DE CORRESPONDENCIA OFICIAL DO MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

Mensagem  
Ao Espaço do Radiodifusor,

Prezados,

Informa-se que, no âmbito do Processo Administrativo nº 53115.025051/2022-37, foi encaminhada notificação à RÁDIO GUARAREMA (76.370.998/0001-88), solicitando a complementação da instrução processual. Sendo assim, encaminha-se o presente e-mail ao Espaço do Radiodifusor - ESRAD, para a adoção das providências cabíveis, devendo ser encaminhado ao referido processo administrativo o documento comprobatório das medidas adotadas.

Atenciosamente,

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Anexos  
Nota\_Tecnica\_11390490.html  
Oficio\_11390491.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303

Data de Envio  
26/02/2024 16:33:27

De  
MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <sei@mcom.gov.br>

Para  
g.financeiro@radioguararema.com.br

Assunto  
ENVIO DE CORRESPONDENCIA OFICIAL DO MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

Mensagem  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº: 53115.025051/2022-37

INTERESSADA: RÁDIO GUARAREMA LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo de renovação acima referenciado, no âmbito do Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.  
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexas  
Nota\_Tecnica\_11390490.html  
Oficio\_11390491.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303

Data de Envio

09/04/2024 15:25:47

De

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>

Para

cgfm@mcom.gov.br

Assunto

Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Mensagem

Processo nº: 53115.025051/2022-37

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga de RÁDIO GUARAREMA LTDA (CNPJ nº 76.370.998/0001-88), executante do serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São José/SC, ou de Processo de Apuração de Infração em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de processo administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303

**RE: Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial**

Inez Joffily França &lt;inez.franca@mcom.gov.br&gt;

Ter, 09/04/2024 16:27

Para: COREP &lt;corep@mcom.gov.br&gt;

Processo nº: 53115.025051/2022-37

Prezado(a),

Informa-se que, apesar da emissora de RÁDIO GUARAREMA LTDA (CNPJ nº 76.370.998/0001-88), executante do serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São José/SC, responder ao processo nº 53900.072323/2015-11

, não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de CASSAÇÃO de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te,

---

**De:** MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>**Enviado:** terça-feira, 9 de abril de 2024 15:25**Para:** cgfm <cgfm@mcom.gov.br>**Assunto:** Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Processo nº: 53115.025051/2022-37

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO GUARAREMA LTDA (CNPJ nº 76.370.998/0001-88), executante do serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São José/SC, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

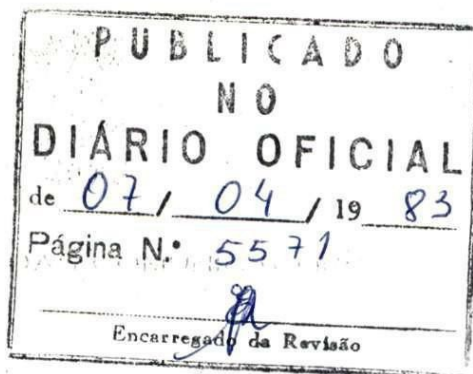
Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[office.com/mail/none/id/AAMkAGI5NTJlMDQwLWRkODIhNGY4NC05ZDYxLWQ0OTczNTM2MDY5NQBGAAAAAAD31SCGCRSW...](https://office.com/mail/none/id/AAMkAGI5NTJlMDQwLWRkODIhNGY4NC05ZDYxLWQ0OTczNTM2MDY5NQBGAAAAAAD31SCGCRSW...) 1/1

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303



Portaria n.º 60, de 4 de 4 de 1983

**O Ministro de Estado DAS**  
COMUNICAÇÕES, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 1º  
do Decreto nº 70.568, de 18 de maio de 1972, e o artigo 32 do Re-  
gulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº  
52.795, de 31 de outubro de 1963, alterado pelo Decreto nº 88.067,  
de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Proces-  
so MC nº 9.584/82 (Edital nº 60/82),

**R E S O L V E :**

I - Outorgar permissão à RÁDIO GUARAREMA LTDA.  
para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, e sem direito de ex-  
clusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média de âmbi-  
to local, na cidade de São José, Estado de Santa Catarina.

II - A permissão ora outorgada reger-se-á de acor-  
do com o Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes  
e seus regulamentos e, cumulativamente, com os preceitos e obriga-  
ções enumerados no artigo 28 do Regulamento dos Serviços de Rádio.



46

difusão, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983.

III - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

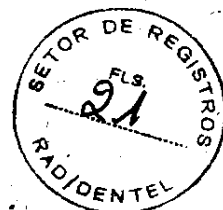


HAROLDO CORRÊA DE MATTOS  
Ministro de Estado das Comunicações



178-2

PUBLICADO  
NO  
DIÁRIO OFICIAL  
de 15 / 12 / 1994  
Página N.º 19455  
Encarregado da Redação



DECRETO DE 14 DE DEZEMBRO DE 1994

X

Renova a concessão da Rádio Guararema Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de São José, Estado de Santa Catarina.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 64, inciso IV, e 223 da Constituição, e nos termos do art. 62, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo nº 50820.000907/92-76,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por mais dez anos, a partir de 7 de abril de 1993, a concessão da Rádio Guararema Ltda., sendo mantido o prazo residual da outorga conforme Decreto de 10 de maio de 1991, alterado pelo Decreto de 14 de outubro de 1994, para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de São José, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este Decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 14 de dezembro de 1994; 173º da Independência e 106º da República.

INOCÊNCIO DE OLIVEIRA  
Djalma Bastos de Moraes

Nota: Aguardando Decreto Legislativo confirmando esta renovação.





# Diário Oficial

Seção 1

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - IMPRENSA NACIONAL

Ano CXXXVII Nº 165-E Brasília - DF, sexta-feira, 27 de agosto de 1999 R\$ 1,34

NÃO PODE SER VENDIDO SEPARADAMENTE

## Sumário

|  | PÁGINA |
|--|--------|
| Atos do Congresso Nacional .....                     | 1      |
| Atos do Senado Federal .....                         | 1      |
| Ministério da Justiça .....                          | 1      |
| Ministério da Fazenda .....                          | 3      |
| Ministério dos Transportes .....                     | 9      |
| Ministério da Educação .....                         | 9      |
| Ministério da Cultura .....                          | 13     |
| Ministério do Trabalho e Emprego .....               | 14     |
| Ministério da Previdência e Assistência Social ..... | 15     |
| Ministério da Saúde .....                            | 19     |
| Ministério de Minas e Energia .....                  | 38     |
| Ministério das Comunicações .....                    | 38     |
| Ministério da Ciência e Tecnologia .....             | 41     |
| Tribunal de Contas da União .....                    | 41     |
| Poder Judiciário .....                               | 62     |
| Índice: vide caderno não-eletrônico                  |        |

## Ministério da Justiça

### SEECRETARIA EXECUTIVA

#### Subsecretaria de Planejamento e Orçamento

PORTARIA Nº 13, DE 25 DE AGOSTO DE 1999

O SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria nº 700, de 13.11.97, e tendo em vista a Lei nº 9.692, de 27 de julho de 1998 e a Portaria SOF/MOG nº 1, de 25 de março de 1999, resolve:

Art. 1º - Promover, na forma do Anexo a esta Portaria, a modificação da modalidade de aplicação de dotações orçamentárias da Unidade 30101 - Ministério da Justiça, constante da Lei nº 9.598, de 30 de dezembro de 1997.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADÉLIO CLÁUDIO BASILE MARTINS

#### JUSTIFICATIVA

A modificação da modalidade de Aplicações Diretas (3490), para Transferências a Organismos Internacionais (3472), de Transferências Intergovernamentais a Estados e ao Distrito Federal (3430) e (4530), para Transferências a Instituições Privadas (3450) e (4550), para Transferências a Organismos Internacionais (3472) e Aplicações Diretas (3490) (4590), respectivamente, tem por finalidade adequar as dotações orçamentárias, visando atender Acordos de Cooperação Internacional assinados, com o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para Mulheres - UNIFEM - Projetos BRA/W01/96 e Projeto BRA/W02/98, para desenvolver ações na área do Conselho da Mulher e do Departamento da Criança e do Adolescente referentes ao combate ao abuso sexual e exploração de mulheres jovens no Brasil, o Projeto BRA/96/013 - Cidadania e Direitos Humanos, com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD e com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Cultura e a Ciência - UNESCO o Projeto 914/BRA55 - para Apoiar a Implementação e Acompanhamento do Programa Nacional dos Direitos Humanos, todos contemplando ações inerentes ao Departamento da Criança e do Adolescente, Departamento dos Direitos Humanos e do Conselho Nacional do Direito da Criança e do Adolescente, enfatizando também o fortalecimento Institucional desta Secretaria, que estão sendo executados em parceria com organismos estaduais e organizações não governamentais.

A troca das modalidades de Aplicações de: Transferências Intergovernamentais a Estados e ao Distrito Federal (3430) (4530), Aplicações Diretas (3490), Transferências Intergovernamentais a Municípios (3440) (4540), Transferências a Instituições Privadas (3450), para Transferências a Organismos Internacionais (3472), Transferências a Instituições Privadas (4550) e Transferências Intergovernamentais a Municípios (3440), tem por objetivo atender as necessidades de ajustes orçamentários para executar Projetos relevantes, como: realização de diagnóstico para a criação e instalação de Conselhos de Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência e realização de capacitação para implantação dos mesmos que serão realizados em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD; capacitação na área de acessibilidade em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Cultura e a Ciência - UNESCO, bem como, viabilizar a execução do projeto Cidade para Todos" buscando realizar adaptações em cidades turísticas na qual serão realizadas as comemorações dos 500 anos do descobrimento e apoio ao projeto apresentado pela Sociedade de Amparo aos paraplegicos do Nordeste.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 439, de 11 de setembro de 1997, que renova por dez anos, a partir de 22 de agosto de 1993, a permissão outorgada a "RBS - Empresa Catarinense de Comunicações Ltda." para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 26 de agosto de 1999  
Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES  
Presidente

(Of. El. nº 46/99)

## Atos do Senado Federal

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo a seguinte

#### RESOLUÇÃO Nº 33, DE 1999

Autoriza a União a contratar operação de rescalonamento de seus créditos junto à República da Guiné, oriundos de operações de financiamento do Fundo de Financiamento à Exportação - Finex, no montante de US\$ 11.326.588,45 (onze milhões, trezentos e vinte e seis mil, quinhentos e oitenta e oito dólares norte-americanos e quarenta e cinco centavos).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a União autorizada, nos termos do art. 52, inciso V, da Constituição Federal, a celebrar contrato de rescalonamento de seus créditos junto à República da Guiné, oriundos de operações de financiamento do Fundo de Financiamento à Exportação - Finex, no montante de US\$ 11.326.588,45 (onze milhões, trezentos e vinte e seis mil, quinhentos e oitenta e oito dólares norte-americanos e quarenta e cinco centavos).

Parágrafo único. O rescalonamento definido neste artigo dar-se-á nos termos do Contrato de Reestruturação de Débitos, firmado com o Brasil em 5 de outubro de 1998, e em conformidade com a Ata de Entendimentos para Consolidação da Dívida da Guiné, de 26 de fevereiro de 1998, negociado no âmbito do Clube de Paris.

Art. 2º O valor da dívida afetada corresponde a 100% (cem por cento) do principal, juros e juros de mora devidos até 31 de dezembro de 1996, incluindo, ainda, os juros sobre atrasados, observadas as seguintes condições financeiras básicas:

I - valor rescalonado: US\$ 11.326.588,45 (onze milhões, trezentos e vinte e seis mil, quinhentos e oitenta e oito dólares norte-americanos e quarenta e cinco centavos);

II - condições de pagamento: sessenta e seis parcelas semestrais, em percentuais crescentes de 0,16% (dezesseis centésimos por cento) a 5,06% (cinco inteiros e seis centésimos por cento), sendo o primeiro pagamento em 31 de dezembro de 1998, no valor de US\$ 18.122,54 (dezoito mil, cento e vinte e dois dólares norte-americanos e cinquenta e quatro centavos), e o último em 30 de junho de 2031, no valor de US\$ 573.125,40 (quinhentos e setenta e três mil, cento e vinte e cinco dólares norte-americanos e quarenta centavos);

III - taxa de juros: Libor semestral acrescida de margem de 1% a.a. (um por cento ao ano), arredondada para o mais próximo múltiplo de 1/16 (um dezesseis avo) de um ponto percentual e reduzida de 50% (cinquenta por cento), em termos de valor presente líquido, conforme tabela elaborada pelo Clube de Paris;

IV - juros de mora: 1% a.a. (um por cento ao ano) acima da taxa de juros.

Art. 3º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo máximo de quinhentos e quarenta dias, contado a partir de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 26 de agosto de 1999  
Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES  
Presidente

(Of. El. nº 46/99)

## Atos do Congresso Nacional

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 69, DE 1999

Aprova o ato que renova a concessão da "Rádio Guararema Ltda." para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São José, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 14 de dezembro de 1994, que renova por dez anos, a partir de 7 de abril de 1993, a concessão da "Rádio Guararema Ltda." para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São José, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 26 de agosto de 1999  
Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES  
Presidente

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 70, DE 1999

Aprova o ato que renova a permissão outorgada a "RBS - Empresa Catarinense de Comunicações Ltda." para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina.

76.370.998/0001-88

275-816



!

=>>?@ABC>DEFGEH>I?J>GKELMJ?DN?DQGRSM?P?DQGRSM@EMEHD?>JGRSM@

VWXYZ[ ] ^ \_ ' YZYab\_

[c]bW\ \_a] [ ] b \_ a] W ^ Y Y d \_ a

e"i3gh28e8ighg9g0efheg2"9g09"jjkg  
4hfe"i1 9mf-; fn9e'9#mo-  
"j4p98""eh99h%&m8.g3%q36  
9 9 \$##m\$' l 9m4"f38j  
j8g0rf8h6f; fn9e'9#mo-  
g;s"eg"h%&m8.t\$8&m#9&f9  
98#mj g #3u9#%g8.f998#m  
j q78v \$938'6 8 9\$w%9o9 )#6#  
%#%w9j -  
i8xy098h"h\$&m#eh99 m"%z  
9.v \$98.9.9 n9-  
2heh"hij80heifh" { 345-x9'##6  
39 9#""99v \$96e\$ '.968 &#98 9  
\$&#6j#-f3\$38o8\$9#9g9  
%\$8#-; fn9e'9#mo-

e"i3gh28e8ighg9g0efheg2"9g09"jjkg  
4hfe"i1 9mfn9298#4'9 #-  
"j4p98""eh99h%&m8.g3%q36  
9 9 \$##m\$' l 9m4"f38j  
j8g0rf8h6f9298#4'9 #-  
g;s"eg"h%&m8.t\$8&m#9&f9  
98#mj g #3u9#%g8.f998#m  
j q78v \$938'6 8 9\$w%9j h ( 9  
4'9 6#4 n-  
i8xy098h"h\$&m#eh99 m"%z  
9.v \$98.9.9 n9-  
2heh"hij80heifh" { 345-x9'##6  
39 9#""99v \$96e\$ '.968 &#98 9  
\$&#6h1t 378#x89m# 9 9#fn9  
298#4'9 #-

e"i3gh28e8ighg9g0efheg2"9g09"jjkg  
4hfe"i1 9mfn94'u e89o-  
"j4p98""eh99h%&m8.g3%q36  
9 9 \$##m\$' l 9m4"f38j  
j8g0rf8h6f94'u e89o-  
g;s"eg"h%&m8.t\$8&m#9&f9  
98#mj g #3u9#%g8.f998#m  
j q78v \$938'6 8 9\$w%9jmo8 &6  
#39 #x9#-  
i8xy098h"h\$&m#eh99 m"%z  
9.v \$98.9.9 n9-  
2heh"hij80heifh" { 345-x9'##6  
39 9#""99v \$96e\$ '.968 &#98 9  
\$&#6o\$-uff99s9 9 9#fn9  
" #- \$9o-

e"i3gh28e8ighg9g0efheg2"9g09"jjkg  
4hfe"i1 9mfn94'u e89o-  
"j4p98""eh99h%&m8.g3%q36  
9 9 \$##m\$' l 9m4"f38j  
j8g0rf8h6f94'u e89o-  
g;s"eg"h%&m8.t\$8&m#9&f9  
98#mj g #3u9#%g8.f998#m  
j q78v \$938'6 8 9\$w%9j 6  
#3 )m-  
i8xy098h"h\$&m#eh99 m"%z  
9.v \$98.9.9 n9-  
2heh"hij80heifh" { 345-x9'##6  
39 9#""99v \$96e\$ '.968 &#98 9  
\$&#6j-o89zf98 e9t9o 9 9#  
fn94u'e89o-

e"i3gh28e8ighg9g0efheg2"9g09"jjkg  
4hfe"i1 9mfn998'8x8 9o-  
"j4p98""eh99h%&m8.g3%q36  
9 9 \$##m\$' l 9m4"f38j  
j8g0rf8h6f998'8x8 9o-  
g;s"eg"h%&m8.t\$8&m#9&f9  
98#mj g #3u9#%g8.f998#m  
j q78v \$938'6 8 9\$w%9x8 96#  
)9-  
i8xy098h"h\$&m#eh99 m"%z  
9.v \$98.9.9 n9-  
2heh"hij80heifh" { 345-x9'##6  
39 9#""99v \$96e\$ '.968 &#98 9  
\$&#6j-"3 8'g 9998 ) %\$8  
fn998'8x8 9o-

e"i3gh28e8ighg9g0efheg2"9g09"jjkg  
4hfe"i1 9mh'.fn9j\$9o-  
"j4p98""eh99h%&m8.g3%q36  
9 9 \$##m\$' l 9m4"f38j  
j8g0rf8h6h'.fn9j\$9o-

"\$8% #99\$ &('9\$)%\*+,-.-,+8 9\$9-.)6  
%\$9.03454441

g;s"eg"h%&m8.t\$8&m#9&f9  
98#mj g #3u9#%g8.f998#m  
j q78v \$938'6 8 9\$w%93\$;6#  
x 0-  
i8xy098h"h\$&m#eh99 m"%z  
9.v \$98.9.9 n9-  
2heh"hij80heifh" { 345-x9'##6  
39 9#""99v \$96e\$ '.968 &#98 9  
\$&#6j-e\$w#939z39 %\$8h'.fn9  
j\$9o-

e"i3gh28e8ighg9g0efheg2"9g09"jjkg  
4hfe"i1 9mq8 &m0#j );9 #-)-  
"j4p98""eh99h%&m8.g3%q36  
9 9 \$##m\$' l 9m4"f38j  
j8g0rf8h6q8 &m0#j );9 #-)-  
g;s"eg"h%&m8.t\$8&m#9&f9  
98#mj g #3u9#%g8.f998#m  
j q78v \$938'6 8 9\$w%9j h ( 9  
s8#6#j9-  
i8xy098h"h\$&m#eh99 m"%z  
9.v \$98.9.9 n9-  
2heh"hij80heifh" { 345-x9'##6  
39 9#""99v \$96e\$ '.968 &#98 9  
\$&#6sm09' #j #8z 294'9 q8  
&m0#j );9 #-)-

e"i3gh28e8ighg9g0efheg2"9g09"jjkg  
4hfe"i1 9mfn9989:098zo-  
"j4p98""eh99h%&m8.g3%q36  
9 9 \$##m\$' l 9m4"f38j  
j8g0rf8h6f9989:098zo-  
g;s"eg"h%&m8.t\$8&m#9&f9  
98#mj g #3u9#%g8.f998#m  
j q78v \$938'6 8 9\$w%9098z6#  
f9x 0-  
i8xy098h"h\$&m#eh99 m"%z  
9.v \$98.9.9 n9-  
2heh"hij80heifh" { 345-x9'##6  
39 9#""99v \$96e\$ '.968 &#98 9  
\$&#6j-e\$w#939z39 %\$8fn9989:  
098zo-

e"i3gh28e8ighg9g0efheg2"9g09"jjkg  
4hfe"i1 9mfn9298#889o-  
"j4p98""eh99h%&m8.g3%q36  
9 9 \$##m\$' l 9m4"f38j  
j8g0rf8h6f9298#889o-  
g;s"eg"h%&m8.t\$8&m#9&f9  
98#mj g #3u9#%g8.f998#m  
j q78v \$938'6 8 9\$w%98896#  
x9n#-  
i8xy098h"h\$&m#eh99 m"%z  
9.v \$98.9.9 n9-  
2heh"hij80heifh" { 345-x9'##6  
39 9#""99v \$96e\$ '.968 &#98 9  
\$&#6j-s#uq9#;. #0 %\$8fn9  
298#889o-

e"i3gh28e8ighg9g0efheg2"9g09"jjkg  
4hfe"i1 9mfn9x8o-  
"j4p98""eh99h%&m8.g3%q36  
9 9 \$##m\$' l 9m4"f38j  
j8g0rf8h6f9x8o-  
g;s"eg"h%&m8.t\$8&m#9&f9  
98#mj g #3u9#%g8.f998#m  
j q78v \$938'6 8 9\$w%9jms#u6#  
j 99-  
i8xy098h"h\$&m#eh99 m"%z  
9.v \$98.9.9 n9-  
2heh"hij80heifh" { 345-x9'##6  
39 9#""99v \$96e\$ '.968 &#98 9  
\$&#6h8.8#9u#j8z %\$% '.fn9  
x8o-

e"i3gh28e8ighg9g0efheg2"9g09"jjkg  
4hfe"i1 9mfn9s ""8 n%9#o-  
"j4p98""eh99h%&m8.g3%q36  
9 9 \$##m\$' l 9m4"f38j  
j8g0rf8h6f9s ""8 n%9#o-  
g;s"eg"h%&m8.t\$8&m#9&f9  
98#mj g #3u9#%g8.f998#m  
j q78v \$938'6 8 9\$w%9j 98z  
9n'96#;-  
i8xy098h"h\$&m#eh99 m"%z  
9.v \$98.9.9 n9-  
2heh"hij80heifh" { 345-x9'##6  
39 9#""99v \$96e\$ '.968 &#98 9  
\$&#6s#9#0 9 9#fn9s  
"8 n%9#o-

e"i3gh28e8ighg9g0efheg2"9g09"jjkg  
4hfe"i1 9mfn9o93## #-  
"j4p98""eh99h%&m8.g3%q36  
9 9 \$##m\$' l 9m4"f38j  
j8g0rf8h6f9o93## #-  
g;s"eg"h%&m8.t\$8&m#9&f9  
98#mj g #3u9#%g8.f998#m  
j q78v \$938'6 8 9\$w%93##/6#  
f9x 0-

i8xy098h"h\$&m#eh99 m"%z  
9.v \$98.9.9 n9-  
2heh"hij80heifh" { 345-x9'##6  
39 9#""99v \$96e\$ '.968 &#98 9  
\$&#6j-e\$9#939z39 %\$8fn9o9  
3## #-

e"i3gh28e8ighg9g0efheg2"9g09"jjkg  
4hfe"i1 9m"\$%#98 9\$&m00  
#o-  
"j4p98""eh99h%&m8.g3%q36  
9 9 \$##m\$' l 9m4"f38j  
j8g0rf8h6"\$%#98 9\$&m00#  
o-  
g;s"eg"h%&m8.t\$8&m#9&f9  
98#mj g #3u9#%g8.f998#m  
j q78v \$938'6 8 9\$w%9h%9\$6#  
h'-  
i8xy098h"h\$&m#eh99 m"%z  
9.v \$98.9.9 n9-  
2heh"hij80heifh" { 345-x9'##6  
39 9#""99v \$96e\$ '.968 &#98 9  
\$&#639o8\$9e /9\$9 %\$8'\$  
"%#98 9\$&#00#o-

e"i3gh28e8ighg9g0efheg2"9g09"jjkg  
4hfe"i1 9mq8 &m#q##-  
"j4p98""eh99h%&m8.g3%q36  
9 9 \$##m\$' l 9m4"f38j  
j8g0rf8h6q8 &m#q##-  
g;s"eg"h%&m8.t\$8&m#9&f9  
98#mj g #3u9#%g8.f998#m  
j q78v \$938'6 8 9\$w%998z9j8'6  
#h\$-  
i8xy098h"h\$&m#eh99 m"%z  
9.v \$98.9.9 n9-  
2heh"hij80heifh" { 345-x9'##6  
39 9#""99v \$96e\$ '.968 &#98 9  
\$&#6s#9q90#\$9 %\$8 &#  
q8 &m#q##-

e"i3gh28e8ighg9g0efheg2"9g09"jjkg  
4hfe"i1 9mq8 &m2s789-  
"j4p98""eh99h%&m8.g3%q36  
9 9 \$##m\$' l 9m4"f38j  
j8g0rf8h6q8 &m2s789-  
g;s"eg"h%&m8.t\$8&m#9&f9  
98#mj g #3u9#%g8.f998#m  
j q78v \$938'6 8 9\$w%9eu0#  
hz #-  
i8xy098h"h\$&m#eh99 m"%z  
9.v \$98.9.9 n9-  
2heh"hij80heifh" { 345-x9'##6  
39 9#""99v \$96e\$ '.968 &#98 9  
\$&#6ju.9'89# 9 9 9#q8 &m2  
s789-

e"i3gh28e8ighg9g0efheg2"9g09"jjkg  
4hfe"i1 9mq8 &m0#j )h%\$9-  
"j4p98""eh99h%&m8.g3%q36  
9 9 \$##m\$' l 9m4"f38j  
j8g0rf8h6q8 &m0#j )h%\$9-  
g;s"eg"h%&m8.t\$8&m#9&f9  
98#mj g #3u9#%g8.f998#m  
j q78v \$938'6 8 9\$w%9h%9\$6#  
jm48'-  
i8xy098h"h\$&m#eh99 m"%z  
9.v \$98.9.9 n9-  
2heh"hij80heifh" { 345-x9'##6  
39 9#""99v \$96e\$ '.968 &#98 9  
\$&#6j-2f t 8 2#s h#9# 4#9 q8  
&m0#j )h%\$9-

e"i3gh28e8ighg9g0efheg2"9g09"jjkg  
4hfe"i1 9mf998'8h%8\$ o-  
"j4p98""eh99h%&m8.g3%q36  
9 9 \$##m\$' l 9m4"f38j  
j8g0rf8h6f998'8h%8\$ o-  
g;s"eg"h%&m8.t\$8&m#9&f9  
98#mj g #3u9#%g8.f998#m  
j q78v \$938'6 8 9\$w%9h%8\$ 6#  
4 n-  
i8xy098h"h\$&m#eh99 m"%z  
9.v \$98.9.9 n9-  
2heh"hij80heifh" { 345-x9'##6  
39 9#""99v \$96e\$ '.968 &#98 9  
\$&#6j-99 t 9# t 98. \$9 9 9#998'  
8h%8\$ o-

e"i3gh28e8ighg9g0efheg2"9g09"jjkg  
4hfe"i1 9mh' #998#mo-  
"j4p98""eh99h%&m8.g3%q36  
9 9 \$##m\$' l 9m4"f38j  
j8g0rf8h6fh% #998#mo-  
g;s"eg"h%&m8.t\$8&m#9&f9  
98#mj g #3u9#%g8.f998#m  
j q78v \$938'6 8 9\$w%93\$%n6#  
h%-  
i8xy098h"h\$&m#eh99 m"%z  
9.v \$98.9.9 n9-





1

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

**PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP:** 00738.000159/2023-12

**INTERESSADO:** Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)

**ASSUNTO:** Renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial)

**Ementa:** PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00738.000159/2023-12. ÓRGÃO DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - (SECOE). DIREITO ADMINISTRATIVO. RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL). ANÁLISE DE PEDIDOS ADMINISTRATIVOS. MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL.

I. Manifestação Jurídica Referencial (MJR) disciplinada pela Orientação Normativa (ON/AGU) nº 55, de 2014, e pela Portaria Normativa (CGU/AGU) nº 05, de 2022;

II. Análise de pedidos de renovação de outorga para continuidade da prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial);

III. Dispensa da realização de análise jurídica individualizada de processos administrativos que envolvam a renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, sendo necessária a observância das recomendações apresentadas na MJR;

IV. Em caso de dúvida de caráter jurídico, a consulta deve ser encaminhada para análise da Consultoria Jurídica;

V. MJR com validade de dois anos ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa.

**I – RELATÓRIO**

1. Por meio do **Ofício Interno nº 42345/2023/MCOM**, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica deste Ministério encaminha a esta Consultoria Jurídica subsídios para avaliação sobre a emissão de Manifestação Jurídica Referencial (MJR) que abranja a análise de pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), com fundamento no art. 223, § 5º, da Constituição Federal (CF); no art. 33, § 3º, c/c o art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT); e no art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprovou o Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR).

2. Inicialmente, é oportuno registrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do **DESPACHO n. 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, solicitou informações à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) a respeito do quantitativo de processos administrativos que versam sobre a renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

1. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) encaminha quantidade expressiva de Processos Administrativos a esta Consultoria, cujo teor versa sobre a análise jurídico-formal relacionada à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora.

2. Diante da similitude dos casos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, é necessário consultar sobre o volume de processos administrativos sobre o assunto que podem ser enviados a esta Consultoria Jurídica.

3. A obtenção de informação atualizada sobre o quantitativo expressivo de processos a respeito à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora permitirá que esta Consultoria Jurídica avalie a necessidade da edição de PARECER REFERENCIAL sobre o assunto.

4. Convém informar que a Advocacia-Geral da União - AGU, por meio da Orientação Normativa AGU nº 55, de 23 de maio de 2014, disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos nos seguintes termos:

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.**

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

- a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
- b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303

5. Portanto, a elaboração de manifestações jurídicas referenciais se destina a casos em que haja grande volume de processos que envolvam questões jurídicas idênticas em que a atividade jurídica se restrinja à verificação do atendimento de exigências legais a partir de simples conferência de documentos. Esse tipo de manifestação jurídica tem por objetivo dar maior agilidade aos serviços administrativos, além de permitir que os membros da Advocacia-Geral da União se dediquem em maior medida a questões de natureza mais complexa.
6. Nos termos do art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 5, de 31 de março de 2023, a emissão de manifestações jurídicas referenciais demanda a demonstração da existência de elevado volume de processos sobre a matéria e que a análise individualizada impactaria de forma negativa a celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.
7. A análise de processos administrativos que tratem da renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora se enquadra num dos requisitos necessários para a elaboração de manifestação jurídica referencial, pois envolve a verificação do atendimento de exigências legais mediante a simples conferência de documentos, notadamente quando existe apenas uma entidade interessada na execução do serviço.
8. Deste modo, é importante que a SECOE preste os esclarecimentos necessários sobre o quantitativo de processos administrativos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, assim como se a emissão de parecer referencial sobre o assunto pode proporcionar maior celeridade na análise conclusiva da matéria.
9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis. Após o atendimento da referida solicitação, os autos devem retornar a esta Consultoria Jurídica para apreciação do assunto.

3. Em resposta à solicitação encaminhada por esta Consultoria Jurídica, a SECOE, por meio da **NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM**, apresentou os seguintes esclarecimentos sobre os processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

(...)

4. Inicialmente, deve-se destacar que o mencionado Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU fez alusão somente aos processos de renovação de outorga de radiodifusão sonora (Rádio), de modo que esta manifestação se restringe àquela tipologia de processo administrativo.
5. Como é sabido, os prazos das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão sonora podem ser renovados pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.
6. De acordo com o art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, a renovação de outorga constitui direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento de alguns requisitos. Vale dizer, a análise dos processos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão leva em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos; observância aos limites de outorgas tanto pelas concessionárias ou permissionárias quanto pelos seus respectivos sócios e dirigentes; bem como a regularidade fiscal, trabalhista, técnica da estação de radiodifusão e do quadro societário e diretivo das pessoas jurídicas.
7. Em suma, os parâmetros de análise e o respectivo fluxo processual encontram-se delimitados pela Constituição Federal, pela citada Lei nº 4.117/1962, pela Lei nº 5.785/1972, pelo Decreto-Lei nº 236/1967, pelo Decreto nº 52.795/1963 e pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023. Trata-se, pois, de procedimento administrativo que possui considerável regulamentação do Poder Público, por normativos de diferente grau hierárquico, o que demanda atenção na interpretação dos comandos legais durante a análise dos processos.
8. Não se pode esquecer, ademais, que, durante o exame dos pedidos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão, leva-se em consideração também as manifestações provenientes da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações.
9. Segundo o art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, com redação dada pela Lei nº 13.424/2017, as pessoas jurídicas interessadas na renovação das respectivas concessões e permissões dos serviços de radiodifusão deverão apresentar requerimento perante o Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, sendo permitida a execução do serviço em caráter precário, caso expire o prazo da outorga sem decisão sobre o pedido de renovação, a saber:  
Art. 4º As entidades que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão deverão dirigir requerimento ao órgão competente do Poder Executivo durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga.
10. Portanto, durante a análise dos requerimentos administrativos de renovação de outorga, busca-se identificar se os prazos legais previstos à época da protocolização do pedido foram devidamente observados pelas pessoas jurídicas interessadas na renovação (art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972).
11. Ocorre que há situações excepcionais que fogem à regra geral, como os diferentes casos em que o respectivo pedido de renovação fora apresentado após o encerramento do prazo legal e aqueles em que há sobreposição de períodos de outorga, com manifestação de interesse na renovação da outorga somente no período de outorga mais atual. Além disso, há ainda os casos em que não foi encontrado o correspondente extrato do contrato de concessão ou permissão celebrado entre as partes, o que dificulta a contagem do prazo da outorga (10 anos para Rádio e 15 anos para TV) e a aferição do prazo para requerer a renovação (12 meses).
12. Em outras palavras, as situações não alcançadas pelo art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, que é a regra geral, exige uma análise mais cuidadosa das circunstâncias envolvidas, com forma de identificar a presença de elementos que autorizam a aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022, que tratam de regras excepcionais que autorizam, em tese, o conhecimento de pedido de renovação protocolados de forma extemporânea. Veja-se a dicção dos textos legais citados:



Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

Art. 3º As concessionárias ou permissionárias de serviços de radiodifusão que se encontrem com suas outorgas vencidas, e que não tenham solicitado a renovação da respectiva outorga até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), terão o prazo de 90 (noventa) dias para que se manifestem quanto ao interesse na continuidade da execução do serviço.

13. Os limites de outorga e os demais elementos correlacionados também fazem parte da análise dos processos de renovação de outorga, sendo aferidos mediante pesquisa ao Sistema de Acompanhamento e Controle Societário – SIACCO, no qual constam os registros de outorga por pessoa natural e por pessoa jurídica. O extrato do SIACCO é analisado à luz do que se encontra no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, no art. 38, alínea "g", da Lei nº 4.117/1962, no art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139/2013, *in verbis*:

#### **Decreto-Lei nº 236/1967**

Art 12. Cada entidade só poderá ter concessão ou permissão para executar serviço de radiodifusão, em todo o país, dentro dos seguintes limites:

I) Estações radiodifusoras de som:

a - Locais:

Ondas médias - 4

Frequência modulada - 6

b - Regionais:

Ondas médias - 3

Ondas tropicais - 3

sendo no máximo 2 por Estados

c - Nacionais:

Ondas médias - 2

Ondas curtas - 2

2) Estações radiodifusoras de som e imagem - 10 em todo território nacional, sendo no máximo 5 em VHF e 2 por Estado.

§ 1º - Cada estação de ondas curtas poderá, fora das limitações estabelecidas no artigo, utilizar uma ou várias frequências, que lhe tenham sido consignadas em leque.

§ 2º - Não serão computadas para os efeitos do presente artigo, as estações repetidoras e retransmissoras de televisão, pertencentes às estações geradoras.

§ 3º - Não poderão ter concessão ou permissão as entidades das quais faça parte acionista ou cotista que integre o quadro social de outras empresas executantes do serviço de radiodifusão, além dos limites fixados neste artigo.

§ 4º Os atuais concessionários e permissionários de serviços de radiodifusão, bem como os cotistas e acionistas dessas empresas, que não atendem às limitações estipuladas neste artigo, deverão a ele ir-se adaptando, na razão de vinte e cinco por cento (25%) do excesso ao ano, a contar de um ano da data da publicação desta lei. ([Redação dada pela Lei nº 5.397, de 1968](#))

§ 5º - Nenhuma pessoa poderá participar da direção de mais de uma empresa de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites estabelecidos neste artigo.

#### **Lei nº 4.117/1962**

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

[...]

g) a mesma pessoa não poderá participar da administração ou da gerência de mais de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade.

#### **Regulamento dos Serviços de Radiodifusão**

Art. 14. O procedimento licitatório terá início com a publicação de aviso no Diário Oficial da União, que deverá conter a indicação do local e as condições em que os interessados poderão obter o texto do edital, bem assim o local, a data e a hora para a apresentação das propostas para fins de habilitação e julgamento.

[...]

§ 3º A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não poderão ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade.

#### **Decreto nº 8.139/2013**

Art. 3º O deferimento do requerimento a que se refere o § 1º do art. 2º ficará condicionado à comprovação de:

[...]

§ 2º Deferido o pedido de que trata o § 1º do art. 2º, a entidade e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo ficarão submetidas ao limite de duas outorgas de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade objeto da adaptação, sem prejuízo da aplicação do limite previsto [no art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#), sobre suas outorgas de serviços de radiodifusão em outras localidades.

14. De modo geral, a documentação necessária para instruir o processo de renovação de outorga se encontra prevista no art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 10.775/2021, a saber:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de



habilitação:

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

V - prova de inscrição no CNPJ;

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e

XI - declaração de que:

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as [linhas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990](#).

15. Ademais, os processos de renovação de outorga são instruídos com os documentos que demonstram o atendimento ao que consta no art. 222, § 1º, da Constituição Federal, no art. 5º, § 1º, da Lei 12.485/2011, no art. 112, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023.

16. Com efeito, essa documentação se refere aos comprovantes de nacionalidade daqueles que figuram no corpo societário e diretivo das concessionárias ou permissionárias dos serviços de radiodifusão; à declaração firmada pelo representante legal asseverando que inexistente parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485/2011; à certidão emitida pela Agência Nacional de Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel e ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL; bem como à licença para funcionamento da estação de radiodifusão.

17. Explicitadas, portanto, as nuances envolvidas durante a análise dos processos de renovação de outorga, passe-se a responder os questionamentos consubstanciados no item 8 do referido Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

18. Em relação ao estoque processual, há aproximadamente 4.130 processos de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial em tramitação nesta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica. A edição de parecer referencial pode representar maior celeridade processual, por dispensar a análise individualizada de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações e, ao mesmo tempo, reduzir uma instância de deliberação daqueles feitos.

19. Por outro lado, o grau de detalhamento e complexidade exigido pela legislação de radiodifusão por ocasião do exame dos processos de renovação de outorga recomenda que eventual edição de parecer referencial explicita, na medida do possível, os casos excepcionais que porventura demandará análise individualizada da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações. A título exemplificativo, segue relação de situações peculiares que podem acontecer durante a análise desses processos, como forma de contribuir com o exame a ser levado a efeito pela unidade consultiva:

a) as hipóteses de aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022 quando envolver requerimentos apresentados após o encerramento do prazo legal;

b) as situações envolvidas na protocolização de requerimento de renovação antes do prazo previsto na legislação;

c) os casos excepcionais de aferição de limites quando o extrato do SIACCO revelar a presença de outorgas *aperfeiçoadas* e não *aperfeiçoadas* em quantidade acima do permitido;

d) os casos em que se constatar a presença de pessoas falecidas ou menores no quadro societário das pessoas jurídicas interessadas na renovação ou de registro de penhora ou bloqueio de cotas na certidão simplificada;

e) as situações envolvidas na sobreposição de 1 (um) ou mais períodos de outorga sem renovação aprovada pelo Congresso Nacional, conforme preconizado no art. 223, § 3º, da Constituição Federal;

f) os casos em que se constatar, durante a análise da renovação da outorga, a existência de processo administrativo de apuração de infração que tenha resultado ou que possa resultar na aplicação da penalidade de cassação da outorga; e

g) os casos em que houver o indeferimento do pedido de renovação de outorga;

20. Sendo assim, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica se manifesta pela devolução dos autos à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, para continuidade de sua análise.

4. É imperioso registrar que esta manifestação jurídica objetiva tratar de questões relacionadas à análise de processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão **sonora** empresarial (comercial). Portanto, a **não** trata de análise de pedido administrativo de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão de **sons e sons e** **gens**, assim como as renovações de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora comunitária ou com fins Autenticado eletronicamente, após conferência com original.



<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303

exclusivamente educativos.

5. Destaque-se, ainda, que esta MJR aplica-se aos pedidos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão **sonora** empresarial (comercial), aos quais sejam aplicáveis a atual redação do art. 113 do RSR, conforme o disposto no art. 5º do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021.

6. Em breve síntese, esse é o resumo do caso em questão.

## II – FUNDAMENTAÇÃO

### II.1 - UTILIZAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL

7. O excessivo envio de demandas repetitivas sobre assunto idêntico tem, indiscutivelmente, o efeito reflexo de tumultuar a atuação das unidades de assessoramento jurídico da Administração Pública Federal, dificultando o desempenho das suas atribuições institucionais.

8. Diante desse contexto, a Advocacia-Geral da União (AGU) editou a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, cujo teor versa sobre a possibilidade de elaboração de única manifestação jurídica referencial (MJR) para questões jurídicas envolvendo matérias idênticas e recorrentes:

#### ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

- a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
- b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

9. A MJR tem por finalidade a análise de todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, possibilitando a **dispensa da apreciação individualizada** pelos órgãos consultivos dos processos que sejam objeto de MJR. Com isso, há **ganho de eficiência**, já que os processos deixam de contar, necessariamente, com a análise individualizada de cada demanda, ficando a cargo da área técnica interessada o ateste de que aquele processo se amolda aos termos da manifestação referencial.

10. Ademais, o instituto contribui para a **uniformização** da atuação do órgão jurídico em matérias repetitivas, ou seja, idênticas e recorrentes, frequentemente submetidos à análise jurídica. Assim, entende-se que a MJR representa uma forma de tornar mais eficiente o trabalho dentro do órgão de assessoramento jurídico e da área técnica, além de estar pautado nos princípios da **celeridade** e da **economicidade administrativa**.

11. Deste modo, pode-se afirmar que a MJR consiste em parecer jurídico destinado a balizar todos os casos concretos, cujos contornos se amoldem ao formato do caso abstratamente analisado. Com efeito, o parecer referencial coaduna-se perfeitamente com o princípio constitucional da eficiência (art.37, *caput*, da Constituição Federal), na medida em que evita o encaminhamento desnecessário de diversos processos administrativos similares, que não possuem questão de natureza jurídica a ser enfrentada.

12. O Tribunal de Contas da União (TCU) endossa a utilização do parecer referencial, nos termos fixados pela Orientação Normativa n. 55/2014 da AGU:

9.2 Informar à Advocacia-Geral da União que o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo-a, ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma.” (Acórdão nº 2.674/2014-Plenário)

13. De acordo com a ON/AGU nº 55, de 2014, existem basicamente dois requisitos para que seja elaborada a MJR: (i) o **volume de processos com matéria repetida**; e (ii) a **natureza da atividade jurídica de mera verificação de atendimento às exigências legais, a partir da conferência de documentos**.

14. Os referidos requisitos foram reproduzidos no **art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022**, que disciplina a utilização da MJR:

#### Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022

Art. 3º A Manifestação Jurídica Referencial tem como premissa a promoção da celeridade em processos administrativos que possibilitem análise jurídica padronizada em casos repetitivos.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303

§ 1º A análise jurídica padronizada em casos repetitivos, para os fins da presente Portaria Normativa, corresponde a grupos de processos que tratam de matéria idêntica e que a manifestação do órgão jurídico seja restrita à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

§ 2º A emissão de uma MJR depende do preenchimento dos seguintes requisitos:

I - comprovação de elevado volume de processos sobre a matéria; e

II - demonstração de que a análise individualizada dos processos impacta de forma negativa na celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.

15. Em relação ao primeiro requisito, afigura-se que o encaminhamento de um expressivo quantitativo de pedidos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, que é superior a quatro mil processos, além dos pedidos administrativos posteriores que serão apresentados sobre o mesmo assunto (vide item 3 deste PARECER REFERENCIAL), tem o condão de impactar significativamente a prestação do assessoramento jurídico realizado por esta unidade da AGU, o que dificultaria a análise célere de diversos outros casos submetidos à apreciação da Consultoria Jurídica, assim como o desempenho das demais atribuições institucionais.

16. No que tange ao segundo requisito, depreende-se que os pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão representam, via de regra, casos semelhantes, demandando a apreciação documental dos requisitos apresentados nas normas de regência, cuja atribuição de análise é realizada pela SECOE.

17. **A área técnica deve atestar formalmente a adequação do caso concreto aos termos desta manifestação. Deve constar na nota técnica a ser elaborada pela SECOE a referência à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo Processo Administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável que seja juntada cópia da MJR no processo administrativo que for analisado pela SECOE sobre o assunto.**

18. Ressalta-se, ainda, que a análise realizada é fundada, tão somente, no aspecto jurídico-formal, dado que, consoante dispõe o inciso VI do artigo 11 da Lei Complementar nº 73 de 10 de fevereiro de 1993, a avaliação e o exame dos aspectos de natureza técnica, financeira e orçamentária e de conveniência e oportunidade são de incumbência e responsabilidade do órgão interessado. Nesse sentido, cite-se o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU:

**Enunciado nº 7**

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

19. **É imperioso afirmar que esta MJR aplica-se exclusivamente aos pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).**

20. No que se refere aos itens 11 e 12 da **NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM**, convém esclarecer que deve ser apresentada consulta a esta Consulta Jurídica, se houver dúvida jurídica sobre o assunto.

21. Por fim, cabe informar que esta MJR será elaborada de acordo com os requisitos elencados pela Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, com **validade de dois anos**, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto, o que ocorrer primeiro.

## **II.2 - RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)**

### **II.2.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS**

22. O serviço de radiodifusão consiste numa espécie de serviço de telecomunicações que permite a transmissão de sons (rádio) ou a transmissão de sons e imagens (televisão) destinada a ser direta e livremente recebida pelo público. É competência da União explorar diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens. As concessões e permissões não têm caráter de exclusividade e se restringem ao uso da radiofrequência, com a potência no horário e em local determinados (vide art. 21, inciso XII, alínea "a", art. 22, inciso IV, art. 223, da CF; art. 6º, alínea "d", art. 32 do CBT; e art. 5º, item 22, art. 20 do RSR).

23. A propriedade de empresa de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. Além disso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação (vide art. 222, § 1º, da CF; e art. 38, alínea "a", do CBT).

24. Existem limites à quantidade de outorgas de radiodifusão que podem ser atribuídas a uma mesma entidade, a seus sócios ou diretores. A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não podem ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, ressalvada a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada, caso em que esse limite passa a ser de duas outorgas de frequência modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967).

25.

A Constituição Federal estabelece que compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e outorga para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas União, público e estatal. No caso da radiodifusão sonora, o prazo da concessão ou permissão é de dez anos, podendo ser renovado Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>



b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303

por sucessivas vezes por iguais períodos (vide art. 223, § 5º, da CF; e art. 33, § 3º, do CBT).

26. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela concessionária ou permissionária, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e das finalidades educativas, culturais e morais a que se obrigou, estando condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público (vide art. 67, Parágrafo único, do CBT; e art. 110 do RSR).

## II.2.2 - ANÁLISE DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

27. A entidade que presta o serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) e que pretende exercer o direito à renovação da outorga deve apresentar requerimento ao Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga, sendo necessária a apresentação da documentação necessária (vide art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972; e art. 112 do RSR).

28. É oportuno destacar que a regra anteriormente vigente à edição da Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017, estabelecia que o requerimento de outorga deveria ser apresentado no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do respectivo prazo (vide redação original do art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972).

29. Ocorre que a Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, posteriormente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 25 de maio de 2022, estabeleceram regras excepcionais e temporárias que permitiram o processamento de requerimentos de renovação de outorga que, segundo as regras ordinárias, deveriam ser considerados intempestivos.

30. O art. 2º da MPV nº 747, de 2016, posteriormente convertido no art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, estabeleceu que os pedidos intempestivos protocolizados ou postados até a data de publicação da Medida Provisória, que ocorreu em 3 de outubro de 2016, deveriam ser conhecidos pelo Ministério das Comunicações. Conforme o parágrafo único desse mesmo artigo, essa regra seria aplicável inclusive aos casos em que já havia declaração de perempção, desde que o ato ainda não tivesse sido aprovado pelo Congresso Nacional na data de publicação da Medida Provisória.

31. Essa regra foi mais recentemente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 2022, que deu a seguinte redação ao art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.  
Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

32. Considerando que a Lei nº 14.351 foi publicada em 26 de maio de 2022, tem-se que o Ministério das Comunicações deve processar os pedidos intempestivos de renovação de outorga que tenham sido protocolizados ou postados até essa data, ainda que já tenha ocorrido declaração de perempção, neste caso desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.

33. Além disso, nos termos do art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, cuja redação atual foi dada pela Lei nº 14.351, de 2022, as concessionárias ou permissionárias de radiodifusão cujas outorgas já estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 e que não tenham solicitado a renovação até essa data poderiam ter apresentado requerimento de renovação em até 90 dias a contar do início da vigência da Lei nº 14.351, de 2022. Como a referida Lei foi publicada em 26 de maio de 2022 e sua vigência teve início a partir da data de sua publicação, o referido prazo se estendeu até 24 de agosto de 2022. Portanto, também devem ser processados pedidos de renovação apresentados após o esgotamento do prazo de outorga, desde que o prazo de outorga tenha se esgotado até 26 de maio de 2022 e o pedido de renovação tenha sido protocolizado ou postado até 24 de agosto de 2022.

34. Em resumo, devem ser adotadas as seguintes regras de tempestividade para o processamento de pedidos de renovação de outorga:

| Regra de tempestividade   | Base legal  |
|---|---|
| (I) Até 2 de outubro de 2016 devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da outorga.  | Art. 4º da Lei nº 5.785 em sua redação anterior à MPV nº 757, de 2016.                            |
| (II) A partir de 3 de outubro de 2016 (início da vigência da atual redação do art. 4º da Lei nº 5.785), devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados no período de 12 meses anteriores ao término do prazo de outorga. | Art. 4º da Lei nº 5.785 com redação da MPV nº 757, de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017. |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303

|   |   |
|---|---|
| (III) Requerimentos de renovação intempestivos protocolados ou encaminhados ao Ministério das Comunicações até 26 de maio de 2022 devem ser conhecidos como se tempestivos fossem. Essa regra se aplica inclusive aos casos de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022. | Art. 2º da MPV nº 747, de 2016, e art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação da Lei nº 14.351, de 2022. |
| (IV) Requerimentos de renovação apresentados por concessionárias cujas outorgas estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 devem ser considerados tempestivos desde que tenham sido apresentados até 24.ago.2022 (90 dias após o início de vigência da Lei nº 14.351, de 2022).  | Art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação dada pela Lei nº 14.351, de 2022.                            |

35. A apreciação do requerimento de renovação também deve ser precedida da análise do representante da pessoa jurídica que subscreve o pedido.

36. É importante mencionar que o pedido de renovação deve ser firmado por quem tenha poder para representar a pessoa jurídica interessada. A respeito da representação de sociedades empresárias, aplicam-se as orientações contidas no DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35) e no DESPACHO n. 01779/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53000.010337/2010-71). Ao receber pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações deve verificar se está assinado por pessoa que detenha poder de administração da pessoa jurídica interessada ou por procurador cujo instrumento de mandato tenha sido outorgado por um dos administradores da pessoa jurídica representada, tomando por base a certidão simplificada emitida pela junta comercial competente ou documento equivalente.

37. O pedido de renovação deve observar o formulário de requerimento disponibilizado pelo Ministério das Comunicações e ser instruído com a seguinte documentação: i) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; ii) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; iii) prova de inscrição no CNPJ; iv) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; v) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL; vi) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; vii) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho; e viii) declaração de que: a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 113 do RSR).

38. É oportuno destacar que a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação (vide art. 113, § 3º, do RSR).

39. Neste ponto, é importante destacar que embora o inciso IV do art. 113 do RSR, exija a apresentação de certidão negativa de recuperação judicial, o § 3º do mesmo artigo estabelece que **“a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação”**. Portanto, se a recuperação judicial não impede a renovação, é evidente que não se pode exigir do interessado que apresente certidão negativa a respeito desse fato. Há assim uma antinomia entre as duas normas que deve ser resolvida em favor do § 3º do art. 113, que é norma mais recente, uma vez que foi acrescentado pelo Decreto nº 10.775, de 2021. Então para compatibilizar ambas as normas, deve-se exigir a apresentação de certidão que informe se a empresa está em recuperação judicial ou não, que terá finalidade apenas informativa. Em outros termos, a ausência de certidão negativa de recuperação judicial não inviabiliza o prosseguimento do processo e o deferimento da renovação de outorga.

40. A renovação do prazo de concessão ou permissão da outorga para executar o serviço de radiodifusão fica também condicionada à comprovação do pagamento do valor integral do preço público da outorga, inclusive em caso de parcelamento (vide art. 31-A, § 7º, e art. 112, § 3º, do RSR).

41. A licença de funcionamento da estação é uma das condições para a celebração do contrato de concessão ou permissão para a exploração de serviços de radiodifusão. Portanto, no processo de renovação da outorga o poder concedente também deve verificar se há licença de funcionamento de estação válida (vide art. 31-A, I, do RSR).

42. Deve ser observado o quantitativo de outorgas, pois a pessoa jurídica que presta o serviço de radiodifusão e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo devem observar os seguintes limites: i) estações radiodifusoras de som: a) locais: quatro de ondas médias e seis de frequência modulada; b) Regionais: três de ondas médias e três de ondas tropicais, sendo no máximo duas por estado; c) nacionais: duas de ondas médias e duas de ondas curtas. Excepcionalmente, a pessoa jurídica pode ter outorgas do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, quando for a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do RSR).

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303

43. Além disso, é necessário observar as seguintes regras: i) a pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País (vide art. 222, caput, da CF); ii) pelo menos 70% do capital total e do capital votante da sociedade empresária detentora da outorga deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (vide art. 222, § 1º, CF, art. 38, alínea "a", do CBT); e iii) a gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

44. Portanto, tem-se que a análise do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão deve observar as regras acima citadas.

45. Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período subsequente<sup>[1]</sup>.

46. Além disso, a existência de tramitação de processo de apuração de infração não impede, por si só, a renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão. No entanto, se houver a possibilidade de aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR** e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica.

## II.2.3 - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O DEFERIMENTO DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

47. O deferimento do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) requer o cumprimento dos seguintes requisitos:

| Requisito  | Base normativa  |
|--|---|
| i) A pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País.   | Art. 222, caput, da CF.   |
| ii) Pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.  | Art. 222, § 1º, da CF, e art. 38, "a" do CBT.   |
| iii) A gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos. | Art. 222, § 1º, da CRFB, e art. 38, "a" do CBT.   |
| iv) Observância aos limites quantitativos de outorgas de radiodifusão.   | Art. 14, § 3º, do RSR, art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013, e art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967. |
| v) Cumprimento do contrato de permissão e das finalidades educacionais, culturais e morais a que a outorgada se obrigou.   | Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.  |
| vi) Manutenção da possibilidade técnica e do interesse público.  | Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.  |
| vii) Apresentação de requerimento de renovação tempestivo assinado pelo representante legal da outorgada ou por procurador, conforme formulário disponibilizado pelo Ministério das Comunicações.                            | Art. 4º da Lei nº 5785, de 1972, e arts. 112 e 113 do RSR.  |
| viii) Apresentação de certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica.  | Art. 113, inciso II, do RSR.  |
| ix) Apresentação de certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.   | Art. 113, inciso IV, do RSR.  |
| x) Apresentação de certidão de recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.   | Art. 113, inciso IV, do RSR.  |
| xi) Prova de inscrição no CNPJ.  | Art. 113, inciso V, do RSR.   |
| xii) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei.  | Art. 113, inciso VI, do RSR.  |
| xiii) Prova de regularidade do recolhimento dos impostos do Fistel.  | Art. 113, inciso VII, do RSR.   |



|   |  |
|---|--|
| xiv) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.  | Art. 113, inciso VIII, do RSR.             |
| xv) Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.  | Art. 113, IX, do RSR.                      |
| xvi) Apresentação de declaração assinada pelo representante legal da entidade interessada que contenha as informações exigidas no inciso XI do art. 113 do RSR. | Art. 113, XI, do RSR.                      |
| xvii) Pagamento do valor integral do preço público de outorga, inclusive em caso de parcelamento.   | Art. 31-A, § 7º, e Art. 112, § 3º, do RSR. |
| xviii) Licença de funcionamento da estação válida.  | Art. 31-A, I, do RSR.                      |

48. No que se refere ao requisito da comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos (vide item 9 da listagem acima), tem-se que pode ser verificado por meio da apresentação dos seguintes documentos: i) certidão de nascimento ou casamento; ii) certidão de reservista; iii) cédula de identidade; iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; v) carteira profissional; vi) carteira de trabalho e previdência social (CTPS); ou vii) passaporte (vide art. 15, § 3º, do RSR).

49. É importante registrar que a análise documental, quando outra pessoa jurídica integrar o quadro societário da entidade que presta o serviço de radiodifusão, deve observar os seguintes requisitos: i) mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; ii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e iii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso i, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 15, § 15º, do RSR).

50. Acrescente-se, por necessário, que as certidões de regularidade acima exigidas serão consideradas válidas se protocolizadas no prazo de até sessenta dias, contado da data da expedição, ressalvadas aquelas com prazo de validade estabelecido em lei (vide art. 186 do RSR).

51. Além da apresentação da autodeclaração da entidade de que não está impedida de transacionar com a administração pública federal, é recomendável que a SECOE realize consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU) - (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>) com o objetivo de verificar a existência de restrição da pessoa jurídica ou pessoa física (integrantes do quadro societário e administradores) para celebrar contratos com a Administração Pública.

52. Deste modo e observados os requisitos acima, tem-se que o pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) deve ser analisado e, se for o caso, deferido pelo Ministério das Comunicações.

## II.2.4 - MINUTA DE PORTARIA MINISTERIAL PARA A RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

53. O ato de renovação de outorga só produz efeitos após a deliberação do Congresso Nacional. Em caso de deferimento do pleito, o Ministro das Comunicações deve expedir uma portaria de renovação de outorga, a ser encaminhada à Presidência da República para o envio de mensagem para que Congresso Nacional delibere sobre a renovação. Após a aprovação do Congresso Nacional o Ministério das Comunicações deve providenciar a celebração de termo aditivo ao contrato de concessão ou permissão (vide art. 223, §§ 1º a 3º da CF; art. 113, § 1º, e art. 115 do RSR).

54. Apesar de não existir norma expressa sobre os requisitos a serem observados na edição da portaria de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, é recomendável que o referido ato contenha as seguintes informações: i) a denominação da pessoa jurídica que obterá a renovação da outorga; ii) número do Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ); iii) número de inscrição no FISTEL; iv) a identificação do Estado e do Município em que o serviço de radiodifusão é executado; v) o prazo de duração da renovação da outorga; vi) e o termo inicial da contagem do prazo da outorga. É necessária a publicação da portaria de autorização no Diário Oficial da União para que o ato tenha eficácia.

55. Sugere-se o seguinte modelo de minuta de portaria ministerial que trata da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial):

### MINUTA DE PORTARIA

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, Parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº [xxxxxx.xxxxxx/xxxx-xx], resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à entidade [denominação do outorgado], Pessoa Jurídica inscrita no CNPJ sob o nº [xx.xxx.xxx/xxxx-xx], número de inscrição no FISTEL nº [xxxxxxxxxx-xx], a partir de [xxxxxx], para executar, pelo prazo de dez anos, o serviço de radiodifusão sonora [em frequência modulada/ondas



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303

médias], no município de [identificação do município], estado de [identificação do Estado].

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[NOME DO MINISTRO]

Ministro de Estado das Comunicações

56. Face ao exposto e considerando as orientações deduzidas nesta MJR, tem-se que a SECOE deverá observar as orientações acima apresentadas, bem como o conjunto normativo aplicável à espécie (CF, CBT, RSR e Portaria de Consolidação nº 1, de 2023) na apreciação dos processos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, em que a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não constatou a existência de óbice para o deferimento da renovação da outorga

57. Por fim, é imperioso consignar que esta Consultoria Jurídica poderá se pronunciar, de ofício ou por provocação, visando à retificação, complementação, aperfeiçoamento ou ampliação de posicionamento lançado na presente MJR, ou destinado a adaptá-la a inovação normativa, mutação jurisprudencial ou entendimento de órgão de direção superior da AGU.

### III – CONCLUSÃO

58. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE): i) deve ser adotada esta Manifestação Jurídica Referencial (MJR) como parâmetro na apreciação dos processos administrativos que tratam da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), cuja a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não tenha identificado a existência de óbice para o deferimento; ii) desde que atendidos os requisitos previstos nesta MJR, deve ser deferido o pedido de renovação de outorga; iii) a SECOE deverá atestar, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente MJR, fazendo referência na manifestação técnica à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo processo administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável a juntada de cópia desta MJR aos autos de cada processo administrativo analisado, antes do encaminhamento ao Gabinete do Ministro, sendo dispensado o prévio envio a esta Consultoria Jurídica, conforme os termos da Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União (AGU), salvo na hipótese de existir dúvida jurídica; iv) caso haja questionamento jurídico sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na MJR, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica; v) se houver a tramitação de processo de apuração de infração que possa resultar na aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR** e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica; vi) é atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério de Estado das Comunicações, editar a portaria que renove a outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial); vii) o conteúdo da minuta de portaria ministerial a ser editada na renovação de outorga deve seguir o modelo acima apresentado (vide item 55 deste PARECER REERENCIAL); viii) após a edição da portaria ministerial de renovação de outorga, os autos do Processo Administrativo devem ser encaminhados à Presidência da República, por meio de exposição de motivos a ser subscrita pelo Ministro de Estado das Comunicações, para que seja apreciado e posteriormente encaminhado ao Congresso Nacional para deliberação.

59. Nos termos do art. 6º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022, a MJR possui **validade por dois anos**, a partir da data de sua aprovação, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto.

60. A Coordenação de Administrativo desta Consultoria Jurídica deve observar as seguintes orientações: i) cientificar, por meio do SUPERSAPIENS, o Departamento de Gestão Administrativa da Consultoria-Geral da União sobre a emissão do referido PARECER REFERENCIAL N. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU; ii) registrar a MJR na planilha de controle de manifestações jurídicas referenciais desta Consultoria Jurídica;

61. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 05 de outubro de 2023.

*assinado eletronicamente*  
**JOÃO PAULO SANTOS BORBA**  
ADVOGADO DA UNIÃO  
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o acionamento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>



b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303

1. <sup>^</sup> Vale lembrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do **PARECER n. 00124/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU** (NUP n° 01250.002830/2019-19), manifestou-se no sentido de que o conhecimento do último pedido de renovação de outorga também engloba os períodos anteriores.



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1301131654 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:27. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

---



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

**DESPACHO n. 02149/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP: 00738.000159/2023-12**

**INTERESSADOS: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA**

**ASSUNTOS: Radiodifusão. MJR. Rádio comercial. Renovação de outorga.**

1. Aprovo o **PARECER REFERENCIAL n.00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, que trata dos requisitos para o deferimento de requerimentos de renovação de outorga para a prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).
2. Pelas razões indicadas no próprio Parecer, entendo estarem presentes as condições que autorizam a elaboração de manifestação jurídica referencial.
3. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 19 de outubro de 2023.

Assinado eletronicamente  
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES  
ADVOGADO DA UNIÃO  
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc



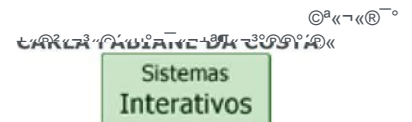
Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1314323157 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:46. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303



 **Menu Principal** ▼

Y0□<<1:1<5869.;361!-1346RWXRZPT\TRSb\ [P,PQ\10RSUSVR»QFXP R 1111 891131/9431

123456143175869::31 1<5869::31

111

1F=&gt;?@ABCDE=&gt;FG&gt;@HIJ&gt;EKDEL?CHKDKMNNN

[illegible]

tXYPRJS|ç£\$SVonwoSyo¥qoauSpoSVr|OoSyunnuqnoSSSSSSSSSSp\|JSx x|SSSSSSSSSS\$R\JS|]

S

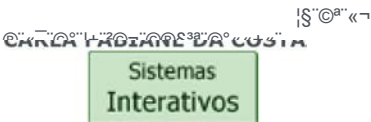
S



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://nfor-ez-aducentidade-assinatura.camara-leg.br/66d03825-7511-4cef-bb37-db0025305303

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303



Menu Principal

1\_5869::361=μ3 461 WSXYS[QU]USTb]★\Q||QR]\_.STVTWS'RSYQ,S89113°9431

123456143175869::31 1<=69::3451

111

1?>@ABCDEF>?GH?AIJK?FLEFM@DILELNOOO

|                                |                   |  |                                     |         |             |             |             |                         |   |         |  |
|--------------------------------|-------------------|--|-------------------------------------|---------|-------------|-------------|-------------|-------------------------|---|---------|--|
| PQRSTUVTWSXYZ[]^1_a            |                   |  |                                     |         |             |             |             |                         |   |         |  |
| Wbc^1deefgdhfeijek             |                   |  |                                     |         |             |             |             |                         |   |         |  |
| Imno                           | WlbpqWbc          | oIPrstso<br>nW   | Wlbp                                | Wtuvm   | wUx<br>WS\Y | btuPx<br>ml | btuPx<br>bl | youzr{my Prbm  c n Wrbm |   |         |  |
| }~    }1  <   }12  <br>      } | deefgdhfeij<br>ek | <}2    <br>    }<  <     }<br>    2}                         | k   f_e k   fiie           hj<br>ee | 7 = 5 g |             |             |             | jj                      | _ | 51 = 56 |  |
|                                |                   | 2}2  <br>                 <br>2  <br>          }  <br>    2} | df_e kqf   k_e         hj<br>       | 7 = 5 i |             |             |             | jj                      | _ | :9 =839 |  |

YZ★QS^T T TWtutTctrtloTstTWmyPtTcouuorutTTTTTTTTTs]Y^T q q£ q£ TTTTTTTTTT=S★J^T ¥^ ¥^





0a 2a 2a 3a 1 0a 0a 2 3a  
 CAKER TADIANE DA COSTA  
 Sistemas Interativos

 **Menu Principal** ▼

1111\_5869::3615=11111WSXYS[QU]USTb]Q·QR,'STVTWS°RS'Q,'S=89113»9431

123456143175869::31 1<=69::3451

111

1 ▶ ?@ABCDEF>?GH?AIJK?FLEFM@DILELNOOO

[illegible]

~YZ[QS^T ;TcTWwLvTcvatvngTuvTWo{PvTcqwwqtwwTTTTTTTTTTUj]^T s s¥¥ TTTTTTTTTT|S^]AT \$^ \$^



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

\\(\*)%+!,-2)-./ /') 2+)%) '2 \* +0)0)%)'(&.) (&' ) 2%)!)&  
https://nforleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bcb825-2911-4cef-bb37-db0025305303

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303



**Sistemas Interativos**

 Menu Principal ▼

! ~\_1''1\_5869.;361 5=μ3=1 WSXYS[QU]USTb)★\Q||QR].STVTWS'RS|Q\*,5<sup>114</sup>=89113°9431

123456143175869::31 1<=69::3451

111

17 ?@ABCDEF>?GH?AIJK?FLEFM@DILELNOOO

|                                 |                                   |  |  |              |                   |             |             |                           |               |  |
|---------------------------------|-----------------------------------|--|--|--------------|-------------------|-------------|-------------|---------------------------|---------------|--|
| PQRSTUVWXYZ[]^*_`a              |                                   |  |  |              |                   |             |             |                           |               |  |
| Wbc^1defgehijkljj               |                                   |  |  |              |                   |             |             |                           |               |  |
| mnop                            | WmbqrWbc                          | pmPstutp<br>oW   | Wmbq   | Wuvwn        | x\Uy<br>WSjY      | buvPy<br>nm | buvPy<br>bm | zpv{s nz Psn }c o}msWsbsn |               |  |
| 2~□~♂~1~♀~<br>♂ ♀ ♂ ♀ ~12 Y 1 走 | defgehi g e j k l<br><u>j i j</u> | <~2□<br>♂ ♀ ~<~<'Y' 走<br>♂ ♀ 2~                                | <u>f g j e d q k k 走 dd del</u><br><u>走 走</u>    | ♂ ♀ =7=5 e ☒ | d ▯ dd ☹ d ▯ dd ☹ | a □         |             | □ _                       | ♂ ☐ 51 ☑ 56 ♀ |  |
|                                 |                                   | ♂ ♀ _□ Y 2~2 Y<br>Y _☐ ♂ ♀ 走 □<br>2 Y<br>♂ ♀ ♀ □ _ ~<br>♂ ♀ 2~ | <u>d i g i e h g ☒ e i ☐ dd del</u><br><u>dd</u> | ♂ ♀ =7=5 jd  | d ▯ dd ☹ d ▯ dd ☹ | a □         |             | □ _                       | \ :9☘=839     |  |

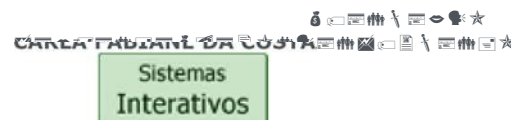
}YZ●★QS^T📄📄📄📄📄📄📄📄T TWuvjuTcuϕsumpTtuTWnzPuTcqvvpvsuTTTTTTTTTTTTtj)]^T📄📄📄📄📄📄📄TTTTTTTTTTTTmS★]^T📄📄📄📄📄



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://info4ez-autenticidade-assinatura.camara.gov.br/b6bcb829-2911-4cef-bb37-db0025305303

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303



Menu Principal ▼

0 j<c< 1EE k5869::361st3rd EE KTYZTIRV^VTUd^yJR≠RS^I\$TUWUXT`STZR|S 111#891 113©9431

|                     |            |
|---------------------|------------|
| 123456143175869;:31 | 1<5869;:31 |
|---------------------|------------|

111

14=>?@ABCDEFGHIJDKL>EMDEN?CHMDMOE?D@ENPJGO@D@

|             |                    |
|-------------|--------------------|
| QRSTUVWXYZ] | ]^_1<`ab           |
| Xcde_1      | fghijfhkklmjjjnoll |

## h

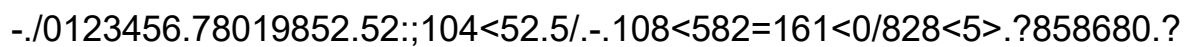
p51q5r1s8758;t345143456175u1s6631r8q5tu3vp5

[illegible]

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://info4ez-autenticidade-assinatura.camara.gov.br/b6bcb829-2911-4cef-bb37-db0025305303

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303



PPPPPPPPQRSTUb ZPRocRbUbXPiSXTJUTXYR^TRI





&'()\*+,-,./,0+12.)23.4+,+5-\*167829)\*1:  
9)\*/,0+129)\*1:2.;1,) <14),-82=\*614),-82)2>+,1,615  
9)\*/,0+12.)23\*\*)01.1678

?@ABCDEFAEBG HIJKIFLIM?INOFPIFHQRSIFLOJJO?JI

PTUTVWEBTG XYVXZV[X[ZF\]GX^G[\_

ab-<sup>\*</sup>1-82.)2c1,614),-85

NE@CFdTFOeUfdTdCG ghijk`lmhghgnoh`pqih

NrFL?RSOKG|stuvuwxytv

[illegible]

RfU☺T{☹EG★👉👤💰👤📱🏃👊📱👤👤👤👤 PTUTF🗲️T📄fdTdCG ☒FHIP?NG★👉👤

?e fdCFL RSG

PTUTF?e fEFQACBT{EFHE@CBfTG Pfz FIUfzTG ☆ 🏃 🧑

SfAEF  D  BfEG

jT 子 人 金








BE FHTd fdTdCG ☆ 🏃 🏆

Oed  FRCdCG gmh`gn★hqk`ghok  ih`  jp£h` }¤

MTfBBEG ¥hggnjgk 

| ef AfEG § Y''

HO G ©©<sup>aa</sup>~□~<sup>a</sup>«



Oed  FHEBBCDA  G

MTfBBEG

|  ef   AfEG $\text{HO}-\text{G}$ 

HB¬dfUEDF?eD☐BfUEDFeEFHIP?N

[illegible][illegible]

SEUT[FdCzfdEFC@FXVYZV[X]ZFµC@FBCTfD·G

SEUT=FdCF=B-dfUEDFC@FXVXZV|X|ZFμC@FBCTfD·G

KC±CedTFdEFHT@AEFRfU💋T{💡⚡E

[illegible]

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://jiripleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

|&amp;'(&amp;)&amp;\*+,-+./,01&amp;2,345601&amp;,+&amp;'7869+&amp;(068+

&:&)&\*+,-+./,01&/.&:;/4<-=1&><9646+?

&@:&)&@<3A/,3+&+&/;6B6C6?69+9/&A15&D15-+&91&E/.&FGHIJKKLKIJKKLM&9/&NOINOIFNNGM&'/45/01&,P&QRFFNIFNNS&/&'/463=1&L'&STNU&5/<,6

&EX&)&E<?0+&9/&XD7461

&\*X&)&\*+,-+./,01&9/&XD7461

&Y&)&Y+54/?+./,01Z&\*+,-+./,01&Y+54/?+91

&Y(&)&Y+54/?+. /,01Z&Y+54/?+

&[K&)&[/,/D7461&K634+?



## Consulta Tabela de Receita

| Código da Receita | Não Identificado | Receita   |
|-------------------|------------------|---|
| 1329              | 9999             | Taxa de Fiscalização de Funcionamento   |
| 1330              | 9998             | Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas                              |
| 1331              | 9931             | Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Satélite  |
| 1332              | 9332             | Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas Satélite                     |
| 1550              | 9550             | Multa Prevista na Lei Geral das Telecomunicações  |
| 1551              | 9551             | Multa por Descumprimento ao Regulamento do SMP  |
| 1552              | 9552             | Multa por Descumprimento de Edital de Licitação - Satélite Brasileiro                         |
| 1555              | 9555             | Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados  |
| 1560              | 9560             | Multa por Infração às Normas de Certificação e Homologação                                    |
| 1660              | 9660             | Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão                                  |
| 1661              | 9661             | Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão Comunitária                      |
| 1666              | 9666             | Multa Contratual por Descumprimento de Edital – MCTIC   |
| 1770              | 9905             | Multa Contratual - Termo Autorização  |
| 1777              | 9177             | Multa Contratual - Não Outorgados   |
| 1780              | 9780             | Multa por Infração ao CDC   |
| 1810              | 9810             | Descumprimento do PGMQ  |
| 1820              | 9820             | Descumprimento da Regulação de Interconexão   |
| 1830              | 9830             | Descumprimento da Regulação de Numeração  |
| 1840              | 9840             | Descumprimento das demais Obrigações de Qualidade   |
| 1850              | 9850             | Multa por Descumprimento - Contratação de Satélite  |
| 1851              | 9851             | Multa por Descumprimento - Prestação de Satélite  |
| 1852              | 9852             | Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite             |
| 1853              | 9853             | Multa por Descumprimento à Legislação de TV por Assinatura                                    |
| 1854              | 9854             | Multa por Descumprimento de Medida Cautelar   |
| 1855              | 9855             | Multa Decorrente das Obrigações do PGMU   |
| 1856              | 9856             | Multa Decorrente das Obrigações do FUST   |
| 1857              | 9857             | Multa por Descumprimento ao Regulamento do STFC   |
| 1858              | 9858             | Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre Áreas Locais                                    |
| 1859              | 9859             | Multa por Prejuízo à Competição   |
| 1880              | 9880             | Monitoramento do STFC   |
| 1881              | 9881             | Multa por Descumprimento de Obrigação de Listas Telefônicas                                   |
| 1885              | 9885             | Multa por Tarifação Incorreta   |
| 1886              | 9886             | Multa por Erros nas Informações Prestadas pelas Concessionárias visando o Reajuste de Tarifas |
| 1887              | 9887             | Multa por Irregularidades na Comercialização do STFC  |
| 1889              | 9889             | Multa por Infrações Técnicas - Radiodifusão Outorgada   |
| 1890              | 9552             | Multa por Descumprimento de Edital de Licitação relativo à Exploração de Satélite             |
| 1891              | 9905             | Multa por Descumprimento de Edital de Licitação de Radiofrequência                            |
| 1950              | 9950             | RENDAS EVENTUAIS  |
| 2018              | 9018             | Multa Prevista na Lei Geral de Telecomunicações   |
| 2129              | 9129             | DIVIDA ATIVA  |
| 2145              | 9145             | MULTA/JUROS DIVIDA ATIVA  |
| 2671              | 9333             | Receita de Outorga do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro                            |
| 2672              | 9672             | Preço da Execução de Serviços Técnicos  |
| 2680              | 9680             | Homologação de Certificação de Conformidade   |
| 2682              | 9682             | Homologação de Declaração de Conformidade   |
| 2684              | 9684             | Renovação de Homologação  |
| 3000              | 9001             | Lançamento Complementar de Multa Moratória  |
| 3001              | 9002             | Lançamento Complementar ref. ao Ressarcimento de Ligações Telefônicas                         |
| 3500              | 9500             | MULTA/JUROS   |
| 4100              | 9111             | FUST - Declaração Espontânea  |
| 4101              | 9101             | FUST - Lançamento de Ofício   |
| 4102              | 9102             | FUST - Interconexão e EILD  |
| 4103              | 9101             | FUST - Lançamento de Ofício   |
| 4105              | 9105             | FUST - Multa de Ofício  |
| 4200              | 9200             | Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública   |
| 4201              | 9201             | CFRP - Estações não Licenciadas   |
| 5320              | 9320             | Aluguel de Imóveis Urbanos e Rurais   |
| 5330              | 9330             | Devolução de Salários - Exercício Corrente  |
| 5331              | 9331             | Devolução de Verbas Remuneratórias  |
| 5340              | 9340             | Ressarcimento Ligações Telefônicas  |
| 5341              | 9341             | Serviços Administrativos  |
| 5342              | 9342             | Devolução de Diárias - Exercício  |
|                   | 9343             | Multa sobre Contratos de Bens e Serviços  |
|                   | 9344             | Diferença de Tarifa Aérea   |



|      |      |   |
|------|------|---|
| 5345 | 9345 | Cessão de Uso/Alugueis  |
| 5346 | 9346 | Ressarcimento de Pagamentos Indevidos   |
| 5347 | 9346 | Outros Ressarcimentos (Restaurante)   |
| 5348 | 9347 | Outros ressarcimentos (Banco Brasil S/A)  |
| 5349 | 9349 | Outras Receitas Imobiliárias  |
| 5350 | 9350 | Parcelamento Extrajudicial  |
| 5351 | 9351 | Honorários Advocatícios   |
| 5352 | 9352 | Multa Cominatória pelo Descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta   |
| 5353 | 9353 | Parcelamento Extraordinário de Débitos Inscritos em Dívida Ativa  |
| 5354 | 9354 | Outros Serviços   |
| 5355 | 9355 | Parcelamento Extraordinário   |
| 5356 | 9356 | Parcelamento de Outorga dos Serviços de Radiodifusão  |
| 5357 | 9357 | Parcelamento de Débitos não Tributários em Dívida Ativa – PRD Dívida Ativa  |
| 5358 | 9358 | Parcelamento Administrativo   |
| 5359 | 9959 | Parcelamento de Débitos não Tributários – PRD Administrativo  |
| 5360 | 9900 | Emissão de Certificados   |
| 5370 | 9370 | Emissão de Licença sem fato gerador da TFI  |
| 5380 | 9910 | Segunda Via de Documentos   |
| 5390 | 9390 | Depósito de Terceiros   |
| 5400 | 9400 | Multa pelo Ato Atentatório ao Exercício da Jurisdição   |
| 5404 | 9404 | Receita de Seguros decorrente da Indenização de Seguro  |
| 5405 | 9405 | Depósito Reparatório ao Fundo de Direitos Difusos   |
| 5848 | 9848 | Multa Pecuniária Substitutiva de Pena Privativa de Liberdade  |
| 6526 | 9526 | Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004 )   |
| 6527 | 9527 | Outorga dos Serviços de Telecomunicações (Edital)   |
| 6528 | 9528 | Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofrequências   |
| 6529 | 9529 | Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações (Res. 386/2004)                               |
| 6530 | 9888 | Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagem  |
| 6531 | 9531 | Chamamento Público SME  |
| 6532 | 9932 | Outorga de Autorização para Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 5G   |
| 6533 | 9533 | Outorga de autorização para uso da radiofrequência 2.570 MHz a 2.620 MHz  |
| 6534 | 9534 | Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (450 MHz e 2,5 GHz)                              |
| 6535 | 9535 | Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (700 MHz)  |
| 6536 | 9536 | Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,8 GHz e 2,5 GHz   |
| 6537 | 9537 | Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,9 GHz e 2,5 GHz   |
| 6538 | 9538 | Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite  |
| 6539 | 9539 | Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações   |
| 6540 | 9540 | Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite   |
| 6541 | 9541 | Preço Público pela Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações            |
| 7241 | 9444 | Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (Res. 387/2004 )   |
| 7242 | 9445 | Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência  |
| 7244 | 9244 | Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)                                 |
| 7245 | 9222 | Preço Público Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações (Res. 386/2004) |
| 7246 | 9246 | Preço Publico Relativo à Administração dos Recursos de Numeração  |
| 7247 | 9247 | Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC                             |
| 7248 | 9248 | Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC                             |
| 7249 | 9249 | Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP                               |
| 7250 | 9250 | Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP                               |
| 7251 | 9251 | Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP                            |
| 7252 | 9252 | Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP                            |
| 8766 | 9777 | Taxa de Fiscalização de Instalação  |
| 8767 | 9978 | Taxa de Fiscalização de Instalação - Satélite   |
| 8801 | 9801 | Caução  |
| 8804 | 9804 | Ressarcimento de Despesas com Cópias  |
| 8806 | 9806 | Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores - Fonte STN  |
| 8807 | 9807 | Acórdãos TCU (Recuperação Desp. Exerc. Anteriores)  |
| 8808 | 9808 | Devolução de Suprimento de Fundos - Exercício   |
| 8809 | 9809 | STN - Outras Indenizações   |
| 8810 | 9811 | Recuperação de Despesas de Exercício Anteriores - TI  |
| 8812 | 9812 | Devolução Convênios - Exercício   |
| 8815 | 9815 | Ressarcimento de Despesas Médicas   |
| 8836 | 9836 | Restituição de Recursos de Convênios-Exerc.Anteriores   |
| 8860 | 9860 | Outras Indenizações   |
| 8888 | 9688 | Anulação de Despesa no Exercício  |

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303





7, -/U I,

23456783 ▼

---

9 :: <45 =

|   |  |          |  |  |  |           |  |             |  |           |  |              |  |           |  |
|---|--|----------|--|--|--|-----------|--|-------------|--|-----------|--|--------------|--|-----------|--|
| >74;45<?@87=8AB34;3? >?C?DE ?   DE   ?F ?G4H5<BI5= ? J ?KB<4=5= |  |          |  |  |  |           |  |             |  |           |  |              |  |           |  |
| LMNOP   |  | QRSRTP U |  | VWXY U   |  | Z[R]S]O U |  | WT^_!PRO" U |  | VSaSRoA U |  | _!\S" ]S]O U |  | QOabIMc U |  |
| :B3H5<BI5=?8w?xyK   |  | Z        |  | K{C[?]-]5U5? †B†8U†B5@; †† † † †E"Y†EEE> 5Gy†? †?G5G52{G?†-DE}> ††YE †E> |  |           |  | x           |  | ;w8=†B5<  |  | K{           |  |           |  |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303

8277438 31

8631 3 47 3 1

|   |  |  |  |  |  |                                     |  |  |  |  |  |
|---|--|--|--|--|--|-------------------------------------|--|--|--|--|--|
| 3 8347 3 1                                    |  |  |  |  |  |                                     |  |  |  |  |  |
| !"#\$%&'()*\$%\$**0+, -.+0+0/+01+             |  |  |  |  |  |                                     |  |  |  |  |  |
| !"#2%'(%3)%*0+, /+44+5/                       |  |  |  |  |  |                                     |  |  |  |  |  |
| 6"7"8 ""*9;<=:>:>=                            |  |  |  |  |  | &?!%)7* @A731768B63 78@C363613A8A6  |  |  |  |  |  |
| DEF* A=A;G===>H;;                             |  |  |  |  |  | !"J # \$ #2)3("7* =:>:=>            |  |  |  |  |  |
| 6)K #L3MNJ) *+O67P3 3                         |  |  |  |  |  | 6)K #6%Q%*41@632                    |  |  |  |  |  |
| R%('%%\$ #S '(J%( * =G=:G>                    |  |  |  |  |  | T"JU)V * =H03 78 7C8 488631561WCX73 |  |  |  |  |  |
| D%J%("J* O67Y678                              |  |  |  |  |  | Z S%7#"3K"S[8)S *                   |  |  |  |  |  |
| \ "\$**                                       |  |  |  |  |  | D%("] J)%#%#&3(%V^ *O677_32         |  |  |  |  |  |
| `%7a#2* =G=:G=                                |  |  |  |  |  |                                     |  |  |  |  |  |
| bc3"JU%Vd"3*+48eA>f1>13@8481=>f_C273 83O3@A>f |  |  |  |  |  |                                     |  |  |  |  |  |

418

| 1618 41 1                            |  |  |  |  |  |                   |  |  |  |  |  |
|--------------------------------------|--|--|--|--|--|-------------------|--|--|--|--|--|
| Z ]J%\$ MJ * 0.+ 0g+1, 0+/,4 + 4 0h+ |  |  |  |  |  | D !K7"!""( *      |  |  |  |  |  |
| i%)JJ * j+00 0,4                     |  |  |  |  |  | M!"J *            |  |  |  |  |  |
| kM')S[K) * 48 l8m                    |  |  |  |  |  | L2* 4 D&E* ;;>==> |  |  |  |  |  |

| 1618 8 163786          |  |  |  |  |  |                          |  |  |  |  |  |
|------------------------|--|--|--|--|--|--------------------------|--|--|--|--|--|
| Z ]J%\$ MJ * +PA 8 +48 |  |  |  |  |  | D !K7"!""( * /8668 3 6Cn |  |  |  |  |  |
| i%)JJ * 1468           |  |  |  |  |  | M!"J * 4Gg               |  |  |  |  |  |
| kM')S[K) * 5286735_827 |  |  |  |  |  | L2* 4 D&E* ;;>=>         |  |  |  |  |  |

| 1618 8 4o 78 O677_32           |  |  |  |  |  |                   |  |  |  |  |  |
|--------------------------------|--|--|--|--|--|-------------------|--|--|--|--|--|
| Z ]J%\$ MJ * 01348 038 3 472P3 |  |  |  |  |  | D !K7"!""( *      |  |  |  |  |  |
| i%)JJ * j3661768               |  |  |  |  |  | M!"J *            |  |  |  |  |  |
| kM')S[K) * 48 l8m              |  |  |  |  |  | L2* 4 D&E* ;;>==> |  |  |  |  |  |

| 1618 8 4o 78 +Cp72736 |  |  |  |  |  |              |  |  |  |  |  |
|-----------------------|--|--|--|--|--|--------------|--|--|--|--|--|
| Z ]J%\$ MJ *          |  |  |  |  |  | D !K7"!""( * |  |  |  |  |  |
| i%)JJ *               |  |  |  |  |  | M!"J *       |  |  |  |  |  |
| kM')S[K) * H          |  |  |  |  |  | L2* D&E*     |  |  |  |  |  |

8631 8 O238 j378

| 08327n38          |  |  |  |  |  |       |  |  |  |  |  |
|-------------------|--|--|--|--|--|-------|--|--|--|--|--|
| kM')S[K) * 48 l8m |  |  |  |  |  | L2* 4 |  |  |  |  |  |

| O36q1468 1m78 |  |  |  |                   |  |  |  |                   |  |  |  |
|---------------|--|--|--|-------------------|--|--|--|-------------------|--|--|--|
| D%'%7* :      |  |  |  | 2J"rMs'S)%* A /tn |  |  |  | D7%33""* +>       |  |  |  |
| wDx* :        |  |  |  | E%J"%!""( *       |  |  |  | R"S%7%J"!*" 2%3"" |  |  |  |

8631 3 438

| 8631 -1637                      |  |  |  |  |  |                              |  |  |  |  |  |
|---------------------------------|--|--|--|--|--|------------------------------|--|--|--|--|--|
| !"J # \$ % #&3(%V^ * >=,;:      |  |  |  |  |  | !"J #x\$)S%()U * yzh>;       |  |  |  |  |  |
| R%(%#(7(! #Z)S""S)%!"( * =:G=G= |  |  |  |  |  | !"J # \$ % #Z)S""V%* ==A=G=H |  |  |  |  |  |



Assinado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

&gt;G

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303



|                                      |  |  |  |                            |  |  |  |
|--------------------------------------|--|--|--|----------------------------|--|--|--|
| 438                                  |  |  |  | 72736                      |  |  |  |
| 63786                                |  |  |  | 72736                      |  |  |  |
| !"#\$%& "()*+,'(-                    |  |  |  | , #-& . / 0'''             |  |  |  |
| 1!234!\$%#& /365128 867 1 68 87 8 99 |  |  |  | : %;\$4!#< #3! => & 0?' @A |  |  |  |

|   |  |  |  |                            |  |  |  |
|---|--|--|--|----------------------------|--|--|--|
| 63786                                     |  |  |  | 72736 (                    |  |  |  |
| !"#\$%& "(+)'0''()                        |  |  |  | , #-& B9 C''' DE721        |  |  |  |
| 1!234!\$%#& 3 86613 F7G3148 2146H758 I4 3 |  |  |  | : %;\$4!#< #3! => & C?' @A |  |  |  |

|  |  |  |  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|--|--|--|
| I7J3                                       |  |  |  | 1 6378 72736                           |  |  |  |
| , #-& I.K)8*L                              |  |  |  | 1!234!\$%#& 03 78 .61F157 B741         |  |  |  |
| " 3"\$%\$!M\$N!& O' P%#\$! => & C?C0* QRC" |  |  |  | : #3!SP4#SS3!S& '?* Q T" #U\$4!& ** 8J |  |  |  |

|  |  |  |  |             |  |  |  |
|--|--|--|--|-------------|--|--|--|
| 413  |  |  |  | 72736       |  |  |  |
| , #-& Q 9R(I   |  |  |  | 1!234!\$%#& |  |  |  |
| V!\$N& " Q W#!"XY-%& ' <3#\$%Z! => \& ' :-!3! =Z& 765236 ^T& 0_ `:,ab"!& C(?) @A |  |  |  | 0cB         |  |  |  |
| :T&  |  |  |  |             |  |  |  |

|           |           |            |             |                   |             |         |         |
|-----------|-----------|------------|-------------|-------------------|-------------|---------|---------|
| de863f1   |           |            |             | 8 85148 1 g486E3  |             |         |         |
| hi 968518 | hi c85148 | 7G8 c85148 | g6E8 c343 8 | c34385 cgj 03k8 8 | c85         | h3461k3 |         |
| +)__C__0  | O'        | 98643673   | /           | '+R'+RC__)0       | 'KR'+RC__)0 | g486E3  | L6l 758 |

|                   |           |            |             |                          |            |                |       |
|-------------------|-----------|------------|-------------|--------------------------|------------|----------------|-------|
| de863f1           |           |            |             | 8 85148 1 G68m38 1 l8537 |            |                |       |
| hi 968518         | hi c85148 | 7G8 c85148 | g6E8 c343 8 | c34385 cgj 03k8 8        | c85        | h3461k3        |       |
| 'C(*"C(KK+('C) OC | 0_K       | c1G35J8    | /d          | ('R'OR('C)               | '(R'+R('C) | G68m38 1 l8532 | n5758 |

|                      |           |                      |             |                   |               |                   |          |
|----------------------|-----------|----------------------|-------------|-------------------|---------------|-------------------|----------|
| o7456758             |           |                      |             | 1 c85148 747 8    |               |                   |          |
| hi 968518            | hi c85148 | 7G8 c85148           | g6E8 c343 8 | c34385 cgj 03k8 8 | c85           | h3461k3           |          |
|                      |           | 48                   | g0l         | '+R')R('O         | 4867k3 8 j8 1 | n5758             | 761Fp573 |
| **)('"'_KC__( O_     |           | c156148 l1E72347m8 h | (OR')RC__   | (KR')RC__         | c127q16? 8 ?  | h357832           | L6l 758  |
| *0'''_+0_KK('C' *)K  |           | 98643673             | /d          | 'KRC(R('CO        | C(RC(R('CO    | 63e16p573 d 76143 | L6l 758  |
| *0'''?'*)C)R('C K8)( | ))K+      | 48                   | g0l         | ('R*R('CK         | **R'OR('CK    | 4867k3 8 j8 1     | n5758    |

|         |  |  |  |            |  |  |  |
|---------|--|--|--|------------|--|--|--|
| o86D678 |  |  |  | 1 e5783148 |  |  |  |
|         |  |  |  |            |  |  |  |





**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

**LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS  
RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL**  
(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)**Processo nº:** 53115.025051/2022-37**Entidade:** RÁDIO GUARAREMA LTDA**CNPJ nº:** 76.370.998/0001-88**FISTEL nº:** 50414390601**Localidade:** São José/SC**Data do protocolo do pedido de renovação de outorga:** 09/09/2022**Período:** 07/04/2023 a 07/04/2033**Tipo de outorga a ser renovada:**

( ) Radiodifusão de Sons e Imagens (TV), em caráter comercial

( ) Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial.

**(X)** Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial, adaptada.

( ) Radiodifusão Sonora em Onda Média (OM), em caráter comercial.

| Documentos  | Conformidade                                   | SUPER nº             | Base Legal  | Observações  |
|---|--|----------------------|---|--|
| 1. Formulário de requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCOM, firmado pelo representante legal da Entidade ou por procurador devidamente constituído; | <b>(X)</b> Sim<br>( ) Não<br>( ) Não se aplica | 10380761<br>11308467 | - Arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963 (redação atualizada pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.775/2021);<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "VII". | Requerimento subscrito pelo atual representante legal da entidade, César Antônio de Souza (SEI 11416166 - Pág. 1). |
| Declaração:<br><br>a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;  | <b>(X)</b> Sim<br>( ) Não<br>( ) Não se aplica | 10380761<br>11308467 | - Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".                            |  |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303

|  |  |                              |   |  |
|--|--|------------------------------|---|--|
| <p>Declaração:</p> <p>b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;</p> | <p>(X) Sim<br/>( ) Não<br/>( ) Não se aplica</p> | <p>10380761<br/>11308467</p> | <p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p> |  |
| <p>Declaração:</p> <p>c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;</p>  | <p>(X) Sim<br/>( ) Não<br/>( ) Não se aplica</p> | <p>10380761<br/>11308467</p> | <p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p> |  |
| <p>Declaração:</p> <p>d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;</p>  | <p>(X) Sim<br/>( ) Não<br/>( ) Não se aplica</p> | <p>10380761<br/>11308467</p> | <p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p> |  |
| <p>Declaração:</p> <p>e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição;</p>  | <p>(X) Sim<br/>( ) Não<br/>( ) Não se aplica</p> | <p>10380761<br/>11308467</p> | <p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p> |  |
| <p>Declaração:</p> <p>f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;</p>   | <p>(X) Sim<br/>( ) Não<br/>( ) Não se aplica</p> | <p>10380761<br/>11308467</p> | <p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p> |  |



|  |   |                      |  |  |
|--|---|----------------------|--|--|
| Declaração:<br><br>g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q", da Lei Complementar nº 64, de 1990; | (X) Sim<br>( ) Não<br>( ) Não se aplica | 10380761<br>11308467 | - Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".                         |  |
| Declaração:<br><br>h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;   | (X) Sim<br>( ) Não<br>( ) Não se aplica | 10380761<br>11308467 | - Art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, c/c arts. 110 e 113-A, inciso II, do Decreto nº 52.795, de 1963.<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "V". |  |
| Declaração:<br><br>i) inexistência parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;   | (X) Sim<br>( ) Não<br>( ) Não se aplica | 10380761<br>11308467 | - Art. 5º, § 1º da Lei 12.485, em vigor a partir de 13 de setembro de 2011.  |  |
| 2. Comprovação de respeito aos limites de outorga da interessada, sócios e dirigentes (SIACCO);  | (X) Sim<br>( ) Não<br>( ) Não se aplica | 11416166<br>Págs.1-5 | - Art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "IV".  |  |

| Documentos   | Conformidade                            | SUPER nº | Base Legal  | Observações |
|--|---|----------|---|-------------|
| 3. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; | (X) Sim<br>( ) Não<br>( ) Não se aplica | 11405169 | - Art. 113, inciso II do Decreto nº 52.795, de 1963;<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "VIII". |             |



|  |   |   |  |  |
|--|---|---|--|--|
| 4. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; | (X) Sim<br>( ) Não<br>( ) Não se aplica | 11014583<br>Pág. 5  | - Art. 113, inciso IV do Decreto nº 52.795, de 1963;<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitens "IX" e "X". |  |
| 5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da matriz e, se for o caso, da filial;      | (X) Sim<br>( ) Não<br>( ) Não se aplica | 11014583<br>Págs. 1-2   | - Art. 113, inciso V do Decreto nº 52.795, de 1963;<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitens "I" e "XI".  |  |
| 6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal (ou distrital) da sede da entidade;    | (X) Sim<br>( ) Não<br>( ) Não se aplica | F<br>11014583<br>Pág. 6<br><br>E<br>11014583<br>Pág. 7<br><br>M<br>11405170 | - Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963;<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XII".       |  |
| 7. Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel;    | (X) Sim<br>( ) Não<br>( ) Não se aplica | 11416166<br>Págs.6  | - Art. 113, inciso VII do Decreto nº 52.795, de 1963;<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XIII".     |  |
| 8. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;  | (X) Sim<br>( ) Não<br>( ) Não se aplica | INSS<br>11014583<br>Pág. 6<br><br>FGTS<br>11014583<br>Pág. 3                | - Art. 113, inciso VIII do Decreto nº 52.795, de 1963;<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XIV".     |  |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303

|   |   |  |   |  |
|---|---|--|---|--|
| 9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;  | (X) Sim<br>( ) Não<br>( ) Não se aplica | 11014583<br>Pág. 4   | - Art. 113, inciso IX do Decreto nº 52.795, de 1963;<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XV".   |  |
| 10. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, feita por meio da apresentação de:<br>(i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte.<br><br>Obs: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF não serão aceitos para comprovar a nacionalidade. | (X) Sim<br>( ) Não<br>( ) Não se aplica | 11405171<br><b>CÉSAR ANTÔNIO DE SOUZA</b><br><br>11405172<br><b>DAIANA PAULA SOUZA DE MORAIS</b><br><br>11405173<br><b>ÂNGELA MARIA DE SOUZA</b> | - Art. 222, § 1º, da Constituição Federal;<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitens "II" e "III".  |  |
| 11. Estação licenciada para a execução do serviço objeto da outorga?  | (X) Sim<br>( ) Não                      | 11416166<br>Pág.15   | - Art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, c/c art. 16, §§ 7º ao 10, da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023;<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVIII". |  |
| 12. Consta algum registro de débito ou parcelamento do preço público de outorga?  | ( ) Sim<br>(X) Não                      | 11416166<br>Págs.7-10  | - Art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963;<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVII".   |  |
| 13. Manifestação da Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM quanto à inexistência de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da entidade que tenha culminado ou possa resultar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou, ainda, que trate de eventual descumprimento do contrato de concessão/permissão pela detentora da outorga;  | (X) Sim<br>( ) Não                      | 11466096   | - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, itens 46 e 47, subitem "V".  |  |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303

|  |                    |                    |   |  |
|--|--------------------|--------------------|---|--|
| 14. Consta algum registro no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)? | ( ) Sim<br>(X) Não | 11014583<br>Pág. 9 | - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 51. |  |
|--|--------------------|--------------------|---|--|

**APENAS NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA SÓCIA DA ENTIDADE**

| Documentos   | Conformidade                            | SUPER nº | Base Legal  | Observações |
|--|---|----------|---|-------------|
| 15. Declaração, firmada pelos dirigentes da Entidade e da Pessoa Jurídica sócia, de que:<br>- No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;<br>- Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967;<br>- Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 1990; | ( ) Sim<br>( ) Não<br>(X) Não se aplica | n/a      | - Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963;<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 49. |             |
| 16. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica sócia.  | ( ) Sim<br>( ) Não<br>(X) Não se aplica | n/a      | - Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963.  |             |

| Observações Adicionais |
|------------------------|
| - n/a                  |

| Conclusão  |
|--|
| A documentação apresentada <b>está em conformidade</b> com o disposto na legislação. |



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira, Assistente Técnico**, em 12/04/2024, às 14:25:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11415980** e o código CRC **20CBD78B**.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Privada  
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada  
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

**NOTA TÉCNICA Nº 6543/2024/SEI-MCOM**

**PROCESSO: 53115.025051/2022-37**

**INTERESSADA: RÁDIO GUARAREMA LTDA.**

**ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. DISPENSA DE ANÁLISE PELA CONJUR. EXISTÊNCIA DE PARECER REFERENCIAL. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES. DELIBERAÇÃO.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Rádio Guararema Ltda.**, inscrita no **CNPJ nº 76.370.998/0001-88**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora e posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão em frequência modulada, na localidade de São José/SC, vinculado ao **nº 50414390601**, referente ao período de 7 de abril de 2023 a 7 de abril de 2033.
2. Após a apresentação do requerimento que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objetivo consistiu na inscrição da pessoa jurídica interessada na renovação da outorga para complementar a instrução processual.

**ANÁLISE**

3. É cediço que o prazo das outorgas dos serviços de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Executivo em períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, do Decreto nº 52.795/1963.
4. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967 e no Decreto nº 52.795/1963. com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitido pelo órgão de registro competente em que constem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da legislação pertinente; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fustel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação da certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>



b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303

- b) nenhum dos sócios ou dirigentes ~~para~~ de quadro societário ou dire vo de outras pessoas jurídicas executantes do mes ~~serviço~~ de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes do serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato ele vo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou fun quais decorra foro especial;
- d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;
- f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela práca dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

5. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma eventual ~~cont~~uição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros especiais, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

6. No caso em apreço, conferiu-se à **Rádio Guararema Ltda** a outorga do serviço de radiodifusão sonora de ~~onda~~ média, conforme Portaria nº 60, de 4 de abril de 1983, publicada no Diário Oficial da União do dia 7 de ~~11465779~~ 1983 (SEI 11465779 - Págs. 1-2). Ademais, importa ressaltar que a outorga foi adaptada para o serviço de radiodifusão sonora em frequência r nos termos do Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013. A adaptação materializou-se pela celebração de T Contrato de Concessão, cuja cópia se encontra colacionada os autos (SEI 11465779 - Pág. 5).

7. Em consulta à pasta cadastral da referida pessoa jurídica, verificou-se ~~no pedido~~ de renovação de outorga deferido pela Administração Pública se refere ao decênio de **1993-2003**. De acordo com o Decreto s/nº, de 14 de dezembro publicado no Diário Oficial da União do dia 15 de dezembro de 1994, **a permissão foi renovada, pelo prazo de par r de 7 de abril de 1993**. O ato foi cancelado pelo Decreto Legislativo nº 69, de 1999, publicado no Diário Oficial da União dia 27 de agosto de 1999 (SEI 11465779 - Págs. 3-4).

8. Concernente ao período de **2003-2013**, a pessoa jurídica interessada apresentou o pedido de renovação no o março de 2003, gerando o protocolo nº 53000.002027/2003-54, acompanhado de parte da documentação exigida até e Portanto, o pedido de renovação da outorga foi apresentado após o encerramento do prazo legal vigente à época. A an g do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apre correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, o outubro de 2002 e 7 de janeiro de 2003. O processo foi alvo de diversas análises, porém, o decênio venceu antes a autoridade competente quanto à renovação (ou não) da outorga.

9. Sobre a recepção do pedido intempes, importa consignar que, conforme infere-se do art. 2º da Lei nº 13.424/2 alterada pela Lei nº 14.351/2022, publicada no Diário Oficial da União do dia 26 de maio de 2022, os requerimentos de re protocolados fora do prazo legal, passaram a ser conhecidos por esta Pasta, senão veja:

Art. 2º **O s pedidos intempes de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos** e os instruirá com os documentos necessários na fo regul amento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que veram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no **caput** deste artigo. **(grifo nosso)**

10. Desta feita, entende-se que o pedido de renovação ~~vota~~ interessada foi agasalhado pelos efeitos da supracitada Lei, de modo que passaram a deter legí ma condição de procedibilidade ante a anis a concedida quanto à tempestividade do pleito.

11. No tocante ao período de **2013-2023**, a pessoa jurídica interessada protocolou o requerimento de renovação de janeiro de 2013, sob o nº 53000.000490/2013-33. Vê-se, portanto, que o pedido de renovação da outorga foi prazo legal vigente à época, ou seja, entre 7 de outubro de 2012 e 7 de janeiro de 2013. De igual modo, o processo passou análises, no entanto, o decênio venceu antes da decisão conclusiva sobre o assunto.

12. Nesse contexto é importante reconhecer que insuficiências materiais e humanas cons tuem uma realidade burocrá ca no âmbito do serviço público, impedindo que se tenha, em algumas situações, um quadro ideal de c apreciação dos feitos. Essas condições da prestação do serviço público, inevitavelmente, conduzem à hierarquização de p o que não pode ser vista como descaso para com os inúmeros pleitos ~~recebidos~~ pela assoberbada máquina administrativa.

13. Esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica possui grande dificuldade em efetuar análise dos pedidos r oncessionárias/permissionárias dos serviços de radiodifusão, tendo em vista a quan dade de procedimentos tação do Poder Público e por contar com um quadro diminuto de servidores com formação técnica nece



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

Apesar de todas as dificuldades, a análises dos processos tem sido objeto de constante aperfeiçoamento ao longo dos anos.

14. De todo modo, deve-se salientar que, por meio do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM, a Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações firmou o entendimento de que *"Eventuais requerimentos de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação para o período subsequente. Ao contrário, nessa situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período subsequente"* (SEI 114657).

15. Pela análise dos autos, observa-se que, em **9 de setembro de 2022**, a pessoa jurídica ora interessada apresentou manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, em relação ao período de **2023-2033** (SEI 10380761). Portanto, o pedido de renovação da outorga é **temporário**, pois que a sua protocolização ocorrerá no prazo legal vigente, previsto no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 7 de abril de 2022 a 7 de abril de 2023.

16. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos em autos (SEI 11415980). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável o comprovatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

17. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente exigida pelo Ministério das Comunicações, **fixa-se** pelo fato de que a sua protocolização ocorrerá no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

18. Assim sendo, a pessoa jurídica ora interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhando as declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.110.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, simplificada, em **uma** pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os seus atos **correntes**, demonstrando que os quadros societário e diretivo coadunam **com os** que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SEI 11415980).

19. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SACS (SEI 11416166 - Págs. 1-5).

20. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário, a pessoa jurídica ora interessada explora somente o serviço de radiodifusão objeto de análise destes autos e não figura como sócia no quadro de administração da pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, o administrador César Antônio de Souza e as sócias Cássia Regina de Souza e Daiana Paula Souza de Moraes compõem o quadro de outra pessoa jurídica que explora o serviço de radiodifusão de frequência modulada, na localidade de Blumenau/SC.

21. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de caráter desfavorável em decorrência do curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI 11416166 Págs. 12-15). Sobre o assunto, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não há Processo de Apuração de Infração em desfavor da pessoa jurídica interessada que tenha culminado ou possa resultar na aplicação da sanção de cancelamento da outorga ou, ainda, que trate de eventual descumprimento do contrato de concessão/permissão pela detentora da outorga (SEI 11466096).

22. A pessoa jurídica ora interessada apresentou **uma** medida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, visando à inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou **uma** declaração dos sócios Federais, Estaduais e Municipais, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303

cer dão da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, o cerção emitido pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 11415980).

23. Ademais, acostou-se aos autos dados da Receita Federal, de modo a comprovar a regularidade da pessoa jurídica junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ. Pela análise do CNPJ, tem-se que a executante do serviço de radiodifusão possui sede em território nacional (SEI 11014583 - Pág. 1).

24. Logo, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação de regência, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão. A documentação acostada especialmente a declaração apresentada de que *"a pessoa jurídica atende as finalidades educacionais e culturais anuentes ao bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63"*, e a manifestação proveniente da CGFM quanto à inexistência de processo administrativo que trate de descumprimento contratual pela concessionária/permissionária à exigência legal de que a execução do serviço tenha caráter precário mantém as mesmas condições de funcionamento, demonstrando o interesse público na renovação da outorga na forma do art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962 c/c art. 110 do Decreto nº 52.795/1963.

25. Salienta-se, ainda, que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, não se torna necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das autorizações de uso de espectro de radiofrequência para o serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade do licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, a

Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). (O rigem: P RT GM/SEI -M COM 1.459/2020, art. 3º, caput)

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada. (O rigem: P RT GM/SEI -M COM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: (O rigem: P RT GM/SEI -M COM 1.459/2020, art. 3º, § 2º)

I - a identificação da entidade, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)

a) a razão social; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, a)

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, b)

c) o nome fantasia; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, c)

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (O rigem: P RT GM/SEI -M COM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, d)

II - os dados da outorga, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)

a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, a)

b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b)

III - os dados da estação, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, b)

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e (O rigem: P RT GM/SEI -M COM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, c)

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico do sistema radiante; (O rigem: P RT GM/SEI -M COM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)

IV - a data de emissão da licença; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela P RT GM/M COM 2.524/2021) (O rigem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI). (O rigem: P RT GM/SEI -M COM 1.459/2020, art. 3º, § 3º)

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020. (O rigem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 5º)

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º deste artigo. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela P RT GM/M COM 2.524/2021) (O rigem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 7º)

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação, no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela P RT GM/M COM 2.524/2021) (O rigem: P RT GM/SEI -M COM 1.459/2020, art. 3º, § 8º)

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 9º)

§ 10. A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962,



Id: b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303

26. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá caracterizar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de caracterização elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

27. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). Em consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

28. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica ora interessada no licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 7 de setembro de 2023, com validade até 7 de abril de 2033 (SEI 11416166 - Págs. 11 e 15).

29. Oportuno registrar que a dívida emitida pela Agência Nacional de Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel se encontra com status de "negativa", segundo consulta realizada na data de 9 de abril de 2024 (SEI 11416166 - Pág. 6). Logo, não há débitos vencidos decorrentes do preço público de outorga dos serviços de radiodifusão. Caso houvesse, aquela dívida ostentaria a condição de "positiva". Ademais, a consulta ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações SIGEC/ANATEL revelou que a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código de receita que refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada pela agência (SEI 11416166 - Págs. 7-10). **Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963, se aplica ao caso em apreço.**

30. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão em frequência modulada na localidade de São José/SC, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963. ficando dispensada a análise individualizada pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, uma vez que o caso concreto se amolda aos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, exarado no boletim de Jurisprudência Administrativa nº 00738.000159/2023-12 (SEI 11465711).

## CONCLUSÃO

31. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

32. Em caso de aprovação, sugere-se a remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações** para deliberação nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

33. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para providenciar o registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s).

34. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que ocorra a devida notificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que deflagrará a adoção das providências relacionadas, conforme consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Rádio e Televisão** Privada, em 11/04/2024, às 15:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 52.795/1963, de 8 de outubro de 2015.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira, Assistente Técnico**, em 12/04/2024, às 12:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 12/04/2024, às 11:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 12/04/2024, às 14:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 12/04/2024, às 17:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11465671** e o código CRC **02A4E8BD**.

## Minutas e Anexos

- Minuta de Portaria (11465673)
- Minuta de Exposição de Motivos (11465674)

Referência: Processo nº 53115.025051/2022-37

Documento nº 11465671



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303

# MINUTA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Privada  
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada  
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

\* MINUTA DE DOCUMENTO

## MINUTA DE PORTARIA

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 8º, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 10 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.025051/2022-37,

### RESOLVE:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à RÁDIO GUARAREMA LTDA, pessoa jurídica inscrita sob o nº 76.370.998/0001-88, número de inscrição nº 504154190691, a partir de 7 de abril de 2023, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão em frequência modulada, no município de São José, estado de Santa Catarina.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelas disposições do Regulamento Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 59, inciso III, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSCELINO FILHO**

Ministro de Estado das Comunicações

### AVISO:

***O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.***

***A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.***

***Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão definitiva for assinada pela autoridade competente.***



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 11/04/2024, às 15:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira, Assistente Técnico**, em 12/04/2024, às 10:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 12/04/2024, às 11:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 12/04/2024, às 14:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 12/04/2024, às 17:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>



b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11465673** e o código CRC **9A7081E8**.

Referência: Processo nº 53115.025051/2022-37

Documento nº 11465673

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

# MINUTA



MINISTÉRIO DA COMUNICAÇÃO  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada  
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

\* MINUTA DE DOCUMENTO

## MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCOM

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.025051/2022-37, invocando as razões p  
Nota Técnica nº 6.543/2024/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CO NJUR-MCO M/CGU/AGU  
acompanhado da Portaria nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, publicada em \_\_\_\_\_, que renova, pelo prazo de d  
par r de 7 de abril de 2023, a permissão outorgada à RÁDIO GUARAPUAVA (RPA 1470-370.998/0001-88), nos termos da  
Portaria nº 60, datada em 4 de abril de 1983, publicada em 7 de abril de 1983, para executar, sem direito de exclusividade  
de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão em frequência mo  
município de São José, estado de Santa Catarina.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o  
respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**JUSCELINO FILHO**

Ministro de Estado das Comunicações

### AVISO:

***O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.***

***A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.***

***Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão definitiva for assinada pela autoridade competente.***



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 11/04/2024, às 15:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira, Assistente Técnico**, em 12/04/2024, às 12:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 12/04/2024, às 11:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 12/04/2024, às 14:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 12/04/2024, às 17:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11465674** e o código CRC **6A100AA7**.

Referência: Processo nº 53115.025051/2022-37

Documento nº 11465674

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>



## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PORTARIA MCOM Nº 12937, DE 15 DE ABRIL DE 2024

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 8º, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 10 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.025051/2022-37,

### R E S O L V E:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à RÁDIO GUARAREMA LTDA, pessoa jurídica inscrita sob o nº 76.370.998/0001-88, número de inscrição no FISTEL nº 5041438671, de 14 de abril de 2023, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão em frequência modulada, no município de São José, estado de Santa Catarina.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelas disposições do Regulamento Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 5º, inciso III, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO  
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 26/04/2024, às 12:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 26 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código de verificação **11474254** e o código CRC **817A9688**.

Referência: Processo nº 53115.025051/2022-37

Documento nº 11474254

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>



## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Brasília, 15 de abril de 2024.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.025051/2022-37, invocando as razões p  
Nota Técnica nº 6543/2024/SEI-MCOM, termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CO NJUR-MCO M/CGU/AGU  
acompanhado da Portaria nº 12.937, de 15 de abril de 2024, publicada em \_\_\_\_\_, que renova, pelo prazo de  
par r de 7 de abril de 2023, a permissão outorgada à RÁDIO GUARAPUAVA nº 370.998/0001-88), nos termos da  
Portaria nº 60, datada em 4 de abril de 1983, publicada em 7 de abril de 1983, para executar, sem direito de exclusividade  
de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão em frequência mo  
município de São José, estado de Santa Catarina.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o  
respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO  
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 26/04/2024, às 12:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 26 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11474265** e o código CRC **818C8CFA**.

Referência: Processo nº 53115.025051/2022-37

Documento nº 11474265

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 49489/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura

À Senhora  
**Rafaela Calado e Silva Mello**  
Chefe de Gabinete do Ministro  
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha a Portaria nº 12937/2024 (11474254) e a Exposição de Motivos nº 303/2024 (11474254)

Senhora Chefe de Gabinete,  
De acordo com o disposto na Nota Técnica nº 6543/2024 (11465671), Encaminha a Portaria nº 12937/2024 (11474254) e a Exposição de Motivos nº 303/2024 (11474254) para apreciação e as providências subsequentes.  
Atenciosamente,

**Wilson Diniz Wellisch**  
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch, Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, em 12/10/2024 às 16:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11474271** e o código CRC **08307A0B**.

Referência: Processo nº 53115.025051/2022-37

Documento nº 11474271

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 29/04/2024 | Edição: 82 | Seção: 1 | Página: 11

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

## PORTARIA MCOM Nº 12.937, DE 15 DE ABRIL DE 2024

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, e no âmbito de sua competência, dispõe, no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.741, de 13 de outubro de 1965, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como no Decreto nº 53115.025051/2022-37, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à Rádiorádio Jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 76.370.998/0001-88, número de inscrição nº 12.937.000-00, a partir de 7 de abril de 2023, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito a prorrogação, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada, no município de São José, estado de Santa Catarina.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é regida pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e demais normas legais.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação em sessão pública, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSCELINO FILHO**

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303

Id solicitação: 57dbac569239e

## Informações da Entidade

| Dados da Entidade   |  |
|---|--|
| <b>Nome da Entidade:</b> RADIO GUARAREMA LTDA   |  |
| <b>Nome Fantasia:</b> RADIO MASSA FM  |  |
| <b>Telefone:</b> (48) 30414103  | <b>E-mail:</b> g.financeiro@radioguararema.com.br                |
| <b>CNPJ:</b> 76.370.998/0001-88   | <b>Número do Fistel:</b> 50414390601                             |
| <b>Tipo Usuário:</b> Adm Privada  | <b>Tipo Taxa:</b> Integral                                       |
| <b>Data do contrato:</b> 07/04/1993   | <b>Serviço:</b> 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada |
| <b>Carater:</b> Primário  | <b>Local específico:</b>   |
| <b>Rede:</b>  | <b>Categoria da Estação:</b> Principal                           |
| <b>Val. RF:</b> 07/04/2033  |  |
| <b>Observações:</b> Ato nº 5.139, de 13 de agosto de 2015, publicado na Pag. 51, Seção 1 do DOU de 17/8/15. |  |

| Endereço Sede                                |                     |                      |
|--|---------------------|----------------------|
| <b>Logradouro:</b> RUA RENATO RAMOS DA SILVA | <b>Complemento:</b> |                      |
| <b>Bairro:</b> BARREIROS                     | <b>Numero:</b> 239  |                      |
| <b>Município:</b> São José                   | <b>UF:</b> SC       | <b>CEP:</b> 88110015 |

| Endereço do Transmissor         |                                   |                      |
|---------------------------------|-----------------------------------|----------------------|
| <b>Logradouro:</b> Av. do Antão | <b>Complemento:</b> Morro da Cruz |                      |
| <b>Bairro:</b> Centro           | <b>Numero:</b> S/N                |                      |
| <b>Município:</b> Florianópolis | <b>UF:</b> SC                     | <b>CEP:</b> 88025163 |

| Endereço do Estúdio Principal            |                     |                      |
|--|---------------------|----------------------|
| <b>Logradouro:</b> Renato Ramos da Silva | <b>Complemento:</b> |                      |
| <b>Bairro:</b> Barreiros                 | <b>Numero:</b> 239  |                      |
| <b>Município:</b> São José               | <b>UF:</b> SC       | <b>CEP:</b> 88110015 |

| Endereço do Estúdio Auxiliar |                     |             |
|------------------------------|---------------------|-------------|
| <b>Logradouro:</b>           | <b>Complemento:</b> |             |
| <b>Bairro:</b>               | <b>Numero:</b>      |             |
| <b>Município:</b> -          | <b>UF:</b>          | <b>CEP:</b> |

## Informações do Plano Básico

| Localização                |               |
|----------------------------|---------------|
| <b>Município:</b> São José | <b>UF:</b> SC |

| Parâmetros Técnicos |                             |                   |                              |
|---------------------|-----------------------------|-------------------|------------------------------|
| <b>Canal:</b> 249   | <b>Frequência:</b> 97.7 MHz | <b>Classe:</b> A1 | <b>ERP Máxima:</b> 12.8817kW |
| <b>HCI:</b> 46 m    | <b>Pareamento:</b>          | <b>Decalagem:</b> | <b>Fase:</b> 2               |

## Informações da Estação

| Informações Gerais                           |  |
|--|--|
| <b>Número da Estação:</b> 1006384577         | <b>Número Indicativo:</b> ZYV318               |
| <b>Data Último Licenciamento:</b> 04/09/2023 | <b>Número da Licença:</b> 53500.073633/2023-67 |



| Estação Principal          |                            |                       |
|----------------------------|----------------------------|-----------------------|
| Localização                |                            |                       |
| Latitude: 27° 35' 15.00" S | Longitude: 48° 32' 1.00" W | Cota da base: 266.3 m |

| Transmissor Principal                         |                              |
|---|------------------------------|
| Código Equipamento: 005151802884              | Modelo: RUS-10K              |
| Fabricante: Sintek Sistemas Eletrônicos Ltda. | Potência de Operação: 7.6 kW |

| Linha de Transmissão Principal |   |                           |                     |
|--------------------------------|---|---------------------------|---------------------|
| Modelo: LCF158-50JA            | Fabricante: RFS - RADIO FREQUENCY SYSTEMS |                           |                     |
| Comprimento da Linha: 60 m     | Atenuação: .664 dB/100m                   | Perdas Acessórias: 0.5 dB | Impedância: 50 ohms |

| Antena Principal |   |                      |                       |           |                      |
|------------------|---|----------------------|-----------------------|-----------|----------------------|
| Modelo: MPX-4C   | Fabricante: ERI - ELECTRONICS RESEARCH INC. |                      |                       |           |                      |
| Ganho: 3.19 dBd  | Beam-Tilt: 5 °                              | Orientação NV: 270 ° | Polarização: Circular | HCI: 46 m | ERP Máxima: 12.88 kW |

| Padrão de Antena dBd |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            |
|----------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| 0°: 2.93             | 5°: 3.08   | 10°: 3.27  | 15°: 3.49  | 20°: 3.75  | 25°: 4.07  | 30°: 4.42  | 35°: 4.81  | 40°: 5.21  | 45°: 5.56  | 50°: 5.9   | 55°: 6.26  |
| 60°: 6.59            | 65°: 6.85  | 70°: 7.09  | 75°: 7.33  | 80°: 7.55  | 85°: 7.71  | 90°: 7.86  | 95°: 8.06  | 100°: 8.23 | 105°: 8.33 | 110°: 8.38 | 115°: 8.36 |
| 120°: 8.28           | 125°: 8.13 | 130°: 7.93 | 135°: 7.73 | 140°: 7.43 | 145°: 6.91 | 150°: 6.34 | 155°: 5.88 | 160°: 5.4  | 165°: 4.77 | 170°: 4.12 | 175°: 3.57 |
| 180°: 3.08           | 185°: 2.63 | 190°: 2.27 | 195°: 2.04 | 200°: 1.89 | 205°: 1.76 | 210°: 1.68 | 215°: 1.68 | 220°: 1.74 | 225°: 1.85 | 230°: 1.99 | 235°: 2.14 |
| 240°: 2.28           | 245°: 2.4  | 250°: 2.49 | 255°: 2.56 | 260°: 2.62 | 265°: 2.67 | 270°: 2.7  | 275°: 2.72 | 280°: 2.74 | 285°: 2.76 | 290°: 2.77 | 295°: 2.76 |
| 300°: 2.75           | 305°: 2.77 | 310°: 2.77 | 315°: 2.71 | 320°: 2.64 | 325°: 2.62 | 330°: 2.61 | 335°: 2.61 | 340°: 2.63 | 345°: 2.65 | 350°: 2.7  | 355°: 2.8  |

| Coordenadas por radial                           |  |  |  |  |  |  |  |  |   |  |  |
|--|--|--|--|--|--|--|--|--|---|--|--|
| 0°: Lat 27°15'55.45" S<br>Lon 48°32'1" W         | 5°: Lat 27°16'9.3" S<br>Lon 48°30'8.23" W        | 10°: Lat 27°16'41.04" S<br>Lon 48°20'01" W     | 15°: Lat 27°17'29.84" S<br>Lon 48°20'39.87" W  | 20°: Lat 27°19'54.59" S<br>Lon 48°20'54.95" W  | 25°: Lat 27°20'14.31" S<br>Lon 48°24'8.31" W   | 30°: Lat 27°20'17.25" S<br>Lon 48°22'17.73" W  | 35°: Lat 27°22'31.27" S<br>Lon 48°21'59.07" W  | 40°: Lat 27°24'33.42" S<br>Lon 48°21'54.91" W  | 45°: Lat 27°26'29.84" S<br>Lon 48°22'9.64" W    | 50°: Lat 27°26'53.08" S<br>Lon 48°20'47.56" W  | 55°: Lat 27°27'19.75" S<br>Lon 48°19'17.05" W  |
| 60°: Lat 27°28'13.43" S<br>Lon 48°18'19.34" W    | 65°: Lat 27°29'26.56" S<br>Lon 48°18'0.34" W     | 70°: Lat 27°30'29.56" S<br>Lon 48°17'19.19" W  | 75°: Lat 27°31'46.19" S<br>Lon 48°17'25.39" W  | 80°: Lat 27°32'57.12" S<br>Lon 48°17'23.91" W  | 85°: Lat 27°32'34.28" S<br>Lon 48°16'41.65" W  | 90°: Lat 27°35'14.12" S<br>Lon 48°16'21.92" W  | 95°: Lat 27°36'26.27" S<br>Lon 48°16'30.65" W  | 100°: Lat 27°37'44.37" S<br>Lon 48°15'58.93" W | 105°: Lat 27°37'39.17" S<br>Lon 48°16'1.68" W   | 110°: Lat 27°40'13.41" S<br>Lon 48°16'32.59" W | 115°: Lat 27°41'23.99" S<br>Lon 48°17'5.42" W  |
| 120°: Lat 27°42'36.49" S<br>Lon 48°17'35.79" W   | 125°: Lat 27°43'33.51" S<br>Lon 48°18'35.66" W   | 130°: Lat 27°44'18.61" S<br>Lon 48°19'48.31" W | 135°: Lat 27°44'43" S<br>Lon 48°20'18.74" W    | 140°: Lat 27°45'41.34" S<br>Lon 48°22'6.74" W  | 145°: Lat 27°46'17.09" S<br>Lon 48°23'16.83" W | 150°: Lat 27°46'50.96" S<br>Lon 48°24'26.7" W  | 155°: Lat 27°47'10.5" S<br>Lon 48°25'43.79" W  | 160°: Lat 27°47'49.157" S<br>Lon 48°26'20.8" W | 165°: Lat 27°51'28.36" S<br>Lon 48°27'5.97" W   | 170°: Lat 27°53'20.84" S<br>Lon 48°28'24.37" W | 175°: Lat 27°53'47.6" S<br>Lon 48°30'10.86" W  |
| 180°: Lat 27°53'42.38" S<br>Lon 48°32'1" W       | 185°: Lat 27°53'53.47.6" S<br>Lon 48°33'51.13" W | 190°: Lat 27°54'44.9" S<br>Lon 48°35'54.45" W  | 195°: Lat 27°54'49.88" S<br>Lon 48°37'57.29" W | 200°: Lat 27°54'35.69" S<br>Lon 48°39'59.15" W | 205°: Lat 27°53'58.62" S<br>Lon 48°41'54.04" W | 210°: Lat 27°53'12.63" S<br>Lon 48°43'45.23" W | 215°: Lat 27°52'14.12" S<br>Lon 48°45'28.74" W | 220°: Lat 27°51'7.84" S<br>Lon 48°47'6.05" W   | 225°: Lat 27°49'47.61" S<br>Lon 48°48'28.83" W  | 230°: Lat 27°48'21.9" S<br>Lon 48°49'42.72" W  | 235°: Lat 27°46'54.18" S<br>Lon 48°50'51.68" W |
| 240°: Lat 27°27'45'17.1" S<br>Lon 48°51'42.16" W | 245°: Lat 27°43'33.61" S<br>Lon 48°52'12.49" W   | 250°: Lat 27°41'56.52" S<br>Lon 48°52'51.78" W | 255°: Lat 27°40'13.52" S<br>Lon 48°54'53.56" W | 260°: Lat 27°38'35.51" S<br>Lon 48°53'35.34" W | 265°: Lat 27°36'53.97" S<br>Lon 48°53'39.31" W | 270°: Lat 27°35'13.39" S<br>Lon 48°53'11.83" W | 275°: Lat 27°33'35.24" S<br>Lon 48°53'6.68" W  | 280°: Lat 27°31'53.67" S<br>Lon 48°53'18.22" W | 285°: Lat 27°30'20.74" S<br>Lon 48°52'32.78" W  | 290°: Lat 27°28'59.79" S<br>Lon 48°51'18.9" W  | 295°: Lat 27°27'23.71" S<br>Lon 48°50'56.86" W |
| 300°: Lat 27°25'33.95" S<br>Lon 48°50'52.35" W   | 305°: Lat 27°23'57.85" S<br>Lon 48°50'8.36" W    | 310°: Lat 27°22'30.32" S<br>Lon 48°49'5.82" W  | 315°: Lat 27°21'14.07" S<br>Lon 48°7'46.79" W  | 320°: Lat 27°20'0.56" S<br>Lon 48°46'24.03" W  | 325°: Lat 27°18'57.37" S<br>Lon 48°45'50.99" W | 330°: Lat 27°17'57.49" S<br>Lon 48°43'14.78" W | 335°: Lat 27°17'9.39" S<br>Lon 48°41'30.43" W  | 340°: Lat 27°16'33.98" S<br>Lon 48°39'39.97" W | 345°: Lat 27°16'16.278" S<br>Lon 48°37'48.29" W | 350°: Lat 27°15'40.32" S<br>Lon 48°5'53.99" W  | 355°: Lat 27°15'36.23" S<br>Lon 48°3'57.01" W  |

| Distância por radial |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            |
|----------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| 0°: 35.8             | 5°: 35.5   | 10°: 34.9  | 15°: 34.1  | 20°: 30.2  | 25°: 30.7  | 30°: 32    | 35°: 28.8  | 40°: 25.9  | 45°: 22.9  | 50°: 24.1  | 55°: 25.6  |
| 60°: 26              | 65°: 25.4  | 70°: 25.7  | 75°: 24.8  | 80°: 24.4  | 85°: 25.3  | 90°: 25.7  | 95°: 25.6  | 100°: 26.7 | 105°: 27.2 | 110°: 27   | 115°: 27   |
| 120°: 27.3           | 125°: 26.9 | 130°: 26.1 | 135°: 24.8 | 140°: 25.3 | 145°: 25   | 150°: 24.8 | 155°: 24.4 | 160°: 27.2 | 165°: 31.1 | 170°: 34.1 | 175°: 34.5 |
| 180°: 34.2           | 185°: 34.5 | 190°: 36.7 | 195°: 37.6 | 200°: 38.2 | 205°: 38.3 | 210°: 38.5 | 215°: 38.5 | 220°: 38.5 | 225°: 38.2 | 230°: 37.9 | 235°: 37.7 |
| 240°: 37.3           | 245°: 36.5 | 250°: 36.4 | 255°: 35.8 | 260°: 36   | 265°: 35.7 | 270°: 34.8 | 275°: 34.8 | 280°: 35.5 | 285°: 34.9 | 290°: 33.8 | 295°: 34.4 |
| 300°: 35.8           | 305°: 36.4 | 310°: 36.7 | 315°: 36.7 | 320°: 36.8 | 325°: 36.8 | 330°: 37   | 335°: 37   | 340°: 36.8 | 345°: 36.8 | 350°: 36.8 | 355°: 36.5 |



|   |                          |                     |                       |                                     |                      |                                   |          |
|---|--------------------------|---------------------|-----------------------|-------------------------------------|----------------------|-----------------------------------|----------|
| Estação Auxiliar                                      |                          |                     |                       |                                     |                      |                                   |          |
| Transmissor Auxiliar                                  |                          |                     |                       |                                     |                      |                                   |          |
| Código Equipamento: 002850402252                      |                          |                     |                       | Modelo: FM 3000                     |                      |                                   |          |
| Fabricante: Marcelo Amorim de Godoy -EPP              |                          |                     |                       | Potência de Operação: 3.0 kW        |                      |                                   |          |
| Transmissor Auxiliar 2                                |                          |                     |                       |                                     |                      |                                   |          |
| Código Equipamento: 002480300528                      |                          |                     |                       | Modelo: SP 1000 ágil                |                      |                                   |          |
| Fabricante: Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda |                          |                     |                       | Potência de Operação: 1.0 kW        |                      |                                   |          |
| Linha de Transmissão Auxiliar                         |                          |                     |                       |                                     |                      |                                   |          |
| Modelo: LCF78-50JA                                    |                          |                     |                       | Fabricante: Radio Frequency Systems |                      |                                   |          |
| Comprimento da Linha: 60 m                            | Atenuação: 1.135 dB/100m |                     |                       | Perdas Acessórias: 0.5 dB           |                      | Impedância: 50 ohms               |          |
| Antena Auxiliar                                       |                          |                     |                       |                                     |                      |                                   |          |
| Modelo: BECP/2L                                       |                          |                     |                       | Fabricante:                         |                      |                                   |          |
| Ganho: 00 dBd   | Beam-Tilt: 0 °           | Orientação NV: 0 °  | Polarização: Circular | HCI: 39 m                           | ERP Máxima: 12.88 kW |                                   |          |
| RDS   |                          |                     |                       |                                     |                      |                                   |          |
| Código PI:  |                          |                     |                       |                                     |                      |                                   |          |
| Informações do documento de Outorga                   |                          |                     |                       |                                     |                      |                                   |          |
| Núm Processo  | Núm Documento            | Tipo Documento      | Orgão                 | Data do docu                        | Data DOU             | Razão do Doc                      | Natureza |
| 48991993  | 60                       | Portaria            | MC                    | 04/04/1983                          | 07/04/1983           | Outorga                           | Jurídico |
| Informações do documento de Aprovação de Locais       |                          |                     |                       |                                     |                      |                                   |          |
| Núm Processo  | Núm Documento            | Tipo Documento      | Orgão                 | Data do docu                        | Data DOU             | Razão do Doc                      | Natureza |
| 012500127742018<br>31                                 | 397                      | Despacho            | MCTIC                 | 20/03/2018                          | 02/04/2018           | Aprovação de Local                | Técnico  |
| Histórico de Documentos Emitidos                      |                          |                     |                       |                                     |                      |                                   |          |
| Núm Processo  | Núm Documento            | Tipo Documento      | Orgão                 | Data do docu                        | Data DOU             | Razão do Doc                      | Natureza |
|   |                          | Ato                 | ORLE                  |                                     | 04/08/2023           | Autoriza o Uso de Radiofrequência | Técnico  |
| 508200009071992                                       | 69                       | Decreto Legislativo | CN                    | 26/08/1999                          | 27/08/1999           | Deliber. do C. Nacional           | Jurídico |
| 530000439772010                                       | 5287                     | Portaria            | MCTIC                 | 07/12/2016                          | 12/12/2016           | Transferência Indireta            | Jurídico |
| 53500.058018/201<br>7-82                              | 8874                     | Ato                 | ORLE                  | 20/05/2017                          | 05/06/2017           | Autoriza o Uso de Radiofrequência | Técnico  |
| 53115.025051/202<br>2-37                              | 12937                    | Portaria            | MC                    | 15/04/2024                          | 29/04/2024           | Renovação                         | Jurídico |
| Horário de funcionamento                              |                          |                     |                       |                                     |                      |                                   |          |





**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 50140/2024/MCOM

Brasília, 30 de abril de 2024

Ao Senhor  
**Enio Soares Dias**  
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (11474265)**

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista o que consta da Nota Técnica nº 6543/2024 (11465671), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos nº 303/2024 (11474265), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 30/04/2024, às 10:41, conforme o art. 1º, III, b, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11501777** e o código CRC **783095DB**.

Referência: Processo nº 53115.025051/2022-37

Documento nº 11501777

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

Brasília, 3 de Maio de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.025051/2022-37, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 6543/2024/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 12.937, de 15 de abril de 2024, publicada em 29 de abril de 2024, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 7 de abril de 2023, a permissão outorgada à RÁDIO GUARAREMA LTDA (CNPJ nº 76.370.998/0001-88), nos termos da Portaria nº 60, datada em 4 de abril de 1983, publicada em 7 de abril de 1983, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão em frequência modulada, no município de São José, estado de Santa Catarina.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho*



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Gabinete do Ministro das Comunicações  
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 15412/2024/MCOM

Ao Senhor  
BRUNO MORETTI  
Secretário Especial de Análise Governamental  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Renovação de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53115.025051/2022-37.**

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS  
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por Ênio Soares Dias, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro, em 03/10/2024, às 16:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código de verificação **11508872** e o código CRC **40804CE8**.

Referência: Processo nº 53115.025051/2022-37

Documento nº 11508872



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303



Ministério das Comunicações - MCOM  
PROTOCOLO DIGITAL - RECIBO DA SOLICITAÇÃO  
Nº 264359.0003625/2022

DADOS DO SOLICITANTE

Nome: José Ângelo Junqueira SCOPEL  
E-mail: \*\*\*\*\*@\*\*\*\*\*.m  
CPF: \*\*\*.270.300-\*\*

DADOS DO REPRESENTADO

Razão Social: RÁDIO GUARAREMA LTDA  
E-mail: \*\*\*\*\*@\*\*\*\*\*.m  
CNPJ: 76.370.998/0001-88

DADOS DA SOLICITAÇÃO

Número da Solicitação: 264359.0003625/2022  
Tipo da Solicitação: 01 - Protocolizar documentos para o Ministério das Comunicações  
Informações Complementares: REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA DA RÁDIO GUARAREMA LTDA  
SEGUE EM ANEXO OS DOCUMENTOS SOLICITADOS NO REQUERIMENTO.  
Número do Processo Informado Pelo Solicitante: 26435.900036/2520-22  
Data e Hora de Encaminhamento: 09/09/2022 às 11:24

DOCUMENTAÇÃO PRINCIPAL

| Tipo do Documento | Nome do Arquivo                                       |
|-------------------|---|
| Requerimento      | Radio<br>REQUERIMENTO_DE_RENOVACAO_DE_OUTORGA (1).pdf |

DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR (Preenchimento Opcional)

| Descrição do Documento | Nome do Arquivo  |
|------------------------|--|
| CARTÃO CNPJ            | Cartão CNPJ Rádio Guararema.pdf                                  |
| CERTIDÃO               | CND Falencia Radio atualizada.pdf                                |
| CERTIDÃO               | CND Federal Rádio até 24-01-2023.pdf                             |
| CERTIDÃO               | CND FGTS Rádio até 19-09-2022.pdf                                |
| CERTIDÃO               | CND Trabalhista Rádio até 24-01-2023.pdf                         |
| CERTIDÃO               | NADA CONSTA - SISTEMA DE CONSULTA DÉBITOS DE FISTEL - 310822.pdf |

Sua solicitação poderá ter a documentação conferida, antes de ser tramitada para a unidade responsável. Em até 24h, a partir do envio, verifique o recebimento de e-mail contendo o Número Único de Protocolo (NUP) e orientações para o acompanhamento.



Este documento registra as informações inseridas no Portal de Serviços do Governo Federal (<https://www.gov.br/protocolodigital>)  
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://mtoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-d0025305303>

RECIBO DA SOLICITAÇÃO Nº 264359.0003625/2022 (16386155)

SEI 53115.025051/2022-37 / pg. 1

b6bd0825-2911-4cef-bb37-d0025305303

## PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: RÁDIO GUARAREMA LTDA, sociedade empresária, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 76.370.998/0001-88, com sede na rua Renato Ramos da Silva, nº 239, barreiros, na cidade de São José/SC, neste ato representada por seu administrador, CESAR ANTÔNIO DE SOUZA, brasileiro, separado judicialmente, empresário, portadora da cédula de identidade nº 1/R 642.795/SSI/SC, inscrito no CPF sob o nº 289.511.079-49, residente na rua Souza Dutra, 353, Ap. 1301, bairro Estreito, cidade de Florianópolis/SC;

OUTORGADOS: José Ângelo Junqueira Scopel e Rafael Cherutti Scopel, ambos brasileiros, advogados, com registro de inscrito na OAB/RS, respectivamente, sob os nºs. 27.572 e 92.395 e, CPFs, respectivamente, nºs 385.270.300-04 e 024.454.510-35, com escritório profissional à Rua João Abbott, 473, conjunto 405, bairro Petrópolis, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

OUTORGA: o outorgante nomeia e constitui os outorgados seus bastantes procuradores, conferindo-lhes os poderes contidos nas cláusulas "ad" e "extra judicia", bem como os especiais de dar e receber quitação, citação e intimação, levantar alvará, confessar, reconhecer a procedência do pedido, firmar compromisso, renunciar, acordar, discordar, transigir, desistir, representando a outorgante, como autora ou Ré, especialmente, para representar a empresa RÁDIO GUARAREMA LTDA, bem assim seu administrador perante o Ministérios das Comunicações e ANATEL, podendo fazer requerimentos e assiná-los em nome dos outorgantes, protocolizar documentos, receber notificações no e-mail [angeloadvogado@gmail.com](mailto:angeloadvogado@gmail.com), bem como tudo mais fazer para o bom e fiel cumprimento deste mandato, inclusive, substabelecer, com ou sem reserva de iguais poderes.

Porto Alegre, 08 de setembro de 2022.

CESAR ANTONIO DE SOUZA  
Assinado de forma digital por CESAR ANTONIO DE SOUZA:28951107949  
Data: 2022.09.08 13:50:10 -03'00'

RÁDIO GUARAREMA LTDA  
CÉSAR ANTONIO DE SOUZA  
CPF 289.511.079-49



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

Procuração (10389766)

SEL 35119:025051/2022-37 / pg. 2

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303

## REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

| IDENTIFICAÇÃO                   |  |  |            |
|---------------------------------|--|--|------------|
| <b>Nome da Pessoa Jurídica:</b> |  | RÁDIO GUARAREMA LTDA   |            |
| <b>CNPJ:</b>                    | 76.370.998/0001-88                                       | <b>CEP da sede:</b>  | 88.110-015 |
| <b>Endereço da sede:</b>        | Rua Renato Ramos da Silva, 239 – Barreiros – São José/SC |  |            |
| <b>E-mail de contato:</b>       | g.financeiro@massafmfloripa.com.br                       |  |            |
| <b>Serviço a ser renovado:</b>  | (x) Radiodifusão sonora                                  | ( x ) em frequência modulada<br>( ) em ondas curtas<br>( ) em ondas médias<br>( ) em ondas tropicais |            |
|                                 | ( ) Radiodifusão de sons e imagens                       |  |            |
| <b>Período da renovação:</b>    | 2023 à 2033  |  |            |
| <b>Localidade da renovação:</b> | São José   | <b>UF:</b>   | SC         |

Eu, **César Antônio de Souza** inscrito no CPF sob o nº **289.511.079-49** na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**, com base no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, em relação ao serviço, ao período e à localidade descritos acima, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

### DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:

Requerimento de Renovação de Outorga - pag.



- (a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;
- (b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- (c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- (e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;
- (f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- (g) nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas *b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q* da Lei Complementar nº 64/1990;
- (h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;
- (i) inexistente parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

**São José, 31 de Agosto de 2022.**

CESAR ANTONIO DE SOUZA:28951107949

Assinado de forma digital por  
CESAR ANTONIO DE  
SOUZA:28951107949  
Dados: 2022.08.31 15:09:17 -03'00'

Rádio Guararema Ltda.  
César Antônio de Souza  
CPF 289.511.079-49

Requerimento de Renovação de Outorga - pag. 4





# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

|  |   |   |
|--|---|---|
| NÚMERO DE INSCRIÇÃO<br><b>76.370.998/0001-88</b><br>MATRIZ   | COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO<br>CADASTRAL | DATA DE ABERTURA<br><b>21/09/1982</b>           |
| NOME EMPRESARIAL<br><b>RADIO GUARAREMA LTDA</b>  |   |   |
| TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)<br>*****  |   | PORTE<br><b>DEMAIS</b>                          |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL<br><b>60.10-1-00 - Atividades de rádio</b>                     |   |   |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS<br><b>68.10-2-01 - Compra e venda de imóveis próprios</b> |   |   |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA<br><b>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</b>                            |   |   |
| LOGRADOURO<br><b>R RENATO RAMOS DA SILVA</b>   | NÚMERO<br><b>239</b>                                | COMPLEMENTO<br>*****                            |
| CEP<br><b>88.110-015</b>   | BAIRRO/DISTRITO<br><b>BARREIROS</b>                 | MUNICÍPIO<br><b>SAO JOSE</b>                    |
| UF<br><b>SC</b>  |   |   |
| ENDEREÇO ELETRÔNICO<br><b>G.FINANCEIRO@RADIOGUARAREMA.COM.BR</b>   |   | TELEFONE<br><b>(48) 3381-3500</b>               |
| ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)<br>*****   |   |   |
| SITUAÇÃO CADASTRAL<br><b>ATIVA</b>   |   | DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL<br><b>24/09/2005</b> |
| MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL   |   |   |
| SITUAÇÃO ESPECIAL<br>*****   |   | DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL<br>*****              |

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **22/08/2022** às **13:50:34** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

link de inscrição e de situação cadastral (10360762)

SEI 53115.025051/2022-37 / pg. 5



22/08/2022

0012549106

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
Comarca de São José

**CERTIDÃO**  
**FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

**CERTIDÃO Nº: 9852732****FOLHA: 1/1**

À vista dos registros cíveis constantes nos sistemas de informática do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina da Comarca de São José, com distribuição anterior à data de 21/08/2022, verificou-se NADA CONSTAR em nome de:

**RADIO GUARAREMA LTDA, portador do CNPJ: 76.370.998/0001-88. \*\*\*\*\***

**OBSERVAÇÕES:**

- a) para a emissão desta certidão, foram considerados os normativos do Conselho Nacional de Justiça;
- b) os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;
- c) a autenticidade deste documento poderá ser confirmada no endereço eletrônico <http://www.tjsc.jus.br/portal>, opção Certidões/Conferência de Certidão;
- d) para a Comarca da Capital, a pesquisa abrange os feitos em andamento do Foro Central, Eduardo Luz, Norte da Ilha, Fórum Bancário e Distrital do Continente;
- e) certidão é expedida em consonância com a Lei nº 11.101/2005, com a inclusão das classes extrajudiciais: 128 - Recuperação Extrajudicial e 20331 - Homologação de Recuperação Extrajudicial.

**ATENÇÃO:** A presente certidão é válida desde que apresentada juntamente com a respectiva certidão de registros cadastrados no sistema eproc, disponível através do endereço <https://certeproc1g.tjsc.jus.br>

Certifico finalmente que esta certidão é isenta de custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 60 dias.

São José, segunda-feira, 22 de agosto de 2022.

**PEDIDO Nº:****0012549106**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura/camara-degdp/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303> / pg. 6

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: RADIO GUARAREMA LTDA**  
**CNPJ: 76.370.998/0001-88**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei n<sup>o</sup> 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei n<sup>o</sup> 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN n<sup>o</sup> 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 10:22:36 do dia 28/07/2022 <hora e data de Brasília>.  
Válida até 24/01/2023.

Código de controle da certidão: **2220.F1F5.3405.3F3F**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303> / pg. 7

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303

[Voltar](#)[Imprimir](#)

## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 76.370.998/0001-88**Razão Social:** RADIO GUARAREMA LTDA**Endereço:** RUA RENATO RAMOS DA SILVA 239 / BARREIROS / SAO JOSE / SC /  
88110-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 21/08/2022 a 19/09/2022**Certificação Número:** 2022082100522843654816

Informação obtida em 22/08/2022 13:52:50

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**www.caixa.gov.br**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf](https://a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf)<https://mtoleg-autenticidade-assinatura/consulta.jsf>

Anexo (10386785)

SEF33115:023051/2022-37 / pg. 8

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: RADIO GUARAREMA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 76.370.998/0001-88

Certidão nº: 23923588/2022

Expedição: 28/07/2022, às 10:26:41

Validade: 24/01/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO GUARAREMA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **76.370.998/0001-88**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: [cnadt@tst.jus.br](mailto:cnadt@tst.jus.br)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

ANEXO (10380167)

SEP33115.023051/2022-37 / pg. 9

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303



## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

**Nome:** **RADIO GUARAREMA LTDA**

**CNPJ:** **76.370.998/0001-88**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 17:20:43 do dia 31/08/2022 (hora e data de Brasília).

Válida até 30/09/2022.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

Anexo (10380769)

SEI 35115.023051/2022-37 / pg. 10

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303



## VALIDAR

Serviço de validação de assinaturas eletrônicas



Simples



Comple...



Documento com assinaturas válidas

## Informações gerais do arquivo:

Nome do arquivo: Radio\_REQUERIMENTO\_DE\_RENOVACAO\_DE\_OUTORGA\_\_1\_.pdf

Hash: 6238ba8480965d65e6a04ce8565a6e1142857a36d7c57bf4d26f8aa1ad0c73f7

Data da validação: 10/01/2024 10:58:43 BRT



## Informações da Assinatura:

Assinado por: CESAR ANTONIO DE SOUZA

CPF: \*\*\*.511.079-\*\*

Nº de série de certi cado emitente: 1828779246905222000

Data da assinatura: 31/08/2022 15:09:17 BRT

ASSINATUR  
QUAL

Foram encontrados certi cados expirados. Veri que o relatório de conformidade

## ATENÇÃO:

O conteúdo do documento é de inteira responsabilidade do(s) signatário(s), o IT não  
qualquer uso que seja feito a partir da validação das assinaturas eletrônicas

[Visualizar relatório de conformidade](#)

## AVALIE O SERVIÇO QUE VOCÊ UTILIZOU

Sua opinião é importante para o aprimoramento de nossos serviços.

[Avaliar](#)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

ACESSO RÁPIDO



b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303

17/07/2023 15:36:49

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>

cgfm@mcom.gov.br

## Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Processo nº:53115.025051/2022-37

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RADIO GUARAREMA LTDA e suas filiais (CNPJ nº 76.370.998/0001-88), executante do serviço de radiodifusão SERVIÇO, no município de São José / SC, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>





123456789 2219 79 51976

899 1 98796 9 329 1789

|                                |                                       |                       |
|--------------------------------|---------------------------------------|-----------------------|
| ! "#\$%"&\$"()&&*+((<br>,9 17- | 8,319 2 2 7817./ 2 2 7 9./<br>899 196 | 01002130<br>4*)&')*(4 |
|--------------------------------|---------------------------------------|-----------------------|

|                          |
|--------------------------|
| 5006<br>197 791912,9 6 9 |
|--------------------------|

|                                |            |
|--------------------------------|------------|
| 18136102619:0100;<br><<<<<<<<< | 51<br>2,97 |
|--------------------------------|------------|

|  |
|--|
| => !001?0@05506<br>#&\$*&+*+&& + 9ABCBDDEFG DF HIDBJ |
|--|

|  |
|--|
| => !001?0@03K0<br>#(\$*&+4+&* + 8JLMHE F CFNDE DF BLOCFBG MHOMHBJG |
|--|

|   |
|---|
| => !0013P0Q380<br>4&#+4 + JRBFD EDF 2LMHFGIHBE 6BLBAEDE |
|---|

|                         |     |                  |
|-------------------------|-----|------------------|
| 6>03<br>1 129 19, 9 769 | 4%' | 561<br><<<<<<<<< |
|-------------------------|-----|------------------|

|                  |                  |            |         |
|------------------|------------------|------------|---------|
| 5<br>((\$**&+&*S | 20T11<br>5911271 | 385<br>9 2 | 3:<br>8 |
|------------------|------------------|------------|---------|

|                                      |                       |
|--------------------------------------|-----------------------|
| 61@<br>7\$798271U197791912,9\$8,\$51 | 16:<br>VW(X %%(+*%S&& |
|--------------------------------------|-----------------------|

|                        |
|------------------------|
| 1:01?5K?69;;<br><<<<<< |
|------------------------|

|                    |                              |
|--------------------|------------------------------|
| 130 !00106<br>9 79 | 0100130 !00106<br>4W)&')4&&S |
|--------------------|------------------------------|

|              |
|--------------|
| 1?130 !00106 |
|--------------|

|                       |                           |
|-----------------------|---------------------------|
| 130 !506<br><<<<<<<<< | 0100130 !506<br><<<<<<<<< |
|-----------------------|---------------------------|

0YZ[\]^[\_`]abcZdef[[Zg]ch\]:2aijklmn^\_op^\_^\_q\_grZ[^\_jojjk

ghch^[a[^h]\*&)\*&\*)4&4Wsb\*&t4#t%W 9^]c]\_u[Z]^\_2Z]bv`h];k

5wxha]y\*)\*



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

Anexo Certidões Emitidas (11014585)

SLF 33119.025051/2022-37 / pg. 14

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303

## Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

**CNPJ:**

76.370.998/0001-88

**NOME EMPRESARIAL:**

RADIO GUARAREMA LTDA

**CAPITAL SOCIAL:**

R\$43.168,20 (Quarenta e tres mil e cento e sessenta e oito reais e vinte centavos)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

**Nome/Nome Empresarial:**

ANGELA MARIA DE SOUZA

**Qualificação:**

22-Sócio

**Nome/Nome Empresarial:**

CESAR ANTONIO DE SOUZA

**Qualificação:**

05-Administrador

**Nome/Nome Empresarial:**

DAIANA PAULA SOUZA DE MORAIS

**Qualificação:**

22-Sócio

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 10/01/2024 às 10:26 (data e hora de Brasília).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

rstuvw

xyzw{y{w



01234546789 81 1 7248781  
89 0

!"##\$%""&'\$\$  
()\*  
+), -./01234.-.-56.278/.  
9;;, -4.2-5<.812-.61=2/.2=07>.2?!#2%2@.--50-1=2%2=.12A1=52%2=B2%  
\$\$&&"'''''

.2BCDEC25FGHIJDFC2KLMLNCOP2HG2QRG2MC2CSNDTQDUVG2WQL2OXL2FGHYLNL2G2.NS  
P2MC27LD2\$ "IP2ML2&&2ML2JCDG2ML2&##"P2FLNSDYDFC2WQLP2HLRSC2MCSCP2C  
LJZNLRC2CFDJC2DMLHSDYDFCMC2LHFGHSNC'RL2LJ2RDSQCUVG2NL[QOCN2ZLNCHSL2G  
KQHMG2ML23CNCHSDC2MG28LJZG2ML2=LN\DFG2'2K38=

12ZNLRLHSL2BLNSDYDFCMG2HVG2RLN\DN]2ML2ZNG\C2FGHSNC2FGTNCHUC2ML  
WQCDRWQLN2M^TDSGR2NLYLNLHSLR2C2FGHSNDTQDU\_LR2L%GQ2LHFCN[GR2ML\DMGRP  
MLFGNNLHSLR2MCR2GTND[CU\_LR2FGJ2G2K38=

`),.;;?\$\$&?%?"?!2C2?%"&%?"?a

b;cd)efgh;e?"?!&??\$"&a"&"aa!\$?&i

0HYGNJCUVG2GTSDMC2LJ2&""&%?"?a2&"j?j?i

.2QSDODkCUVG2MLRSL2BLNSDYDFCMG2ZCNC2GR2YDHR2ZNL\DRSGR2LJ27\_LD2LRSC  
FGHMDFDGHCMC2C2\LNDYDFCUVG2ML2CQSLHSDFDMCML2HG2RDSL2MC2BCDECj  
lllm)n)mopmq



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>



)\* (m  
\*&"n"!o

0123456791 34515 4373243

!"# "\$%!&'  
()\*+,-./-0012///3411  
(56789;.<.+<./=2</<=  
>?87@93/2/32</<=ABC3/<+=3  
DEF78E8/12/+2</<=431/#G:676:6E'87ECAG:6E8C8E8E6E  
8CHE>?87@9-

(567I7GE4CJH 2547 K221L35ML324N1O444P A7:CG576#E'  
:()\*CQ;; RSTURVTWWXYVVVZ[XX 9670793 G7:E87?F:6:  
\\E:GEG7:EF8]85C"5EQEF^7C6EC-  
(567897678EGQEC:CE56C-,=<411.48E(:CF78E@9  
8EC!7C8"5EQEF^AEG5CG:6E8C?FEC!7C:C-\_3<-==/2</33  
3.-=,+2</3+A:6/32</<<8E(\*"A8<38`E:758</<<-  
C8E8CG:C6E:6C8C6E(56789C985C?:CEQ7F78E88C  
"57QH:E7C8"5EQEF^  
GEC8?CCE`H5a87GEAE(56789E6C6EE?5CE5FE@9  
E68CCCHCC6EQFG7:6CAEbc:G7ECHI7F7E7C-  
EG76E@98C6EG56789G:87G7:E4CB]57I7GE@98CHE  
EH6:67G78E8:?56EF8"57QH:EF&H?5758"5EQEF^:E  
:65:6#^66?22ddd-6C6-`HC-Q5'-  
(567897678Eb5E6H76E:6-

49O72Le674Lf723931  
\\E:GEG7:EF8]85C"5EQEF^7C6ECG:C6EC8E8C  
:GCCg57CB78:67I7GE@98EC?CCEC:E6H5E7C`H5a87GEC  
7:E87?F:6C?5E:6E\*HC67@E8"5EQEF^JHE:6BCQ57bE@hC  
C6EQFG78ECC:6:@EG:8:E6i57E65E:C76E8E`HFbE8H  
EG58C`H87G7E7C65EQEF^7C6ECA7:GFHC7]:G:G5::6EC  
5GF^7:6C?5]78:G7g57CAE^:5g57CAEGHC6ECAE  
FH:6CHE5GF^7:6C8657:E8CF7jH8G55:6C  
8>GH@98EG58CI75E8C?5E:6 7:7C6k57)IQF7G8  
"5EQEF^A(7CC98(:G7F7E@9)5k]7EH8E7C6a6HFCJHA?5  
87C?C7@9FbEFAG:67]5I5@E>GH67]E-



I]78ECCHbC6hCG:86p6C6-`HC-Q5

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

Anexo Certidões Emitidas (11014585)

SEI 33119-025031/2022-37 / pg. 17

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303

012345672109 12 79540413295404104  
0 !"#3\$ "2#1\$ "%"& %#% ' \$(

0123440)7\*+,-./012..3..456+,785+,90-:84;-30,0;.:6::52.:<1095::8.6:+6707\*3),52  
;1.26;.:=>0,-.:902.19.:30,?;.:30,35,@.-;.,A.;.16-.,BC1\*4)1321\*1)'12,90-;1.D

7)12E547'9221)35  
F.6G,30,AHIJD,KLMNKOMPPQ,  
I.R:5-3515=0,3,.:535,D,SFT@UV,  
?;.:30,5-3515=0,3,.:535,D,@THWT,ATWTFUHT,  
X8-69R<60,5-3515=0,3,.:535,D,@TY,JY@?,  
?-3515=0,3,.:535,D,FZT,F?HTWY,FTXY@,[T,@UV\T,]NP,

A51;63>0,526;63.,^.,\_ODNQ,35,\_O`O\_]O]aM,

.b,Y:3.30:785:51c61.2,35,<.1d25;10,<.1...15.46G=>0,3.,e8:9.,5,<.1.,5f<536=>0,35:.,951;63>0,:>0,35  
15:<0-:..e6463.35,30g.b.:04696;.-,5+,6-5f6:6-30,78.47851,90-5f>0,902,.,F5956;.,h5351.4,08,08;1.,6-:;6;86=>0  
<ie469.,<.1.,8;5-;69.=>0,3,.:6-/012.=j5;.<15:.;3.:+902<5;6-30,.0g^b,6-;515:..30g.b,08,35:6-:k160g.b  
:8.,90-/51l-96.M

eb,A51;63>0,5f<5363.,m1.;86;..25-;5+,-0;.:5120:3.,F5:048=>0,AHJ,-M,[\_]O\_O,5,F5:048=>0,A0-n8-;.  
ol`AoJ,-M,L`]O]NM





01213456179 29  
36  
2

6419 773141! 70 14739 2 41! 9 9514736 " 41!73 73461#473  
9 6 13 \$9%!19 41! 9 #21 7

&  
2'(6 917# 6 6 0 "49  
2)(\*+,\*-\*,//01...200

345567869:&.&9;<4;=&94&6&>6?4@96&A6B;:@67&B:C<6<&4&;@5B<484<&DE6;5DE4<&9F8;965&94  
<45G:@56C;7;9694&9:&5EH4;=&G655;8:&6B;l6&;94@=;J;B69:&DE4&8;4<4l&6&54<&6GE<6965K&L&B4<=;J;B69:8

deB:@5=6l&9LC;=:5&69l;@;5=<69:5&G476&N4B<4=6<;6&96&34B4;=6&>494<67&9:&O<65;7&P3>OQ&B:l  
4R;S;C;7;9694&5E5G4@56&@:5&=4<l:5&9:&6<=T&UVU&86&TW4;8@94&YV&94&:E=EC<:&94&UZ[[&l  
j^9;S:&\_<;CE='<:&A6B;:@67&P]\_AQK&:E&:CH4=:&94&94B;5a:&HE9;B;67&DE4&94=4<l;@6&5E6  
945B:@5;94<6ba:&G6<6J;@5&94&B4<=;J;B6ba:&96&<4SE76<;9694&J;5B67K&:E&6;@96&@a:&84@B;9:5o

le @a:&B:@5=6l&;@5B<;bf45&4l&gF8;96&h=;86&96&i@;a:&PghiQ&@6&j<:BE<69:<;6\k4<67&96&>6?4@96  
A6B;:@67&Pjk>AQT

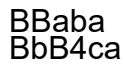
]@J:<l4&9;5G:5=:@:5&6<=5T&YmV&4&Ym[&9;\_]\_AK&45=4&9:BEl4@=:&=4l&:5&l45l:5&4J4;=:5&96&B4<=;9a:  
@4S6=;86T

n5=6&B4<=;9a:&L&8`7;96&G6<6&:&45=6C474B;l4@=:&l6=<;?&4&5E65&J;7;6;5&4K&@:&B65:&94&4@=4&J494<6=  
=:9:5&:5&^<Sa:5&4&JE@9:5&GoC7;B:5&96&69l;@;5=<6ba:&9;<4=6&6&474&8;@BE769:5T&34J4<4\54&p&5;=E6ba  
5EH4;=:&G655;8:&@:&qIC;=:&96&3>O&4&96&jk>A&4&6C<6@S4&;@B7E5;84&65&B:@=<;CE;bf45&5:B;6;5&G<48;  
@65&67F@465&r6r&6&r9r&9:&G6<`S<6J:&o@;B:&9:&6<@3TYU&96&4&8;@4&HE7u:&94&UZZUT

h &6B4;=6ba:&945=6&B4<=;9a:&45=`&B:@9;B;:@696&p&84<;J;B6ba:&94&5E6&6E=4@=;B;9694&@6&v@=4<@4=H  
4@94<4b:5&wu==GMxx<JCTS:8TC<y&:E&wu==GMxxzzzTGSJ@TS:8TC<yT

j4<=;9a:&4l;=:96&S<6=E;=6l4@=4&B:l&C654&@6&j:<=6<;6&]:@HE@=6&3>@JkX&W&8;94&YxUmXmYmUtT  
nl;=:96&p5&mZM{ZM{X&9:&9;6&m{xUUxYmY{&wu:<6&4&96=6&94&O<65F7;6yT  
|`7;96&6=L&mUxmVxYmYtT  
j^9;S:&94&B:@=<:74&96&B4<=;9a:M&9-+ , -2},. ~\*,\*~  
□E67DE4<&<65E<6&:E&4l4@96&;@867;96<`&45=4&9:BEl4@=:T





012345678191 6

)\*\*,-+./00/12)130/+4+5)./+\*3+/6+,/1)1.\*72-)/2)7082+2+\*/9-1/+\*:6)-1)2);+\*)2+<62+/\*=>7)231?17+/0  
:6).@070.\*3+=,+<2\*)/3)/+3+=<)/.A.71+\*);0;/070.321861.3)+71;+1/).31?17+/0=2),+31-+\*+0\*3218630\*=  
/9-1/++31-+)/);+1\*/>8130\*+;/1.1\*32+/0\*<),+B)72)3+21+/)\*3+/0/+4+5)./+!

+63).3171(+/-)\*3+7)231/(@0 /- )2(\*)270.?12;+/.+.<]1.++B)72)3+21+)\*3+0 /+4+5)/.++.3)2.)3=.0 )/2)\*^00  
\_33<O&`'!\*)?!\*7!]0-!82

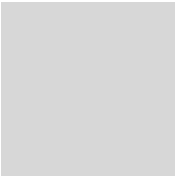


m n m n o p q r s t u s v w x y z { | \$ % & ' \* + , - . : ; ~ [ \ ] ^ \_ ` a b c d e f g h i j k l m n o p q r s t u v w x y z { | \$ % & ' \* + , - . : ; ~ [ \ ] ^ \_ `

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303



)\*+,-./,0123145016047  
348920149+891-989:.,+9  
43-:389:.,91)\*+,-./9;1291:3-3,89<  
=1>??@'('



-3:8,2501/04,8,A9123127B,8041+C1DEFGHIJIF

-KLMNOPQOLMR

+KSRH:TUVKWGXGGE1Y1:92,01Z\*9:9:3)91;829  
=1>'=1[ @&@'??  
\88] ^ \_ ^\ % ^ 2%4\$ 40` a  
=9bc8987  
" 5 " ^^0^%4 =5 8 4d>6e4=

[5 c5 8

1

|                |                     |
|----------------|---------------------|
| \$ 7 8\9566d " | \$ 7 8` c5 8 5 6 '' |
|----------------|---------------------|

=\^0[0= 2%4fg\ h 1^4\\\$ =%4 \$h"0%^0"gi^0%\$\\

,44j+13189k94  
,/8\*13189k94

[ \ \$ 2g0=01 4^\4\^` %\$0^0%\$\\=%" ^ ^%4\$h"0%4fg\`# 2  
4\^=%4 \$%4a2\42%4\^[^\4 1\^m%\$%4=%21^\\$0\$%4\4 =\^0\$n%

4d>6e4=a8o 858

\9575b\_cc



b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303




0123456791 34 7221 479100010

! "\$ % &amp; ' ( ) \* + , - . / 0 \* ) \* ) 1 2 \* . 3 4 + \*







567859'(:;<=:><??@A>>>BC@.@

DE\$FGFH%!D(J"DK(DL(H !"#\$(%!(!F!\$DL%!(D5MN(D(OP!59(D(%!(H%&%!\$E!(QRSK(8Q5(D(Q5RT  
L% \$F&! (UD#%(EEDVD&EF%IODE%#(&%(P FWK(XY-.Z-X[4\*2(EDVF!\$E!(&D(  
UD %F&%&D!\FVD \$D!(ED#%\$F\%!(%(859756(H !"#\$(%&]

$$\begin{aligned} & \wedge\_`abcbd\_`efg\_heij\_ea\_klj\_emben\_op\_nbqrjespo\_ia\_hej\_ek\_t\_kpmj\_ecbmb\_akj\_ecji\_jnpmblepiti\_jklbqu\_`evk\_`abmb\_ev\_nj\_e\_ia\_ \\ & vwxxnpi\_hem\_eajmi\_ei\_eyim\_k\_`e\_e\_`t\_kb\_em\_eojs\_kijz \end{aligned}$$

{ e lp`a lb`e y } ^ e ~  dy † ecij jn p m b l e j` e m b m j` e` j x k` e j e b i m b l` i a j e m j` e v k j c` `` j` e b m l p i p` a k b a p s j` e m` e k` ` v j i` b x p n p † b q r j e  
m e i a` e v k p s b m j` e i j e y i m k e †  cgapsje  m k b n z

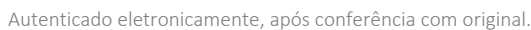
{e~bmb`akje`Ybcpjibnem\_e`lvk`b'e`ipm`i`b'e`e|q`v`i`b'e`ebvk`\_iabebek\_nbqrjem\_e\_lvk`b'e\_ev``jb`et`五pcb`efg`  
`jtk`kble`biqu`\_efg\_eplvnpcbkblebek`akpqrjem\_evbkapcpvbkem\_enpcpabqu`ejgem\_ec\_n\_xkbkecjakbaj`ecjlebe}mlpip`ak`  
ywxnpcbz

{e~bmb`akje`Y`bcpjibnem\_e`#lvk\_`b`eygipmb`e`J`~Y`#y\_`ebvk\_`\_iabebek\_nbqrjem\_e\_lvk\_`b`efg\_e`jtk\_kblefgbnfg\_kemb`e`  
vk\_sp`ab`eibe`pei`\_e`z`````e`pe}iapcjkkgvqrj\_`z`

[e~bmb`akjem\_e\_ iapmbm `eykpsbmb`e` le pi`e hngokpmbj`e] ~ y ~ ebvk \_ `iabebek\_nbqrjem\_e\_iapmbm `eykpsbmb`  
tpi`engckbapsj`efg\_e\_`arjeplv\_mpm\_b`em\_ec\_n\_xkbkeijsj`ecjis ipj`hecjiakbaj`em\_ek\_vb``\_ejgea\_klj`em\_evbkcpkbeijlebe  
}mlpip`akbqrijeywxnpcbe m\_kbnhe`letgiqrjem\_epkk\_ognbkpmbm `eirjek`jnspmb`e\_l ecjis ipj`hecjiakbaj`em\_ek\_vb``\_ej  
m evbkcpkbetpklbmj`ebia kpjkl ia z

DE\$F&W(DLF\$F&%(\*!('(  (&&F%(77 (K(HL(\%#F&%&D(%\$ ((&F%(

jF c(U%E%(H !"#\$%(&%(\DEFGFH%£W(8\$%UHD£F£W(

!&FV(&D(H \$E#D(&%(HDE\$F&W'(\$E  JE!  F  ©¢ª«PQ%9 
$$\neg(\mathbb{R})^{-0} \pm^{232}(\mathbb{R})'^2(\mathbb{R})^3 \mu^3 \pm \mathbb{I} \pm \cdot (\mathbb{R})^{31.0}(\mathbb{R})^{-1} \cdot (\mathbb{R})^2 \gg^3 \pm'^1/4 \pm^3 \cdot \mu^{1/2} \mathbb{I} \pm \cdot'^1/4 \mu^{3/4}$$


26bd0825-2911-4cef-bb37-d10025b00203



Estações

Voltar

| 1 total de registros         |                          |               |                      |             |         |           |        |             |    |           |                  |       |     |            |        |                      |                  | 1               | 50      | 50  | Atualizar       | Filtrar |
|------------------------------|--------------------------|---------------|----------------------|-------------|---------|-----------|--------|-------------|----|-----------|------------------|-------|-----|------------|--------|----------------------|------------------|-----------------|---------|-----|-----------------|---------|
| Ações                        | Status                   | CNPJ          | Entidade             | NumFisId    | Carater | Fineidade | Servço | Num Serviço | UF | Município | Local Específico | Canal | Dec | Frequência | Classe | Categoria da Estação | Latitude         | Longitude       | ERP     | HCI | Fineid Geradora | Fase    |
| <div>Visualizar em PDF</div> | PM-C4 (Canal Licenciado) | 7637099800188 | RADIO GUANAREMA LTDA | 50414390601 | P       | Comercial | PM     | 230         | SC | São José  |                  | 249   |     | 97,7       | A1     | Principal            | 27° 35' 15,00" S | 48° 32' 1,00" W | 12,8817 | 46  |                 | 2       |

https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/srd.php?wfid=estacoes&id=57dbac569239e



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.  
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303

Anexo Anatel (11014574) SEI 53115.025051/2022-37 / pg. 23

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303

## AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

## LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTAÇÃO

FLS: 1/1

|   |   |            |                              |                              |
|---|---|------------|------------------------------|------------------------------|
| NOME/RAZÃO SOCIAL<br>RADIO GUARAREMA LTDA |   |            |                              | CNPJ<br>76370998000188       |
| Nº DA ESTAÇÃO<br>1006384577               | SERVIÇO<br>230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada | NAT. SERV. | LATITUDE<br>27° 35' 15.00" S | LONGITUDE<br>48° 32' 1.00" W |

|   |                            |          |  |
|---|----------------------------|----------|--|
| ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO<br>Av. do Antão, nº S/N. | DISTRITO                   |          |  |
| BAIRRO<br>Centro  | MUNICÍPIO<br>Florianópolis | UF<br>SC |  |

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA: 07/04/2033

LOCALIDADE PLANO BASICO:

MUNICÍPIO: São José UF: SC

LOCALIDADE:

FREQUENCIA: 97.7 MHz CANAL: 249

CLASSE: A1 COTA BASE DA TORRE: 266.3

INDICATIVO DA ESTAÇÃO: ZYV318

NOME FANTASIA: RADIO MASSA FM NUMPROCESSO:

CIDADE DA OUTORGA: São José

ESTUDIO PRINCIPAL

ENDEREÇO: Renato Ramos da Silva BAIRRO: Barreiros

MUNICÍPIO: São José UF: SC

NUMERO: 239 COMPLEMENTO:

ESTUDIO AUXILIAR

ENDEREÇO: BAIRRO:

MUNICÍPIO: - UF: COMPLEMENTO:

NUMERO:

CATEGORIA DA ESTAÇÃO: Principal

TIPO: Diretivo

TRANSMISSOR PRINCIPAL

FABRICANTE: Sintech Sistemas Eletrônicos Ltda. MODELO: RUS-10K

CÓDIGO: 005151802884 POTÊNCIA: 7.6 kW

TRANSMISSOR AUXILIAR

FABRICANTE: Marcelo Amorim de Godoy -EPP MODELO: FM 3000

CÓDIGO: 002850402252 POTÊNCIA: 3.0 kW

TRANSMISSOR AUXILIAR 2

FABRICANTE: Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda. MODELO: SP 1000 ágil

CÓDIGO: 002480300528 POTÊNCIA: 1.0 kW

ANTENA PRINCIPAL

FABRICANTE: ERI - ELECTRONICS RESEARCH INC. MODELO: MPX-4C

POLARIZAÇÃO: Circular GANHO: 3.19 dBd

DESCRIÇÃO: 4 ELEMENTOS ROTOTILLER SÉRIE ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: 270 graus

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: 46 m BEAM TILT: 5 graus

ANTENA AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO: BECP/2L

POLARIZAÇÃO: Circular GANHO: 00 dBd

DESCRIÇÃO: 2 elementos TIPO DUPLO "V" ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: 0 graus

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: 39 m BEAM TILT: 0 graus

LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL

FABRICANTE: RFS - RADIO FREQUENCY SYSTEMS MODELO: LCF158-50JA

LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR

FABRICANTE: Radio Frequency Systems MODELO: LCF78-50JA

RDS

Código PI:

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 10/01/2024 11:47:52



Emitido Em  
04/09/2023

Autenticado eletronicamente, após conferência com o original

Esta licença pode ser validada em  
<https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=U0NCYlxTQ1JcQ2xhc3NMaWVlbmNhOjoyMDIzNjUxNDNkMTc0MDM2Ng==2911-4cef-bb37-db0025305303>



b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303

Id solicitação: 57dbac569239e

## Informações da Entidade

| Dados da Entidade   |  |
|---|--|
| <b>Nome da Entidade:</b> RADIO GUARAREMA LTDA   |  |
| <b>Nome Fantasia:</b> RADIO MASSA FM  |  |
| <b>Telefone:</b> (48) 30414103  | <b>E-mail:</b> g.financeiro@radioguararema.com.br                |
| <b>CNPJ:</b> 76.370.998/0001-88   | <b>Número do Fistel:</b> 50414390601                             |
| <b>Tipo Usuário:</b> Adm Privada  | <b>Tipo Taxa:</b> Integral                                       |
| <b>Data do contrato:</b> 07/04/1993   | <b>Serviço:</b> 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada |
| <b>Carater:</b> Primário  | <b>Local específico:</b>   |
| <b>Rede:</b>  | <b>Categoria da Estação:</b> Principal                           |
| <b>Val. RF:</b> 07/04/2033  |  |
| <b>Observações:</b> Ato nº 5.139, de 13 de agosto de 2015, publicado na Pag. 51, Seção 1 do DOU de 17/8/15. |  |

| Endereço Sede                                |                     |                      |
|--|---------------------|----------------------|
| <b>Logradouro:</b> RUA RENATO RAMOS DA SILVA | <b>Complemento:</b> |                      |
| <b>Bairro:</b> BARREIROS                     | <b>Numero:</b> 239  |                      |
| <b>Município:</b> São José                   | <b>UF:</b> SC       | <b>CEP:</b> 88110015 |

| Endereço Correspondência |                     |             |
|--------------------------|---------------------|-------------|
| <b>Logradouro:</b>       | <b>Complemento:</b> |             |
| <b>Bairro:</b>           | <b>Numero:</b>      |             |
| <b>Município:</b> -      | <b>UF:</b>          | <b>CEP:</b> |

| Endereço do Transmissor         |                                   |                      |
|---------------------------------|-----------------------------------|----------------------|
| <b>Logradouro:</b> Av. do Antão | <b>Complemento:</b> Morro da Cruz |                      |
| <b>Bairro:</b> Centro           | <b>Numero:</b> S/N                |                      |
| <b>Município:</b> Florianópolis | <b>UF:</b> SC                     | <b>CEP:</b> 88025163 |

| Endereço do Estúdio Principal            |                     |                      |
|--|---------------------|----------------------|
| <b>Logradouro:</b> Renato Ramos da Silva | <b>Complemento:</b> |                      |
| <b>Bairro:</b> Barreiros                 | <b>Numero:</b> 239  |                      |
| <b>Município:</b> São José               | <b>UF:</b> SC       | <b>CEP:</b> 88110015 |

| Endereço do Estúdio Auxiliar |                     |             |
|------------------------------|---------------------|-------------|
| <b>Logradouro:</b>           | <b>Complemento:</b> |             |
| <b>Bairro:</b>               | <b>Numero:</b>      |             |
| <b>Município:</b> -          | <b>UF:</b>          | <b>CEP:</b> |

## Informações do Plano Básico

| Localização                |               |
|----------------------------|---------------|
| <b>Município:</b> São José | <b>UF:</b> SC |

| Parâmetros Técnicos |                             |                   |                              |
|---------------------|-----------------------------|-------------------|------------------------------|
| <b>Canal:</b> 249   | <b>Frequência:</b> 97.7 MHz | <b>Classe:</b> A1 | <b>ERP Máxima:</b> 12.8817kW |
| <b>HCI:</b> 46 m    | <b>Pareamento:</b>          | <b>Decalagem:</b> | <b>Fase:</b> 2               |

## Informações da Estação



241110109 Eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

Anexo Anexo (11014374)

SEI 35115.025051/2022-37 / pg. 25

| Informações Gerais                           |  |
|--|--|
| <b>Número da Estação:</b> 1006384577         | <b>Número Indicativo:</b> ZYV318               |
| <b>Data Último Licenciamento:</b> 04/09/2023 | <b>Número da Licença:</b> 53500.073633/2023-67 |

| Estação Principal                 |                                   |                              |
|-----------------------------------|-----------------------------------|------------------------------|
| Localização                       |                                   |                              |
| <b>Latitude:</b> 27° 35' 15.00" S | <b>Longitude:</b> 48° 32' 1.00" W | <b>Cota da base:</b> 266.3 m |

| Transmissor Principal                                 |                                     |
|---|-------------------------------------|
| <b>Código Equipamento:</b> 005151802884               | <b>Modelo:</b> RUS-10K              |
| <b>Fabricante:</b> Sintekc Sistemas Eletrônicos Ltda. | <b>Potência de Operação:</b> 7.6 kW |

| Linha de Transmissão Principal    |  |                                  |                            |
|-----------------------------------|--|----------------------------------|----------------------------|
| <b>Modelo:</b> LCF158-50JA        | <b>Fabricante:</b> RFS - RADIO FREQUENCY SYSTEMS |                                  |                            |
| <b>Comprimento da Linha:</b> 60 m | <b>Atenuação:</b> .664 dB/100m                   | <b>Perdas Acessórias:</b> 0.5 dB | <b>Impedância:</b> 50 ohms |

| Antena Principal       |  |                             |                              |                  |                             |
|------------------------|--|-----------------------------|------------------------------|------------------|-----------------------------|
| <b>Modelo:</b> MPX-4C  | <b>Fabricante:</b> ERI - ELECTRONICS RESEARCH INC. |                             |                              |                  |                             |
| <b>Ganho:</b> 3,19 dBd | <b>Beam-Tilt:</b> 5 °                              | <b>Orientação NV:</b> 270 ° | <b>Polarização:</b> Circular | <b>HCI:</b> 46 m | <b>ERP Máxima:</b> 12,88 kW |

| Padrão de Antena dBd |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            |
|----------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| 0°: 2.93             | 5°: 3.08   | 10°: 3.27  | 15°: 3.49  | 20°: 3.75  | 25°: 4.07  | 30°: 4.42  | 35°: 4.81  | 40°: 5.21  | 45°: 5.56  | 50°: 5.9   | 55°: 6.26  |
| 60°: 6.59            | 65°: 6.85  | 70°: 7.09  | 75°: 7.33  | 80°: 7.55  | 85°: 7.71  | 90°: 7.86  | 95°: 8.06  | 100°: 8.23 | 105°: 8.33 | 110°: 8.38 | 115°: 8.36 |
| 120°: 8.28           | 125°: 8.13 | 130°: 7.93 | 135°: 7.73 | 140°: 7.43 | 145°: 6.91 | 150°: 6.34 | 155°: 5.88 | 160°: 5.4  | 165°: 4.77 | 170°: 4.12 | 175°: 3.57 |
| 180°: 3.08           | 185°: 2.63 | 190°: 2.27 | 195°: 2.04 | 200°: 1.89 | 205°: 1.76 | 210°: 1.68 | 215°: 1.68 | 220°: 1.74 | 225°: 1.85 | 230°: 1.99 | 235°: 2.14 |
| 240°: 2.28           | 245°: 2.4  | 250°: 2.49 | 255°: 2.56 | 260°: 2.62 | 265°: 2.67 | 270°: 2.7  | 275°: 2.72 | 280°: 2.74 | 285°: 2.76 | 290°: 2.77 | 295°: 2.76 |
| 300°: 2.75           | 305°: 2.77 | 310°: 2.77 | 315°: 2.71 | 320°: 2.64 | 325°: 2.62 | 330°: 2.61 | 335°: 2.61 | 340°: 2.63 | 345°: 2.65 | 350°: 2.7  | 355°: 2.8  |

| Coordenadas por radial                           |   |  |  |  |   |  |  |   |  |  |  |
|--|---|--|--|--|---|--|--|---|--|--|--|
| 0°: Lat 27°15'55.45" S<br>Lon 48°32'1" W         | 5°: Lat 27°16'9.3" S<br>Lon 48°30'8.23" W         | 10°: Lat 27°16'41.04" S<br>Lon 48°2'8'20.01" W   | 15°: Lat 27°17'29.84" S<br>Lon 48°2'6'39.87" W | 20°: Lat 27°19'54.59" S<br>Lon 48°2'5'43.95" W     | 25°: Lat 27°20'14.31" S<br>Lon 48°2'48'24'8.31" W | 30°: Lat 27°20'17.25" S<br>Lon 48°2'2'17.73" W     | 35°: Lat 27°22'31.27" S<br>Lon 48°2'1'59.07" W   | 40°: Lat 27°24'33.42" S<br>Lon 48°2'1'54.91" W  | 45°: Lat 27°26'29.84" S<br>Lon 48°22'9.64" W         | 50°: Lat 27°26'53.08" S<br>Lon 48°2'0'47.56" W   | 55°: Lat 27°27'19.75" S<br>Lon 48°1'9'17.05" W     |
| 60°: Lat 27°28'13.43" S<br>Lon 48°1'8'19.34" W   | 65°: Lat 27°29'26.56" S<br>Lon 48°1'48'18'0.34" W | 70°: Lat 27°30'29.56" S<br>Lon 48°1'7'19.19" W   | 75°: Lat 27°31'46.19" S<br>Lon 48°1'7'25.39" W | 80°: Lat 27°32'57.12" S<br>Lon 48°1'7'23.91" W     | 85°: Lat 27°27'34'2.86" S<br>Lon 48°1'16'41.65" W | 90°: Lat 27°35'14.12" S<br>Lon 48°1'6'21.92" W     | 95°: Lat 27°36'26.27" S<br>Lon 48°1'6'30.65" W   | 100°: Lat 27°37'44.37" S<br>Lon 48°1'5'58.93" W | 105°: Lat 27°27'39'1.78" S<br>Lon 48°1'48'16'1.68" W | 110°: Lat 27°40'13.41" S<br>Lon 48°1'6'32.59" W  | 115°: Lat 27°41'23.99" S<br>Lon 48°1'48'17'5.42" W |
| 120°: Lat 27°42'36.49" S<br>Lon 48°1'7'35.79" W  | 125°: Lat 27°43'33.51" S<br>Lon 48°1'8'35.66" W   | 130°: Lat 27°44'18.61" S<br>Lon 48°1'9'48.31" W  | 135°: Lat 27°44'43" S<br>Lon 48°2'1'18.74" W   | 140°: Lat 27°45'41.34" S<br>Lon 48°2'48'22'6.74" W | 145°: Lat 27°46'17.09" S<br>Lon 48°2'3'16.83" W   | 150°: Lat 27°46'50.96" S<br>Lon 48°2'48'24'26.7" W | 155°: Lat 27°47'10.5" S<br>Lon 48°25'43.79" W    | 160°: Lat 27°47'15.57" S<br>Lon 48°27'20.8" W   | 165°: Lat 27°51'28.36" S<br>Lon 48°27'5.97" W        | 170°: Lat 27°53'20.84" S<br>Lon 48°2'8'24.37" W  | 175°: Lat 27°27'53'47.6" S<br>Lon 48°30'10.86" W   |
| 180°: Lat 27°53'42.38" S<br>Lon 48°32'1" W       | 185°: Lat 27°27°53'47.6" S<br>Lon 48°33'51.13" W  | 190°: Lat 27°27°54'44.9" S<br>Lon 48°35'54.45" W | 195°: Lat 27°54'49.88" S<br>Lon 48°37'57.29" W | 200°: Lat 27°54'35.69" S<br>Lon 48°39'59.15" W     | 205°: Lat 27°53'58.62" S<br>Lon 48°41'54.04" W    | 210°: Lat 27°53'12.63" S<br>Lon 48°43'45.23" W     | 215°: Lat 27°52'14.12" S<br>Lon 48°45'28.74" W   | 220°: Lat 27°27°51'7.84" S<br>Lon 48°47'6.05" W | 225°: Lat 27°49'47.61" S<br>Lon 48°48'28.83" W       | 230°: Lat 27°27°48'21.9" S<br>Lon 48°49'42.72" W | 235°: Lat 27°46'54.18" S<br>Lon 48°50'51.68" W     |
| 240°: Lat 27°27°45'17.1" S<br>Lon 48°51'42.16" W | 245°: Lat 27°43'33.61" S<br>Lon 48°52'12.49" W    | 250°: Lat 27°41'56.52" S<br>Lon 48°52'51.78" W   | 255°: Lat 27°40'13.52" S<br>Lon 48°53'5.67" W  | 260°: Lat 27°38'35.51" S<br>Lon 48°53'35.34" W     | 265°: Lat 27°36'53.97" S<br>Lon 48°53'39.31" W    | 270°: Lat 27°35'13.39" S<br>Lon 48°53'11.83" W     | 275°: Lat 27°33'35.24" S<br>Lon 48°53'6.68" W    | 280°: Lat 27°31'53.67" S<br>Lon 48°53'18.22" W  | 285°: Lat 27°30'20.74" S<br>Lon 48°52'32.78" W       | 290°: Lat 27°28'59.79" S<br>Lon 48°51'18.9" W    | 295°: Lat 27°27°23.71" S<br>Lon 48°50'56.86" W     |
| 300°: Lat 27°25'33.95" S<br>Lon 48°50'52.35" W   | 305°: Lat 27°23'57.85" S<br>Lon 48°50'8.36" W     | 310°: Lat 27°22'30.32" S<br>Lon 48°49'5.82" W    | 315°: Lat 27°21'14.07" S<br>Lon 48°47'46.79" W | 320°: Lat 27°27°20'0.56" S<br>Lon 48°46'24.03" W   | 325°: Lat 27°18'57.37" S<br>Lon 48°44'50.99" W    | 330°: Lat 27°17'57.49" S<br>Lon 48°43'14.78" W     | 335°: Lat 27°27°17'9.39" S<br>Lon 48°41'30.43" W | 340°: Lat 27°16'33.98" S<br>Lon 48°39'39.97" W  | 345°: Lat 27°27°16'2.78" S<br>Lon 48°37'48.29" W     | 350°: Lat 27°15'40.32" S<br>Lon 48°35'53.99" W   | 355°: Lat 27°15'36.23" S<br>Lon 48°33'57.01" W     |

| Distância por radial |            |            |            |            |           |            |            |            |            |            |            |
|----------------------|------------|------------|------------|------------|-----------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| 0°: 35.8             | 5°: 35.5   | 10°: 34.9  | 15°: 34.1  | 20°: 30.2  | 25°: 30.7 | 30°: 32    | 35°: 28.8  | 40°: 25.9  | 45°: 22.9  | 50°: 24.1  | 55°: 25.6  |
| 60°: 26              | 65°: 25.4  | 70°: 25.7  | 75°: 24.8  | 80°: 24.4  | 85°: 25.3 | 90°: 25.7  | 95°: 25.6  | 100°: 26.7 | 105°: 27.2 | 110°: 27   | 115°: 27   |
| 120°: 27.3           | 125°: 26.9 | 130°: 26.1 | 135°: 24.8 | 140°: 25.3 | 145°: 25  | 150°: 24.8 | 155°: 24.4 | 160°: 27.2 | 165°: 31.1 | 170°: 34.1 | 175°: 34.5 |



|            |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            |
|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| 180°: 34.2 | 185°: 34.5 | 190°: 36.7 | 195°: 37.6 | 200°: 38.2 | 205°: 38.3 | 210°: 38.5 | 215°: 38.5 | 220°: 38.5 | 225°: 38.2 | 230°: 37.9 | 235°: 37.7 |
| 240°: 37.3 | 245°: 36.5 | 250°: 36.4 | 255°: 35.8 | 260°: 36   | 265°: 35.7 | 270°: 34.8 | 275°: 34.8 | 280°: 35.5 | 285°: 34.9 | 290°: 33.8 | 295°: 34.4 |
| 300°: 35.8 | 305°: 36.4 | 310°: 36.7 | 315°: 36.7 | 320°: 36.8 | 325°: 36.8 | 330°: 37   | 335°: 37   | 340°: 36.8 | 345°: 36.8 | 350°: 36.8 | 355°: 36.5 |

|  |  |  |  |  |  |                              |  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|--|------------------------------|--|--|--|--|--|
| Estação Auxiliar                         |  |  |  |  |  |                              |  |  |  |  |  |
| Transmissor Auxiliar                     |  |  |  |  |  |                              |  |  |  |  |  |
| Código Equipamento: 002850402252         |  |  |  |  |  | Modelo: FM 3000              |  |  |  |  |  |
| Fabricante: Marcelo Amorim de Godoy -EPP |  |  |  |  |  | Potência de Operação: 3.0 kW |  |  |  |  |  |

|   |  |  |  |  |  |                              |  |  |  |  |  |
|---|--|--|--|--|--|------------------------------|--|--|--|--|--|
| Transmissor Auxiliar 2                                |  |  |  |  |  |                              |  |  |  |  |  |
| Código Equipamento: 002480300528                      |  |  |  |  |  | Modelo: SP 1000 ágil         |  |  |  |  |  |
| Fabricante: Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda |  |  |  |  |  | Potência de Operação: 1.0 kW |  |  |  |  |  |

|                               |  |  |                          |  |  |                                     |  |  |                     |  |  |
|-------------------------------|--|--|--------------------------|--|--|-------------------------------------|--|--|---------------------|--|--|
| Linha de Transmissão Auxiliar |  |  |                          |  |  |                                     |  |  |                     |  |  |
| Modelo: LCF78-50JA            |  |  |                          |  |  | Fabricante: Radio Frequency Systems |  |  |                     |  |  |
| Comprimento da Linha: 60 m    |  |  | Atenuação: 1.135 dB/100m |  |  | Perdas Acessórias: 0.5 dB           |  |  | Impedância: 50 ohms |  |  |

|                 |                |                    |                       |           |                      |
|-----------------|----------------|--------------------|-----------------------|-----------|----------------------|
| Antena Auxiliar |                |                    |                       |           |                      |
| Modelo: BECP/2L |                |                    | Fabricante:           |           |                      |
| Ganho: 00 dBd   | Beam-Tilt: 0 ° | Orientação NV: 0 ° | Polarização: Circular | HCI: 39 m | ERP Máxima: 12.88 kW |
| RDS             |                |                    |                       |           |                      |
| Código PI:      |                |                    |                       |           |                      |

|                                     |               |                |       |              |            |              |          |
|-------------------------------------|---------------|----------------|-------|--------------|------------|--------------|----------|
| Informações do documento de Outorga |               |                |       |              |            |              |          |
| Núm Processo                        | Núm Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do docu | Data DOU   | Razão do Doc | Natureza |
| 48991993                            | 60            | Portaria       | MC    | 04/04/1983   | 07/04/1983 | Outorga      | Jurídico |

|   |               |                |       |              |            |                    |          |
|---|---------------|----------------|-------|--------------|------------|--------------------|----------|
| Informações do documento de Aprovação de Locais |               |                |       |              |            |                    |          |
| Núm Processo                                    | Núm Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do docu | Data DOU   | Razão do Doc       | Natureza |
| 012500127742018<br>31                           | 397           | Despacho       | MCTIC | 20/03/2018   | 02/04/2018 | Aprovação de Local | Técnico  |

|                                  |               |                     |       |              |            |                                   |          |
|----------------------------------|---------------|---------------------|-------|--------------|------------|-----------------------------------|----------|
| Histórico de Documentos Emitidos |               |                     |       |              |            |                                   |          |
| Núm Processo                     | Núm Documento | Tipo Documento      | Orgão | Data do docu | Data DOU   | Razão do Doc                      | Natureza |
|                                  |               | Ato                 | ORLE  |              | 04/08/2023 | Autoriza o Uso de Radiofrequência | Técnico  |
| 508200009071992                  | 69            | Decreto Legislativo | CN    | 26/08/1999   | 27/08/1999 | Deliber. do C. Nacional           | Jurídico |
| 530000439772010                  | 5287          | Portaria            | MCTIC | 07/12/2016   | 12/12/2016 | Transferência Indireta            | Jurídico |
| 53500.058018/201<br>7-82         | 8874          | Ato                 | ORLE  | 20/05/2017   | 05/06/2017 | Autoriza o Uso de Radiofrequência | Técnico  |

|                          |  |  |  |  |  |  |  |
|--------------------------|--|--|--|--|--|--|--|
| Horário de funcionamento |  |  |  |  |  |  |  |
|                          |  |  |  |  |  |  |  |





## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

**Nome:** RADIO GUARAREMA LTDA

**CNPJ:** 76.370.998/0001-88

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 13:21:21 do dia 26/02/2024 (hora e data de Brasília).

Válida até 27/03/2024.


Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC>

Arquivo: Anexo6-Anatel (11014374) - SLP 33115.023051/2022-317 pg. 28



Superintendência de Administração Geral

Gerência Geral de Planejamento Orçamento e Finanças

Gerência de Arrecadação

Impresso por: **RAFAELA MARTINS CARVALHO**

Data/Hora: **10/01/2024 10:49:23**

Extrato de Lançamentos

Nome da Entidade: RADIO GUARAREMA LTDA

Nº FISTEL: 50414390601

Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada

CNPJ/CPF: 76370998000188

Situação: Não licenciada

Data Validade: 

+ CADIN: Não

Incidência FUST: Integral

Data Início Operação Comercial: 

+ UF: SC

Div. Ativa: Não

Tipo Usuário:

Proc. Caducidade: Não

End. Sede: RUA RENATO RAMOS DA SILVA 239

Bairro: BARREIROS

Município: São José

CEP: 88110-015

UF: SC

End. Corresp.:

Bairro:

Município:

CEP:

UF:

Créditos Inscritos no CADIN

Não Existem Créditos inscritos no CADIN para este Número de Fistel

| Receita                                     | Est. / Ref. / Parc. | Ano  | Data Vencimento | Valor Original | Data do Pagamento | Valor Pago | Valor Utilizado | Seq. | Situação      | Valor Débito/ Crédito (R\$) |
|---|---------------------|------|-----------------|----------------|-------------------|------------|-----------------|------|---------------|-----------------------------|
| 7241 - PPDUR                                | 0                   | 2017 | 18/07/2017      | R\$ 317,58     | 14/06/2017        | 317,58     | 317,58          | 0001 | Quitado       | 0,00                        |
| 8766 - TFI                                  | 1                   | 2018 | 16/06/2018      | R\$ 2.600,00   | 14/06/2018        | 2.600,00   | 2.600,00        | 0002 | Quitado       | 0,00                        |
| 2018  | 0                   | 2018 | 17/11/2018      | R\$ 3.277,50   | 19/11/2018        | 3.277,50   | 3.277,50        | 0003 | Quitado - DOU | 0,00                        |
| 1329 - TFF                                  | 1                   | 2019 | 31/03/2019      | R\$ 858,00     | 29/03/2019        | 858,00     | 858,00          | 0004 | Quitado       | 0,00                        |
| 4200 - CFRP                                 | 1                   | 2019 | 31/03/2019      | R\$ 130,00     | 29/03/2019        | 130,00     | 130,00          | 0005 | Quitado       | 0,00                        |
| 1329 - TFF                                  | 1                   | 2020 | 31/08/2020      | R\$ 858,00     | 31/03/2020        | 858,00     | 858,00          | 0008 | Quitado       | 0,00                        |
| 4200 - CFRP                                 | 1                   | 2020 | 31/08/2020      | R\$ 130,00     | 31/03/2020        | 130,00     | 130,00          | 0009 | Quitado       | 0,00                        |
| 8766 - TFI                                  | 1                   | 2020 | 07/06/2020      | R\$ 2.600,00   | 08/06/2020        | 2.600,00   | 2.600,00        | 0010 | Quitado       | 0,00                        |
| 1329 - TFF                                  | 1                   | 2021 | 31/03/2021      | R\$ 858,00     | 22/07/2021        | 1.044,92   | 1.044,92        | 0011 | Quitado       | 0,00                        |
| 4200 - CFRP                                 | 1                   | 2021 | 31/03/2021      | R\$ 130,00     | 21/07/2021        | 158,32     | 158,32          | 0012 | Quitado       | 0,00                        |
| 8766 - TFI                                  | 1                   | 2021 | 02/08/2021      | R\$ 4.600,00   | 25/06/2021        | 4.600,00   | 4.600,00        | 0013 | Quitado       | 0,00                        |
| 1329 - TFF                                  | 1                   | 2022 | 14/04/2022      | R\$ 1.518,00   | 31/03/2022        | 1.518,00   | 1.518,00        | 0014 | Quitado       | 0,00                        |
| 4200 - CFRP                                 | 1                   | 2022 | 14/04/2022      | R\$ 230,00     | 31/03/2022        | 230,00     | 230,00          | 0015 | Quitado       | 0,00                        |
| 8766 - TFI                                  | 1                   | 2022 | 25/09/2022      | R\$ 5.800,00   | 16/08/2022        | 5.800,00   | 5.800,00        | 0016 | Quitado       | 0,00                        |
| 1329 - TFF                                  | 1                   | 2023 | 31/03/2023      | R\$ 1.914,00   | 31/03/2023        | 1.914,00   | 1.914,00        | 0017 | Quitado       | 0,00                        |
| 4200 - CFRP                                 | 1                   | 2023 | 31/03/2023      | R\$ 290,00     | 31/03/2023        | 290,00     | 290,00          | 0018 | Quitado       | 0,00                        |
| 7242 - PPDUR                                | 1                   | 2023 | 16/08/2023      | R\$ 280,70     | 18/07/2023        | 280,70     | 280,70          | 0019 | Quitado       | 0,00                        |
| 8766 - TFI                                  | 1                   | 2023 | 20/09/2023      | R\$ 5.800,00   | 01/09/2023        | 5.800,00   | 5.800,00        | 0020 | Quitado       | 0,00                        |
| Total devido em 10/01/2024 (em reais):      |                     |      |                 |                |                   |            |                 |      |               | 0,00                        |
| Total de créditos em 10/01/2024 (em reais): |                     |      |                 |                |                   |            |                 |      |               | 0,00                        |

Legenda do Campo Situação

RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)

RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)

RTC - Lançamento com Restrição Temporária de Cobrança

CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado

RJ - Lançamento com Recurso Judicial

RN - Lançamento com Recurso Denegado

DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União

CD - Lançamento Inscrito no CADIN

DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa

Em Execução Judicial

sa a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006 de Ofício

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

as.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/ExtratoLancamentos/tela.asp?hdnImprimir=true



11014390601

SEI 35115.0230512022-37 / pg. 29

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303

1/2



BOA TARDE  
Ricardo Henrique Pereira Nolasco

 Menu Principal ▼

SIGEC »» CONSULTAS GERAIS »» Consultar **Códigos de Receita**> internet teia menu ajuda

## Consulta Tabela de Receita

| Código da Receita  | Não Identificado | Receita   |
|--|------------------|---|
| 1329   | 9999             | Taxa de Fiscalização de Funcionamento   |
| 1330   | 9998             | Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas                              |
| 1331   | 9931             | Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Satélite  |
| 1332   | 9332             | Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas Satélite                     |
| 1550   | 9550             | Multa Prevista na Lei Geral das Telecomunicações  |
| 1551   | 9551             | Multa por Descumprimento ao Regulamento do SMP  |
| 1552   | 9552             | Multa por Descumprimento de Edital de Licitação - Satélite Brasileiro                         |
| 1555   | 9555             | Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados  |
| 1560   | 9560             | Multa por Infração às Normas de Certificação e Homologação                                    |
| 1660   | 9660             | Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão                                  |
| 1661   | 9661             | Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão Comunitária                      |
| 1666   | 9666             | Multa Contratual por Descumprimento de Edital – MCTIC   |
| 1770   | 9905             | Multa Contratual - Termo Autorização  |
| 1777   | 9177             | Multa Contratual - Não Outorgados   |
| 1780   | 9780             | Multa por Infração ao CDC   |
| 1810   | 9810             | Descumprimento do PGMQ  |
| 1820   | 9820             | Descumprimento da Regulação de Interconexão   |
| 1830   | 9830             | Descumprimento da Regulação de Numeração  |
| 1840   | 9840             | Descumprimento das demais Obrigações de Qualidade   |
| 1850   | 9850             | Multa por Descumprimento - Contratação de Satélite  |
| 1851   | 9851             | Multa por Descumprimento - Prestação de Satélite  |
| 1852   | 9852             | Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite             |
| 1853   | 9853             | Multa por Descumprimento à Legislação de TV por Assinatura                                    |
| 1854   | 9854             | Multa por Descumprimento de Medida Cautelar   |
| 1855   | 9855             | Multa Decorrente das Obrigações do PGMU   |
| 1856   | 9856             | Multa Decorrente das Obrigações do FUST   |
| 1857   | 9857             | Multa por Descumprimento ao Regulamento do STFC   |
| 1858   | 9858             | Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre Áreas Locais                                    |
| 1859   | 9859             | Multa por Prejuízo à Competição   |
| 1880   | 9880             | Monitoramento do STFC   |
| 1881   | 9881             | Multa por Descumprimento de Obrigação de Listas Telefônicas                                   |
| 1885   | 9885             | Multa por Tarificação Incorreta   |
| 1886   | 9886             | Multa por Erros nas Informações Prestadas pelas Concessionárias visando o Reajuste de Tarifas |
| 1887   | 9887             | Multa por Irregularidades na Comercialização do STFC  |
| 1889   | 9889             | Multa por Infrações Técnicas - Radiodifusão Outorgada   |
| 1890   | 9552             | Multa por Descumprimento de Edital de Licitação relativo à Exploração de Satélite             |
| 1891   | 9905             | Multa por Descumprimento de Edital de Licitação de Radiofrequência                            |
| 1950   | 9950             | RENDAS EVENTUAIS  |
| 2018   | 9018             | Multa Prevista na Lei Geral de Telecomunicações   |
| 2129   | 9129             | DIVIDAATIVA   |
| 2145   | 9145             | MULTA/JUROS DIVIDAATIVA   |
| 2671   | 9333             | Receita de Outorga do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro                            |
| 2672   | 9672             | Preço da Execução de Serviços Técnicos  |
| 2680   | 9680             | Homologação de Certificação de Conformidade   |
| 2682   | 9682             | Homologação de Declaração de Conformidade   |
| 2684   | 9684             | Renovação de Homologação  |
| 3000   | 9001             | Lançamento Complementar de Multa Moratória  |
| 3001   | 9002             | Lançamento Complementar ref. ao Ressarcimento de Ligações Telefônicas                         |
| 3500   | 9500             | M U L T A / J U R O S   |
| 4100   | 9111             | FUST - Declaração Espontânea  |
| 4101   | 9101             | FUST - Lançamento de Ofício   |
| 4102   | 9102             | FUST - Interconexão e EILD  |
| 4103   | 9101             | FUST - Lançamento de Ofício   |
| 4105   | 9105             | FUST - Multa de Ofício  |
| 4200   | 9200             | Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública   |
| 4201   | 9201             | CFRP - Estações não Licenciadas   |
| 5320   | 9320             | Aluguel de Imóveis Urbanos e Rurais   |
| 5330   | 9330             | Devolução de Salários - Exercício Corrente  |
| 5331   | 9331             | Devolução de Verbas Remuneratórias  |
| 5340   | 9340             | Ressarcimento Ligações Telefônicas  |
| 5341   | 9341             | Serviços Administrativos  |
| 5342   | 9342             | Devolução de Diárias - Exercício  |
|  | 9343             | Multa sobre Contratos de Bens e Serviços  |
|  | 9344             | Diferença de Tarifa Aérea   |

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

asnet/sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQSm modulo=3761

https://infoleg-autenticidaddeassinatura.camara.leg.br/bbbd0825-2911-4cef-bb37-d00025305303

Anexo Añater (11014574)

6-2911-4cef-bb37-db0025305303

https://infoleg-autenticidad-assinatura.camara.leg.br/66bd0825-2911-4cef-bb37-d60025305303

06bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303

|      |      |   |
|------|------|---|
| 5345 | 9345 | Cessão de Uso/Alugueis  |
| 5346 | 9346 | Ressarcimento de Pagamentos Indevidos   |
| 5347 | 9346 | Outros Ressarcimentos (Restaurante)   |
| 5348 | 9347 | Outros ressarcimentos (Banco Brasil S/A)  |
| 5349 | 9349 | Outras Receitas Imobiliárias  |
| 5350 | 9350 | Parcelamento Extrajudicial  |
| 5351 | 9351 | Honorários Advocatícios   |
| 5352 | 9352 | Multa Cominatória pelo Descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta   |
| 5353 | 9353 | Parcelamento Extraordinário de Débitos Inscritos em Dívida Ativa  |
| 5354 | 9354 | Outros Serviços   |
| 5355 | 9355 | Parcelamento Extraordinário   |
| 5356 | 9356 | Parcelamento de Outorga dos Serviços de Radiodifusão  |
| 5357 | 9357 | Parcelamento de Débitos não Tributários em Dívida Ativa – PRD Dívida Ativa  |
| 5358 | 9358 | Parcelamento Administrativo   |
| 5359 | 9959 | Parcelamento de Débitos não Tributários – PRD Administrativo  |
| 5360 | 9900 | Emissão de Certificados   |
| 5370 | 9370 | Emissão de Licença sem fato gerador da TFI  |
| 5380 | 9910 | Segunda Via de Documentos   |
| 5390 | 9390 | Depósito de Terceiros   |
| 5400 | 9400 | Multa pelo Ato atentatório ao Exercício da Jurisdição   |
| 5404 | 9404 | Receita de Seguros decorrente da Indenização de Seguro  |
| 5405 | 9405 | Depósito Reparatório ao Fundo de Direitos Difusos   |
| 5848 | 9848 | Multa Pecuniária Substitutiva de Pena Privativa de Liberdade  |
| 6526 | 9526 | Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004 )   |
| 6527 | 9527 | Outorga dos Serviços de Telecomunicações (Edital)   |
| 6528 | 9528 | Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofrequências   |
| 6529 | 9529 | Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações (Res. 386/2004)                               |
| 6530 | 9888 | Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagem  |
| 6531 | 9531 | Chamamento Público SME  |
| 6532 | 9932 | Outorga de Autorização para Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 5G   |
| 6533 | 9533 | Outorga de autorização para uso da radiofrequência 2.570 MHz a 2.620 MHz  |
| 6534 | 9534 | Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (450 MHz e 2,5 GHz)                              |
| 6535 | 9535 | Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (700 MHz)  |
| 6536 | 9536 | Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,8 GHz e 2,5 GHz   |
| 6537 | 9537 | Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,9 GHz e 2,5 GHz   |
| 6538 | 9538 | Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite  |
| 6539 | 9539 | Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações   |
| 6540 | 9540 | Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite   |
| 6541 | 9541 | Preço Público pela Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações            |
| 7241 | 9444 | Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (Res. 387/2004 )   |
| 7242 | 9445 | Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência  |
| 7244 | 9244 | Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)                                 |
| 7245 | 9222 | Preço Público Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações (Res. 386/2004) |
| 7246 | 9246 | Preço Publico Relativo à Administração dos Recursos de Numeração  |
| 7247 | 9247 | Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC                             |
| 7248 | 9248 | Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC                             |
| 7249 | 9249 | Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP                               |
| 7250 | 9250 | Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP                               |
| 7251 | 9251 | Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP                            |
| 7252 | 9252 | Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP                            |
| 8766 | 9777 | Taxa de Fiscalização de Instalação  |
| 8767 | 9978 | Taxa de Fiscalização de Instalação - Satélite   |
| 8801 | 9801 | Caução  |
| 8804 | 9804 | Ressarcimento de Despesas com Cópias  |
| 8806 | 9806 | Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores - Fonte STN  |
| 8807 | 9807 | Acórdãos TCU (Recuperação Desp. Exerc. Anteriores)  |
| 8808 | 9808 | Devolução de Suprimento de Fundos - Exercício   |
| 8809 | 9809 | STN - Outras Indenizações   |
| 8810 | 9811 | Recuperação de Despesas de Exercício Anteriores - TI  |
| 8812 | 9812 | Devolução Convênios - Exercício   |
| 8815 | 9815 | Ressarcimento de Despesas Médicas   |
| 8836 | 9836 | Restituição de Recursos de Convênios-Exerc.Anteriores   |
| 8860 | 9860 | Outras Indenizações   |
| 8888 | 9688 | Anulação de Despesa no Exercício  |

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel

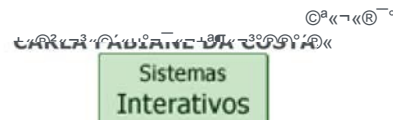


Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://sigec/anatel/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQsmodulo=3761>
<https://anatel-autenticacao.sistema.anatel.gov.br/00000825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

Anexo Anatel (110143/14)

SIS 35115:0250512022-37 / pg. 31



 Menu Principal ▼

**00007890218320**

0123450320647589:20 0;47589:20

000

00<=>?@ABCD<=EF=?GHI=DJCDK>BGJCJLMMM

| NOPQRSTRUVWXYZ[0;]^_               |                                   |                              |                                      |  |               |                   |             |                            |                  |
|------------------------------------|-----------------------------------|------------------------------|--------------------------------------|--|---------------|-------------------|-------------|----------------------------|------------------|
| U`ab\0cdefcghehiijggklil           |                                   |                              |                                      |  |               |                   |             |                            |                  |
| mnopqRrsnmnmtunRvNon               |                                   |                              |                                      |  |               |                   |             |                            |                  |
| `qut                               | U`abwUax                          | t'Nponot<br>uU               | U`ab                                 | Unmrq  | yZSz<br>UQZ[W | anmNz<br>q'       | anmNz<br>a' | {tm p}q{ Npaq sx us`pUpapq |                  |
| ~□ □ □ □<br>; ☺ ♀ ~♥ 01<br>♀ □ ♀ ~ | <u>gaiehkfe 多 h</u><br><u>k</u>   | ☹ ~1 ♀<br>♀ □ ~☹ ~☹<br>♂ 1 ~ | <u>cdefcghehiijgagl</u><br><u>ii</u> | 1 ☹ ~1 ☹ ] ♀ ♀ ☹ ~1 ♀ g ☹<br>☹ ~1 ☹ ] ♀ ♀ ☹ ~1 ♀ g ☹ | ll            | ll                | ☹ ☹         | ll                         | ♀ ;<br>☹ ☹ 40_45 |
| ♀ ☹ ☹ ☹<br>☆ ~; ☹                  | <u>fiheiffedghl</u><br><u>多 h</u> | ☹ ~1 ♀<br>♀ □ ~☹ ~☹<br>♂ 1 ~ | <u>cdefcghehiijgagl</u><br><u>ii</u> | ♀ ☹ ☹ 6 ☹ 4  | d             | g \ gg = g \ gg = | ☹ ☹         | ll                         | ♀ ;<br>☹ ☹ 40_45 |
| ♀ ☹ ☹ ☹<br>☆ ~; ☹                  | <u>fiheiffedghl</u><br><u>多 h</u> | ☹ ~1 ♀<br>♀ □ ~☹ ~☹<br>♂ 1 ~ | <u>cdefcghehiijgagl</u><br><u>ii</u> | ♀ ☹ ☹ 6 ☹ 4  | 多 h           | g \ gg = g \ gg = | ☹ ☹         | ll                         | ♀ ;<br>☹ ☹ 40_45 |

sWXOQ/Rj£R²UnmvmRxn¥pn`tRonRUq{NnRxtmmtpmnRRRRRRRRRRRo[Z\|Rw|w|RRRRRRRRRR\$Q\|R;`"\'`ç

R

R



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

(0(\$\*!+!2&(-2. &(-2\*(\$ & 2 ) \*&/(/(\$&-8%(-(' '% &- (2\$\*(1/%

11014374

SEI 55115.025051/2022-37 / pg. 32

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303



BOA TARDE

CARLA FABIANE DA COSTA FERREIRA

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> Consolidado Participação e Composição | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

| Tipo de Consulta: CPF  |                |                      |                                    |                         |            |          |          |          |      |    |           |
|------------------------|----------------|----------------------|------------------------------------|-------------------------|------------|----------|----------|----------|------|----|-----------|
| CPF: 008.913.459-14    |                |                      |                                    |                         |            |          |          |          |      |    |           |
| NOME                   | CNPJ/CPF       | ENTIDADE MC          | CNPJ                               | CARGO                   | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
| AUGUSTO CESAR DE SOUZA | 008.913.459-14 | RADIO GUARAREMA LTDA | <a href="#">76.370.998/0001-88</a> | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0          | --       | --       | FM       | --   | SC | São José  |
|                        |                | CS COMUNICACAO LTDA  | <a href="#">02.576.011/0001-40</a> | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0          | --       | --       | FM       | --   | SC | Brusque   |
|                        |                | RADIO GUARAREMA LTDA | <a href="#">76.370.998/0001-88</a> | Sócio                   | 6          | 0,00%    | 0,00%    | FM       | --   | SC | São José  |
|                        |                | CS COMUNICACAO LTDA  | <a href="#">02.576.011/0001-40</a> | Sócio                   | 1          | 0,00%    | 0,00%    | FM       | --   | SC | Brusque   |

Usuário: 69004900187 - CARLA FABIANE DA COSTA FERREIRA

Data: 26/02/2024

Hora: 13:22:04

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303



Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

| Tipo de Consulta: |                | CPF                  |                    |       |            |          |          |          |      |    |           |
|-------------------|----------------|----------------------|--------------------|-------|------------|----------|----------|----------|------|----|-----------|
| CPF:              |                | 289.833.609-25       |                    |       |            |          |          |          |      |    |           |
| NOME              | CNPJ/CPF       | ENTIDADE MC          | CNPJ               | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
| THEREZA BACK      | 289.833.609-25 | RADIO GUARAREMA LTDA | 76.370.998/0001-88 | Sócio | 54         | 0,00%    | 0,00%    | FM       | --   | SC | São José  |
|                   |                | CS COMUNICACAO LTDA  | 02.576.011/0001-40 | Sócio | 38         | 0,00%    | 0,00%    | FM       | --   | SC | Brusque   |

Usuário: 69004900187 - CARLA FABIANE DA COSTA FERREIRA

Data: 26/02/2024

Hora: 13:22:12





BOA TARDE  
CARLA FABIANE DA COSTA FERREIRA  
Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

|                   |          |
|-------------------|----------|
| Dados da consulta | Consulta |
|-------------------|----------|

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

|                   |                    |
|-------------------|--------------------|
| Tipo de Consulta: | CNPJ               |
| CNPJ:             | 76.370.998/0001-88 |

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 69004900187 - CARLA FABIANE DA COSTA FERREIRA      Data: 26/02/2024      Hora: 13:22:34





**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Privada  
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada  
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

**NOTA TÉCNICA Nº 3257/2024/SEI-MCOM**

**PROCESSO: 53115.025051/2022-37**

**INTERESSADO: RÁDIO GUARAREMA LTDA.**

**ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da RÁDIO GUARAREMA LTDA, no bojo do qual foi manifestado o interesse na renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, adaptada para o serviço de radiodifusão em frequência modulada, no Município de São José/SC, referente ao seguinte período: 07/04/2023 a 07/04/2033.

**ANÁLISE**

2. Inicialmente, deve-se registrar que a análise dos pedidos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens leva em consideração as disposições constantes, em especial, na Constituição Federal, na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967, bem como no Decreto nº 52.795/1963.

3. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela Entidade, restando concluído que, para a regularização do pedido, **a interessada deverá apresentar os seguintes documentos:**

**RELATIVOS À ENTIDADE E AOS SÓCIOS**

3.1. certidão simplificada emitida pela Junta Comercial (ou órgão de registro equivalente), atualizada, em que conste o atual quadro societário e diretivo da Entidade;

3.2. prova de regularidade perante a Fazenda municipal (ou distrital) da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;

3.3. comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, dos sócios e diretores, feita por meio da apresentação de: (i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte.

Obs.: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF NÃO serão aceitos para comprovar a nacionalidade.

**CONCLUSÃO**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

Nota Técnica 3257 (11890496)

SEI 53115.025051/2022-37 / pg. 36

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303

4. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de **30 (trinta) dias**, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no **parágrafo 3º**, na forma da Portaria nº 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no Diário Oficial da União do dia 18 de maio de 2023.

À consideração superior.

---

Documento assinado por delegação da Secretaria de Comunicações Social Eletrônica, na forma da Portaria n.º 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no D.O.U. de 18 de maio de 2023.

---



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira, Assistente Técnico**, em 26/02/2024, às 13:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11390490** e o código CRC **92876243**.

---

## Minutas e Anexos

Não Possui.

---

Referência: Processo nº 53115.025051/2022-37

Documento nº 11390490



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

Nota Técnica 3237 (11390490)

SEI 53115.025051/2022-37 / pg. 37

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Privada  
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada  
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 6434/2024/MCOM

Brasília, 26 de fevereiro de 2024.

Ao (À) Senhor (a)  
Representante Legal da  
**RÁDIO GUARAREMA LTDA (CNPJ Nº 76.370.998/0001-88)**  
Rua Renato Ramos da Silva nº 239 - Barreiros  
88.110-015 - São José/SC

**ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NOTIFICAÇÃO. NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO OU ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 53115.025051/2022-37.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da Nota Técnica nº 3257/2024/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério das Comunicações, **no prazo de 30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento desta notificação.
2. **A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:**
  - **Protocolo Digital do MCom** (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).
3. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.
4. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**
5. A não apresentação da documentação a tempo e modo adequado poderá ensejar na adoção de medidas administrativas cabíveis.

Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

Ofício 6434 (11350491)

SEI 53115.025051/2022-37 / pg. 38

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303

Atenciosamente,

Documento assinado por delegação da Secretaria de Comunicações Social Eletrônica, na forma da Portaria n.º 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no D.O.U. de 18 de maio de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira, Assistente Técnico**, em 26/02/2024, às 13:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11390491** e o código CRC **156DCF52**.

**Anexos:**

- Nota Técnica nº 3257/2024 ( 11390490)

**Referência:** Processo nº 53115.025051/2022-37

Documento nº 11390491



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

Código 6434 (11390491)

SEI 53115.025051/2022-37 / pg. 39

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303

**Data de Envio:**

26/02/2024 14:39:15

**De:**

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial  
<sei@mcom.gov.br>

**Para:**

G.FINANCEIRO@RADIOGUARAREMA.COM.BR

**Assunto:**

ENVIO DE CORRESPONDENCIA OFICIAL DO MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

**Mensagem:**

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº: 53115.025051/2022-37

INTERESSADA: RÁDIO GUARAREMA LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo de renovação acima referenciado, no âmbito do Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.  
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

**Anexos:**

Oficio\_11390491.html

Nota\_Tecnica\_11390490.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/pdf/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

# Cadastro para acesso ao SEI

## CADSEI

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Relatório   Consultar   Sair

Consultar e-mails

☐ CPF

☒ CNPJ

CNPJ:

76.370.998/0001-88

Razão Social

Pesquisar

10 ▾

1 / 1

| Razão Social         | CNPJ               | Emails                      |
|----------------------|--------------------|-----------------------------|
| RADIO GUARAREMA LTDA | 76.370.998/0001-88 | G.FINANCEIRO@RADIOGUARAREMA |

10 ▾

1 / 1

MCTIC/SE/SPOA/CGTI/COINF/DSIS - Divisão de Desenvolvimento de Sistemas



b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303

**Data de Envio:**

26/02/2024 14:43:20

**De:**

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial  
<sei@mcom.gov.br>

**Para:**

espacodoradiodifusor@mcom.gov.br

**Assunto:**

ENVIO DE CORRESPONDENCIA OFICIAL DO MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

**Mensagem:**

Ao Espaço do Radiodifusor,

Prezados,

Informa-se que, no âmbito do Processo Administrativo nº 53115.025051/2022-37, foi encaminhada notificação à RÁDIO GUARAREMA LTDA (CNPJ 76.370.998/0001-88), solicitando a complementação da instrução processual. Sendo assim, encaminha-se o presente e-mail ao Espaço do Radiodifusor - ESRAD, para a adoção das providências cabíveis, devendo ser inserido no referido processo administrativo o documento comprobatório das medidas adotadas.

Atenciosamente,

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

**Anexos:**

Nota\_Tecnica\_11390490.html

Oficio\_11390491.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

**Data de Envio:**

26/02/2024 16:33:27

**De:**

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial  
<sei@mcom.gov.br>

**Para:**

g.financeiro@radioguararema.com.br

**Assunto:**

ENVIO DE CORRESPONDENCIA OFICIAL DO MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

**Mensagem:**

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº: 53115.025051/2022-37

INTERESSADA: RÁDIO GUARAREMA LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo de renovação acima referenciado, no âmbito do Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.  
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

**Anexos:**

Nota\_Tecnica\_11390490.html

Oficio\_11390491.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

**Data de Envio:**

09/04/2024 15:25:47

**De:**

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>

**Para:**

cgfm@mcom.gov.br

**Assunto:**

Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

**Mensagem:**

Processo nº: 53115.025051/2022-37

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO GUARAREMA LTDA (CNPJ nº 76.370.998/0001-88), executante do serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São José/SC, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

**RE: Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial**

Inez Joffily França &lt;inez.franca@mcom.gov.br&gt;

Ter, 09/04/2024 16:27

Para: COREP &lt;corep@mcom.gov.br&gt;

Processo nº: 53115.025051/2022-37

Prezado(a),

Informa-se que, apesar da emissora de RÁDIO GUARAREMA LTDA (CNPJ nº 76.370.998/0001-88), executante do serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São José/SC, responder ao processo nº 53900.072323/2015-11

, não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de CASSAÇÃO de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te,

---

**De:** MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>**Enviado:** terça-feira, 9 de abril de 2024 15:25**Para:** cgfm <cgfm@mcom.gov.br>**Assunto:** Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Processo nº: 53115.025051/2022-37

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO GUARAREMA LTDA (CNPJ nº 76.370.998/0001-88), executante do serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São José/SC, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

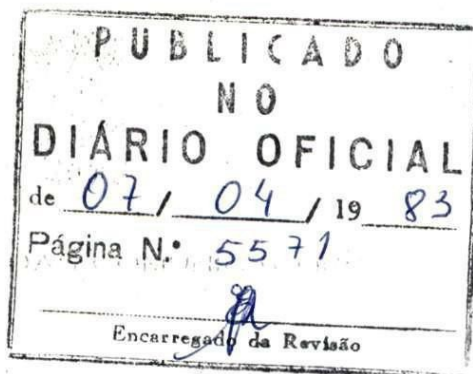
Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[office.com/mail/none/id/AAMkAGI5NTJlMDQwLWRkODhNGY4NC05ZDYxLWQ0OTczNTM2MDY5NQBGAAAAAAD31SCGCRSW...](https://office.com/mail/none/id/AAMkAGI5NTJlMDQwLWRkODhNGY4NC05ZDYxLWQ0OTczNTM2MDY5NQBGAAAAAAD31SCGCRSW...) 1/1

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303



Portaria n.º 60 , de 4 de 4 de 1983

O Ministro de Estado DAS  
COMUNICAÇÕES, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 1º  
do Decreto nº 70.568, de 18 de maio de 1972, e o artigo 32 do Re-  
gulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº  
52.795, de 31 de outubro de 1963, alterado pelo Decreto nº 88.067,  
de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Proces-  
so MC nº 9.584/82 (Edital nº 60/82),

R E S O L V E :

I - Outorgar permissão à RÁDIO GUARAREMA LTDA.  
para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, e sem direito de ex-  
clusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média de âmbi-  
to local, na cidade de São José, Estado de Santa Catarina.

II - A permissão ora outorgada reger-se-á de acor-  
do com o Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes  
e seus regulamentos e, cumulativamente, com os preceitos e obriga-  
ções enumerados no artigo 28 do Regulamento dos Serviços de Rádio.

*[Handwritten signature]*



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4def-bb37-d60025305303>

Anexo Atos de Outorga e Renovação (11463775)

SLF53119:025051/2022-37 / pg. 46

b6bd0825-2911-4def-bb37-d60025305303

46

difusão, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983.

III - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.



HAROLDO CORRÊA DE MATTOS  
Ministro de Estado das Comunicações



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

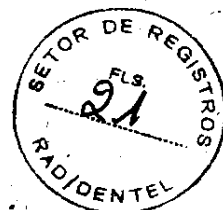
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

Anexo Atos de Outorga e Renovação (11463775)

SLF 53119:025051/2022-37 / pg. 47

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303

PUBLICADO  
NO  
DIÁRIO OFICIAL  
de 15 / 12 / 1994  
Página N.º 19455  
Encarregado da Redação



DECRETO DE 14 DE DEZEMBRO DE 1994

Renova a concessão da Rádio Guararema Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de São José, Estado de Santa Catarina.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 64, inciso IV, e 223 da Constituição, e nos termos do art. 62, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1993, e tendo em vista o que consta do Processo nº 50820.000907/92-76,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por mais dez anos, a partir de 7 de abril de 1993, a concessão da Rádio Guararema Ltda., sendo mantido o prazo residual da outorga conforme Decreto de 10 de maio de 1991, alterado pelo Decreto de 14 de outubro de 1994, para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de São José, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este Decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 14 de dezembro de 1994; 173º da Independência e 106º da República.

INOCÊNCIO DE OLIVEIRA  
Djalma Bastos de Moraes

Nota: Aguardando Decreto Legislativo confirmando esta renovação.





# Diário Oficial

Seção 1

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - IMPRENSA NACIONAL

Ano CXXXVII Nº 165-E Brasília - DF, sexta-feira, 27 de agosto de 1999 R\$ 1,34

NÃO PODE SER VENDIDO SEPARADAMENTE

## Sumário

|  | PÁGINA |
|--|--------|
| Atos do Congresso Nacional .....                     | 1      |
| Atos do Senado Federal .....                         | 1      |
| Ministério da Justiça .....                          | 1      |
| Ministério da Fazenda .....                          | 3      |
| Ministério dos Transportes .....                     | 9      |
| Ministério da Educação .....                         | 9      |
| Ministério da Cultura .....                          | 13     |
| Ministério do Trabalho e Emprego .....               | 14     |
| Ministério da Previdência e Assistência Social ..... | 15     |
| Ministério da Saúde .....                            | 19     |
| Ministério de Minas e Energia .....                  | 38     |
| Ministério das Comunicações .....                    | 38     |
| Ministério da Ciência e Tecnologia .....             | 41     |
| Tribunal de Contas da União .....                    | 41     |
| Poder Judiciário .....                               | 62     |
| Índice: vide caderno não-eletrônico                  |        |

## Ministério da Justiça

### SEECRETARIA EXECUTIVA

#### Subsecretaria de Planejamento e Orçamento

PORTARIA Nº 13, DE 25 DE AGOSTO DE 1999

O SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria nº 700, de 13.11.97, e tendo em vista a Lei nº 9.692, de 27 de julho de 1998 e a Portaria SOF/MOG nº 1, de 25 de março de 1999, resolve:

Art. 1º - Promover, na forma do Anexo a esta Portaria, a modificação da modalidade de aplicação de dotações orçamentárias da Unidade 30101 - Ministério da Justiça, constante da Lei nº 9.598, de 30 de dezembro de 1997.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADÉLIO CLÁUDIO BASILE MARTINS

#### JUSTIFICATIVA

A modificação da modalidade de Aplicações Diretas (3490), para Transferências a Organismos Internacionais (3472), de Transferências Intergovernamentais a Estados e ao Distrito Federal (3430) e (4530), para Transferências a Instituições Privadas (3450) e (4550), para Transferências a Organismos Internacionais (3472) e Aplicações Diretas (3490) (4590), respectivamente, tem por finalidade adequar as dotações orçamentárias, visando atender Acordos de Cooperação Internacional assinados, com o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para Mulheres - UNIFEM - Projetos BRA/W01/96 e Projeto BRA/W02/98, para desenvolver ações na área do Conselho da Mulher e do Departamento da Criança e do Adolescente referentes ao combate ao abuso sexual e exploração de mulheres jovens no Brasil, o Projeto BRA/96/013 - Cidadania e Direitos Humanos, com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD e com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Cultura e a Ciência - UNESCO o Projeto 914/BRA55 - para Apoiar a Implementação e Acompanhamento do Programa Nacional dos Direitos Humanos, todos contemplando ações inerentes ao Departamento da Criança e do Adolescente, Departamento dos Direitos Humanos e do Conselho Nacional do Direito da Criança e do Adolescente, enfatizando também o fortalecimento Institucional desta Secretaria, que estão sendo executados em parceria com organismos estaduais e organizações não governamentais.

A troca das modalidades de Aplicações de: Transferências Intergovernamentais a Estados e ao Distrito Federal (3430) (4530), Aplicações Diretas (3490), Transferências Intergovernamentais a Municípios (3440) (4540), Transferências a Instituições Privadas (3450), para Transferências a Organismos Internacionais (3472), Transferências a Instituições Privadas (4550) e Transferências Intergovernamentais a Municípios (3440), tem por objetivo atender as necessidades de ajustes orçamentários para executar Projetos relevantes, como: realização de diagnóstico para a criação e instalação de Conselhos de Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência e realização de capacitação para implantação dos mesmos que serão realizados em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD; capacitação na área de acessibilidade em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Cultura e a Ciência - UNESCO, bem como, viabilizar a execução do projeto Cidade para Todos" buscando realizar adaptações em cidades turísticas na qual serão realizadas as comemorações dos 500 anos do descobrimento e apoio ao projeto apresentado pela Sociedade de Amparo aos paraplegicos do Nordeste.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 439, de 11 de setembro de 1997, que renova por dez anos, a partir de 22 de agosto de 1993, a permissão outorgada a "RBS - Empresa Catarinense de Comunicações Ltda." para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 26 de agosto de 1999  
Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES  
Presidente

(Of. El. nº 46/99)

## Atos do Senado Federal

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo a seguinte

#### RESOLUÇÃO Nº 33, DE 1999

Autoriza a União a contratar operação de rescalonamento de seus créditos junto à República da Guiné, oriundos de operações de financiamento do Fundo de Financiamento à Exportação - Finex, no montante de US\$ 11.326.588,45 (onze milhões, trezentos e vinte e seis mil, quinhentos e oitenta e oito dólares norte-americanos e quarenta e cinco centavos).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a União autorizada, nos termos do art. 52, inciso V, da Constituição Federal, a celebrar contrato de rescalonamento de seus créditos junto à República da Guiné, oriundos de operações de financiamento do Fundo de Financiamento à Exportação - Finex, no montante de US\$ 11.326.588,45 (onze milhões, trezentos e vinte e seis mil, quinhentos e oitenta e oito dólares norte-americanos e quarenta e cinco centavos).

Parágrafo único. O rescalonamento definido neste artigo dar-se-á nos termos do Contrato de Reestruturação de Débitos, firmado com o Brasil em 5 de outubro de 1998, e em conformidade com a Ata de Entendimentos para Consolidação da Dívida da Guiné, de 26 de fevereiro de 1998, negociado no âmbito do Clube de Paris.

Art. 2º O valor da dívida afetada corresponde a 100% (cem por cento) do principal, juros e juros de mora devidos até 31 de dezembro de 1996, incluindo, ainda, os juros sobre atrasados, observadas as seguintes condições financeiras básicas:

I - valor rescalonado: US\$ 11.326.588,45 (onze milhões, trezentos e vinte e seis mil, quinhentos e oitenta e oito dólares norte-americanos e quarenta e cinco centavos);

II - condições de pagamento: sessenta e seis parcelas semestrais, em percentuais crescentes de 0,16% (dezesseis centésimos por cento) a 5,06% (cinco inteiros e seis centésimos por cento), sendo o primeiro pagamento em 31 de dezembro de 1998, no valor de US\$ 18.122,54 (dezoito mil, cento e vinte e dois dólares norte-americanos e cinquenta e quatro centavos), e o último em 30 de junho de 2031, no valor de US\$ 573.125,40 (quinhentos e setenta e três mil, cento e vinte e cinco dólares norte-americanos e quarenta centavos);

III - taxa de juros: Libor semestral acrescida de margem de 1% a.a. (um por cento ao ano), arredondada para o mais próximo múltiplo de 1/16 (um dezesseis avo) de um ponto percentual e reduzida de 50% (cinquenta por cento), em termos de valor presente líquido, conforme tabela elaborada pelo Clube de Paris;

IV - juros de mora: 1% a.a. (um por cento ao ano) acima da taxa de juros.

Art. 3º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo máximo de quinhentos e quarenta dias, contado a partir de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 26 de agosto de 1999  
Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES  
Presidente

(Of. El. nº 46/99)

## Atos do Congresso Nacional

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 69, DE 1999

Aprova o ato que renova a concessão da "Rádio Guararema Ltda." para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São José, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 14 de dezembro de 1994, que renova por dez anos, a partir de 7 de abril de 1993, a concessão da "Rádio Guararema Ltda." para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São José, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 26 de agosto de 1999  
Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES  
Presidente

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 70, DE 1999

Aprova o ato que renova a permissão outorgada a "RBS - Empresa Catarinense de Comunicações Ltda." para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina.

76.370.998/0001-88

275-816



!

=>>?@ABC>DEFGEH>I?J>GKELMJ?DNQDQGRSM  
P?DQGRSM@EMEHDUTU?>JGRSM@

VWXYZ[\]^\_`YZYalb\_

[c]bW\\_]a[[]b\_]a]W^Y\Yd\_a

e"i3gh28e8ighg9g0efheg2"9g09"jjkg  
4hfe"i1 9mf-; fn9e'9#mo-  
"j4p98""eh99h%&m8.g3%q36  
9 9 \$##m\$' l 9m4"f38j  
j8g0rf8h6f; fn9e'9#mo-  
g;s'eg"h%&m8.t\$8&m#9&f9  
98#mj g #3u9#%g8.f998#m  
j q78v \$938'6 8 9\$w%9o9 )#6#  
%#w9j -  
i8xy098h"h\$&m#eh99 m"%z  
9.v \$98.9.9 n9-  
2heh"hij80heifh" { 345-x9'##6  
39 9#""99v \$96e\$ '.968 &#98 9  
\$&#6j#-f3\$38o8\$9#9g'99  
%\$8#-; fn9e'9#mo-

e"i3gh28e8ighg9g0efheg2"9g09"jjkg  
4hfe"i1 9mfn9298#4'9 #-o-  
"j4p98""eh99h%&m8.g3%q36  
9 9 \$##m\$' l 9m4"f38j  
j8g0rf8h6f9298#4'9 #-o-  
g;s'eg"h%&m8.t\$8&m#9&f9  
98#mj g #3u9#%g8.f998#m  
j q78v \$938'6 8 9\$w%9j h ( 9  
4'9 6#4 n-  
i8xy098h"h\$&m#eh99 m"%z  
9.v \$98.9.9 n9-  
2heh"hij80heifh" { 345-x9'##6  
39 9#""99v \$96e\$ '.968 &#98 9  
\$&#6h1t 378#x89m# 9 9#fn9  
298#4'9 #-o-

e"i3gh28e8ighg9g0efheg2"9g09"jjkg  
4hfe"i1 9mfn94'u e89o-  
"j4p98""eh99h%&m8.g3%q36  
9 9 \$##m\$' l 9m4"f38j  
j8g0rf8h6f94'u e89o-  
g;s'eg"h%&m8.t\$8&m#9&f9  
98#mj g #3u9#%g8.f998#m  
j q78v \$938'6 8 9\$w%9jmo8 &6  
#39 #x9#-  
i8xy098h"h\$&m#eh99 m"%z  
9.v \$98.9.9 n9-  
2heh"hij80heifh" { 345-x9'##6  
39 9#""99v \$96e\$ '.968 &#98 9  
\$&#6o\$uff99s9 9 9#fn9  
" #-o-

e"i3gh28e8ighg9g0efheg2"9g09"jjkg  
4hfe"i1 9mfn94'u e89o-  
"j4p98""eh99h%&m8.g3%q36  
9 9 \$##m\$' l 9m4"f38j  
j8g0rf8h6f94'u e89o-  
g;s'eg"h%&m8.t\$8&m#9&f9  
98#mj g #3u9#%g8.f998#m  
j q78v \$938'6 8 9\$w%9j 6  
#3 )m-  
i8xy098h"h\$&m#eh99 m"%z  
9.v \$98.9.9 n9-  
2heh"hij80heifh" { 345-x9'##6  
39 9#""99v \$96e\$ '.968 &#98 9  
\$&#6j-o89zf98 e9t9o 9 9#  
fn94u'e89o-

e"i3gh28e8ighg9g0efheg2"9g09"jjkg  
4hfe"i1 9mfn998'8x8 9o-  
"j4p98""eh99h%&m8.g3%q36  
9 9 \$##m\$' l 9m4"f38j  
j8g0rf8h6f998'8x8 9o-  
g;s'eg"h%&m8.t\$8&m#9&f9  
98#mj g #3u9#%g8.f998#m  
j q78v \$938'6 8 9\$w%9x8 96#  
)9-  
i8xy098h"h\$&m#eh99 m"%z  
9.v \$98.9.9 n9-  
2heh"hij80heifh" { 345-x9'##6  
39 9#""99v \$96e\$ '.968 &#98 9  
\$&#6j-3 8'g 9998 ) %\$8  
fn998'8x8 9o-

e"i3gh28e8ighg9g0efheg2"9g09"jjkg  
4hfe"i1 9mh'.fn9j\$9o-  
"j4p98""eh99h%&m8.g3%q36  
9 9 \$##m\$' l 9m4"f38j  
j8g0rf8h6h'.fn9j\$9o-

\*\$8 %99\$ &('9\$)%\*+,-.-,+8 9\$9-.)6  
%\$9.03454441

g;s'eg"h%&m8.t\$8&m#9&f9  
98#mj g #3u9#%g8.f998#m  
j q78v \$938'6 8 9\$w%93\$;6#  
x 0-  
i8xy098h"h\$&m#eh99 m"%z  
9.v \$98.9.9 n9-  
2heh"hij80heifh" { 345-x9'##6  
39 9#""99v \$96e\$ '.968 &#98 9  
\$&#6j-e\$w#939z39 %\$8h'.fn9  
j\$9o-

e"i3gh28e8ighg9g0efheg2"9g09"jjkg  
4hfe"i1 9mq8 &m0##j );9 #-)-  
"j4p98""eh99h%&m8.g3%q36  
9 9 \$##m\$' l 9m4"f38j  
j8g0rf8h6q8 &m0##j );9 #-)-  
g;s'eg"h%&m8.t\$8&m#9&f9  
98#mj g #3u9#%g8.f998#m  
j q78v \$938'6 8 9\$w%9j h ( 9  
s8#6#j9-  
i8xy098h"h\$&m#eh99 m"%z  
9.v \$98.9.9 n9-  
2heh"hij80heifh" { 345-x9'##6  
39 9#""99v \$96e\$ '.968 &#98 9  
\$&#6sm09' #j #8z 294'9 q8  
&m0##j );9 #-)-

e"i3gh28e8ighg9g0efheg2"9g09"jjkg  
4hfe"i1 9mfn9989:098zo-  
"j4p98""eh99h%&m8.g3%q36  
9 9 \$##m\$' l 9m4"f38j  
j8g0rf8h6f9989:098zo-  
g;s'eg"h%&m8.t\$8&m#9&f9  
98#mj g #3u9#%g8.f998#m  
j q78v \$938'6 8 9\$w%9098z6#  
f9x 0-  
i8xy098h"h\$&m#eh99 m"%z  
9.v \$98.9.9 n9-  
2heh"hij80heifh" { 345-x9'##6  
39 9#""99v \$96e\$ '.968 &#98 9  
\$&#6j-e\$w#939z39 %\$8fn9989:  
098zo-

e"i3gh28e8ighg9g0efheg2"9g09"jjkg  
4hfe"i1 9mfn9298#889o-  
"j4p98""eh99h%&m8.g3%q36  
9 9 \$##m\$' l 9m4"f38j  
j8g0rf8h6f9298#889o-  
g;s'eg"h%&m8.t\$8&m#9&f9  
98#mj g #3u9#%g8.f998#m  
j q78v \$938'6 8 9\$w%9896#  
x9n#-  
i8xy098h"h\$&m#eh99 m"%z  
9.v \$98.9.9 n9-  
2heh"hij80heifh" { 345-x9'##6  
39 9#""99v \$96e\$ '.968 &#98 9  
\$&#6j-s#uq9#;. #0 %\$8fn9  
298#889o-

e"i3gh28e8ighg9g0efheg2"9g09"jjkg  
4hfe"i1 9mfn9x8o-  
"j4p98""eh99h%&m8.g3%q36  
9 9 \$##m\$' l 9m4"f38j  
j8g0rf8h6f9x8o-  
g;s'eg"h%&m8.t\$8&m#9&f9  
98#mj g #3u9#%g8.f998#m  
j q78v \$938'6 8 9\$w%9jms#u6#  
j 99-  
i8xy098h"h\$&m#eh99 m"%z  
9.v \$98.9.9 n9-  
2heh"hij80heifh" { 345-x9'##6  
39 9#""99v \$96e\$ '.968 &#98 9  
\$&#6h8.8#9u#j8z %\$% '.fn9  
x8o-

e"i3gh28e8ighg9g0efheg2"9g09"jjkg  
4hfe"i1 9mfn9s ""8 n%9#o-  
"j4p98""eh99h%&m8.g3%q36  
9 9 \$##m\$' l 9m4"f38j  
j8g0rf8h6f9s ""8 n%9#o-  
g;s'eg"h%&m8.t\$8&m#9&f9  
98#mj g #3u9#%g8.f998#m  
j q78v \$938'6 8 9\$w%9j 98z  
9n'96#;-  
i8xy098h"h\$&m#eh99 m"%z  
9.v \$98.9.9 n9-  
2heh"hij80heifh" { 345-x9'##6  
39 9#""99v \$96e\$ '.968 &#98 9  
\$&#6s#8#0 9 9#fn9s'  
"8 n%9#o-

e"i3gh28e8ighg9g0efheg2"9g09"jjkg  
4hfe"i1 9mfn9o93## #-o-  
"j4p98""eh99h%&m8.g3%q36  
9 9 \$##m\$' l 9m4"f38j  
j8g0rf8h6f9o93## #-o-  
g;s'eg"h%&m8.t\$8&m#9&f9  
98#mj g #3u9#%g8.f998#m  
j q78v \$938'6 8 9\$w%93##/6#  
f9x 0-

i8xy098h"h\$&m#eh99 m"%z  
9.v \$98.9.9 n9-  
2heh"hij80heifh" { 345-x9'##6  
39 9#""99v \$96e\$ '.968 &#98 9  
\$&#6j-e\$9#939z39 %\$8fn9o9  
3## #-o-

e"i3gh28e8ighg9g0efheg2"9g09"jjkg  
4hfe"i1 9m"\$%#98 9\$&m00  
#o-  
"j4p98""eh99h%&m8.g3%q36  
9 9 \$##m\$' l 9m4"f38j  
j8g0rf8h6\$%#98 9\$&m00#  
o-  
g;s'eg"h%&m8.t\$8&m#9&f9  
98#mj g #3u9#%g8.f998#m  
j q78v \$938'6 8 9\$w%9h%9\$6#  
h'-  
i8xy098h"h\$&m#eh99 m"%z  
9.v \$98.9.9 n9-  
2heh"hij80heifh" { 345-x9'##6  
39 9#""99v \$96e\$ '.968 &#98 9  
\$&#639o8\$9e /90\$9 %\$8'\$  
"%#98 9\$&#00#o-

e"i3gh28e8ighg9g0efheg2"9g09"jjkg  
4hfe"i1 9mq8 &m#q##-  
"j4p98""eh99h%&m8.g3%q36  
9 9 \$##m\$' l 9m4"f38j  
j8g0rf8h6q8 &m#q##-  
g;s'eg"h%&m8.t\$8&m#9&f9  
98#mj g #3u9#%g8.f998#m  
j q78v \$938'6 8 9\$w%998z9j8'6  
#h\$-  
i8xy098h"h\$&m#eh99 m"%z  
9.v \$98.9.9 n9-  
2heh"hij80heifh" { 345-x9'##6  
39 9#""99v \$96e\$ '.968 &#98 9  
\$&#6s#9q90\$9 %\$8'.'  
q8 &m#q##-

e"i3gh28e8ighg9g0efheg2"9g09"jjkg  
4hfe"i1 9mq8 &m2s789-  
"j4p98""eh99h%&m8.g3%q36  
9 9 \$##m\$' l 9m4"f38j  
j8g0rf8h6q8 &m2s789-  
g;s'eg"h%&m8.t\$8&m#9&f9  
98#mj g #3u9#%g8.f998#m  
j q78v \$938'6 8 9\$w%9eu0#  
hz #-  
i8xy098h"h\$&m#eh99 m"%z  
9.v \$98.9.9 n9-  
2heh"hij80heifh" { 345-x9'##6  
39 9#""99v \$96e\$ '.968 &#98 9  
\$&#6ju.9'89#9 9 9 9#q8 &m2  
s789-

e"i3gh28e8ighg9g0efheg2"9g09"jjkg  
4hfe"i1 9mq8 &m0##j )h%\$9-  
"j4p98""eh99h%&m8.g3%q36  
9 9 \$##m\$' l 9m4"f38j  
j8g0rf8h6q8 &m0##j )h%\$9-  
g;s'eg"h%&m8.t\$8&m#9&f9  
98#mj g #3u9#%g8.f998#m  
j q78v \$938'6 8 9\$w%9h%9\$6#  
jm48'-  
i8xy098h"h\$&m#eh99 m"%z  
9.v \$98.9.9 n9-  
2heh"hij80heifh" { 345-x9'##6  
39 9#""99v \$96e\$ '.968 &#98 9  
\$&#6j-2f t 8 2#s h#9# 4#9 q8  
&m0##j )h%\$9-

e"i3gh28e8ighg9g0efheg2"9g09"jjkg  
4hfe"i1 9mf998'8h%8\$ o-  
"j4p98""eh99h%&m8.g3%q36  
9 9 \$##m\$' l 9m4"f38j  
j8g0rf8h6f998'8h%8\$ o-  
g;s'eg"h%&m8.t\$8&m#9&f9  
98#mj g #3u9#%g8.f998#m  
j q78v \$938'6 8 9\$w%9h%8\$ 6#  
4 n-  
i8xy098h"h\$&m#eh99 m"%z  
9.v \$98.9.9 n9-  
2heh"hij80heifh" { 345-x9'##6  
39 9#""99v \$96e\$ '.968 &#98 9  
\$&#6j-99 t t 9# t 98. \$9 9 9#998'  
8h%8\$ o-

e"i3gh28e8ighg9g0efheg2"9g09"jjkg  
4hfe"i1 9mfn' #998#mo-  
"j4p98""eh99h%&m8.g3%q36  
9 9 \$##m\$' l 9m4"f38j  
j8g0rf8h6fh% #998#mo-  
g;s'eg"h%&m8.t\$8&m#9&f9  
98#mj g #3u9#%g8.f998#m  
j q78v \$938'6 8 9\$w%93\$%n6#  
h%-  
i8xy098h"h\$&m#eh99 m"%z  
9.v \$98.9.9 n9-





1

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

**PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP:** 00738.000159/2023-12

**INTERESSADO:** Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)

**ASSUNTO:** Renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial)

**Ementa:** PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00738.000159/2023-12. ÓRGÃO DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - (SECOE). DIREITO ADMINISTRATIVO. RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL). ANÁLISE DE PEDIDOS ADMINISTRATIVOS. MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL.

I. Manifestação Jurídica Referencial (MJR) disciplinada pela Orientação Normativa (ON/AGU) nº 55, de 2014, e pela Portaria Normativa (CGU/AGU) nº 05, de 2022;

II. Análise de pedidos de renovação de outorga para continuidade da prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial);

III. Dispensa da realização de análise jurídica individualizada de processos administrativos que envolvam a renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, sendo necessária a observância das recomendações apresentadas na MJR;

IV. Em caso de dúvida de caráter jurídico, a consulta deve ser encaminhada para análise da Consultoria Jurídica;

V. MJR com validade de dois anos ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa.

**I – RELATÓRIO**

1. Por meio do **Ofício Interno nº 42345/2023/MCOM**, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica deste Ministério encaminha a esta Consultoria Jurídica subsídios para avaliação sobre a emissão de Manifestação Jurídica Referencial (MJR) que abranja a análise de pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), com fundamento no art. 223, § 5º, da Constituição Federal (CF); no art. 33, § 3º, c/c o art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT); e no art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprovou o Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR).

2. Inicialmente, é oportuno registrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do **DESPACHO n. 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, solicitou informações à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) a respeito do quantitativo de processos administrativos que versam sobre a renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

1. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) encaminha quantidade expressiva de Processos Administrativos a esta Consultoria, cujo teor versa sobre a análise jurídico-formal relacionada à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora.

2. Diante da similitude dos casos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, é necessário consultar sobre o volume de processos administrativos sobre o assunto que podem ser enviados a esta Consultoria Jurídica.

3. A obtenção de informação atualizada sobre o quantitativo expressivo de processos a respeito à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora permitirá que esta Consultoria Jurídica avalie a necessidade da edição de PARECER REFERENCIAL sobre o assunto.

4. Convém informar que a Advocacia-Geral da União - AGU, por meio da Orientação Normativa AGU nº 55, de 23 de maio de 2014, disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos nos seguintes termos:

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.**

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

- a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
- b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deu.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

Referencial n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11409711)

SEI 53115.025051/2022-37 / pg. 51

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303

5. Portanto, a elaboração de manifestações jurídicas referenciais se destina a casos em que haja grande volume de processos que envolvam questões jurídicas idênticas em que a atividade jurídica se restrinja à verificação do atendimento de exigências legais a partir de simples conferência de documentos. Esse tipo de manifestação jurídica tem por objetivo dar maior agilidade aos serviços administrativos, além de permitir que os membros da Advocacia-Geral da União se dediquem em maior medida a questões de natureza mais complexa.
6. Nos termos do art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 5, de 31 de março de 2023, a emissão de manifestações jurídicas referenciais demanda a demonstração da existência de elevado volume de processos sobre a matéria e que a análise individualizada impactaria de forma negativa a celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.
7. A análise de processos administrativos que tratem da renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora se enquadra num dos requisitos necessários para a elaboração de manifestação jurídica referencial, pois envolve a verificação do atendimento de exigências legais mediante a simples conferência de documentos, notadamente quando existe apenas uma entidade interessada na execução do serviço.
8. Deste modo, é importante que a SECOE preste os esclarecimentos necessários sobre o quantitativo de processos administrativos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, assim como se a emissão de parecer referencial sobre o assunto pode proporcionar maior celeridade na análise conclusiva da matéria.
9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis. Após o atendimento da referida solicitação, os autos devem retornar a esta Consultoria Jurídica para apreciação do assunto.

3. Em resposta à solicitação encaminhada por esta Consultoria Jurídica, a SECOE, por meio da **NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM**, apresentou os seguintes esclarecimentos sobre os processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

(...)

4. Inicialmente, deve-se destacar que o mencionado Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU fez alusão somente aos processos de renovação de outorga de radiodifusão sonora (Rádio), de modo que esta manifestação se restringe àquela tipologia de processo administrativo.
5. Como é sabido, os prazos das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão sonora podem ser renovados pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.
6. De acordo com o art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, a renovação de outorga constitui direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento de alguns requisitos. Vale dizer, a análise dos processos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão leva em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos; observância aos limites de outorgas tanto pelas concessionárias ou permissionárias quanto pelos seus respectivos sócios e dirigentes; bem como a regularidade fiscal, trabalhista, técnica da estação de radiodifusão e do quadro societário e diretivo das pessoas jurídicas.
7. Em suma, os parâmetros de análise e o respectivo fluxo processual encontram-se delimitados pela Constituição Federal, pela citada Lei nº 4.117/1962, pela Lei nº 5.785/1972, pelo Decreto-Lei nº 236/1967, pelo Decreto nº 52.795/1963 e pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023. Trata-se, pois, de procedimento administrativo que possui considerável regulamentação do Poder Público, por normativos de diferente grau hierárquico, o que demanda atenção na interpretação dos comandos legais durante a análise dos processos.
8. Não se pode esquecer, ademais, que, durante o exame dos pedidos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão, leva-se em consideração também as manifestações provenientes da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações.
9. Segundo o art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, com redação dada pela Lei nº 13.424/2017, as pessoas jurídicas interessadas na renovação das respectivas concessões e permissões dos serviços de radiodifusão deverão apresentar requerimento perante o Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, sendo permitida a execução do serviço em caráter precário, caso expire o prazo da outorga sem decisão sobre o pedido de renovação, a saber:  
Art. 4º As entidades que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão deverão dirigir requerimento ao órgão competente do Poder Executivo durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga.
10. Portanto, durante a análise dos requerimentos administrativos de renovação de outorga, busca-se identificar se os prazos legais previstos à época da protocolização do pedido foram devidamente observados pelas pessoas jurídicas interessadas na renovação (art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972).
11. Ocorre que há situações excepcionais que fogem à regra geral, como os diferentes casos em que o respectivo pedido de renovação fora apresentado após o encerramento do prazo legal e aqueles em que há sobreposição de períodos de outorga, com manifestação de interesse na renovação da outorga somente no período de outorga mais atual. Além disso, há ainda os casos em que não foi encontrado o correspondente extrato do contrato de concessão ou permissão celebrado entre as partes, o que dificulta a contagem do prazo da outorga (10 anos para Rádio e 15 anos para TV) e a aferição do prazo para requerer a renovação (12 meses).
12. Em outras palavras, as situações não alcançadas pelo art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, que é a regra geral, exige uma análise mais cuidadosa das circunstâncias envolvidas, com forma de identificar a presença de elementos que autorizam a aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022, que tratam de regras excepcionais que autorizam, em tese, o conhecimento de pedido de renovação protocolados de forma extemporânea. Veja-se a dicção dos textos legais citados:



Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

Art. 3º As concessionárias ou permissionárias de serviços de radiodifusão que se encontrem com suas outorgas vencidas, e que não tenham solicitado a renovação da respectiva outorga até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), terão o prazo de 90 (noventa) dias para que se manifestem quanto ao interesse na continuidade da execução do serviço.

13. Os limites de outorga e os demais elementos correlacionados também fazem parte da análise dos processos de renovação de outorga, sendo aferidos mediante pesquisa ao Sistema de Acompanhamento e Controle Societário – SIACCO, no qual constam os registros de outorga por pessoa natural e por pessoa jurídica. O extrato do SIACCO é analisado à luz do que se encontra no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, no art. 38, alínea "g", da Lei nº 4.117/1962, no art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139/2013, *in verbis*:

#### **Decreto-Lei nº 236/1967**

Art 12. Cada entidade só poderá ter concessão ou permissão para executar serviço de radiodifusão, em todo o país, dentro dos seguintes limites:

I) Estações radiodifusoras de som:

a - Locais:

Ondas médias - 4

Frequência modulada - 6

b - Regionais:

Ondas médias - 3

Ondas tropicais - 3

sendo no máximo 2 por Estados

c - Nacionais:

Ondas médias - 2

Ondas curtas - 2

2) Estações radiodifusoras de som e imagem - 10 em todo território nacional, sendo no máximo 5 em VHF e 2 por Estado.

§ 1º - Cada estação de ondas curtas poderá, fora das limitações estabelecidas no artigo, utilizar uma ou várias frequências, que lhe tenham sido consignadas em leque.

§ 2º - Não serão computadas para os efeitos do presente artigo, as estações repetidoras e retransmissoras de televisão, pertencentes às estações geradoras.

§ 3º - Não poderão ter concessão ou permissão as entidades das quais faça parte acionista ou cotista que integre o quadro social de outras empresas executantes do serviço de radiodifusão, além dos limites fixados neste artigo.

§ 4º Os atuais concessionários e permissionários de serviços de radiodifusão, bem como os cotistas e acionistas dessas empresas, que não atendem às limitações estipuladas neste artigo, deverão a ele ir-se adaptando, na razão de vinte e cinco por cento (25%) do excesso ao ano, a contar de um ano da data da publicação desta lei. ([Redação dada pela Lei nº 5.397, de 1968](#))

§ 5º - Nenhuma pessoa poderá participar da direção de mais de uma empresa de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites estabelecidos neste artigo.

#### **Lei nº 4.117/1962**

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

[...]

g) a mesma pessoa não poderá participar da administração ou da gerência de mais de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade.

#### **Regulamento dos Serviços de Radiodifusão**

Art. 14. O procedimento licitatório terá início com a publicação de aviso no Diário Oficial da União, que deverá conter a indicação do local e as condições em que os interessados poderão obter o texto do edital, bem assim o local, a data e a hora para a apresentação das propostas para fins de habilitação e julgamento.

[...]

§ 3º A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não poderão ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade.

#### **Decreto nº 8.139/2013**

Art. 3º O deferimento do requerimento a que se refere o § 1º do art. 2º ficará condicionado à comprovação de:

[...]

§ 2º Deferido o pedido de que trata o § 1º do art. 2º, a entidade e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo ficarão submetidas ao limite de duas outorgas de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade objeto da adaptação, sem prejuízo da aplicação do limite previsto [no art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#), sobre suas outorgas de serviços de radiodifusão em outras localidades.

14. De modo geral, a documentação necessária para instruir o processo de renovação de outorga se encontra prevista no art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 10.775/2021, a saber:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deu.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

Referência: H-00010/2023/CONJUR-MCOM/CE/AGU (11409711)

SEI 53115.025051/2022-37 / pg. 53

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303

habilitação:

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

V - prova de inscrição no CNPJ;

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e

XI - declaração de que:

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as [linhas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990](#).

15. Ademais, os processos de renovação de outorga são instruídos com os documentos que demonstram o atendimento ao que consta no art. 222, § 1º, da Constituição Federal, no art. 5º, § 1º, da Lei 12.485/2011, no art. 112, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023.

16. Com efeito, essa documentação se refere aos comprovantes de nacionalidade daqueles que figuram no corpo societário e diretivo das concessionárias ou permissionárias dos serviços de radiodifusão; à declaração firmada pelo representante legal asseverando que inexistem parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485/2011; à certidão emitida pela Agência Nacional de Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel e ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL; bem como à licença para funcionamento da estação de radiodifusão.

17. Explicadas, portanto, as nuances envolvidas durante a análise dos processos de renovação de outorga, passe-se a responder os questionamentos consubstanciados no item 8 do referido Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

18. Em relação ao estoque processual, há aproximadamente 4.130 processos de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial em tramitação nesta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica. A edição de parecer referencial pode representar maior celeridade processual, por dispensar a análise individualizada de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações e, ao mesmo tempo, reduzir uma instância de deliberação daqueles feitos.

19. Por outro lado, o grau de detalhamento e complexidade exigido pela legislação de radiodifusão por ocasião do exame dos processos de renovação de outorga recomenda que eventual edição de parecer referencial explicita, na medida do possível, os casos excepcionais que porventura demandará análise individualizada da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações. A título exemplificativo, segue relação de situações peculiares que podem acontecer durante a análise desses processos, como forma de contribuir com o exame a ser levado a efeito pela unidade consultiva:

a) as hipóteses de aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022 quando envolver requerimentos apresentados após o encerramento do prazo legal;

b) as situações envolvidas na protocolização de requerimento de renovação antes do prazo previsto na legislação;

c) os casos excepcionais de aferição de limites quando o extrato do SIACCO revelar a presença de outorgas *aperfeiçoadas* e não *aperfeiçoadas* em quantidade acima do permitido;

d) os casos em que se constatar a presença de pessoas falecidas ou menores no quadro societário das pessoas jurídicas interessadas na renovação ou de registro de penhora ou bloqueio de cotas na certidão simplificada;

e) as situações envolvidas na sobreposição de 1 (um) ou mais períodos de outorga sem renovação aprovada pelo Congresso Nacional, conforme preconizado no art. 223, § 3º, da Constituição Federal;

f) os casos em que se constatar, durante a análise da renovação da outorga, a existência de processo administrativo de apuração de infração que tenha resultado ou que possa resultar na aplicação da penalidade de cassação da outorga; e

g) os casos em que houver o indeferimento do pedido de renovação de outorga;

20. Sendo assim, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica se manifesta pela devolução dos autos à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, para continuidade de sua análise.

4. É imperioso registrar que esta manifestação jurídica objetiva tratar de questões relacionadas à análise de processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão **sonora** empresarial (comercial). Portanto, a **não** trata de análise de pedido administrativo de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão de **sons e sons e** **gens**, assim como as renovações de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora comunitária ou com fins Autenticado eletronicamente, após conferência com original.



exclusivamente educativos.

5. Destaque-se, ainda, que esta MJR aplica-se aos pedidos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão **sonora** empresarial (comercial), aos quais sejam aplicáveis a atual redação do art. 113 do RSR, conforme o disposto no art. 5º do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021.

6. Em breve síntese, esse é o resumo do caso em questão.

## II – FUNDAMENTAÇÃO

### II.1 - UTILIZAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL

7. O excessivo envio de demandas repetitivas sobre assunto idêntico tem, indiscutivelmente, o efeito reflexo de tumultuar a atuação das unidades de assessoramento jurídico da Administração Pública Federal, dificultando o desempenho das suas atribuições institucionais.

8. Diante desse contexto, a Advocacia-Geral da União (AGU) editou a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, cujo teor versa sobre a possibilidade de elaboração de única manifestação jurídica referencial (MJR) para questões jurídicas envolvendo matérias idênticas e recorrentes:

#### ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

- a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
- b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

9. A MJR tem por finalidade a análise de todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, possibilitando a **dispensa da apreciação individualizada** pelos órgãos consultivos dos processos que sejam objeto de MJR. Com isso, há **ganho de eficiência**, já que os processos deixam de contar, necessariamente, com a análise individualizada de cada demanda, ficando a cargo da área técnica interessada o ateste de que aquele processo se amolda aos termos da manifestação referencial.

10. Ademais, o instituto contribui para a **uniformização** da atuação do órgão jurídico em matérias repetitivas, ou seja, idênticas e recorrentes, frequentemente submetidos à análise jurídica. Assim, entende-se que a MJR representa uma forma de tornar mais eficiente o trabalho dentro do órgão de assessoramento jurídico e da área técnica, além de estar pautado nos princípios da **celeridade** e da **economicidade administrativa**.

11. Deste modo, pode-se afirmar que a MJR consiste em parecer jurídico destinado a balizar todos os casos concretos, cujos contornos se amoldem ao formato do caso abstratamente analisado. Com efeito, o parecer referencial coaduna-se perfeitamente com o princípio constitucional da eficiência (art.37, *caput*, da Constituição Federal), na medida em que evita o encaminhamento desnecessário de diversos processos administrativos similares, que não possuem questão de natureza jurídica a ser enfrentada.

12. O Tribunal de Contas da União (TCU) endossa a utilização do parecer referencial, nos termos fixados pela Orientação Normativa n. 55/2014 da AGU:

9.2 Informar à Advocacia-Geral da União que o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo-a, ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma.” (Acórdão nº 2.674/2014-Plenário)

13. De acordo com a ON/AGU nº 55, de 2014, existem basicamente dois requisitos para que seja elaborada a MJR: (i) o **volume de processos com matéria repetida**; e (ii) a **natureza da atividade jurídica de mera verificação de atendimento às exigências legais, a partir da conferência de documentos**.

14. Os referidos requisitos foram reproduzidos no **art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022**, que disciplina a utilização da MJR:

#### Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022

Art. 3º A Manifestação Jurídica Referencial tem como premissa a promoção da celeridade em processos administrativos que possibilitem análise jurídica padronizada em casos repetitivos.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deu.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

Referência: H-00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11409711) SEI 53115.025051/2022-37 / pg. 55

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303

§ 1º A análise jurídica padronizada em casos repetitivos, para os fins da presente Portaria Normativa, corresponde a grupos de processos que tratam de matéria idêntica e que a manifestação do órgão jurídico seja restrita à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

§ 2º A emissão de uma MJR depende do preenchimento dos seguintes requisitos:

I - comprovação de elevado volume de processos sobre a matéria; e

II - demonstração de que a análise individualizada dos processos impacta de forma negativa na celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.

15. Em relação ao primeiro requisito, afigura-se que o encaminhamento de um expressivo quantitativo de pedidos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, que é superior a quatro mil processos, além dos pedidos administrativos posteriores que serão apresentados sobre o mesmo assunto (vide item 3 deste PARECER REFERENCIAL), tem o condão de impactar significativamente a prestação do assessoramento jurídico realizado por esta unidade da AGU, o que dificultaria a análise célere de diversos outros casos submetidos à apreciação da Consultoria Jurídica, assim como o desempenho das demais atribuições institucionais.

16. No que tange ao segundo requisito, depreende-se que os pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão representam, via de regra, casos semelhantes, demandando a apreciação documental dos requisitos apresentados nas normas de regência, cuja atribuição de análise é realizada pela SECOE.

17. **A área técnica deve atestar formalmente a adequação do caso concreto aos termos desta manifestação. Deve constar na nota técnica a ser elaborada pela SECOE a referência à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo Processo Administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável que seja juntada cópia da MJR no processo administrativo que for analisado pela SECOE sobre o assunto.**

18. Ressalta-se, ainda, que a análise realizada é fundada, tão somente, no aspecto jurídico-formal, dado que, consoante dispõe o inciso VI do artigo 11 da Lei Complementar nº 73 de 10 de fevereiro de 1993, a avaliação e o exame dos aspectos de natureza técnica, financeira e orçamentária e de conveniência e oportunidade são de incumbência e responsabilidade do órgão interessado. Nesse sentido, cite-se o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU:

**Enunciado nº 7**

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

19. **É imperioso afirmar que esta MJR aplica-se exclusivamente aos pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).**

20. No que se refere aos itens 11 e 12 da **NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM**, convém esclarecer que deve ser apresentada consulta a esta Consulta Jurídica, se houver dúvida jurídica sobre o assunto.

21. Por fim, cabe informar que esta MJR será elaborada de acordo com os requisitos elencados pela Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, com **validade de dois anos**, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto, o que ocorrer primeiro.

## **II.2 - RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)**

### **II.2.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS**

22. O serviço de radiodifusão consiste numa espécie de serviço de telecomunicações que permite a transmissão de sons (rádio) ou a transmissão de sons e imagens (televisão) destinada a ser direta e livremente recebida pelo público. É competência da União explorar diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens. As concessões e permissões não têm caráter de exclusividade e se restringem ao uso da radiofrequência, com a potência no horário e em local determinados (vide art. 21, inciso XII, alínea “a”, art. 22, inciso IV, art. 223, da CF; art. 6º, alínea “d”, art. 32 do CBT; e art. 5º, item 22, art. 20 do RSR).

23. A propriedade de empresa de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. Além disso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação (vide art. 222, § 1º, da CF; e art. 38, alínea “a”, do CBT).

24. Existem limites à quantidade de outorgas de radiodifusão que podem ser atribuídas a uma mesma entidade, a seus sócios ou diretores. A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não podem ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, ressalvada a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada, caso em que esse limite passa a ser de duas outorgas de frequência modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967).

25. A Constituição Federal estabelece que compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas público e estatal. No caso da radiodifusão sonora, o prazo da concessão ou permissão é de dez anos, podendo ser renovado Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.dea.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

Referência: H-00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11469711) SEI 53115.025051/2022-37 / pg. 56



b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303

por sucessivas vezes por iguais períodos (vide art. 223, § 5º, da CF; e art. 33, § 3º, do CBT).

26. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela concessionária ou permissionária, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e das finalidades educativas, culturais e morais a que se obrigou, estando condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público (vide art. 67, Parágrafo único, do CBT; e art. 110 do RSR).

## II.2.2 - ANÁLISE DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

27. A entidade que presta o serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) e que pretende exercer o direito à renovação da outorga deve apresentar requerimento ao Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga, sendo necessária a apresentação da documentação necessária (vide art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972; e art. 112 do RSR).

28. É oportuno destacar que a regra anteriormente vigente à edição da Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017, estabelecia que o requerimento de outorga deveria ser apresentado no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do respectivo prazo (vide redação original do art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972).

29. Ocorre que a Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, posteriormente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 25 de maio de 2022, estabeleceram regras excepcionais e temporárias que permitiram o processamento de requerimentos de renovação de outorga que, segundo as regras ordinárias, deveriam ser considerados intempestivos.

30. O art. 2º da MPV nº 747, de 2016, posteriormente convertido no art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, estabeleceu que os pedidos intempestivos protocolizados ou postados até a data de publicação da Medida Provisória, que ocorreu em 3 de outubro de 2016, deveriam ser conhecidos pelo Ministério das Comunicações. Conforme o parágrafo único desse mesmo artigo, essa regra seria aplicável inclusive aos casos em que já havia declaração de perempção, desde que o ato ainda não tivesse sido aprovado pelo Congresso Nacional na data de publicação da Medida Provisória.

31. Essa regra foi mais recentemente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 2022, que deu a seguinte redação ao art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

32. Considerando que a Lei nº 14.351 foi publicada em 26 de maio de 2022, tem-se que o Ministério das Comunicações deve processar os pedidos intempestivos de renovação de outorga que tenham sido protocolizados ou postados até essa data, ainda que já tenha ocorrido declaração de perempção, neste caso desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.

33. Além disso, nos termos do art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, cuja redação atual foi dada pela Lei nº 14.351, de 2022, as concessionárias ou permissionárias de radiodifusão cujas outorgas já estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 e que não tenham solicitado a renovação até essa data poderiam ter apresentado requerimento de renovação em até 90 dias a contar do início da vigência da Lei nº 14.351, de 2022. Como a referida Lei foi publicada em 26 de maio de 2022 e sua vigência teve início a partir da data de sua publicação, o referido prazo se estendeu até 24 de agosto de 2022. Portanto, também devem ser processados pedidos de renovação apresentados após o esgotamento do prazo de outorga, desde que o prazo de outorga tenha se esgotado até 26 de maio de 2022 e o pedido de renovação tenha sido protocolizado ou postado até 24 de agosto de 2022.

34. Em resumo, devem ser adotadas as seguintes regras de tempestividade para o processamento de pedidos de renovação de outorga:

| Regra de tempestividade   | Base legal  |
|---|---|
| (I) Até 2 de outubro de 2016 devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da outorga.  | Art. 4º da Lei nº 5.785 em sua redação anterior à MPV nº 757, de 2016.                            |
| (II) A partir de 3 de outubro de 2016 (início da vigência da atual redação do art. 4º da Lei nº 5.785), devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados no período de 12 meses anteriores ao término do prazo de outorga. | Art. 4º da Lei nº 5.785 com redação da MPV nº 757, de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017. |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

Referência: P-00010/2023/CONJUR-MCOM/CE/AGU (11469711)

SEI 53115.025051/2022-37 / pg. 57

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303

|   |   |
|---|---|
| (III) Requerimentos de renovação intempestivos protocolados ou encaminhados ao Ministério das Comunicações até 26 de maio de 2022 devem ser conhecidos como se tempestivos fossem. Essa regra se aplica inclusive aos casos de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022. | Art. 2º da MPV nº 747, de 2016, e art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação da Lei nº 14.351, de 2022. |
| (IV) Requerimentos de renovação apresentados por concessionárias cujas outorgas estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 devem ser considerados tempestivos desde que tenham sido apresentados até 24.ago.2022 (90 dias após o início de vigência da Lei nº 14.351, de 2022).  | Art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação dada pela Lei nº 14.351, de 2022.                            |

35. A apreciação do requerimento de renovação também deve ser precedida da análise do representante da pessoa jurídica que subscreve o pedido.

36. É importante mencionar que o pedido de renovação deve ser firmado por quem tenha poder para representar a pessoa jurídica interessada. A respeito da representação de sociedades empresárias, aplicam-se as orientações contidas no DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35) e no DESPACHO n. 01779/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53000.010337/2010-71). Ao receber pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações deve verificar se está assinado por pessoa que detenha poder de administração da pessoa jurídica interessada ou por procurador cujo instrumento de mandato tenha sido outorgado por um dos administradores da pessoa jurídica representada, tomando por base a certidão simplificada emitida pela junta comercial competente ou documento equivalente.

37. O pedido de renovação deve observar o formulário de requerimento disponibilizado pelo Ministério das Comunicações e ser instruído com a seguinte documentação: i) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; ii) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; iii) prova de inscrição no CNPJ; iv) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; v) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; vi) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; vii) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho; e viii) declaração de que: a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 113 do RSR).

38. É oportuno destacar que a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação (vide art. 113, § 3º, do RSR).

39. Neste ponto, é importante destacar que embora o inciso IV do art. 113 do RSR, exija a apresentação de certidão negativa de recuperação judicial, o § 3º do mesmo artigo estabelece que **“a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação”**. Portanto, se a recuperação judicial não impede a renovação, é evidente que não se pode exigir do interessado que apresente certidão negativa a respeito desse fato. Há assim uma antinomia entre as duas normas que deve ser resolvida em favor do § 3º do art. 113, que é norma mais recente, uma vez que foi acrescentado pelo Decreto nº 10.775, de 2021. Então para compatibilizar ambas as normas, deve-se exigir a apresentação de certidão que informe se a empresa está em recuperação judicial ou não, que terá finalidade apenas informativa. Em outros termos, a ausência de certidão negativa de recuperação judicial não inviabiliza o prosseguimento do processo e o deferimento da renovação de outorga.

40. A renovação do prazo de concessão ou permissão da outorga para executar o serviço de radiodifusão fica também condicionada à comprovação do pagamento do valor integral do preço público da outorga, inclusive em caso de parcelamento (vide art. 31-A, § 7º, e art. 112, § 3º, do RSR).

41. A licença de funcionamento da estação é uma das condições para a celebração do contrato de concessão ou permissão para a exploração de serviços de radiodifusão. Portanto, no processo de renovação da outorga o poder concedente também deve verificar se há licença de funcionamento de estação válida (vide art. 31-A, I, do RSR).

42. Deve ser observado o quantitativo de outorgas, pois a pessoa jurídica que presta o serviço de radiodifusão e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo devem observar os seguintes limites: i) estações radiodifusoras de som: a) locais: quatro de ondas médias e seis de frequência modulada; b) Regionais: três de ondas médias e três de ondas tropicais, sendo no máximo duas por estado; c) nacionais: duas de ondas médias e duas de ondas curtas. Excepcionalmente, a pessoa jurídica pode ter outorgas do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, quando for a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do RSR). Autenticado eletronicamente, após conferência com original.



43. Além disso, é necessário observar as seguintes regras: i) a pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País (vide art. 222, caput, da CF); ii) pelo menos 70% do capital total e do capital votante da sociedade empresária detentora da outorga deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (vide art. 222, § 1º, CF, art. 38, alínea "a", do CBT); e iii) a gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

44. Portanto, tem-se que a análise do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão deve observar as regras acima citadas.

45. Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período subsequente<sup>[1]</sup>.

46. Além disso, a existência de tramitação de processo de apuração de infração não impede, por si só, a renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão. No entanto, se houver a possibilidade de aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR** e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica.

## II.2.3 - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O DEFERIMENTO DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

47. O deferimento do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) requer o cumprimento dos seguintes requisitos:

| Requisito  | Base normativa  |
|--|---|
| i) A pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País.   | Art. 222, caput, da CF.   |
| ii) Pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.  | Art. 222, § 1º, da CF, e art. 38, "a" do CBT.   |
| iii) A gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos. | Art. 222, § 1º, da CRFB, e art. 38, "a" do CBT.   |
| iv) Observância aos limites quantitativos de outorgas de radiodifusão.   | Art. 14, § 3º, do RSR, art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013, e art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967. |
| v) Cumprimento do contrato de permissão e das finalidades educacionais, culturais e morais a que a outorgada se obrigou.   | Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.  |
| vi) Manutenção da possibilidade técnica e do interesse público.  | Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.  |
| vii) Apresentação de requerimento de renovação tempestivo assinado pelo representante legal da outorgada ou por procurador, conforme formulário disponibilizado pelo Ministério das Comunicações.                            | Art. 4º da Lei nº 5785, de 1972, e arts. 112 e 113 do RSR.  |
| viii) Apresentação de certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica.  | Art. 113, inciso II, do RSR.  |
| ix) Apresentação de certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.   | Art. 113, inciso IV, do RSR.  |
| x) Apresentação de certidão de recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.   | Art. 113, inciso IV, do RSR.  |
| xi) Prova de inscrição no CNPJ.  | Art. 113, inciso V, do RSR.   |
| xii) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei.  | Art. 113, inciso VI, do RSR.  |
| xiii) Prova de regularidade do recolhimento dos impostos do Fistel.  | Art. 113, inciso VII, do RSR.   |



|   |  |
|---|--|
| xiv) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.  | Art. 113, inciso VIII, do RSR.             |
| xv) Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.  | Art. 113, IX, do RSR.                      |
| xvi) Apresentação de declaração assinada pelo representante legal da entidade interessada que contenha as informações exigidas no inciso XI do art. 113 do RSR. | Art. 113, XI, do RSR.                      |
| xvii) Pagamento do valor integral do preço público de outorga, inclusive em caso de parcelamento.   | Art. 31-A, § 7º, e Art. 112, § 3º, do RSR. |
| xviii) Licença de funcionamento da estação válida.  | Art. 31-A, I, do RSR.                      |

48. No que se refere ao requisito da comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos (vide item 9 da listagem acima), tem-se que pode ser verificado por meio da apresentação dos seguintes documentos: i) certidão de nascimento ou casamento; ii) certidão de reservista; iii) cédula de identidade; iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; v) carteira profissional; vi) carteira de trabalho e previdência social (CTPS); ou vii) passaporte (vide art. 15, § 3º, do RSR).

49. É importante registrar que a análise documental, quando outra pessoa jurídica integrar o quadro societário da entidade que presta o serviço de radiodifusão, deve observar os seguintes requisitos: i) mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; ii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e iii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso i, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 15, § 15º, do RSR).

50. Acrescente-se, por necessário, que as certidões de regularidade acima exigidas serão consideradas válidas se protocolizadas no prazo de até sessenta dias, contado da data da expedição, ressalvadas aquelas com prazo de validade estabelecido em lei (vide art. 186 do RSR).

51. Além da apresentação da autodeclaração da entidade de que não está impedida de transacionar com a administração pública federal, é recomendável que a SECOE realize consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU) - (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>) com o objetivo de verificar a existência de restrição da pessoa jurídica ou pessoa física (integrantes do quadro societário e administradores) para celebrar contratos com a Administração Pública.

52. Deste modo e observados os requisitos acima, tem-se que o pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) deve ser analisado e, se for o caso, deferido pelo Ministério das Comunicações.

## II.2.4 - MINUTA DE PORTARIA MINISTERIAL PARA A RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

53. O ato de renovação de outorga só produz efeitos após a deliberação do Congresso Nacional. Em caso de deferimento do pleito, o Ministro das Comunicações deve expedir uma portaria de renovação de outorga, a ser encaminhada à Presidência da República para o envio de mensagem para que Congresso Nacional delibere sobre a renovação. Após a aprovação do Congresso Nacional o Ministério das Comunicações deve providenciar a celebração de termo aditivo ao contrato de concessão ou permissão (vide art. 223, §§ 1º a 3º da CF; art. 113, § 1º, e art. 115 do RSR).

54. Apesar de não existir norma expressa sobre os requisitos a serem observados na edição da portaria de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, é recomendável que o referido ato contenha as seguintes informações: i) a denominação da pessoa jurídica que obterá a renovação da outorga; ii) número do Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ); iii) número de inscrição no FISTEL; iv) a identificação do Estado e do Município em que o serviço de radiodifusão é executado; v) o prazo de duração da renovação da outorga; vi) e o termo inicial da contagem do prazo da outorga. É necessária a publicação da portaria de autorização no Diário Oficial da União para que o ato tenha eficácia.

55. Sugere-se o seguinte modelo de minuta de portaria ministerial que trata da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial):

### MINUTA DE PORTARIA

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, Parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº **xxxxxx.xxxxxx/xxxx-xx**, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à entidade [denominação do outorgado], Pessoa Jurídica inscrita no CNPJ sob o nº [xx.xxx.xxx/xxxx-xx], número de inscrição no FISTEL nº [xxxxxxxxxx-xx], a partir de [xxxxxx], para executar, pelo prazo de dez anos, o serviço de radiodifusão sonora [em frequência modulada/ondas



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deu.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

Referência: P-00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (1149711)

SEI 53115.025051/2022-37 / pg. 60

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303

médias], no município de [identificação do município], estado de [identificação do Estado].

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[NOME DO MINISTRO]

Ministro de Estado das Comunicações

56. Face ao exposto e considerando as orientações deduzidas nesta MJR, tem-se que a SECOE deverá observar as orientações acima apresentadas, bem como o conjunto normativo aplicável à espécie (CF, CBT, RSR e Portaria de Consolidação nº 1, de 2023) na apreciação dos processos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, em que a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não constatou a existência de óbice para o deferimento da renovação da outorga

57. Por fim, é imperioso consignar que esta Consultoria Jurídica poderá se pronunciar, de ofício ou por provocação, visando à retificação, complementação, aperfeiçoamento ou ampliação de posicionamento lançado na presente MJR, ou destinado a adaptá-la a inovação normativa, mutação jurisprudencial ou entendimento de órgão de direção superior da AGU.

### III – CONCLUSÃO

58. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE): i) deve ser adotada esta Manifestação Jurídica Referencial (MJR) como parâmetro na apreciação dos processos administrativos que tratam da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), cuja a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não tenha identificado a existência de óbice para o deferimento; ii) desde que atendidos os requisitos previstos nesta MJR, deve ser deferido o pedido de renovação de outorga; iii) a SECOE deverá atestar, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente MJR, fazendo referência na manifestação técnica à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo processo administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável a juntada de cópia desta MJR aos autos de cada processo administrativo analisado, antes do encaminhamento ao Gabinete do Ministro, sendo dispensado o prévio envio a esta Consultoria Jurídica, conforme os termos da Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União (AGU), salvo na hipótese de existir dúvida jurídica; iv) caso haja questionamento jurídico sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na MJR, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica; v) se houver a tramitação de processo de apuração de infração que possa resultar na aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR** e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica; vi) é atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério de Estado das Comunicações, editar a portaria que renove a outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial); vii) o conteúdo da minuta de portaria ministerial a ser editada na renovação de outorga deve seguir o modelo acima apresentado (vide item 55 deste PARECER REERENCIAL); viii) após a edição da portaria ministerial de renovação de outorga, os autos do Processo Administrativo devem ser encaminhados à Presidência da República, por meio de exposição de motivos a ser subscrita pelo Ministro de Estado das Comunicações, para que seja apreciado e posteriormente encaminhado ao Congresso Nacional para deliberação.

59. Nos termos do art. 6º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022, a MJR possui **validade por dois anos**, a partir da data de sua aprovação, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto.

60. A Coordenação de Administrativo desta Consultoria Jurídica deve observar as seguintes orientações: i) cientificar, por meio do SUPERSAPIENS, o Departamento de Gestão Administrativa da Consultoria-Geral da União sobre a emissão do referido PARECER REFERENCIAL N. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU; ii) registrar a MJR na planilha de controle de manifestações jurídicas referenciais desta Consultoria Jurídica;

61. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 05 de outubro de 2023.

*assinado eletronicamente*  
**JOÃO PAULO SANTOS BORBA**  
ADVOGADO DA UNIÃO  
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o acionamento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deu.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

Referencial N. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11409711) SEI 53115.025051/2022-37 / pg. 61



b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303

1. <sup>^</sup> Vale lembrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do **PARECER n. 00124/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU** (NUP n° 01250.002830/2019-19), manifestou-se no sentido de que o conhecimento do último pedido de renovação de outorga também engloba os períodos anteriores.



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1301131654 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:27. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

---



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

Referência: P-00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11469711)

SEI 53115.025051/2022-37 / pg. 62

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

**DESPACHO n. 02149/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP: 00738.000159/2023-12**

**INTERESSADOS: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA**

**ASSUNTOS: Radiodifusão. MJR. Rádio comercial. Renovação de outorga.**

1. Aprovo o **PARECER REFERENCIAL n.00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, que trata dos requisitos para o deferimento de requerimentos de renovação de outorga para a prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).
2. Pelas razões indicadas no próprio Parecer, entendo estarem presentes as condições que autorizam a elaboração de manifestação jurídica referencial.
3. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 19 de outubro de 2023.

Assinado eletronicamente  
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES  
ADVOGADO DA UNIÃO  
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1314323157 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:46. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

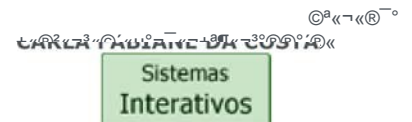


Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

Referencial n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11469711) SEI 53115.025051/2022-37 / pg. 63

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303



 **Menu Principal** ▼

Y0□<<1:1<5869.;361!-1346RWXRZPT\TRSb\ [P,PQ\10RSUSVR»QFXP R 1111 891131/9431

123456143175869::31 1<5869::31

111

1F=&gt;?@ABCDE=&gt;FG&gt;@HIJ&gt;EKDEL?CHKDKMNNN

[illegible]

tXYPRJS|ç£\$SVonwoSyo¥qoauSpoSVr|OoSyunnuqnoSSSSSSSSSSp\|JSx x|SSSSSSSSSS\$R\JS|]

S

S



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

\\(\*)%+! -2'..2/ / ' 2+)% '2 \* +00 )%'&)) (&' ) 2%+!)&

Anexo A - Anexo B

5511-4cef-bb37-d00025305303-37 / pg. 64

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303



**Sistemas Interativos**

 **Menu Principal** ▼

{}\_1\_5869;361=μ3 161 WSXYS[QUJUSTb]★VQR];STVTWS'RS'Q;S89113°9431

123456143175869::31 1<=69::3451

111

17 ?@ABCDEF>?GH?AIJK?FLEFM@DILELNOOO

[illegible]

|YZ★QS^T T TWtjtTctçrtloTstTWmyPtTcouuorutTTTTTTTTTs)]^T q q£ TTTTTTTTTT♠S★]^T ¥^¥



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://nrc.ca/enr/publications/magazine/article/2017-06-01>

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303



Sistemas Interativos

1111\_5869::3615=11111WSXYS[QU]USTb]Q·QR,'STVTWS°RS'Q,'S°89113»9431

111

|  |                  |  |                                    |  |                    |                  |                  |                         |                   |  |  |
|--|------------------|--|------------------------------------|--|--------------------|------------------|------------------|-------------------------|-------------------|--|--|
| PQRSTUVWXYZ[\]^_`a   |                  |  |                                    |  |                    |                  |                  |                         |                   |  |  |
| Wbc^1defghiijklmfn   |                  |  |                                    |  |                    |                  |                  |                         |                   |  |  |
| nopq   | WnbrsWbc         | qnPtuvuq<br>pW   | Wnbr                               | Wvwxo  | y Uz<br>WS Y       | bvwPz<br>on      | bvwPz<br>bn      | {qw t}o{ Ptbo           | ~c p~nWtbt        |  |  |
| _[] 1 2 3 4 5 6 7 8 9 0<br>! " # \$ % & ' ( ) * + , - . : ;<br>[ \ ] ^ _ ` {   } ~ | defghiijklm<br>n | < 1 2 3 4 5 6 7 8 9 0<br>! " # \$ % & ' ( ) * + , - . : ;<br>[ \ ] ^ _ ` {   } ~ | k q a k i a f f e _ i i i l<br>e e | 2 3 4 5 6 7 8 9 0<br>! " # \$ % & ' ( ) * + , - . : ;<br>[ \ ] ^ _ ` {   } ~ | y   U z<br>W S   Y | b v w P z<br>o n | b v w P z<br>b n | { q w   t } o { P t b o | ~ c p ~ n W t b t |  |  |
|  |                  | i j k l m n o p q r s t u v w x y z<br>[ \ ] ^ _ ` {   } ~                       | i d g a k m g h k _ i i i l<br>i i | 2 3 4 5 6 7 8 9 0<br>! " # \$ % & ' ( ) * + , - . : ;<br>[ \ ] ^ _ ` {   } ~ | y   U z<br>W S   Y | b v w P z<br>o n | b v w P z<br>b n | { q w   t } o { P t b o | ~ c p ~ n W t b t |  |  |

~YZ[Q]S^T |TcTWwLvTcvatvngTuvTWo{PvTcqwwqtwwTTTTTTTTTTUj]j^T s s¥¥ TTTTTTTTTT|S\_] ^ \$ ^ \$



https://nforeg-autenticidadeassinatura.camara.fz.gov.br/66cd6825-2311-4cef-bb37-d60025305303



**Sistemas Interativos**

 Menu Principal ▼

! ~ 1'1 5869::361 s=μ3=1 WSXYS[QUIUSTb]★Q1QR]: STVTWS'RSIQ'S 114=89113°9431

123456143175869::31 1<=69::3451

111

11 >?@ABCDEF>?GH?AIJK?FLEFM@DILELNOOO

[illegible]

}YZ●★QS^T        T WuvjuTcu\$umpTtuTWnzPuTcgvpsvuTTTTTTTTTTtj]j^T    r   £  £  TTTTTTTTTT♠S★]^T    



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

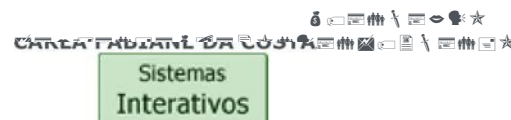
https://infoleg-autenticidad-assinatura.camara.leg.bo/66/625-2911-4cef-bb37-d60025805303

Anexo Añater (11416166)

5511-4cef-bb37-db0025305303 / pg. 67

727

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303



 Menu Principal ▼

j<<c 1EE k5869::361st3rd EE KTYZTIRV^VTUd^yJR≠RS^I\$TUWUXT~STZR|S 111#891 113©9431

|                     |            |
|---------------------|------------|
| 123456143175869;:31 | 1<5869;:31 |
|---------------------|------------|

111

14=>?@ABCDEFGHIJDKL>EMDEN?CHMDMOE?D@ENPJGO@D@

|             |                    |
|-------------|--------------------|
| QRSTUVWXYZ] | ^_1<'ab            |
| Xcde        | 1fghijhkklmjijnoll |

# h

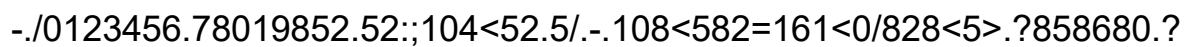
p51q5r1s8758;t345143456175u1s6631r8q5tu3vp5

wZ[xYRT\_<|[]x[]~□◡U‖UX†‖‖⌘UⓈU'Ꞥc𐄂U‖‖UX\_𐄂Q‖UⓈ𐄂‖‖‖‖‖‖‖‖‖‖‖‖‖^'\_U{☹}☹☹|☹☹)UUUUUUUUUU≡Ty^'\_U~☒|☒



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidad-assimilatoria.candara.feg.bo/66d0822-2911-4cef-bb37-d0025305303



PPPPPPPPQRSTUb ZPRocRbUbXPiSXTJUTXYR^TRI





&'()\*+,-./0+12.)23.4+,+5-\*167829)\*1:  
9)\*/,(0+129)\*1:2.)2;:1,)<14),-82=\*614),-82)2>+,1,615  
9)\*/,(0+12.)23\*\*)01.1678

?@ABCDDEFAEBG HIJKIFLIM?INOFPIFHQRSIFLOJJO?JI

PTUTVWEBTG XYVXZV[X[ZF\]GX^G[

“ab-<sup>\*</sup>1-82.)2c1,614),-85

NE@CFdTFOeUfdTdCG ghijk`lmhghgnoh`pqih

NrFL?RSOKG stuvuwxytv






RCBzf{EG }~`g

RfU ♀ T { ⚡ EG ★ ♀ ' ♀ 📱 📱 📱 📱 📱 📱 📱 📱 📱 📱 PTUTF 📱 T 📱 fdTdCG [+ ] FHIP?NG ★ ♀ 📱

?e fdCFL RSG

PTUTF?e fEFQACBT{EFHE@CBfTG Pfz FIUfzTG ☆ 2


SfAEF  D  BfEG

j 7   j   

**+F**  **LG**  

BE FHTd fdTdCG ★

Oed  FRCdCG gmh`gn★hqk`ghok  ih`  jp£h` }|¤

MTfBBEG ¥hggnjgk 

| ef AfEG § Y

HO G ©©<sup>aa</sup>~□~<sup>a</sup>«

 LG  

Oed  FHEBBCDA  G

MTfBBEG

|  ef   AfEG $\text{HO}-\text{G}$ 

HB~dfUEDF?eD [≡] BfUEDFeEFHIP?N

[illegible][illegible]

SEUTFzFdCzfdEFC@FXVXZV[X|ZFμC@FBCTfD·G

SEUT-FdCF-B-dfUEDFC@FXVXZV|XIZFμC@FBCTfD·G

KC±CedTFdEFHT@AEFRfU💋T{💡E

[illegible]

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://trilogia-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

 $\sim^{1/2}\sim\sim$  $\sim^{1/2} \sim \sim$ 

11/11/2011

|  |  |
|--|--|
|  |  |
|--|--|

100

100

100

100

100

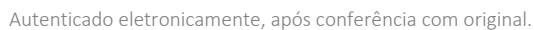
100

100

30

124

```
&'(&)*+,-./,01&2,345601&,+&'7869+&(068+
&:&)*+,-./,01&/.&.:4<=-1&><9646+?
&@:&)*@<3A/ 3+&+&/:6B6C6?69+9/&A15&D15+&91&E/ &FGHIJKKLKIJKLM&9/&NOINOIFNNGM&/45/01& P&QRFENIFNNS&/&/463=1&L'STNU&5/<6:
```



b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303

## Consulta Tabela de Receita

| Código da Receita | Não Identificado | Receita   |
|-------------------|------------------|---|
| 1329              | 9999             | Taxa de Fiscalização de Funcionamento   |
| 1330              | 9998             | Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas                              |
| 1331              | 9931             | Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Satélite  |
| 1332              | 9332             | Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas Satélite                     |
| 1550              | 9550             | Multa Prevista na Lei Geral das Telecomunicações  |
| 1551              | 9551             | Multa por Descumprimento ao Regulamento do SMP  |
| 1552              | 9552             | Multa por Descumprimento de Edital de Licitação - Satélite Brasileiro                         |
| 1555              | 9555             | Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados  |
| 1560              | 9560             | Multa por Infração às Normas de Certificação e Homologação                                    |
| 1660              | 9660             | Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão                                  |
| 1661              | 9661             | Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão Comunitária                      |
| 1666              | 9666             | Multa Contratual por Descumprimento de Edital – MCTIC   |
| 1770              | 9905             | Multa Contratual - Termo Autorização  |
| 1777              | 9177             | Multa Contratual - Não Outorgados   |
| 1780              | 9780             | Multa por Infração ao CDC   |
| 1810              | 9810             | Descumprimento do PGMQ  |
| 1820              | 9820             | Descumprimento da Regulação de Interconexão   |
| 1830              | 9830             | Descumprimento da Regulação de Numeração  |
| 1840              | 9840             | Descumprimento das demais Obrigações de Qualidade   |
| 1850              | 9850             | Multa por Descumprimento - Contratação de Satélite  |
| 1851              | 9851             | Multa por Descumprimento - Prestação de Satélite  |
| 1852              | 9852             | Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite             |
| 1853              | 9853             | Multa por Descumprimento à Legislação de TV por Assinatura                                    |
| 1854              | 9854             | Multa por Descumprimento de Medida Cautelar   |
| 1855              | 9855             | Multa Decorrente das Obrigações do PGMU   |
| 1856              | 9856             | Multa Decorrente das Obrigações do FUST   |
| 1857              | 9857             | Multa por Descumprimento ao Regulamento do STFC   |
| 1858              | 9858             | Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre Áreas Locais                                    |
| 1859              | 9859             | Multa por Prejuízo à Competição   |
| 1880              | 9880             | Monitoramento do STFC   |
| 1881              | 9881             | Multa por Descumprimento de Obrigação de Listas Telefônicas                                   |
| 1885              | 9885             | Multa por Tarifação Incorreta   |
| 1886              | 9886             | Multa por Erros nas Informações Prestadas pelas Concessionárias visando o Reajuste de Tarifas |
| 1887              | 9887             | Multa por Irregularidades na Comercialização do STFC  |
| 1889              | 9889             | Multa por Infrações Técnicas - Radiodifusão Outorgada   |
| 1890              | 9552             | Multa por Descumprimento de Edital de Licitação relativo à Exploração de Satélite             |
| 1891              | 9905             | Multa por Descumprimento de Edital de Licitação de Radiofrequência                            |
| 1950              | 9950             | RENDAS EVENTUAIS  |
| 2018              | 9018             | Multa Prevista na Lei Geral de Telecomunicações   |
| 2129              | 9129             | DIVIDA ATIVA  |
| 2145              | 9145             | MULTA/JUROS DIVIDA ATIVA  |
| 2671              | 9333             | Receita de Outorga do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro                            |
| 2672              | 9672             | Preço da Execução de Serviços Técnicos  |
| 2680              | 9680             | Homologação de Certificação de Conformidade   |
| 2682              | 9682             | Homologação de Declaração de Conformidade   |
| 2684              | 9684             | Renovação de Homologação  |
| 3000              | 9001             | Lançamento Complementar de Multa Moratória  |
| 3001              | 9002             | Lançamento Complementar ref. ao Ressarcimento de Ligações Telefônicas                         |
| 3500              | 9500             | MULTA/JUROS   |
| 4100              | 9111             | FUST - Declaração Espontânea  |
| 4101              | 9101             | FUST - Lançamento de Ofício   |
| 4102              | 9102             | FUST - Interconexão e EILD  |
| 4103              | 9101             | FUST - Lançamento de Ofício   |
| 4105              | 9105             | FUST - Multa de Ofício  |
| 4200              | 9200             | Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública   |
| 4201              | 9201             | CFRP - Estações não Licenciadas   |
| 5320              | 9320             | Aluguel de Imóveis Urbanos e Rurais   |
| 5330              | 9330             | Devolução de Salários - Exercício Corrente  |
| 5331              | 9331             | Devolução de Verbas Remuneratórias  |
| 5340              | 9340             | Ressarcimento Ligações Telefônicas  |
| 5341              | 9341             | Serviços Administrativos  |
| 5342              | 9342             | Devolução de Diárias - Exercício  |
|                   | 9343             | Multa sobre Contratos de Bens e Serviços  |
|                   | 9344             | Diferença de Tarifa Aérea   |



|      |      |   |
|------|------|---|
| 5345 | 9345 | Cessão de Uso/Alugueis  |
| 5346 | 9346 | Ressarcimento de Pagamentos Indevidos   |
| 5347 | 9346 | Outros Ressarcimentos (Restaurante)   |
| 5348 | 9347 | Outros ressarcimentos (Banco Brasil S/A)  |
| 5349 | 9349 | Outras Receitas Imobiliárias  |
| 5350 | 9350 | Parcelamento Extrajudicial  |
| 5351 | 9351 | Honorários Advocatícios   |
| 5352 | 9352 | Multa Cominatória pelo Descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta   |
| 5353 | 9353 | Parcelamento Extraordinário de Débitos Inscritos em Dívida Ativa  |
| 5354 | 9354 | Outros Serviços   |
| 5355 | 9355 | Parcelamento Extraordinário   |
| 5356 | 9356 | Parcelamento de Outorga dos Serviços de Radiodifusão  |
| 5357 | 9357 | Parcelamento de Débitos não Tributários em Dívida Ativa – PRD Dívida Ativa  |
| 5358 | 9358 | Parcelamento Administrativo   |
| 5359 | 9959 | Parcelamento de Débitos não Tributários – PRD Administrativo  |
| 5360 | 9900 | Emissão de Certificados   |
| 5370 | 9370 | Emissão de Licença sem fato gerador da TFI  |
| 5380 | 9910 | Segunda Via de Documentos   |
| 5390 | 9390 | Depósito de Terceiros   |
| 5400 | 9400 | Multa pelo Ato Atentatório ao Exercício da Jurisdição   |
| 5404 | 9404 | Receita de Seguros decorrente da Indenização de Seguro  |
| 5405 | 9405 | Depósito Reparatório ao Fundo de Direitos Difusos   |
| 5848 | 9848 | Multa Pecuniária Substitutiva de Pena Privativa de Liberdade  |
| 6526 | 9526 | Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004 )   |
| 6527 | 9527 | Outorga dos Serviços de Telecomunicações (Edital)   |
| 6528 | 9528 | Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofrequências   |
| 6529 | 9529 | Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações (Res. 386/2004)                               |
| 6530 | 9888 | Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagem  |
| 6531 | 9531 | Chamamento Público SME  |
| 6532 | 9932 | Outorga de Autorização para Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 5G   |
| 6533 | 9533 | Outorga de autorização para uso da radiofrequência 2.570 MHz a 2.620 MHz  |
| 6534 | 9534 | Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (450 MHz e 2,5 GHz)                              |
| 6535 | 9535 | Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (700 MHz)  |
| 6536 | 9536 | Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,8 GHz e 2,5 GHz   |
| 6537 | 9537 | Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,9 GHz e 2,5 GHz   |
| 6538 | 9538 | Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite  |
| 6539 | 9539 | Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações   |
| 6540 | 9540 | Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite   |
| 6541 | 9541 | Preço Público pela Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações            |
| 7241 | 9444 | Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (Res. 387/2004 )   |
| 7242 | 9445 | Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência  |
| 7244 | 9244 | Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)                                 |
| 7245 | 9222 | Preço Público Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações (Res. 386/2004) |
| 7246 | 9246 | Preço Publico Relativo à Administração dos Recursos de Numeração  |
| 7247 | 9247 | Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC                             |
| 7248 | 9248 | Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC                             |
| 7249 | 9249 | Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP                               |
| 7250 | 9250 | Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP                               |
| 7251 | 9251 | Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP                            |
| 7252 | 9252 | Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP                            |
| 8766 | 9777 | Taxa de Fiscalização de Instalação  |
| 8767 | 9978 | Taxa de Fiscalização de Instalação - Satélite   |
| 8801 | 9801 | Caução  |
| 8804 | 9804 | Ressarcimento de Despesas com Cópias  |
| 8806 | 9806 | Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores - Fonte STN  |
| 8807 | 9807 | Acórdãos TCU (Recuperação Desp. Exerc. Anteriores)  |
| 8808 | 9808 | Devolução de Suprimento de Fundos - Exercício   |
| 8809 | 9809 | STN - Outras Indenizações   |
| 8810 | 9811 | Recuperação de Despesas de Exercício Anteriores - TI  |
| 8812 | 9812 | Devolução Convênios - Exercício   |
| 8815 | 9815 | Ressarcimento de Despesas Médicas   |
| 8836 | 9836 | Restituição de Recursos de Convênios-Exerc.Anteriores   |
| 8860 | 9860 | Outras Indenizações   |
| 8888 | 9688 | Anulação de Despesa no Exercício  |

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303





τ, -./U I,

23456783 ▼

 $9 \div 45 =$ 

|  |          |   |           |            |           |              |           |
|--|----------|---|-----------|------------|-----------|--------------|-----------|
| <div>&gt;74;45&lt;?@87=8AB34#;3? &gt;C?DE ?   DE   ?F ?G4H5&lt;BI5=? J ?KB&lt;4=5=</div> |          |   |           |            |           |              |           |
| LMNOP  | QRSRTP U | VWXY U  | Z[R]SJO U | WT^_PRO^ U | VSaSROa U | _\[S`]SJ O U | QOabIMc U |
| :B3H5<BI5=?8w?xyK  | Z        | K[C]?~ J5U> † B † 8 † B5@; † † † † E † Y † † EEE> \$ Gy † † † † G † G † 2[G? † † DE]> † † YE † E> | x         | ;w8= † B5< | K{        |              |           |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

8277438 31

8631 3 47 3 1

|   |  |  |  |  |  |                                     |  |  |  |  |  |
|---|--|--|--|--|--|-------------------------------------|--|--|--|--|--|
| 3 8347 3 1                                    |  |  |  |  |  |                                     |  |  |  |  |  |
| !"#\$%&'()*\$%\$**0+, -.+0+0/+01+             |  |  |  |  |  |                                     |  |  |  |  |  |
| !"#2%('(%3)%*0+, /+44+5/                      |  |  |  |  |  |                                     |  |  |  |  |  |
| 6"7"8 ""*9;<=:>:>=                            |  |  |  |  |  | &?!%)7* @A731768B63 78@C363613A8A6  |  |  |  |  |  |
| DEF* A=A;G====>H;;                            |  |  |  |  |  | !"J # \$ #2)3("7* =:>:==>           |  |  |  |  |  |
| 6)K #L3MNJ) *+O67P3 3                         |  |  |  |  |  | 6)K #6%Q%*41@632                    |  |  |  |  |  |
| R%(%'\$ \$ #S '(J%( * =G=:G>                  |  |  |  |  |  | T"JU)V * =H03 78 7C8 488631561WCX73 |  |  |  |  |  |
| D%J%("J* O67Y678                              |  |  |  |  |  | Z S%7#"3K"S[8)S *                   |  |  |  |  |  |
| \ "\$**                                       |  |  |  |  |  | D%("] J)%#\$%#&3(%V^ *O677_32       |  |  |  |  |  |
| %7a#2* =G=:G=                                 |  |  |  |  |  |                                     |  |  |  |  |  |
| bc3"JU%Vd"3*+48eA>f1>13@8481=>f_C273 83O3@A>f |  |  |  |  |  |                                     |  |  |  |  |  |

418

| 1618 41 1                            |  |  |  |  |  |                   |  |  |  |  |  |
|--------------------------------------|--|--|--|--|--|-------------------|--|--|--|--|--|
| Z ]J%\$ MJ * 0.+ 0g+1, 0+/,4 + 4 0h+ |  |  |  |  |  | D !K7"!""( *      |  |  |  |  |  |
| i%)JJ * j+00 0,4                     |  |  |  |  |  | M!"J *            |  |  |  |  |  |
| kM')S[K) * 48 l8m                    |  |  |  |  |  | L2* 4 D&E* ;;>==> |  |  |  |  |  |

| 1618 8 163786          |  |  |  |  |  |                          |  |  |  |  |  |
|------------------------|--|--|--|--|--|--------------------------|--|--|--|--|--|
| Z ]J%\$ MJ * +PA 8 +48 |  |  |  |  |  | D !K7"!""( * /8668 3 6Cn |  |  |  |  |  |
| i%)JJ * 1468           |  |  |  |  |  | M!"J * 4Gg               |  |  |  |  |  |
| kM')S[K) * 5286735_827 |  |  |  |  |  | L2* 4 D&E* ;;>=>         |  |  |  |  |  |

| 1618 8 4o 78 O677_32           |  |  |  |  |  |                   |  |  |  |  |  |
|--------------------------------|--|--|--|--|--|-------------------|--|--|--|--|--|
| Z ]J%\$ MJ * 01348 038 3 472P3 |  |  |  |  |  | D !K7"!""( *      |  |  |  |  |  |
| i%)JJ * j3661768               |  |  |  |  |  | M!"J *            |  |  |  |  |  |
| kM')S[K) * 48 l8m              |  |  |  |  |  | L2* 4 D&E* ;;>==> |  |  |  |  |  |

| 1618 8 4o 78 +Cp72736 |  |  |  |  |  |              |  |  |  |  |  |
|-----------------------|--|--|--|--|--|--------------|--|--|--|--|--|
| Z ]J%\$ MJ *          |  |  |  |  |  | D !K7"!""( * |  |  |  |  |  |
| i%)JJ *               |  |  |  |  |  | M!"J *       |  |  |  |  |  |
| kM')S[K) * H          |  |  |  |  |  | L2* D&E*     |  |  |  |  |  |

8631 8 O238 j378

| 08327n38          |  |  |  |  |  |       |  |  |  |  |  |
|-------------------|--|--|--|--|--|-------|--|--|--|--|--|
| kM')S[K) * 48 l8m |  |  |  |  |  | L2* 4 |  |  |  |  |  |

| O36q1468 1m78 |  |  |  |                   |  |  |  |                   |  |  |  |
|---------------|--|--|--|-------------------|--|--|--|-------------------|--|--|--|
| D%'%7* :      |  |  |  | 2J"rMs'S)%* A /tn |  |  |  | D7%33""* +>       |  |  |  |
| wDx* :        |  |  |  | E%J"%!""( *       |  |  |  | R"S%7%J"!*" 2%3"" |  |  |  |

8631 3 438

| 8631 -1637                      |  |  |  |  |  |                              |  |  |  |  |  |
|---------------------------------|--|--|--|--|--|------------------------------|--|--|--|--|--|
| !"J # \$ % #&3(%V^ * >=,;:      |  |  |  |  |  | !"J #x\$)S%()U * yzh>;       |  |  |  |  |  |
| R%({#(7(! #Z)S""S)%!"( * =:G=G= |  |  |  |  |  | !"J # \$ % #Z)S""V%* ==A=G=H |  |  |  |  |  |



Assinado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

Anexo A (11416166)

SEI-35115.025051/2022-37 / pg. 75

&gt;G

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303



|                                      |                         |
|--------------------------------------|-------------------------|
| 438                                  | 72736                   |
| 63786                                | 72736                   |
| !"#\$%& '()*+,'(                     | ,#-& ./ 0'''            |
| 1!234!\$%#& /365128 867 1 68 87 8 99 | :%;\$4!#< #3!>=& 0?' @A |

|   |                         |   |
|---|-------------------------|---|
| 63786                                     | 72736                   | ( |
| !"#\$%& '()*0''()                         | ,#-& B9 C''' DE721      |   |
| 1!234!\$%#& 3 86613 F7G3148 2146H758 I4 3 | :%;\$4!#< #3!>=& C?' @A |   |

|  |                                      |      |       |
|--|--------------------------------------|------|-------|
| I7J3                                     | 1                                    | 6378 | 72736 |
| ,#-& I.K)8*L                             | 1!234!\$%#& 03 78 .61F157 B741       |      |       |
| " 3"\$%\$!M\$N!& O' P%#\$!>=& C?C0* QRC" | #3!SP4#SS3!S& '?* Q T" #U\$4!& ** 8J |      |       |

|  |             |
|--|-------------|
| 413  | 72736       |
| ,#-& Q 9R(I  | 1!234!\$%#& |
| V!\$N& " Q W#!"XY-%& ' <3#\$%Z!>=& \& ' :-!3! =Z& 765236 ^T& 0_ `:,ab"!& C(?) @A |             |
| 0cB  |             |
| :T&  |             |

|  |   |       |   |        |
|--|---|-------|---|--------|
| de863f1  | 8 | 85148 | 1 | g486E3 |
| hi 968518 hi c85148 7G8 c85148 g6E8 c343 8 c34385 cgj 03k8 8 c85 h3461k3 |   |       |   |        |
| +)__C__0 O' 98643673 / 'R'+RC__0 'KR'+RC__0 g486E3 L6l 758               |   |       |   |        |

|   |   |       |   |        |   |       |
|---|---|-------|---|--------|---|-------|
| de863f1   | 8 | 85148 | 1 | G68m38 | 1 | I8537 |
| hi 968518 hi c85148 7G8 c85148 g6E8 c343 8 c34385 cgj 03k8 8 c85 h3461k3    |   |       |   |        |   |       |
| 'C(*"C(KK+('C) OC 0_K c1G35J8 /d ('R'OR('C) ('R'+R('C) G68m38 1 I8532 n5758 |   |       |   |        |   |       |

|  |                      |                       |  |
|--|----------------------|-----------------------|--|
| o7456758   | 1                    | c85148                | 747 8                                  |
| hi 968518 hi c85148 7G8 c85148 g6E8 c343 8 c34385 cgj 03k8 8 c85 h3461k3 |                      |                       |  |
|  |                      | 48 g0l                | 'R')R('O 4867k3 8 j8 1 n575878e61Fp573 |
| *)('"'_KC__(O_   | c156148 I1E72347m8 h | (OR')RC__ (KR')RC__   | c127q16? 8 ? h357832L6l 758            |
| *0""+0_KK('C' *)K  | 98643673 /d          | 'KRC(R('CO C(RC(R('CO | 63e16p573d 76143 L6l 758               |
| *0""?'*)C(R('C K8)(  | ))K+ 48 g0l          | ('R'*R('CK '*R'OR('CK | 4867k3 8 j8 1 n575878e61Fp573          |

|         |   |          |
|---------|---|----------|
| o86D678 | 1 | e5783148 |
|---------|---|----------|



Assinado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

Anexo Anexo (11416166)

SEI 35115.025051/2022-37 / pg. 77

OR0

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303

'

|   |   |
|---|---|
| 1!101" 8 18"% # 5785 1 2108"%<br>OK8:?P>:Q?R SK | 606   |
| 48600<br>A?P@:                                  | <div> \$#!67T26<br/>CG:@97?UV:G9= </div> <div>#</div> |

+++++

上{ qq 上 {<sup>3</sup>/<sub>4</sub>gyigjikgjt|<sup>3</sup>/<sub>4</sub>gy<sup>3</sup>/<sub>4</sub>gj



56ba0825-2911-4cef-bb37-db0025305303

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

**LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS  
RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL**  
(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)**Processo nº:** 53115.025051/2022-37**Entidade:** RÁDIO GUARAREMA LTDA**CNPJ nº:** 76.370.998/0001-88**FISTEL nº:** 50414390601**Localidade:** São José/SC**Data do protocolo do pedido de renovação de outorga:** 09/09/2022**Período:** 07/04/2023 a 07/04/2033**Tipo de outorga a ser renovada:**

- ☐ Radiodifusão de Sons e Imagens (TV), em caráter comercial.
- ☐ Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial.
- ☒ Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial, adaptada.
- ☐ Radiodifusão Sonora em Onda Média (OM), em caráter comercial.

| Documentos  | Conformidade                            | SUPER nº             | Base Legal  | Observações  |
|---|---|----------------------|---|--|
| 1. Formulário de requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCOM, firmado pelo representante legal da Entidade ou por procurador devidamente constituído; | (X) Sim<br>( ) Não<br>( ) Não se aplica | 10380761<br>11308467 | - Arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963 (redação atualizada pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.775/2021);<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "VII". | Requerimento subscrito pelo atual representante legal da entidade, César Antônio de Souza (SEI 11416166 - Pág. 1). |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

Checklist 11415580

SEI 53115.025051/2022-37 / pg. 79

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303

|  |  |                              |   |  |
|--|--|------------------------------|---|--|
| <p>Declaração:</p> <p>a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;</p>  | <p>(X) Sim<br/>( ) Não<br/>( ) Não se aplica</p> | <p>10380761<br/>11308467</p> | <p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p> |  |
| <p>Declaração:</p> <p>b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;</p> | <p>(X) Sim<br/>( ) Não<br/>( ) Não se aplica</p> | <p>10380761<br/>11308467</p> | <p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p> |  |
| <p>Declaração:</p> <p>c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;</p>   | <p>(X) Sim<br/>( ) Não<br/>( ) Não se aplica</p> | <p>10380761<br/>11308467</p> | <p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p> |  |
| <p>Declaração:</p> <p>d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;</p>  | <p>(X) Sim<br/>( ) Não<br/>( ) Não se aplica</p> | <p>10380761<br/>11308467</p> | <p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p> |  |



|   |  |                              |   |  |
|---|--|------------------------------|---|--|
| <p>Declaração:</p> <p>e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição;</p>   | <p>(X) Sim<br/>( ) Não<br/>( ) Não se aplica</p> | <p>10380761<br/>11308467</p> | <p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>                         |  |
| <p>Declaração:</p> <p>f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;</p>  | <p>(X) Sim<br/>( ) Não<br/>( ) Não se aplica</p> | <p>10380761<br/>11308467</p> | <p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>                         |  |
| <p>Declaração:</p> <p>g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q", da Lei Complementar nº 64, de 1990;</p> | <p>(X) Sim<br/>( ) Não<br/>( ) Não se aplica</p> | <p>10380761<br/>11308467</p> | <p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>                         |  |
| <p>Declaração:</p> <p>h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;</p>   | <p>(X) Sim<br/>( ) Não<br/>( ) Não se aplica</p> | <p>10380761<br/>11308467</p> | <p>- Art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, c/c arts. 110 e 113-A, inciso II, do Decreto nº 52.795, de 1963.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "V".</p> |  |



|  |  |                              |  |  |
|--|--|------------------------------|--|--|
| <p>Declaração:</p> <p>i) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;</p> | <p>(X) Sim<br/>( ) Não<br/>( ) Não se aplica</p> | <p>10380761<br/>11308467</p> | <p>- Art. 5º, § 1º da Lei 12.485, em vigor a partir de 13 de setembro de 2011.</p>   |  |
| <p>2. Comprovação de respeito aos limites de outorga da interessada, sócios e dirigentes (SIACCO);</p>   | <p>(X) Sim<br/>( ) Não<br/>( ) Não se aplica</p> | <p>11416166<br/>Págs.1-5</p> | <p>- Art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "IV".</p> |  |

| Documentos  | Conformidade                                     | SUPER nº                   | Base Legal  | Observações |
|---|--|----------------------------|---|-------------|
| <p>3. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;</p> | <p>(X) Sim<br/>( ) Não<br/>( ) Não se aplica</p> | <p>11405169</p>            | <p>- Art. 113, inciso II do Decreto nº 52.795, de 1963;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "VIII".</p>      |             |
| <p>4. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;</p>   | <p>(X) Sim<br/>( ) Não<br/>( ) Não se aplica</p> | <p>11014583<br/>Pág. 5</p> | <p>- Art. 113, inciso IV do Decreto nº 52.795, de 1963;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitens "IX" e "X".</p> |             |



|   |   |                            |   |  |
|---|---|----------------------------|---|--|
| 5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da matriz e, se for o caso, da filial;   | (X) Sim<br>( ) Não<br>( ) Não se aplica | 11014583<br>Págs. 1-2      | - Art. 113, inciso V do Decreto nº 52.795, de 1963;<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitens "I" e "XI". |  |
| 6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal (ou distrital) da sede da entidade;   | (X) Sim<br>( ) Não<br>( ) Não se aplica | F<br>11014583<br>Pág. 6    | - Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963;  |  |
|   |   | E<br>11014583<br>Pág. 7    | - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XII".  |  |
|   |   | M<br>11405170              |   |  |
| 7. Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel;   | (X) Sim<br>( ) Não<br>( ) Não se aplica | 11416166<br>Págs.6         | - Art. 113, inciso VII do Decreto nº 52.795, de 1963;<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XIII".    |  |
| 8. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;   | (X) Sim<br>( ) Não<br>( ) Não se aplica | INSS<br>11014583<br>Pág. 6 | - Art. 113, inciso VIII do Decreto nº 52.795, de 1963;  |  |
|   |   | FGTS<br>11014583<br>Pág. 3 | - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XIV".  |  |
| 9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; | (X) Sim<br>( ) Não<br>( ) Não se aplica | 11014583<br>Pág. 4         | - Art. 113, inciso IX do Decreto nº 52.795, de 1963;<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XV".       |  |



|   |  |  |  |  |
|---|--|--|--|--|
| <p>10. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, feita por meio da apresentação de:</p> <p>(i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte.</p> <p>Obs: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF <u>não serão aceitos</u> para comprovar a nacionalidade.</p> | <p>(X) Sim<br/>( ) Não<br/>( ) Não se aplica</p> | <p>11405171<br/><b>CÉSAR ANTÔNIO DE SOUZA</b></p> <p>11405172<br/><b>DAIANA PAULA SOUZA DE MORAIS</b></p> <p>11405173<br/><b>ÂNGELA MARIA DE SOUZA</b></p> | <p>- Art. 222, § 1º, da Constituição Federal;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitens "II" e "III".</p>  |  |
| <p>11. Estação licenciada para a execução do serviço objeto da outorga?</p>   | <p>(X) Sim<br/>( ) Não</p>                       | <p>11416166<br/>Pág.15</p>   | <p>- Art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, c/c art. 16, §§ 7º ao 10, da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVIII".</p> |  |
| <p>12. Consta algum registro de débito ou parcelamento do preço público de outorga?</p>   | <p>( ) Sim<br/>(X) Não</p>                       | <p>11416166<br/>Págs.7-10</p>  | <p>- Art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVII".</p>   |  |



|  |                    |                    |  |  |
|--|--------------------|--------------------|--|--|
| 13. Manifestação da Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM quanto à inexistência de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da entidade que tenha culminado ou possa resultar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou, ainda, que trate de eventual descumprimento do contrato de concessão/permissão pela detentora da outorga; | (X) Sim<br>( ) Não | 11466096           | - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, itens 46 e 47, subitem "V". |  |
| 14. Consta algum registro no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)?   | ( ) Sim<br>(X) Não | 11014583<br>Pág. 9 | - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 51.                    |  |

**APENAS NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA SÓCIA DA ENTIDADE**

| Documentos | Conformidade | SUPER nº | Base Legal | Observações |
|------------|--------------|----------|------------|-------------|
|------------|--------------|----------|------------|-------------|



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

|   |   |     |  |  |
|---|---|-----|--|--|
| <p>15. Declaração, <u>firmada pelos dirigentes da Entidade e da Pessoa Jurídica sócia</u>, de que:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;</li> <li>- Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967;</li> <li>- Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990;</li> </ul> | <p><input type="radio"/> Sim<br/> <input type="radio"/> Não<br/> <input checked="" type="radio"/> Não se aplica</p> | n/a | <p>- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 49.</p> |  |
| <p>16. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica sócia.</p>  | <p><input type="radio"/> Sim<br/> <input type="radio"/> Não<br/> <input checked="" type="radio"/> Não se aplica</p> | n/a | <p>- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963.</p>  |  |

| Observações Adicionais |
|------------------------|
| - n/a                  |

| Conclusão   |
|---|
| A documentação apresentada <b><u>está em conformidade</u></b> com o disposto na legislação. |





Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira, Assistente Técnico**, em 12/04/2024, às 10:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11415980** e o código CRC **20CBD78B**.

Referência: Processo nº 53115.025051/2022-37

SEI nº 11415980



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

Checklist 11415980

SEI 53115.025051/2022-37 / pg. 87

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Privada  
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada  
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

**NOTA TÉCNICA Nº 6543/2024/SEI-MCOM**

**PROCESSO: 53115.025051/2022-37**

**INTERESSADA: RÁDIO GUARAREMA LTDA.**

**ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO . VIABILIDADE. DISPENSA DE ANÁLISE INDIVIDUALIZADA PELA CONJUR. EXISTÊNCIA DE PARECER REFERENCIAL. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES PARA DELIBERAÇÃO.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Rádio Guararema Ltda**, inscrita no **CNPJ nº 76.370.998/0001-88**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão em frequência modulada, na localidade de São José/SC, vinculado ao **FISTEL nº 50414390601**, referente ao período de 7 de abril de 2023 a 7 de abril de 2033.
2. Após a apresentação do requerimento que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação da pessoa jurídica interessada na renovação da outorga para complementar a instrução processual.

**ANÁLISE**

3. É cediço que o prazo das outorgas dos serviços de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.
4. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967 e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/pdf/0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

Nota Técnica 6543 (11403671)

SEI 53115.025051/2022-37 / pg. 88

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303

legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

5. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

6. No caso em apreço, conferiu-se à **Rádio Guararema Ltda** a outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, conforme Portaria nº 60, de 4 de abril de 1983, publicada no Diário Oficial da União do dia 7 de abril de 1983 (SEI 11465779 - Págs. 1-2). Ademais, importa ressaltar que a outorga foi adaptada para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos termos do Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013. A adaptação materializou-se pela celebração de Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, cuja cópia se encontra colacionada os autos (SEI 11465779 - Pág. 5).

7. Em consulta à pasta cadastral da referida pessoa jurídica, verificou-se que o último pedido de renovação de outorga deferido pela Administração Pública se refere ao decênio de **1993-2003**. De acordo com o Decreto s/nº, de 14 de dezembro de 1994, publicado no Diário Oficial da União do dia 15 de dezembro de 1994, **a permissão foi renovada, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir de 7 de abril de 1993**. O ato foi cancelado pelo Decreto Legislativo nº 69, de 1999, publicado no Diário Oficial da União do dia 27 de agosto de 1999 (SEI 11465779 - Págs. 3-4).



parte da documentação exigida até então. Portanto, o pedido de renovação da outorga foi apresentado após o encerramento do prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 7 de outubro de 2002 e 7 de janeiro de 2003. O processo foi alvo de diversas análises, porém, o decênio venceu antes da decisão da autoridade competente quanto à renovação (ou não) da outorga.

9. Sobre a recepção do pedido intempestivo, importa consignar que, conforme infere-se do art. 2º da Lei nº 13.424/2017, alterada pela Lei nº 14.351/2022, publicada no Diário Oficial da União do dia 26 de maio de 2022, os requerimentos de renovação, protocolados fora do prazo legal, passaram a ser conhecidos por esta Pasta, senão veja:

**Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.**

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no **caput** deste artigo. **(grifo nosso)**

10. Desta feita, entende-se que o pedido de renovação intempestivo da interessada foi agasalhado pelos efeitos da supracitada Lei, de modo que passaram a deter legítima condição de procedibilidade, ante a anistia concedida quanto à tempestividade do pleito.

11. No tocante ao período de **2013-2023**, a pessoa jurídica interessada protocolou o requerimento de renovação, no dia 3 de janeiro de 2013, sob o nº 53000.000490/2013-33. Vê-se, portanto, que o pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época, ou seja, entre 7 de outubro de 2012 e 7 de janeiro de 2013. De igual modo, o processo passou por várias análises, no entanto, o decênio venceu antes da decisão conclusiva sobre o assunto.

12. Nesse contexto, é importante reconhecer que insuficiências materiais e humanas constituem uma realidade burocrática no âmbito do serviço público, impedindo que se tenha, em algumas situações, um quadro ideal de celeridade na apreciação dos feitos. Essas condições da prestação do serviço público, inevitavelmente, conduzem à hierarquização de prioridades, o que não pode ser vista como descaso para com os inúmeros pleitos de particulares recebidos pela assoberbada máquina administrativa.

13. Esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica possui grande dificuldade em efetuar análise dos pedidos realizados pelas concessionárias/permissionárias dos serviços de radiodifusão, tendo em vista a quantidade de procedimentos que exigem manifestação do Poder Público e por contar com um quadro diminuto de servidores com formação técnica necessária para tanto. Apesar de todas as dificuldades, a análises dos processos tem sido objeto de constante aperfeiçoamento ao longo dos anos.

14. De todo modo, deve-se salientar que, por meio do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, a Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações firmou o entendimento de que *"Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período subsequente"* (SEI 11465711).



15. Pela análise dos autos, observa-se que, em **9 de setembro de 2022**, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, em relação ao período de **2023-2033** (SEI 10380761). Portanto, o pedido de renovação da outorga é tempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorrera no prazo legal vigente, previsto no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 7 de abril de 2022 a 7 de abril de 2023.

16. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI 11415980). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

17. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

18. Assim sendo, a pessoa jurídica ora interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os seus atos constitutivos, demonstrando que os quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SEI 11415980).

19. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, em 9 de abril de 2024 (SEI 11416166 - Págs. 1-5).

20. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a pessoa jurídica explora somente o serviço de radiodifusão objeto de análise destes autos e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, o administrador César Antônio de Souza e as sócias Ângela Maria de Souza e Daiana Paula Souza de Moraes compõem o quadro de outra pessoa jurídica que explora o serviço de radiodifusão sonora em

21. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI 11416166 - Págs. 12-15). Sobre o assunto, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não há Processo de Apuração de Infração em desfavor da pessoa jurídica interessada que tenha culminado ou possa resultar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou, ainda, que trate de eventual descumprimento do contrato de concessão/permissão pela detentora da outorga (SEI 11466096).

22. A pessoa jurídica ora interessada apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 11415980).

23. Ademais, acostou-se aos autos certidão da Receita Federal, de modo a comprovar a regularidade da pessoa jurídica junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ. Pela análise do CNPJ, tem-se que a executante do serviço de radiodifusão possui sede em território nacional (SEI 11014583 - Pág. 1).

24. Logo, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação de regência, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão. A documentação acostada aos autos, especialmente a declaração apresentada de que *"a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63"*, e a manifestação proveniente da CGFM quanto à inexistência de processo administrativo que trate de eventual descumprimento contratual pela concessionária/permissionária – associadas à exigência legal de que a execução do serviço em caráter precário mantém *as mesmas condições dele decorrentes* –, demonstram o interesse público na renovação da outorga, na forma do art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962 c/c art. 110 do Decreto nº 52.795/1963.

25. Salienta-se, ainda, que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, a saber:

Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, caput)

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º)

I - a identificação da entidade, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)

a) a razão social; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, a)

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, b)

c) o nome fantasia; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, c)



d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, d)

II - os dados da outorga, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)

a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, a)

b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b)

III - os dados da estação, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, b)

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, c)

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)

IV - a data de emissão da licença; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 3º)

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 5º)

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 7º)

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 8º)

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 9º)

§ 10. A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 10)

26. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

27. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da



renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.

28. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica ora interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 4 de setembro de 2023, com validade até 7 de abril de 2033 (SEI 11416166 - Págs. 11 e 15).

29. Oportuno registrar que a certidão emitida pela Agência Nacional de Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel se encontra com *status* de "negativa", segundo consulta realizada na data de 9 de abril de 2024 (SEI 11416166 - Pág. 6) Logo, não há débitos vencidos decorrentes do preço público de outorga dos serviços de radiodifusão, pois, se houvesse, aquela certidão ostentaria a condição de "positiva". Ademais, a consulta ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL revelou que a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SEI 11416166 - Págs. 7-10). **Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço.**

30. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão em frequência modulada, na localidade de São José/SC, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, ficando dispensada a análise individualizada pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, uma vez que o caso concreto se amolda aos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, exarado no bojo do Processo Administrativo nº 00738.000159/2023-12 (SEI 11465711).

## CONCLUSÃO

31. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

32. Em caso de aprovação, sugere-se a remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

33. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s).

34. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que ocorra a devida notificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que deflagrará a adoção das providências relacionadas ao que consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

À consideração superior.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/doc/0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

Nóda Técnica 6543 (11403671)

SEI 53115.025051/2022-37 / pg. 94

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 11/04/2024, às 15:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira, Assistente Técnico**, em 12/04/2024, às 10:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 12/04/2024, às 11:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 12/04/2024, às 14:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 12/04/2024, às 17:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11465671** e o código CRC **02A4E8BD**.

## Minutas e Anexos

- Minuta de Portaria (11465673)
- Minuta de Exposição de Motivos ( 11465674)

Referência: Processo nº 53115.025051/2022-37

Documento nº 11465671



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

Nota Técnica 6543 (11465671)

SEI 53115.025051/2022-37 / pg. 95

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303

# MINUTA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Privada  
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada  
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

\* MINUTA DE DOCUMENTO

## MINUTA DE PORTARIA

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.025051/2022-37,

### RESOLVE:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à RÁDIO GUARAREMA LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 76.370.998/0001-88, número de inscrição no FISTEL nº 50414390601, a partir de 7 de abril de 2023, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão em frequência modulada, no município de São José, estado de Santa Catarina.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSCELINO FILHO**

Ministro de Estado das Comunicações

### AVISO:

*O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.*

*A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.*

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 11/04/2024, às 15:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

Minuta Portaria (11485675)

SEI 53115.025051/2022-37 / pg. 96

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira, Assistente Técnico**, em 12/04/2024, às 10:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 12/04/2024, às 11:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 12/04/2024, às 14:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 12/04/2024, às 17:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11465673** e o código CRC **9A7081E8**.

Referência: Processo nº 53115.025051/2022-37

Documento nº 11465673



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

Minuta Portada (11465673)

SEI 53115.025051/2022-37 / pg. 97

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303

# MINUTA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Privada  
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada  
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

\* MINUTA DE DOCUMENTO

## MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCOM

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.025051/2022-37, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 6.543/2024/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº \_\_\_\_, de \_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_, publicada em \_\_\_\_, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 7 de abril de 2023, a permissão outorgada à RÁDIO GUARAREMA LTDA (CNPJ nº 76.370.998/0001-88), nos termos da Portaria nº 60, datada em 4 de abril de 1983, publicada em 7 de abril de 1983, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão em frequência modulada, no município de São José, estado de Santa Catarina.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**JUSCELINO FILHO**  
Ministro de Estado das Comunicações

### AVISO:

***O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.***

*A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.*

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 11/04/2024, às 15:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira, Assistente Técnico**, em 12/04/2024, às 10:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 12/04/2024, às 11:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 12/04/2024, às 14:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 12/04/2024, às 17:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11465674** e o código CRC **6A100AA7**.

Referência: Processo nº 53115.025051/2022-37

Documento nº 11465674



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

Minuta Exposição de motivos (11465674)

SEI 53115.025051/2022-37 / pg. 99

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303



## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PORTARIA MCOM Nº 12937, DE 15 DE ABRIL DE 2024

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.025051/2022-37,

### R E S O L V E:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à **RÁDIO GUARAREMA LTDA**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 76.370.998/0001-88, número de inscrição no FISTEL nº 50414390601, a partir de 7 de abril de 2023, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão em frequência modulada, no município de São José, estado de Santa Catarina.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho**, **Ministro de Estado das Comunicações**, em 26/04/2024, às 12:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11474254** e o código CRC **817A9688**.

Referência: Processo nº 53115.025051/2022-37

Documento nº 11474254



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

Portaria 12937-Renovação FM (11474254)

SEI 53115.025051/2022-37 / pg. 100

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303



## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Brasília, 15 de abril de 2024.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.025051/2022-37, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 6543/2024/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 12.937, de 15 de abril de 2024, publicada em \_\_\_\_\_, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 7 de abril de 2023, a permissão outorgada à RÁDIO GUARAREMA LTDA (CNPJ nº 76.370.998/0001-88), nos termos da Portaria nº 60, datada em 4 de abril de 1983, publicada em 7 de abril de 1983, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão em frequência modulada, no município de São José, estado de Santa Catarina.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO  
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho**, **Ministro de Estado das Comunicações**, em 26/04/2024, às 12:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11474265** e o código CRC **818C8CFA**.

Referência: Processo nº 53115.025051/2022-37

Documento nº 11474265



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://intoleg.autenticidade-assinatura.camara-leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

Exposição de Motivos 509 Renovação FM (11474265)

SEI 53115.025051/2022-37 / pg. 101

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 49489/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura

À Senhora  
**Rafaela Calado e Silva Mello**  
Chefe de Gabinete do Ministro  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha a Portaria nº 12937/2024 (11474254) e a Exposição de Motivos nº 303/2024 (11474265)**

Senhora Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto na Nota Técnica nº 6543/2024 (11465671), encaminho a Portaria nº 12937/2024 (11474254) e a Exposição de Motivos nº 303/2024 (11474265), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

**Wilson Diniz Wellisch**  
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 23/04/2024, às 16:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11474271** e o código CRC **08307A0B**.

Referência: Processo nº 53115.025051/2022-37

Documento nº 11474271



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

Ofício Interno 49489 (11474271)

SEI 53115.025051/2022-37 / pg. 102

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 29/04/2024 | Edição: 82 | Seção: 1 | Página: 11

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

## PORTARIA MCOM Nº 12.937, DE 15 DE ABRIL DE 2024

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, e no âmbito de sua competência, dispõe, no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.741, de 13 de outubro de 1965, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como no Decreto nº 53115.025051/2022-37, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à Rádiorádio Jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 76.370.998/0001-88, número de inscrição nº 12.937.000-00, a partir de 7 de abril de 2023, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito a prorrogação, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada, no município de São José, estado de Santa Catarina.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é regida pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e demais normas legais.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação em sessão do Conselho de Administração, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSCELINO FILHO**

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303

Id solicitação: 57dbac569239e

## Informações da Entidade

| Dados da Entidade   |  |
|---|--|
| <b>Nome da Entidade:</b> RADIO GUARAREMA LTDA   |  |
| <b>Nome Fantasia:</b> RADIO MASSA FM  |  |
| <b>Telefone:</b> (48) 30414103  | <b>E-mail:</b> g.financeiro@radioguararema.com.br                |
| <b>CNPJ:</b> 76.370.998/0001-88   | <b>Número do Fistel:</b> 50414390601                             |
| <b>Tipo Usuário:</b> Adm Privada  | <b>Tipo Taxa:</b> Integral                                       |
| <b>Data do contrato:</b> 07/04/1993   | <b>Serviço:</b> 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada |
| <b>Carater:</b> Primário  | <b>Local específico:</b>   |
| <b>Rede:</b>  | <b>Categoria da Estação:</b> Principal                           |
| <b>Val. RF:</b> 07/04/2033  |  |
| <b>Observações:</b> Ato nº 5.139, de 13 de agosto de 2015, publicado na Pag. 51, Seção 1 do DOU de 17/8/15. |  |

| Endereço Sede                                |                     |                      |
|--|---------------------|----------------------|
| <b>Logradouro:</b> RUA RENATO RAMOS DA SILVA | <b>Complemento:</b> |                      |
| <b>Bairro:</b> BARREIROS                     | <b>Numero:</b> 239  |                      |
| <b>Município:</b> São José                   | <b>UF:</b> SC       | <b>CEP:</b> 88110015 |

| Endereço do Transmissor         |                                   |                      |
|---------------------------------|-----------------------------------|----------------------|
| <b>Logradouro:</b> Av. do Antão | <b>Complemento:</b> Morro da Cruz |                      |
| <b>Bairro:</b> Centro           | <b>Numero:</b> S/N                |                      |
| <b>Município:</b> Florianópolis | <b>UF:</b> SC                     | <b>CEP:</b> 88025163 |

| Endereço do Estúdio Principal            |                     |                      |
|--|---------------------|----------------------|
| <b>Logradouro:</b> Renato Ramos da Silva | <b>Complemento:</b> |                      |
| <b>Bairro:</b> Barreiros                 | <b>Numero:</b> 239  |                      |
| <b>Município:</b> São José               | <b>UF:</b> SC       | <b>CEP:</b> 88110015 |

| Endereço do Estúdio Auxiliar |                     |             |
|------------------------------|---------------------|-------------|
| <b>Logradouro:</b>           | <b>Complemento:</b> |             |
| <b>Bairro:</b>               | <b>Numero:</b>      |             |
| <b>Município:</b> -          | <b>UF:</b>          | <b>CEP:</b> |

## Informações do Plano Básico

| Localização                |               |
|----------------------------|---------------|
| <b>Município:</b> São José | <b>UF:</b> SC |

| Parâmetros Técnicos |                             |                   |                              |
|---------------------|-----------------------------|-------------------|------------------------------|
| <b>Canal:</b> 249   | <b>Frequência:</b> 97.7 MHz | <b>Classe:</b> A1 | <b>ERP Máxima:</b> 12.8817kW |
| <b>HCI:</b> 46 m    | <b>Pareamento:</b>          | <b>Decalagem:</b> | <b>Fase:</b> 2               |

## Informações da Estação

| Informações Gerais                           |  |
|--|--|
| <b>Número da Estação:</b> 1006384577         | <b>Número Indicativo:</b> ZYV318               |
| <b>Data Último Licenciamento:</b> 04/09/2023 | <b>Número da Licença:</b> 53500.073633/2023-67 |



24/11/2023 eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

Relatório Canal Renovação (11500864) SLP 53115:025051/2022-37 / pg. 104

| Estação Principal          |                            |                       |
|----------------------------|----------------------------|-----------------------|
| Localização                |                            |                       |
| Latitude: 27° 35' 15.00" S | Longitude: 48° 32' 1.00" W | Cota da base: 266.3 m |

| Transmissor Principal                         |                              |
|---|------------------------------|
| Código Equipamento: 005151802884              | Modelo: RUS-10K              |
| Fabricante: Sintek Sistemas Eletrônicos Ltda. | Potência de Operação: 7.6 kW |

| Linha de Transmissão Principal |   |                           |                     |
|--------------------------------|---|---------------------------|---------------------|
| Modelo: LCF158-50JA            | Fabricante: RFS - RADIO FREQUENCY SYSTEMS |                           |                     |
| Comprimento da Linha: 60 m     | Atenuação: .664 dB/100m                   | Perdas Acessórias: 0.5 dB | Impedância: 50 ohms |

| Antena Principal |   |                      |                       |           |                      |
|------------------|---|----------------------|-----------------------|-----------|----------------------|
| Modelo: MPX-4C   | Fabricante: ERI - ELECTRONICS RESEARCH INC. |                      |                       |           |                      |
| Ganho: 3.19 dBd  | Beam-Tilt: 5 °                              | Orientação NV: 270 ° | Polarização: Circular | HCI: 46 m | ERP Máxima: 12.88 kW |

| Padrão de Antena dBd |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            |
|----------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| 0°: 2.93             | 5°: 3.08   | 10°: 3.27  | 15°: 3.49  | 20°: 3.75  | 25°: 4.07  | 30°: 4.42  | 35°: 4.81  | 40°: 5.21  | 45°: 5.56  | 50°: 5.9   | 55°: 6.26  |
| 60°: 6.59            | 65°: 6.85  | 70°: 7.09  | 75°: 7.33  | 80°: 7.55  | 85°: 7.71  | 90°: 7.86  | 95°: 8.06  | 100°: 8.23 | 105°: 8.33 | 110°: 8.38 | 115°: 8.36 |
| 120°: 8.28           | 125°: 8.13 | 130°: 7.93 | 135°: 7.73 | 140°: 7.43 | 145°: 6.91 | 150°: 6.34 | 155°: 5.88 | 160°: 5.4  | 165°: 4.77 | 170°: 4.12 | 175°: 3.57 |
| 180°: 3.08           | 185°: 2.63 | 190°: 2.27 | 195°: 2.04 | 200°: 1.89 | 205°: 1.76 | 210°: 1.68 | 215°: 1.68 | 220°: 1.74 | 225°: 1.85 | 230°: 1.99 | 235°: 2.14 |
| 240°: 2.28           | 245°: 2.4  | 250°: 2.49 | 255°: 2.56 | 260°: 2.62 | 265°: 2.67 | 270°: 2.7  | 275°: 2.72 | 280°: 2.74 | 285°: 2.76 | 290°: 2.77 | 295°: 2.76 |
| 300°: 2.75           | 305°: 2.77 | 310°: 2.77 | 315°: 2.71 | 320°: 2.64 | 325°: 2.62 | 330°: 2.61 | 335°: 2.61 | 340°: 2.63 | 345°: 2.65 | 350°: 2.7  | 355°: 2.8  |

| Coordenadas por radial                           |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|
| 0°: Lat 27°15'55.45" S<br>Lon 48°32'1" W         | 5°: Lat 27°16'9.3" S<br>Lon 48°30'8.23" W        | 10°: Lat 27°16'41.04" S<br>Lon 48°20'01" W     | 15°: Lat 27°17'29.84" S<br>Lon 48°26'39.87" W  | 20°: Lat 27°19'54.59" S<br>Lon 48°25'43.95" W  | 25°: Lat 27°20'14.31" S<br>Lon 48°24'8.31" W   | 30°: Lat 27°20'17.25" S<br>Lon 48°22'17.73" W  | 35°: Lat 27°22'31.27" S<br>Lon 48°21'59.07" W    | 40°: Lat 27°24'33.42" S<br>Lon 48°21'54.91" W    | 45°: Lat 27°26'29.84" S<br>Lon 48°22'9.64" W     | 50°: Lat 27°26'53.08" S<br>Lon 48°20'47.56" W  | 55°: Lat 27°27'19.75" S<br>Lon 48°19'17.05" W  |
| 60°: Lat 27°28'13.43" S<br>Lon 48°18'19.34" W    | 65°: Lat 27°29'26.56" S<br>Lon 48°18'0.34" W     | 70°: Lat 27°30'29.56" S<br>Lon 48°17'19.19" W  | 75°: Lat 27°31'46.19" S<br>Lon 48°17'25.39" W  | 80°: Lat 27°32'57.12" S<br>Lon 48°17'23.91" W  | 85°: Lat 27°32'34.28" S<br>Lon 48°16'41.65" W  | 90°: Lat 27°35'14.12" S<br>Lon 48°16'21.92" W  | 95°: Lat 27°36'26.27" S<br>Lon 48°16'30.65" W    | 100°: Lat 27°37'44.37" S<br>Lon 48°15'58.93" W   | 105°: Lat 27°37'39.17" S<br>Lon 48°16'1.68" W    | 110°: Lat 27°40'13.41" S<br>Lon 48°16'32.59" W | 115°: Lat 27°41'23.99" S<br>Lon 48°17'5.42" W  |
| 120°: Lat 27°42'36.49" S<br>Lon 48°17'35.79" W   | 125°: Lat 27°43'33.51" S<br>Lon 48°18'35.66" W   | 130°: Lat 27°44'18.61" S<br>Lon 48°19'48.31" W | 135°: Lat 27°47'44.33" S<br>Lon 48°21'18.74" W | 140°: Lat 27°45'41.34" S<br>Lon 48°22'6.74" W  | 145°: Lat 27°46'17.09" S<br>Lon 48°23'16.83" W | 150°: Lat 27°46'50.96" S<br>Lon 48°24'26.7" W  | 155°: Lat 27°47'10.5" S<br>Lon 48°25'43.79" W    | 160°: Lat 27°47'49.157" S<br>Lon 48°26'20.8" W   | 165°: Lat 27°51'28.36" S<br>Lon 48°27'5.97" W    | 170°: Lat 27°53'20.84" S<br>Lon 48°28'24.37" W | 175°: Lat 27°53'47.6" S<br>Lon 48°30'10.86" W  |
| 180°: Lat 27°53'42.38" S<br>Lon 48°32'1" W       | 185°: Lat 27°53'53.47.6" S<br>Lon 48°33'51.13" W | 190°: Lat 27°54'44.9" S<br>Lon 48°35'54.45" W  | 195°: Lat 27°54'49.88" S<br>Lon 48°37'57.29" W | 200°: Lat 27°54'35.69" S<br>Lon 48°39'59.15" W | 205°: Lat 27°53'58.62" S<br>Lon 48°41'54.04" W | 210°: Lat 27°53'12.63" S<br>Lon 48°43'45.23" W | 215°: Lat 27°52'14.12" S<br>Lon 48°45'28.74" W   | 220°: Lat 27°51'7.84" S<br>Lon 48°47'6.05" W     | 225°: Lat 27°49'47.61" S<br>Lon 48°48'28.83" W   | 230°: Lat 27°48'21.9" S<br>Lon 48°49'42.72" W  | 235°: Lat 27°46'54.18" S<br>Lon 48°50'51.68" W |
| 240°: Lat 27°27'45'17.1" S<br>Lon 48°51'42.16" W | 245°: Lat 27°43'33.61" S<br>Lon 48°52'12.49" W   | 250°: Lat 27°41'56.52" S<br>Lon 48°52'51.78" W | 255°: Lat 27°40'13.52" S<br>Lon 48°53'5.67" W  | 260°: Lat 27°38'35.51" S<br>Lon 48°53'35.34" W | 265°: Lat 27°36'53.97" S<br>Lon 48°53'39.31" W | 270°: Lat 27°35'13.39" S<br>Lon 48°53'11.83" W | 275°: Lat 27°33'35.24" S<br>Lon 48°53'6.68" W    | 280°: Lat 27°31'53.67" S<br>Lon 48°53'18.22" W   | 285°: Lat 27°30'20.74" S<br>Lon 48°52'32.78" W   | 290°: Lat 27°28'59.79" S<br>Lon 48°51'18.9" W  | 295°: Lat 27°27'23.71" S<br>Lon 48°50'56.86" W |
| 300°: Lat 27°25'33.95" S<br>Lon 48°50'52.35" W   | 305°: Lat 27°23'57.85" S<br>Lon 48°50'8.36" W    | 310°: Lat 27°22'30.32" S<br>Lon 48°49'5.82" W  | 315°: Lat 27°21'14.07" S<br>Lon 48°47'46.79" W | 320°: Lat 27°20'0.56" S<br>Lon 48°46'24.03" W  | 325°: Lat 27°18'57.37" S<br>Lon 48°45'50.99" W | 330°: Lat 27°17'57.49" S<br>Lon 48°45'31.78" W | 335°: Lat 27°17'9.39" S<br>Lon 48°45'41.30.43" W | 340°: Lat 27°16'33.98" S<br>Lon 48°45'9.39.97" W | 345°: Lat 27°16'2.78" S<br>Lon 48°45'37.48.29" W | 350°: Lat 27°15'40.32" S<br>Lon 48°45'53.99" W | 355°: Lat 27°15'36.23" S<br>Lon 48°45'37.01" W |

| Distância por radial |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            |
|----------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| 0°: 35.8             | 5°: 35.5   | 10°: 34.9  | 15°: 34.1  | 20°: 30.2  | 25°: 30.7  | 30°: 32    | 35°: 28.8  | 40°: 25.9  | 45°: 22.9  | 50°: 24.1  | 55°: 25.6  |
| 60°: 26              | 65°: 25.4  | 70°: 25.7  | 75°: 24.8  | 80°: 24.4  | 85°: 25.3  | 90°: 25.7  | 95°: 25.6  | 100°: 26.7 | 105°: 27.2 | 110°: 27   | 115°: 27   |
| 120°: 27.3           | 125°: 26.9 | 130°: 26.1 | 135°: 24.8 | 140°: 25.3 | 145°: 25   | 150°: 24.8 | 155°: 24.4 | 160°: 27.2 | 165°: 31.1 | 170°: 34.1 | 175°: 34.5 |
| 180°: 34.2           | 185°: 34.5 | 190°: 36.7 | 195°: 37.6 | 200°: 38.2 | 205°: 38.3 | 210°: 38.5 | 215°: 38.5 | 220°: 38.5 | 225°: 38.2 | 230°: 37.9 | 235°: 37.7 |
| 240°: 37.3           | 245°: 36.5 | 250°: 36.4 | 255°: 35.8 | 260°: 36   | 265°: 35.7 | 270°: 34.8 | 275°: 34.8 | 280°: 35.5 | 285°: 34.9 | 290°: 33.8 | 295°: 34.4 |
| 300°: 35.8           | 305°: 36.4 | 310°: 36.7 | 315°: 36.7 | 320°: 36.8 | 325°: 36.8 | 330°: 37   | 335°: 37   | 340°: 36.8 | 345°: 36.8 | 350°: 36.8 | 355°: 36.5 |



| Estação Auxiliar                                |                                     |
|---|-------------------------------------|
| Transmissor Auxiliar                            |                                     |
| <b>Código Equipamento:</b> 002850402252         | <b>Modelo:</b> FM 3000              |
| <b>Fabricante:</b> Marcelo Amorim de Godoy -EPP | <b>Potência de Operação:</b> 3.0 kW |

| Transmissor Auxiliar 2                                       |                                     |
|--|-------------------------------------|
| <b>Código Equipamento:</b> 002480300528                      | <b>Modelo:</b> SP 1000 ágil         |
| <b>Fabricante:</b> Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda | <b>Potência de Operação:</b> 1.0 kW |

| Linha de Transmissão Auxiliar     |  |                                  |                            |
|-----------------------------------|--|----------------------------------|----------------------------|
| <b>Modelo:</b> LCF78-50JA         | <b>Fabricante:</b> Radio Frequency Systems |                                  |                            |
| <b>Comprimento da Linha:</b> 60 m | <b>Atenuação:</b> 1.135 dB/100m            | <b>Perdas Acessórias:</b> 0.5 dB | <b>Impedância:</b> 50 ohms |

| Antena Auxiliar        |                       |                           |                              |                  |                             |
|------------------------|-----------------------|---------------------------|------------------------------|------------------|-----------------------------|
| <b>Modelo:</b> BECP/2L | <b>Fabricante:</b>    |                           |                              |                  |                             |
| <b>Ganho:</b> 00 dBd   | <b>Beam-Tilt:</b> 0 ° | <b>Orientação NV:</b> 0 ° | <b>Polarização:</b> Circular | <b>HCI:</b> 39 m | <b>ERP Máxima:</b> 12.88 kW |
| RDS                    |                       |                           |                              |                  |                             |
| <b>Código PI:</b>      |                       |                           |                              |                  |                             |

| Informações do documento de Outorga |               |                |       |              |            |              |          |
|-------------------------------------|---------------|----------------|-------|--------------|------------|--------------|----------|
| Núm Processo                        | Núm Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do docu | Data DOU   | Razão do Doc | Natureza |
| 48991993                            | 60            | Portaria       | MC    | 04/04/1983   | 07/04/1983 | Outorga      | Jurídico |

| Informações do documento de Aprovação de Locais |               |                |       |              |            |                    |          |
|---|---------------|----------------|-------|--------------|------------|--------------------|----------|
| Núm Processo                                    | Núm Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do docu | Data DOU   | Razão do Doc       | Natureza |
| 012500127742018<br>31                           | 397           | Despacho       | MCTIC | 20/03/2018   | 02/04/2018 | Aprovação de Local | Técnico  |

| Histórico de Documentos Emitidos |               |                     |       |              |            |                                   |          |
|----------------------------------|---------------|---------------------|-------|--------------|------------|-----------------------------------|----------|
| Núm Processo                     | Núm Documento | Tipo Documento      | Orgão | Data do docu | Data DOU   | Razão do Doc                      | Natureza |
|                                  |               | Ato                 | ORLE  |              | 04/08/2023 | Autoriza o Uso de Radiofrequência | Técnico  |
| 508200009071992                  | 69            | Decreto Legislativo | CN    | 26/08/1999   | 27/08/1999 | Deliber. do C. Nacional           | Jurídico |
| 530000439772010                  | 5287          | Portaria            | MCTIC | 07/12/2016   | 12/12/2016 | Transferência Indireta            | Jurídico |
| 53500.058018/201<br>7-82         | 8874          | Ato                 | ORLE  | 20/05/2017   | 05/06/2017 | Autoriza o Uso de Radiofrequência | Técnico  |
| 53115.025051/202<br>2-37         | 12937         | Portaria            | MC    | 15/04/2024   | 29/04/2024 | Renovação                         | Jurídico |

| Horário de funcionamento |  |  |  |  |  |  |  |
|--------------------------|--|--|--|--|--|--|--|
|                          |  |  |  |  |  |  |  |





**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 50140/2024/MCOM

Brasília, 30 de abril de 2024

Ao Senhor  
**Ênio Soares Dias**  
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (11474265)**

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista o que consta da Nota Técnica nº 6543/2024 (11465671), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos nº 303/2024 (11474265), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 30/04/2024, às 10:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11501777** e o código CRC **783095DB**.

Referência: Processo nº 53115.025051/2022-37

Documento nº 11501777



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

Ofício Interno 50140 (11501777)

SEI 53115.025051/2022-37 / pg. 107

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303

Brasília, 3 de Maio de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.025051/2022-37, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 6543/2024/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 12.937, de 15 de abril de 2024, publicada em 29 de abril de 2024, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 7 de abril de 2023, a permissão outorgada à RÁDIO GUARAREMA LTDA (CNPJ nº 76.370.998/0001-88), nos termos da Portaria nº 60, datada em 4 de abril de 1983, publicada em 7 de abril de 1983, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão em frequência modulada, no município de São José, estado de Santa Catarina.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho*



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

Exposição de Motivos MCOM-372-2024 (11568749)

SEI 53115.025051/2022-37 / pg. 108

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Gabinete do Ministro das Comunicações  
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 15412/2024/MCOM

Ao Senhor  
**BRUNO MORETTI**  
Secretário Especial de Análise Governamental  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Renovação de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53115.025051/2022-37.**

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre renovação de outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

**ÊNIO SOARES DIAS**  
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Ênio Soares Dias, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro**, em 03/05/2024, às 16:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11508872** e o código CRC **40804CE8**.

Referência: Processo nº 53115.025051/2022-37

Documento nº 11508872



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

Ofício 15412 (11508872)

SEI 53115.025051/2022-37 / pg. 109

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303

Brasília, 3 de Maio de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.025051/2022-37, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 6543/2024/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 12.937, de 15 de abril de 2024, publicada em 29 de abril de 2024, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 7 de abril de 2023, a permissão outorgada à RÁDIO GUARAREMA LTDA (CNPJ nº 76.370.998/0001-88), nos termos da Portaria nº 60, datada em 4 de abril de 1983, publicada em 7 de abril de 1983, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão em frequência modulada, no município de São José, estado de Santa Catarina.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho*



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303



1  
ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000159/2023-12

INTERESSADO: Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)

ASSUNTO: Renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial)

Ementa: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00738.000159/2023-12. ÓRGÃO DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - (SECOE). DIREITO ADMINISTRATIVO. RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL). ANÁLISE DE PEDIDOS ADMINISTRATIVOS. MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL.

I. Manifestação Jurídica Referencial (MJR) disciplinada pela Orientação Normativa (ON/AGU) nº 55, de 2014, e pela Portaria Normativa (CGU/AGU) nº 05, de 2022;

II. Análise de pedidos de renovação de outorga para continuidade da prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial);

III. Dispensa da realização de análise jurídica individualizada de processos administrativos que envolvam a renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, sendo necessária a observância das recomendações apresentadas na MJR;

IV. Em caso de dúvida de caráter jurídico, a consulta deve ser encaminhada para análise da Consultoria Jurídica;

V. MJR com validade de dois anos ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa.

## I – RELATÓRIO

1. Por meio do Ofício Interno nº 42345/2023/MCOM, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica deste Ministério encaminha a esta Consultoria Jurídica subsídios para avaliação sobre a emissão de Manifestação Jurídica Referencial (MJR) que abranja a análise de pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), com fundamento no art. 223, § 5º, da Constituição Federal (CF); no art. 33, § 3º, c/c o art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT); e no art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprovou o Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR).

2. Inicialmente, é oportuno registrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do DESPACHO n. 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, solicitou informações à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) a respeito do quantitativo de processos administrativos que versam sobre a renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

1. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) encaminha quantidade expressiva de Processos Administrativos a esta Consultoria, cujo teor versa sobre a análise jurídico-formal relacionada à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora.
2. Diante da similitude dos casos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, é necessário consultar sobre o volume de processos administrativos sobre o assunto que podem ser enviados a esta Consultoria Jurídica.
3. A obtenção de informação atualizada sobre o quantitativo expressivo de processos a respeito à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora permitirá que esta Consultoria Jurídica avalie a necessidade da edição de PARECER REFERENCIAL sobre o assunto.
4. Convém informar que a Advocacia-Geral da União - AGU, por meio da Orientação Normativa AGU nº 55, de 23 de maio de 2014, disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos nos seguintes termos:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

- a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
- b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303

5. Portanto, a elaboração de manifestações jurídicas referenciais se destina a casos em que haja grande volume de processos que envolvam questões jurídicas idênticas em que a atividade jurídica se restrinja à verificação do atendimento de exigências legais a partir de simples conferência de documentos. Esse tipo de manifestação jurídica tem por objetivo dar maior agilidade aos serviços administrativos, além de permitir que os membros da Advocacia-Geral da União se dediquem em maior medida a questões de natureza mais complexa.
6. Nos termos do art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 5, de 31 de março de 2023, a emissão de manifestações jurídicas referenciais demanda a demonstração da existência de elevado volume de processos sobre a matéria e que a análise individualizada impactaria de forma negativa a celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.
7. A análise de processos administrativos que tratem da renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora se enquadra num dos requisitos necessários para a elaboração de manifestação jurídica referencial, pois envolve a verificação do atendimento de exigências legais mediante a simples conferência de documentos, notadamente quando existe apenas uma entidade interessada na execução do serviço.
8. Deste modo, é importante que a SECOE preste os esclarecimentos necessários sobre o quantitativo de processos administrativos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, assim como se a emissão de parecer referencial sobre o assunto pode proporcionar maior celeridade na análise conclusiva da matéria.
9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis. Após o atendimento da referida solicitação, os autos devem retornar a esta Consultoria Jurídica para apreciação do assunto.

3. Em resposta à solicitação encaminhada por esta Consultoria Jurídica, a SECOE, por meio da NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM, apresentou os seguintes esclarecimentos sobre os processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

(...)

4. Inicialmente, deve-se destacar que o mencionado Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU fez alusão somente aos processos de renovação de outorga de radiodifusão sonora (Rádio), de modo que esta manifestação se restringe àquela tipologia de processo administrativo.
5. Como é sabido, os prazos das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão sonora podem ser renovados pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.
6. De acordo com o art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, a renovação de outorga constitui direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento de alguns requisitos. Vale dizer, a análise dos processos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão leva em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos; observância aos limites de outorgas tanto pelas concessionárias ou permissionárias quanto pelos seus respectivos sócios e dirigentes; bem como a regularidade fiscal, trabalhista, técnica da estação de radiodifusão e do quadro societário e diretivo das pessoas jurídicas.
7. Em suma, os parâmetros de análise e o respectivo fluxo processual encontram-se delimitados pela Constituição Federal, pela citada Lei nº 4.117/1962, pela Lei nº 5.785/1972, pelo Decreto-Lei nº 236/1967, pelo Decreto nº 52.795/1963 e pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023. Trata-se, pois, de procedimento administrativo que possui considerável regulamentação do Poder Público, por normativos de diferente grau hierárquico, o que demanda atenção na interpretação dos comandos legais durante a análise dos processos.
8. Não se pode esquecer, ademais, que, durante o exame dos pedidos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão, leva-se em consideração também as manifestações provenientes da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações.
9. Segundo o art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, com redação dada pela Lei nº 13.424/2017, as pessoas jurídicas interessadas na renovação das respectivas concessões e permissões dos serviços de radiodifusão deverão apresentar requerimento perante o Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, sendo permitida a execução do serviço em caráter precário, caso expire o prazo da outorga sem decisão sobre o pedido de renovação, a saber:  
  
Art. 4º As entidades que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão deverão dirigir requerimento ao órgão competente do Poder Executivo durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga.
10. Portanto, durante a análise dos requerimentos administrativos de renovação de outorga, busca-se identificar se os prazos legais previstos à época da protocolização do pedido foram devidamente observados pelas pessoas jurídicas interessadas na renovação (art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972).
11. Ocorre que há situações excepcionais que fogem à regra geral, como os diferentes casos em que o respectivo pedido de renovação fora apresentado após o encerramento do prazo legal e aqueles em que há sobreposição de períodos de outorga, com manifestação de interesse na renovação da outorga somente no período de outorga mais atual. Além disso, há ainda os casos em que não foi encontrado o correspondente extrato do contrato de concessão ou permissão celebrado entre as partes, o que dificulta a contagem do prazo da outorga (10 anos para Rádio e 15 anos para TV) e a aferição do prazo para requerer a renovação (12 meses).
12. Em outras palavras, as situações não alcançadas pelo art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, que é a regra geral, exige uma análise mais cuidadosa das circunstâncias envolvidas, com forma de identificar a presença de elementos que autorizam a aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022, que tratam de regras excepcionais que autorizam, em tese, o conhecimento de pedido de renovação protocolados de forma extemporânea. Veja-se a dicção dos textos legais citados:



Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

Art. 3º As concessionárias ou permissionárias de serviços de radiodifusão que se encontrem com suas outorgas vencidas, e que não tenham solicitado a renovação da respectiva outorga até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), terão o prazo de 90 (noventa) dias para que se manifestem quanto ao interesse na continuidade da execução do serviço.

13. Os limites de outorga e os demais elementos correlacionados também fazem parte da análise dos processos de renovação de outorga, sendo aferidos mediante pesquisa ao Sistema de Acompanhamento e Controle Societário – SIACCO, no qual constam os registros de outorga por pessoa natural e por pessoa jurídica. O extrato do SIACCO é analisado à luz do que se encontra no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, no art. 38, alínea "g", da Lei nº 4.117/1962, no art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139/2013, *in verbis*:

Decreto-Lei nº 236/1967

Art 12. Cada entidade só poderá ter concessão ou permissão para executar serviço de radiodifusão, em todo o país, dentro dos seguintes limites:

1) Estações radiodifusoras de som:

a - Locais:

Ondas médias - 4

Frequência modulada -

6 b - Regionais:

Ondas médias - 3

Ondas tropicais - 3

sendo no máximo 2 por

Estados c - Nacionais:

Ondas médias -

2 Ondas curtas -

2

2) Estações radiodifusoras de som e imagem - 10 em todo território nacional, sendo no máximo 5 em VHF e 2 por Estado.

§ 1º - Cada estação de ondas curtas poderá, fora das limitações estabelecidas no artigo, utilizar uma ou várias frequências, que lhe tenham sido consignadas em leque.

§ 2º - Não serão computadas para os efeitos do presente artigo, as estações repetidoras e retransmissoras de televisão, pertencentes às estações geradoras.

§ 3º - Não poderão ter concessão ou permissão as entidades das quais faça parte acionista ou cotista que integre o quadro social de outras empresas executantes do serviço de radiodifusão, além dos limites fixados neste artigo.

§ 4º Os atuais concessionários e permissionários de serviços de radiodifusão, bem como os cotistas e acionistas dessas empresas, que não atendem às limitações estipuladas neste artigo, deverão a ele ir-se adaptando, na razão de vinte e cinco por cento (25%) do excesso ao ano, a contar de um ano da data da publicação desta lei. ([Redação dada pela Lei nº 5.397, de 1968](#))

§ 5º - Nenhuma pessoa poderá participar da direção de mais de uma empresa de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites estabelecidos neste artigo.

Lei nº 4.117/1962

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

[...]

g) a mesma pessoa não poderá participar da administração ou da gerência de mais de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade.

Regulamento dos Serviços de Radiodifusão

Art. 14. O procedimento licitatório terá início com a publicação de aviso no Diário Oficial da União, que deverá conter a indicação do local e as condições em que os interessados poderão obter o texto do edital, bem assim o local, a data e a hora para a apresentação das propostas para fins de habilitação e julgamento.

[...]

§ 3º A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não poderão ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade.

Decreto nº 8.139/2013

Art. 3º O deferimento do requerimento a que se refere o § 1º do art. 2º ficará condicionado à comprovação de: [...]

§ 2º Deferido o pedido de que trata o § 1º do art. 2º, a entidade e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo ficarão submetidas ao limite de duas outorgas de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade objeto da adaptação, sem prejuízo da aplicação do limite previsto no [art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#), sobre suas outorgas de serviços de radiodifusão em outras localidades.

14. De modo geral, a documentação necessária para instruir o processo de renovação de outorga se encontra prevista no art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 10.775/2021, a saber:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins



habilitação:

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

V - prova de inscrição no CNPJ;

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e

XI - declaração de que:

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as [alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990](#).

15. Ademais, os processos de renovação de outorga são instruídos com os documentos que demonstram o atendimento ao que consta no art. 222, § 1º, da Constituição Federal, no art. 5º, § 1º, da Lei 12.485/2011, no art. 112, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023.

16. Com efeito, essa documentação se refere aos comprovantes de nacionalidade daqueles que figuram no corpo societário e diretivo das concessionárias ou permissionárias dos serviços de radiodifusão; à declaração firmada pelo representante legal asseverando que inexistente parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485/2011; à certidão emitida pela Agência Nacional de Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel e ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL; bem como à licença para funcionamento da estação de radiodifusão.

17. Explicitadas, portanto, as nuances envolvidas durante a análise dos processos de renovação de outorga, passe-se a responder os questionamentos consubstanciados no item 8 do referido Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

18. Em relação ao estoque processual, há aproximadamente 4.130 processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial em tramitação nesta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica. A edição de parecer referencial pode representar maior celeridade processual, por dispensar a análise individualizada de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações e, ao mesmo tempo, reduzir uma instância de deliberação daqueles feitos.

19. Por outro lado, o grau de detalhamento e complexidade exigido pela legislação de radiodifusão por ocasião do exame dos processos de renovação de outorga recomenda que eventual edição de parecer referencial explicita, na medida do possível, os casos excepcionais que porventura demandará análise individualizada da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações. A título exemplificativo, segue relação de situações peculiares que podem acontecer durante a análise desses processos, como forma de contribuir com o exame a ser levado a efeito pela unidade consultiva:

a) as hipóteses de aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022 quando envolver requerimentos apresentados após o encerramento do prazo legal;

b) as situações envolvidas na protocolização de requerimento de renovação antes do prazo previsto na legislação;

c) os casos excepcionais de aferição de limites quando o extrato do SIACCO revelar a presença de outorgas *aperfeiçoadas* e não *aperfeiçoadas* em quantidade acima do permitido;

d) os casos em que se constatar a presença de pessoas falecidas ou menores no quadro societário das pessoas jurídicas interessadas na renovação ou de registro de penhora ou bloqueio de cotas na certidão simplificada;

e) as situações envolvidas na sobreposição de 1 (um) ou mais períodos de outorga sem renovação aprovada pelo Congresso Nacional, conforme preconizado no art. 223, § 3º, da Constituição Federal;

f) os casos em que se constatar, durante a análise da renovação da outorga, a existência de processo administrativo de apuração de infração que tenha resultado ou que possa resultar na aplicação da penalidade de cassação da outorga; e

g) os casos em que houver o indeferimento do pedido de renovação de outorga;

20. Sendo assim, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica se manifesta pela devolução dos autos à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, para continuidade de sua análise.

4. É imperioso registrar que esta manifestação jurídica objetiva tratar de questões relacionadas à análise de processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).

Portanto, a MJR não trata de análise de pedido administrativo de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão de sons e imagens, assim como as renovações de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora unitária ou com fins

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>



b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303

exclusivamente educativos.

5. Destaque-se, ainda, que esta MJR aplica-se aos pedidos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), aos quais sejam aplicáveis a atual redação do art. 113 do RSR, conforme o disposto no art. 5º do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021.

6. Em breve síntese, esse é o resumo do caso em questão.

## II – FUNDAMENTAÇÃO

### II.1 - UTILIZAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL

7. O excessivo envio de demandas repetitivas sobre assunto idêntico tem, indiscutivelmente, o efeito reflexo de tumultuar a atuação das unidades de assessoramento jurídico da Administração Pública Federal, dificultando o desempenho das suas atribuições institucionais.

8. Diante desse contexto, a Advocacia-Geral da União (AGU) editou a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, cujo teor versa sobre a possibilidade de elaboração de única manifestação jurídica referencial (MJR) para questões jurídicas envolvendo matérias idênticas e recorrentes:

#### ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

- a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
- b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

9. A MJR tem por finalidade a análise de todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, possibilitando a dispensa da apreciação individualizada pelos órgãos consultivos dos processos que sejam objeto de MJR. Com isso, há ganho de eficiência, já que os processos deixam de contar, necessariamente, com a análise individualizada de cada demanda, ficando a cargo da área técnica interessada o ateste de que aquele processo se amolda aos termos da manifestação referencial.

10. Ademais, o instituto contribui para a uniformização da atuação do órgão jurídico em matérias repetitivas, ou seja, idênticas e recorrentes, frequentemente submetidos à análise jurídica. Assim, entende-se que a MJR representa uma forma de tornar mais eficiente o trabalho dentro do órgão de assessoramento jurídico e da área técnica, além de estar pautado nos princípios da celeridade e da economicidade administrativa.

11. Deste modo, pode-se afirmar que a MJR consiste em parecer jurídico destinado a balizar todos os casos concretos, cujos contornos se amoldem ao formato do caso abstratamente analisado. Com efeito, o parecer referencial coaduna-se perfeitamente com o princípio constitucional da eficiência (art.37, *caput*, da Constituição Federal), na medida em que evita o encaminhamento desnecessário de diversos processos administrativos similares, que não possuem questão de natureza jurídica a ser enfrentada.

12. O Tribunal de Contas da União (TCU) endossa a utilização do parecer referencial, nos termos fixados pela Orientação Normativa n. 55/2014 da AGU:

9.2 Informar à Advocacia-Geral da União que o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo-a, ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma.” (Acórdão nº 2.674/2014-Plenário)

13. De acordo com a ON/AGU nº 55, de 2014, existem basicamente dois requisitos para que seja elaborada a MJR: (i) o volume de processos com matéria repetida; e (ii) a natureza da atividade jurídica de mera verificação de atendimento às exigências legais, a partir da conferência de documentos.

14. Os referidos requisitos foram reproduzidos no art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, que disciplina a utilização da MJR:

Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022

Art. 3º A Manifestação Jurídica Referencial tem como premissa a promoção da celeridade em processos administrativos que possibilitem análise jurídica padronizada em casos repetitivos.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303

§ 1º A análise jurídica padronizada em casos repetitivos, para os fins da presente Portaria Normativa, corresponde a grupos de processos que tratam de matéria idêntica e que a manifestação do órgão jurídico seja restrita à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

§ 2º A emissão de uma MJR depende do preenchimento dos seguintes requisitos:

I - comprovação de elevado volume de processos sobre a matéria; e

II - demonstração de que a análise individualizada dos processos impacta de forma negativa na celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.

15. Em relação ao primeiro requisito, afigura-se que o encaminhamento de um expressivo quantitativo de pedidos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, que é superior a quatro mil processos, além dos pedidos administrativos posteriores que serão apresentados sobre o mesmo assunto (vide item 3 deste PARECER REFERENCIAL), tem o condão de impactar significativamente a prestação do assessoramento jurídico realizado por esta unidade da AGU, o que dificultaria a análise célere de diversos outros casos submetidos à apreciação da Consultoria Jurídica, assim como o desempenho das demais atribuições institucionais.

16. No que tange ao segundo requisito, depreende-se que os pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão representam, via de regra, casos semelhantes, demandando a apreciação documental dos requisitos apresentados nas normas de regência, cuja atribuição de análise é realizada pela SECOE.

17. A área técnica deve atestar formalmente a adequação do caso concreto aos termos desta manifestação. Deve constar na nota técnica a ser elaborada pela SECOE a referência à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo Processo Administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável que seja juntada cópia da MJR no processo administrativo que for analisado pela SECOE sobre o assunto.

18. Ressalta-se, ainda, que a análise realizada é fundada, tão somente, no aspecto jurídico-formal, dado que, consoante dispõe o inciso VI do artigo 11 da Lei Complementar nº 73 de 10 de fevereiro de 1993, a avaliação e o exame dos aspectos de natureza técnica, financeira e orçamentária e de conveniência e oportunidade são de incumbência e responsabilidade do órgão interessado. Nesse sentido, cite-se o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU:

#### Enunciado nº 7

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

19. É imperioso afirmar que esta MJR aplica-se exclusivamente aos pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).

20. No que se refere aos itens 11 e 12 da NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM, convém esclarecer que deve ser apresentada consulta a esta Consultoria Jurídica, se houver dúvida jurídica sobre o assunto.

21. Por fim, cabe informar que esta MJR será elaborada de acordo com os requisitos elencados pela Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, com validade de dois anos, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto, o que ocorrer primeiro.

## II.2 - RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

### II.2.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

22. O serviço de radiodifusão consiste numa espécie de serviço de telecomunicações que permite a transmissão de sons (rádio) ou a transmissão de sons e imagens (televisão) destinada a ser direta e livremente recebida pelo público. É competência da União explorar diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens. As concessões e permissões não têm caráter de exclusividade e se restringem ao uso da radiofrequência, com a potência no horário e em local determinados (vide art. 21, inciso XII, alínea “a”, art. 22, inciso IV, art. 223, da CF; art. 6º, alínea “d”, art. 32 do CBT; e art. 5º, item 22, art. 20 do RSR).

23. A propriedade de empresa de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados os há mais de dez anos ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. Além disso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação (vide art. 222, § 1º, da CF; e art. 38, alínea “a”, do CBT).

24. Existem limites à quantidade de outorgas de radiodifusão que podem ser atribuídas a uma mesma entidade, a seus sócios ou diretores. A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não podem ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, ressalvada a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada, caso em que esse limite passa a ser de duas outorgas de frequência modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967).

A Constituição Federal estabelece que compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal. No caso da radiodifusão sonora, o prazo da concessão ou permissão é de dez anos, podendo ser renovado.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>



b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303

por sucessivas vezes por iguais períodos (vide art. 223, § 5º, da CF; e art. 33, § 3º, do CBT).

26. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela concessionária ou permissionária, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e das finalidades educativas, culturais e morais a que se obrigou, estando condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público (vide art. 67, Parágrafo único, do CBT; e art. 110 do RSR).

## II.2.2 - ANÁLISE DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

27. A entidade que presta o serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) e que pretende exercer o direito à renovação da outorga deve apresentar requerimento ao Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga, sendo necessária a apresentação da documentação necessária (vide art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972; e art. 112 do RSR).

28. É oportuno destacar que a regra anteriormente vigente à edição da Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017, estabelecia que o requerimento de outorga deveria ser apresentado no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do respectivo prazo (vide redação original do art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972).

29. Ocorre que a Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, posteriormente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 25 de maio de 2022, estabeleceram regras excepcionais e temporárias que permitiram o processamento de requerimentos de renovação de outorga que, segundo as regras ordinárias, deveriam ser considerados intempestivos.

30. O art. 2º da MPV nº 747, de 2016, posteriormente convertido no art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, estabeleceu que os pedidos intempestivos protocolizados ou postados até a data de publicação da Medida Provisória, que ocorreu em 3 de outubro de 2016, deveriam ser conhecidos pelo Ministério das Comunicações. Conforme o parágrafo único desse mesmo artigo, essa regra seria aplicável inclusive aos casos em que já havia declaração de perempção, desde que o ato ainda não tivesse sido aprovado pelo Congresso Nacional na data de publicação da Medida Provisória.

31. Essa regra foi mais recentemente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 2022, que deu a seguinte redação ao art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

32. Considerando que a Lei nº 14.351 foi publicada em 26 de maio de 2022, tem-se que o Ministério das Comunicações deve processar os pedidos intempestivos de renovação de outorga que tenham sido protocolizados ou postados até essa data, ainda que já tenha ocorrido declaração de perempção, neste caso desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.

33. Além disso, nos termos do art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, cuja redação atual foi dada pela Lei nº 14.351, de 2022, as concessionárias ou permissionárias de radiodifusão cujas outorgas já estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 e que não tenham solicitado a renovação até essa data poderiam ter apresentado requerimento de renovação em até 90 dias a contar do início da vigência da Lei nº 14.351, de 2022. Como a referida Lei foi publicada em 26 de maio de 2022 e sua vigência teve início a partir da data de sua publicação, o referido prazo se estendeu até 24 de agosto de 2022. Portanto, também devem ser processados pedidos de renovação apresentados após o esgotamento do prazo de outorga, desde que o prazo de outorga tenha se esgotado até 26 de maio de 2022 e o pedido de renovação tenha sido protocolizado ou postado até 24 de agosto de 2022.

34. Em resumo, devem ser adotadas as seguintes regras de tempestividade para o processamento de pedidos de renovação de outorga:

| Regra de tempestividade   | Base legal  |
|---|---|
| (I) Até 2 de outubro de 2016 devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da outorga.  | Art. 4º da Lei nº 5.785 em sua redação anterior à MPV nº 757, de 2016.                            |
| (II) A partir de 3 de outubro de 2016 (início da vigência da atual redação do art. 4º da Lei nº 5.785), devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados nos 12 meses anteriores ao término do prazo de outorga. | Art. 4º da Lei nº 5.785 com redação da MPV nº 757, de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017. |
| ) Requerimentos de renovação intempestivos protocolados ou encaminhados ao Ministério das Comunicações até 26 de maio de 2022.  |   |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303

|  |   |
|--|---|
| maio de 2022 devem ser conhecidos como se tempestivos fossem. Essa regra se aplica inclusive aos casos de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022. | Art. 2º da MPV nº 747, de 2016, e art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação da Lei nº 14.351, de 2022. |
| (IV) Requerimentos de renovação apresentados por concessionárias cujas outorgas estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 devem ser considerados tempestivos desde que tenham sido apresentados até 24.ago.2022 (90 dias após o início de vigência da Lei nº 14.351, de 2022).       | Art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação dada pela Lei nº 14.351, de 2022.                            |

35. A apreciação do requerimento de renovação também deve ser precedida da análise do representante da pessoa jurídica que subscreve o pedido.

36. É importante mencionar que o pedido de renovação deve ser firmado por quem tenha poder para representar a pessoa jurídica interessada. A respeito da representação de sociedades empresárias, aplicam-se as orientações contidas no DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35) e no DESPACHO n. 01779/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53000.010337/2010-71). Ao receber pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações deve verificar se está assinado por pessoa que detenha poder de administração da pessoa jurídica interessada ou por procurador cujo instrumento de mandato tenha sido outorgado por um dos administradores da pessoa jurídica representada, tomando por base a certidão simplificada emitida pela junta comercial competente ou documento equivalente.

37. O pedido de renovação deve observar o formulário de requerimento disponibilizado pelo Ministério das Comunicações e ser instruído com a seguinte documentação: i) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; ii) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; iii) prova de inscrição no CNPJ; iv) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; v) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fiel; vi) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; vii) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho; e viii) declaração de que: a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 113 do RSR).

38. É oportuno destacar que a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação (vide art. 113, § 3º, do RSR).

39. Neste ponto, é importante destacar que embora o inciso IV do art. 113 do RSR, exija a apresentação de certidão negativa de recuperação judicial, o § 3º do mesmo artigo estabelece que “a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação”. Portanto, se a recuperação judicial não impede a renovação, é evidente que não se pode exigir do interessado que apresente certidão negativa a respeito desse fato. Há assim uma antinomia entre as duas normas que deve ser resolvida em favor do § 3º do art. 113, que é norma mais recente, uma vez que foi acrescentado pelo Decreto nº 10.775, de 2021. Então para compatibilizar ambas as normas, deve-se exigir a apresentação de certidão que informe se a empresa está em recuperação judicial ou não, que terá finalidade apenas informativa. Em outros termos, a ausência de certidão negativa de recuperação judicial não inviabiliza o prosseguimento do processo e o deferimento da renovação de outorga.

40. A renovação do prazo de concessão ou permissão da outorga para executar o serviço de radiodifusão fica também condicionada à comprovação do pagamento do valor integral do preço público da outorga, inclusive em caso de parcelamento (vide art. 31-A, § 7º, e art. 112, § 3º, do RSR).

41. A licença de funcionamento da estação é uma das condições para a celebração do contrato de concessão ou permissão para a exploração de serviços de radiodifusão. Portanto, no processo de renovação da outorga o poder concedente também deve verificar se há licença de funcionamento de estação válida (vide art. 31-A, I, do RSR).

42. Deve ser observado o quantitativo de outorgas, pois a pessoa jurídica que presta o serviço de radiodifusão e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo devem observar os seguintes limites: i) estações radiodifusoras de som: a) locais: quatro de ondas médias e seis de frequência modulada; b) Regionais: três de ondas médias e três de ondas tropicais, sendo no máximo duas por estado; c) nacionais: duas de ondas médias e duas de ondas curtas. Excepcionalmente, a pessoa jurídica pode ter duas outorgas do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, quando for a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 2º do

Assinado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303

Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967).

43. Além disso, é necessário observar as seguintes regras: i) a pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País (vide art. 222, caput, da CF); ii) pelo menos 70% do capital total e do capital votante da sociedade empresária detentora da outorga deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (vide art. 222, § 1º, CF, art. 38, alínea "a", do CBT); e iii) a gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

44. Portanto, tem-se que a análise do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão deve observar as regras acima citadas.

45. Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período subsequente [\[1\]](#).

46. Além disso, a existência de tramitação de processo de apuração de infração não impede, por si só, a renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão. No entanto, se houver a possibilidade de aplicação de sanção de cassação de outorga, não se deve aplicar esta MJR e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica.

### II.2.3 - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O DEFERIMENTO DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

47. O deferimento do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) requer o cumprimento dos seguintes requisitos:

| Requisito  | Base normativa  |
|--|---|
| i) A pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País.   | Art. 222, caput, da CF.   |
| ii) Pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.  | Art. 222, § 1º, da CF, e art. 38, "a" do CBT.   |
| iii) A gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos. | Art. 222, § 1º, da CRFB, e art. 38, "a" do CBT.   |
| iv) Observância aos limites quantitativos de outorgas de radiodifusão.   | Art. 14, § 3º, do RSR, art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013, e art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967. |
| v) Cumprimento do contrato de permissão e das finalidades educacionais, culturais e morais a que a outorgada se obrigou.   | Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.  |
| vi) Manutenção da possibilidade técnica e do interesse público.  | Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.  |
| vii) Apresentação de requerimento de renovação tempestivo assinado pelo representante legal da outorgada ou por procurador, conforme formulário disponibilizado pelo Ministério das Comunicações.                            | Art. 4º da Lei nº 5785, de 1972, e arts. 112 e 113 do RSR.  |
| viii) Apresentação de certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica.  | Art. 113, inciso II, do RSR.  |
| ix) Apresentação de certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.   | Art. 113, inciso IV, do RSR.  |
| x) Apresentação de certidão de recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.   | Art. 113, inciso IV, do RSR.  |
| xi) Prova de inscrição no CNPJ.  | Art. 113, inciso V, do RSR.   |
| xii) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei.  | Art. 113, inciso VI, do RSR.  |
| xiii) Prova de regularidade do recolhimento dos tributos do Fistel.  | Art. 113, inciso VII, do RSR.   |

Prova de regularidade relativa à seguridade social.  
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.  
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>



b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303

|   |  |
|---|--|
| FGTS.   |  |
| xv) Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.  | Art. 113, IX, do RSR.                      |
| xvi) Apresentação de declaração assinada pelo representante legal da entidade interessada que contenha as informações exigidas no inciso XI do art. 113 do RSR. | Art. 113, XI, do RSR.                      |
| xvii) Pagamento do valor integral do preço público de outorga, inclusive em caso de parcelamento.   | Art. 31-A, § 7º, e Art. 112, § 3º, do RSR. |
| xviii) Licença de funcionamento da estação válida.  | Art. 31-A, I, do RSR.                      |

48. No que se refere ao requisito da comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos (vide item 9 da listagem acima), tem-se que pode ser verificado por meio da apresentação dos seguintes documentos: i) certidão de nascimento ou casamento; ii) certidão de reservista; iii) cédula de identidade; iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; v) carteira profissional; vi) carteira de trabalho e previdência social (CTPS); ou vii) passaporte (vide art. 15, § 3º, do RSR).

49. É importante registrar que a análise documental, quando outra pessoa jurídica integrar o quadro societário da entidade que presta o serviço de radiodifusão, deve observar os seguintes requisitos: i) no mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; ii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e iii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso i, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 15, § 15º, do RSR).

50. Acrescente-se, por necessário, que as certidões de regularidade acima exigidas serão consideradas válidas se protocolizadas no prazo de até sessenta dias, contado da data da expedição, ressalvadas aquelas com prazo de validade estabelecido em lei (vide art. 186 do RSR).

51. Além da apresentação da autodeclaração da entidade de que não está impedida de transacionar com a administração pública federal, é recomendável que a SECOE realize consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU) - (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>) com o objetivo de verificar a existência de restrição da pessoa jurídica ou pessoa física (integrantes do quadro societário e administradores) para celebrar contratos com a Administração Pública.

52. Deste modo e observados os requisitos acima, tem-se que o pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) deve ser analisado e, se for o caso, deferido pelo Ministério das Comunicações.

## II.2.4 - MINUTA DE PORTARIA MINISTERIAL PARA A RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

53. O ato de renovação de outorga só produz efeitos após a deliberação do Congresso Nacional. Em caso de deferimento do pleito, o Ministro das Comunicações deve expedir uma portaria de renovação de outorga, a ser encaminhada à Presidência da República para o envio de mensagem para que Congresso Nacional delibere sobre a renovação. Após a aprovação do Congresso Nacional o Ministério das Comunicações deve providenciar a celebração de termo aditivo ao contrato de concessão ou permissão (vide art. 223, §§ 1º a 3º da CF; art. 113, § 1º, e art. 115 do RSR).

54. Apesar de não existir norma expressa sobre os requisitos a serem observados na edição da portaria de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, é recomendável que o referido ato contenha as seguintes informações: i) a denominação da pessoa jurídica que obterá a renovação da outorga; ii) número do Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ); iii) número de inscrição no FISTEL; iv) a identificação do Estado e do Município em que o serviço de radiodifusão é executado; v) o prazo de duração da renovação da outorga; vi) e o termo inicial da contagem do prazo da outorga. É necessária a publicação da portaria de autorização no Diário Oficial da União para que o ato tenha eficácia.

55. Sugere-se o seguinte modelo de minuta de portaria ministerial que trata da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial):

### MINUTA DE PORTARIA

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, Parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº **xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx**, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à entidade **[denominação do outorgado]**, Pessoa Jurídica inscrita no CNPJ sob o nº **[xx.xxx.xxx/xxxx-xx]**, número de inscrição no FISTEL nº **[xxxxxxxxxx-xx]**, a partir de **[xxxxxx]**, para executar, pelo prazo de dez anos, o serviço de radiodifusão sonora **[em frequência modulada/ondas**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303

médias], no município de [identificação do município], estado de [identificação do Estado].

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[NOME DO MINISTRO]

Ministro de Estado das Comunicações

56. Face ao exposto e considerando as orientações deduzidas nesta MJR, tem-se que a SECOE deverá observar as orientações acima apresentadas, bem como o conjunto normativo aplicável à espécie (CF, CBT, RSR e Portaria de Consolidação nº 1, de 2023) na apreciação dos processos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, em que a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não constatou a existência de óbice para o deferimento da renovação da outorga

57. Por fim, é imperioso consignar que esta Consultoria Jurídica poderá se pronunciar, de ofício ou por provocação, visando à retificação, complementação, aperfeiçoamento ou ampliação de posicionamento lançado na presente MJR, ou destinado a adaptá-la a inovação normativa, mutação jurisprudencial ou entendimento de órgão de direção superior da AGU.

### III – CONCLUSÃO

58. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE): i) deve ser adotada esta Manifestação Jurídica Referencial (MJR) como parâmetro na apreciação dos processos administrativos que tratam da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), cuja a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não tenha identificado a existência de óbice para o deferimento; ii) desde que atendidos os requisitos previstos nesta MJR, deve ser deferido o pedido de renovação de outorga; iii) a SECOE deverá atestar, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente MJR, fazendo referência na manifestação técnica à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo processo administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável a juntada de cópia desta MJR aos autos de cada processo administrativo analisado, antes do encaminhamento ao Gabinete do Ministro, sendo dispensado o prévio envio a esta Consultoria Jurídica, conforme os termos da Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União (AGU), salvo na hipótese de existir dúvida jurídica; iv) caso haja questionamento jurídico sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na MJR, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica; v) se houver a tramitação de processo de apuração de infração que possa resultar na aplicação de sanção de cassação de outorga, não se deve aplicar esta MJR e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica; vi) é atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério de Estado das Comunicações, editar a portaria que renove a outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial); vii) o conteúdo da minuta de portaria ministerial a ser editada na renovação de outorga deve seguir o modelo acima apresentado (vide item 55 deste PARECER REFERENCIAL); viii) após a edição da portaria ministerial de renovação de outorga, os autos do Processo Administrativo devem ser encaminhados à Presidência da República, por meio de exposição de motivos a ser subscrita pelo Ministro de Estado das Comunicações, para que seja apreciado e posteriormente encaminhado ao Congresso Nacional para deliberação.

59. Nos termos do art. 6º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022, a MJR possui validade por dois anos, a partir da data de sua aprovação, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto.

60. A Coordenação de Administrativo desta Consultoria Jurídica deve observar as seguintes orientações: i) cientificar, por meio do SUPERSAPIENS, o Departamento de Gestão Administrativa da Consultoria-Geral da União sobre a emissão do referido PARECER REFERENCIAL N. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU; ii) registrar a MJR na planilha de controle de manifestações jurídicas referenciais desta Consultoria Jurídica;

61. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 05 de outubro de 2023.

*assinado eletronicamente*  
JOÃO PAULO SANTOS BORBA  
ADVOGADO DA UNIÃO  
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO



Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o acionamento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303

## Notas

1. <sup>^</sup> Vale lembrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do PARECER n. 00124/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP n° 01250.002830/2019-19), manifestou-se no sentido de que o conhecimento do último pedido de renovação de outorga também engloba os períodos anteriores.



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1301131654 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:27. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

---



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE - GAB  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 02149/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000159/2023-12

INTERESSADOS: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA

ASSUNTOS: Radiodifusão. MJR. Rádio comercial. Renovação de outorga.

1. Aprovo o PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, que trata dos requisitos para o deferimento de requerimentos de renovação de outorga para a prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).
2. Pelas razões indicadas no próprio Parecer, entendo estarem presentes as condições que autorizam a elaboração de manifestação jurídica referencial.
3. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 19 de outubro de 2023.

Assinado eletronicamente  
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES  
ADVOGADO DA UNIÃO  
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1314323157 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:46. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 29/04/2024 | Edição: 82 | Seção: 1 | Página: 11

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

## PORTARIA MCOM Nº 12.937, DE 15 DE ABRIL DE 2024

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.111, de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do processo nº 53115.025051/2022-37, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à RÁDIO GUARARAPES, entidade jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 76.370.998/0001-88, número de inscrição no FISTE nº 123456789, a partir de 7 de abril de 2023, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de extensão, serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o sistema de frequência modulada, no município de São José, estado de Santa Catarina.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Conselho de Administração, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSCELINO FILHO**

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Privada  
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada  
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

**NOTA TÉCNICA Nº 6543/2024/SEI-MCOM**

**PROCESSO: 53115.025051/2022-37**

**INTERESSADA: RÁDIO GUARAREMA LTDA.**

**ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO . VIABILIDADE. DISPENSA DE ANÁLISE INDIVIDUALIZADA PELA CONJUR. EXISTÊNCIA DE PARECER REFERENCIAL. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES PARA DELIBERAÇÃO.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Rádio Guararema Ltda**, inscrita no **CNPJ nº 76.370.998/0001-88**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão em frequência modulada, na localidade de São José/SC, vinculado ao **FISTEL nº 50414390601**, referente ao período de 7 de abril de 2023 a 7 de abril de 2033.
2. Após a apresentação do requerimento que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação da pessoa jurídica interessada na renovação da outorga para complementar a instrução processual.

**ANÁLISE**

3. É cediço que o prazo das outorgas dos serviços de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.
4. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967 e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/bdb0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

Nota Técnica 6543 (11465071)

SEI 53115.025051/2022-37 / pg. 1

bdb0825-2911-4cef-bb37-db0025305303

legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

5. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

6. No caso em apreço, conferiu-se à **Rádio Guararema Ltda** a outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, conforme Portaria nº 60, de 4 de abril de 1983, publicada no Diário Oficial da União do dia 7 de abril de 1983 (SEI 11465779 - Págs. 1-2). Ademais, importa ressaltar que a outorga foi adaptada para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos termos do Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013. A adaptação materializou-se pela celebração de Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, cuja cópia se encontra colacionada os autos (SEI 11465779 - Pág. 5).

7. Em consulta à pasta cadastral da referida pessoa jurídica, verificou-se que o último pedido de renovação de outorga deferido pela Administração Pública se refere ao decênio de **1993-2003**. De acordo com o Decreto s/nº, de 14 de dezembro de 1994, publicado no Diário Oficial da União do dia 15 de dezembro de 1994, **a permissão foi renovada, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir de 7 de abril de 1993**. O ato foi cancelado pelo Decreto Legislativo nº 69, de 1999, publicado no Diário Oficial da União do dia 27 de agosto de 1999 (SEI 11465779 - Págs. 3-4).



parte da documentação exigida até então. Portanto, o pedido de renovação da outorga foi apresentado após o encerramento do prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 7 de outubro de 2002 e 7 de janeiro de 2003. O processo foi alvo de diversas análises, porém, o decênio venceu antes da decisão da autoridade competente quanto à renovação (ou não) da outorga.

9. Sobre a recepção do pedido intempestivo, importa consignar que, conforme infere-se do art. 2º da Lei nº 13.424/2017, alterada pela Lei nº 14.351/2022, publicada no Diário Oficial da União do dia 26 de maio de 2022, os requerimentos de renovação, protocolados fora do prazo legal, passaram a ser conhecidos por esta Pasta, senão veja:

**Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.**

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no **caput** deste artigo. **(grifo nosso)**

10. Desta feita, entende-se que o pedido de renovação intempestivo da interessada foi agasalhado pelos efeitos da supracitada Lei, de modo que passaram a deter legítima condição de procedibilidade, ante a anistia concedida quanto à tempestividade do pleito.

11. No tocante ao período de **2013-2023**, a pessoa jurídica interessada protocolou o requerimento de renovação, no dia 3 de janeiro de 2013, sob o nº 53000.000490/2013-33. Vê-se, portanto, que o pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época, ou seja, entre 7 de outubro de 2012 e 7 de janeiro de 2013. De igual modo, o processo passou por várias análises, no entanto, o decênio venceu antes da decisão conclusiva sobre o assunto.

12. Nesse contexto, é importante reconhecer que insuficiências materiais e humanas constituem uma realidade burocrática no âmbito do serviço público, impedindo que se tenha, em algumas situações, um quadro ideal de celeridade na apreciação dos feitos. Essas condições da prestação do serviço público, inevitavelmente, conduzem à hierarquização de prioridades, o que não pode ser vista como descaso para com os inúmeros pleitos de particulares recebidos pela assoberbada máquina administrativa.

13. Esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica possui grande dificuldade em efetuar análise dos pedidos realizados pelas concessionárias/permissionárias dos serviços de radiodifusão, tendo em vista a quantidade de procedimentos que exigem manifestação do Poder Público e por contar com um quadro diminuto de servidores com formação técnica necessária para tanto. Apesar de todas as dificuldades, a análises dos processos tem sido objeto de constante aperfeiçoamento ao longo dos anos.

14. De todo modo, deve-se salientar que, por meio do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, a Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações firmou o entendimento de que *"Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período subsequente"* (SEI 11465711).



15. Pela análise dos autos, observa-se que, em **9 de setembro de 2022**, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, em relação ao período de **2023-2033** (SEI 10380761). Portanto, o pedido de renovação da outorga é tempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorrera no prazo legal vigente, previsto no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 7 de abril de 2022 a 7 de abril de 2023.

16. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI 11415980). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

17. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

18. Assim sendo, a pessoa jurídica ora interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os seus atos constitutivos, demonstrando que os quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SEI 11415980).

19. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, em 9 de abril de 2024 (SEI 11416166 - Págs. 1-5).

20. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a pessoa jurídica explora somente o serviço de radiodifusão objeto de análise destes autos e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, o administrador César Antônio de Souza e as sócias Ângela Maria de Souza e Daiana Paula Souza de Moraes compõem o quadro de outra pessoa jurídica que explora o serviço de radiodifusão sonora em

21. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI 11416166 - Págs. 12-15). Sobre o assunto, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não há Processo de Apuração de Infração em desfavor da pessoa jurídica interessada que tenha culminado ou possa resultar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou, ainda, que trate de eventual descumprimento do contrato de concessão/permissão pela detentora da outorga (SEI 11466096).

22. A pessoa jurídica ora interessada apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 11415980).

23. Ademais, acostou-se aos autos certidão da Receita Federal, de modo a comprovar a regularidade da pessoa jurídica junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ. Pela análise do CNPJ, tem-se que a executante do serviço de radiodifusão possui sede em território nacional (SEI 11014583 - Pág. 1).

24. Logo, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação de regência, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão. A documentação acostada aos autos, especialmente a declaração apresentada de que *"a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63"*, e a manifestação proveniente da CGFM quanto à inexistência de processo administrativo que trate de eventual descumprimento contratual pela concessionária/permissionária – associadas à exigência legal de que a execução do serviço em caráter precário mantém *as mesmas condições dele decorrentes* –, demonstram o interesse público na renovação da outorga, na forma do art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962 c/c art. 110 do Decreto nº 52.795/1963.

25. Salienta-se, ainda, que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, a saber:

Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, caput)

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º)

I - a identificação da entidade, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)

a) a razão social; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, a)

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, b)

c) o nome fantasia; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, c)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

Nota Técnica 6343 (11465017)

SEI 93115-0253051/2022-37 / pg. 5

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, d)

II - os dados da outorga, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)

a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, a)

b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b)

III - os dados da estação, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, b)

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, c)

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)

IV - a data de emissão da licença; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 3º)

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 5º)

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 7º)

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 8º)

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 9º)

§ 10. A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 10)

26. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

27. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da



renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.

28. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica ora interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 4 de setembro de 2023, com validade até 7 de abril de 2033 (SEI 11416166 - Págs. 11 e 15).

29. Oportuno registrar que a certidão emitida pela Agência Nacional de Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel se encontra com *status* de "negativa", segundo consulta realizada na data de 9 de abril de 2024 (SEI 11416166 - Pág. 6) Logo, não há débitos vencidos decorrentes do preço público de outorga dos serviços de radiodifusão, pois, se houvesse, aquela certidão ostentaria a condição de "positiva". Ademais, a consulta ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL revelou que a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SEI 11416166 - Págs. 7-10). **Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço.**

30. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão em frequência modulada, na localidade de São José/SC, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, ficando dispensada a análise individualizada pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, uma vez que o caso concreto se amolda aos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, exarado no bojo do Processo Administrativo nº 00738.000159/2023-12 (SEI 11465711).

## CONCLUSÃO

31. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

32. Em caso de aprovação, sugere-se a remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

33. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s).

34. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que ocorra a devida notificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que deflagrará a adoção das providências relacionadas ao que consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

À consideração superior.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

Nota Técnica 6343 (11465671)

SEI 93115-025051/2022-37 / pg. 7

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 11/04/2024, às 15:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira, Assistente Técnico**, em 12/04/2024, às 10:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 12/04/2024, às 11:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 12/04/2024, às 14:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 12/04/2024, às 17:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11465671** e o código CRC **02A4E8BD**.

## Minutas e Anexos

- Minuta de Portaria (11465673)
- Minuta de Exposição de Motivos ( 11465674)

Referência: Processo nº 53115.025051/2022-37

Documento nº 11465671



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

Nota Técnica 6943 (11465671)

SEI 53115.025051/2022-37 / pg. 8

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil  
Secretaria-Executiva  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Recursos Logísticos  
Coordenação de Documentação  
Divisão de Publicação Atos Oficiais

Brasília, 10 de maio de 2024.

AO PROTOCOLO DA SAJ, SAG, CGINF e SE/CC-PR

**ASSUNTO:** Trata-se da renovação, pelo prazo de dez anos, a partir de 7 de abril de 2023, a permissão outorgada à RÁDIO GUARAREMA LTDA. (CNPJ nº 76.370.998/0001-88), para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão em frequência modulada, no município de São José, estado de Santa Catarina.

Encaminha para análise e providências pertinentes a EXM 372 2024 MCOM.

Att,

**Carlos Henrique T. Botelho**  
GSISTE



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Teixeira Botelho, GSISTE NI**, em 10/05/2024, às 08:05, horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código 5734480 ou código CR25E097G2 no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Referência: Processo nº 53115.025051/2022-37

SUPER nº 5734480

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil  
Secretaria-Executiva

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

**Referência:** Exposição de Motivos nº 372/2024 MCOM, do Ministério das Comunicações.

Concluir registro nestes E/CC/PR por tratar-se de processo de radiodifusão encontra-se em análise na SAJ/CC/PR e na SAG/CC/PR, que são as Unidades competentes para análise sobre o tema.

ERLIA APARECIDA DE FIGUEIREDO CUNHA  
Coordenadora-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Erlia Aparecida de Figueiredo Cunha, Coordenador(a)-Geral**, em 10/05/2024, às 11:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código **5735602** ou código CR75509883 site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Referência: Processo nº 53115.025051/2022-37

SUPER nº 5735602

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CASA CIVIL  
SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

53115.025051/2022-37

**Nota SAJ - Radiodifusão nº 393 / 2024 / CGINF/SAINF/SAJ/CC/PR**

|                     |  |
|---------------------|--|
| <b>Interessado:</b> | RÁDIO GUARAREMA LTDA   |
| <b>Assunto:</b>     | Serviço de Radiodifusão.<br>Renovação de radio comercial FM.<br>Encaminhamento da Mensagem ao Congresso Nacional (art. 223 da Constituição). |
| <b>Processo:</b>    | 53115.025051/2022-37   |

Senhor Secretário Especial Adjunto,

## I - RELATÓRIO

- Trata-se do processo nº 53115.025051/2022-37, com **renovação** de outorga do **serviço de radiodifusão em Frequência Modulada (FM)** [1], pelo prazo de dez anos, cujo interessado é **RÁDIO GUARAREMA LTDA**, CNPJ nº 76.370.998/0001-88, na localidade de **São José/SC**.
- O Ministério das Comunicações (MCOM) já havia outorgado originalmente a permissão, para que a rádio tra sua programação. Devido ao fim do prazo de validade de tal permissão, a interessada pretende a renovação de continuar sua atividade de radiodifusão comercial em FM.
- Foram verificados os documentos produzidos pelo MCOM, que atestam a regularidade do procedimento.

## II - ANÁLISE

- O direito à renovação decorre do cumprimento, pela outorgada, das exigências legais e das finalidades que se obrigou, condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público. O ato tem fundamento na Constituição Federal e encontra-se em consonância com a Lei nº 4.117/1962, sendo também regido pelo Decreto nº 52.000/1963 (Regulamento do Serviço de Radiodifusão – RSR), pela Portaria MC nº 329/2012, e legislação complementar. Com efeito, o Código Brasileiro de Comunicações (Lei nº 4.117/1962), o prazo para exploração de serviço de radiodifusão sonora é de que poderão ser renovados por períodos sucessivos e iguais.
- Nos casos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora (rádio), a competência encontra-se ao Ministro das Comunicações, a quem cabe exercê-la com o auxílio de seus órgãos de assessoramento técnico, em cumprimento aos princípios da eficiência, consagrado pelo art. 37 da Constituição e da descentralização, previsto no art. 10, do Decreto-Lei nº 200/1967.
- De acordo com os autos do processo, tanto a **área técnica** quanto a **Consultoria Jurídica do MCOM** afirmam que o procedimento legal para a renovação da outorga foi devidamente cumprido, tendo a interessada apresentado a documentação necessária e seu requerimento de renovação de modo tempestivo. Assim, a verificação técnica e jurídica, com análise e aceitação dos documentos obrigatórios, bem como sua subsunção às normas vigentes, já foi realizada pelo Ministério das Comunicações, cujas atribuições e competências, tendo se posicionado favoravelmente à outorga. Com base nessas análises ministeriais, o Estado publicou sua **Portaria** de renovação.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

53115.025051-4-ef-bb37-db0025305303

7. Contudo, uma vez que os serviços de radiodifusão sonora têm por objeto a comunicação social, cuja programação deverão observar os princípios enunciados no art. 223 da Constituição, os concernentes atos de renovação de outorgas somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional. Para que se forme essa deliberação, o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR indica [2] a necessidade de envio da portaria do MCOM ao Congresso por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.

8. Tal situação demonstra que, no tocante aos serviços de radiodifusão sonora, *o ato administrativo complexo à outorga, na medida em que vinculou a função executiva, mediante o concurso do Ministério das Comunicações e da Presidência da República, e a função legislativa, por força da atuação do Congresso Nacional. Mesmo o Judiciário foi contemplado com um mister específico nesse processo, por efeito do art. 223, § 4º, CF-1988" [3].* O ato administrativo complexo resulta da manifestação de vontade de dois ou mais órgãos, sejam eles singulares ou colegiados, cuja vontade para formar um ato único. As vontades são homogêneas; resultam de vários órgãos de uma mesma pessoa, ou públicas distintas, que se fundem para em uma só vontade formar o ato; há identidade de conteúdo e de fins.

9. Aponta-se ainda que eventuais complementações, atualizações, dúvidas ou omissões porventura existentes quanto à documentação apresentada pelo MCOM poderão ser dirimidas pelo próprio Ministério, até o momento da assinatura de renovação da outorga (após a devida análise pelo Congresso Nacional), ou ainda ser apurada em procedimento próprio, de competência do MCOM [4].

### III - CONCLUSÃO

10. Do exposto, relacionado ao processo nº 53115.025051/2022-37, conclui-se que não há óbice jurídico para a expedição da Mensagem ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da Constituição Federal de 1988.

**VICTOR CASTRO FERNANDES DE SOUSA**

Assessor da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

DE ACORDO.

**DANIELA FERREIRA MARQUES**

Secretária Adjunta de Infraestrutura

APROVO.

**MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA**

Secretário Especial Adjunto para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

(conforme Portaria SAJ/CC/PR nº 6, de 16 de março de 2023)

[1] A "Frequência Modulada (FM)" é largamente utilizada para transmissão de voz, rádio bidirecional, sistemas de gravação em fitas magnéticas e alguns sistemas de transmissão de vídeo. Apresenta uma ótima qualidade sonora, mas com limitação de alcance. Em sistemas de rádio, a modulação em frequência com largura de banda suficiente fornece uma vantagem em cancelamento de ruídos que ocorrem naturalmente. A faixa de transmissão FM, difere entre as várias partes do mundo: nas Américas (ITU-R Região 2) esta faixa é de 87,7MHz a 108,0 MHz.

[2] Vide art. 31 § 1º do Decreto nº 52.795/1963.

[3] RODRIGUES JUNIOR, O tivo regime jurídico-casual da radiodifusão e das telecomunicações no Brasil em face do conceito de atividades audiovisuais. Revista de Informação Legislativa, v. 43, n. 170, p. 287-309, abr./jun., 2006. No mesmo sentido, STJ, no Recurso Especial nº 1.536.976 - SP (2015/0088137-6). Rel. Min. Humberto Martins.

[4] Vide art. 31-A e art. 122, do Decreto nº 52.795/1963.





Documento assinado eletronicamente por **Victor Castro Fernandes de Sousa, Assessor**, em 11/06/2024, às 14:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Ferreira Marques, Subchefe Adjunto de Infraestrutura**, em 11/06/2024, às 19:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Rogério de Souza, Secretário(a) Especial Adjunto(a)**, em 12/06/2024, às 15:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código **5780799** ou o código CRC **1C7A0162** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Referência: Processo nº 53115.025051/2022-37

SUPER nº 5780799



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil  
Secretaria Especial de Análise Governamental  
Secretaria Adjunta de Infraestrutura e Regulação Econômica  
Radiodifusão

Despacho SAG - Radiodifusão Nº 429/2024/RADIODIFUSÃO/SAREC/SAG/CC/PR

**PROCESSO SEI Nº:** 53115.025051/2022-37.

**INTERESSADO:** SAJ/CC/PR.

**REFERÊNCIA:** Exposição de Motivos nº 00372/2024 MCOM, de 3 de Maio de 2024, do Ministério das Comunicações.

**ASSUNTO:** Renovação da outorga comercial de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (FM) no município de São José (SC).

1. Trata-se da análise de mérito da Exposição de Motivos nº 00372/2024 MCOM (5732999), que submete à apreciação da Presidência da República o Processo Administrativo nº 53115.025051/2022-37, acompanhado da [Portaria MCOM nº 12.937, de 12 de maio de 2024](#), que renova a outorga comercial de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (adaptada), de dez anos, a partir de 7 de abril de 2023, no município de São José, estado de Santa Catarina, sem direito à exclusividade, para a empresa RÁDIO GUARAREMA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 76.370.998/0001-88, de acordo com o disposto no art. 33, § 3º, do [Código Brasileiro de Telecomunicações](#), e em conformidade com o [Regulamento dos Serviços de Radiodifusão](#).
2. Segundo o disposto no § 2º do art. 6º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, compete ao Ministério das Comunicações outorgar, por meio de concessão, permissão ou autorização, a exploração dos serviços de radiodifusão sonora. A renovação decorre do cumprimento, pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e da possibilidade técnica e o interesse público em sua existência, nos termos do Código Brasileiro de Telecomunicações.
3. No presente processo, encontram-se registrados os seguintes documentos principais:
  - Parecer Jurídico Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM, de 05/10/2023 (5732987), que informa que a análise individualizada dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora por meio de consulta a jurisprudência é dispensável nas situações em que a área técnica do MCOM atesta, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos do parecer referencial;
  - Nota Técnica nº 6543/2024/SEI-MCOM, de 12/04/2024 (5732989), da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE/MCOM), que, atendendo ao parecer jurídico referencial, registra, no item 30, que o caso concreto dispõe de análise jurídica individualizada e conclui pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga comercial de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785, de 1972, e dos arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963; e
  - Lista de Verificação de Documentos - Renovação de Outorga Comercial, de 12/04/2024 (5732989), com o registro de que a documentação apresentada está em conformidade com o disposto na legislação.
5. Observa-se, ainda, que a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL mantém o cadastro das seguintes informações:
  - Quadro societário e da diretoria da empresa, conforme registrado no [SIACCO - Sistema de Acompanhamento de Controle Social](#); e
  - Registros administrativos do canal, conforme registrado no [MOSAICO - Sistema Integrado de Gestão e Controle do Espectro](#), que disponibiliza acesso ao [Relatório do Canal](#).
6. Por sua vez, por meio da base de dados do CNPJ da Receita Federal do Brasil, é possível consultar o [Quadro de Administradores - QSA](#) da empresa, que, no caso concreto, traz a seguinte descrição:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303

## Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

|                          |   |
|--------------------------|---|
| <b>CNPJ:</b>             | 76.370.998/0001-88  |
| <b>NOME EMPRESARIAL:</b> | RADIO GUARAREMA LTDA  |
| <b>CAPITAL SOCIAL:</b>   | R\$43.168,20 (Quarenta e tres mil e cento e sessenta e oito reais e vinte centavos) |

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

|                               |                       |
|-------------------------------|-----------------------|
| <b>Nome/Nome Empresarial:</b> | ANGELA MARIA DE SOUZA |
| <b>Qualificação:</b>          | 22-Sócio              |

|                               |                        |
|-------------------------------|------------------------|
| <b>Nome/Nome Empresarial:</b> | CESAR ANTONIO DE SOUZA |
| <b>Qualificação:</b>          | 05-Administrador       |

|                               |                              |
|-------------------------------|------------------------------|
| <b>Nome/Nome Empresarial:</b> | DAIANA PAULA SOUZA DE MORAIS |
| <b>Qualificação:</b>          | 22-Sócio                     |

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 14/06/2024 às 15:57 (data e hora de Brasília).

7. Nesse sen do, considerando (i) que as manifestações dos órgãos técnico e jurídico do MCOM são favoráveis ao pedido de renovação da outorga; (ii) que a documentação apresentada foi verificada pelo MCOM e está em conformidade com a legislação; (iii) que a documentação probatória da manutenção da regularidade deverá ser reapresentada por ocasião do respectivo termo aditivo ao contrato de permissão do serviço de radiodifusão sonora; e (iv) que a atualização dos registros administrativos sob responsabilidade do MCOM não impede a continuidade do processo, esta Secretaria Especial de Análise Governamental da República(SAG/C C/PR) **não tem óbices ao prosseguimento do feito**, em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

8. Por fim, com o intuito de dar sequência ao fluxo previsto no [art. 3º do art. 228 da Constituição Federal](#), sugere-se o envio do presente processo à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República (SAJ/CC/PR) para manifestação final quanto à constitucionalidade, à legalidade e à compatibilidade com o ordenamento jurídico, nos termos do art. 2º do [Decreto nº 11.329, de 1º de janeiro de 2023](#), c/c art. 49 do [Decreto nº 12.002, de 22 de abril de 2024](#).

À consideração superior.

Brasília, na data da assinatura.

**JEFFERSON MILTON MARINHO**  
Assessor  
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

De acordo. Encaminhe-se ao Secretário Especial de Análise Governamental.

Brasília, na data da assinatura.

**BRUNO DE CARVALHO DUARTE**  
Secretário Adjunto de Infraestrutura e Regulação Econômica - SAREC  
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

Aprovo. Encaminhe-se à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos desta Casa Civil para a adoção das providências cabíveis.

Brasília, na data da assinatura.

**BRUNO MORETTI**  
Secretário Especial de Análise Governamental  
(SAG/CC/PR)

[1] Instituído pela [Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962](#)

revogado pelo [Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#)

Parecer Jurídico Referencial é disciplinado pela Advocacia-Geral da União - AGU, por meio da [Orientação Normativa nº 23, de maio de 2014](#), que Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>



b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303

disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos ~~cons~~ubstituindo a análise jurídica individualizada para questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, devendo ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em idênticas e recorrentes impactar, ~~j~~údicamente, a atuação do órgão ~~cons~~ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a ~~a~~vidade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

[4] O SIACCO é o sistema ~~comp~~ado entre a Agência Nacional de Telecomunicações e a Secretaria de Radiodifusão, voltado para a manutenção de informações quanto aos quadros societários das empresas prestadoras de serviços de radiodifusão e telecomunicações. A Anatel informa que foi o des avação, exclusivamente, dos módulos referentes às empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, sendo man das todas a suas funcionalidades para as operadoras de radiodifusão.

[5] O MOSAICO é uma plataforma com vários módulos voltados aos diversos serviços de telecomunicações e radiodifusão. O módulo Sistema de Cadastro Radiodifusão (SC R) é utilizado para manutenção de cadastros de estações de radiodifusão. Os únicos serviços não contemplados pela ferramenta são Onda Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT) e Radiodifusão Comunitária (RADCOM).



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Milton Marinho, Assessor(a)**, em 12/09/2024, às 18:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno de Carvalho Duarte, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 12/09/2024, às 18:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Moretti, Secretário(a) Especial**, em 12/09/2024, às 18:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código **5821986** ou o código CROFCE92DB no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

**Referência:** Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53115.025051/2022-37

SUPER nº 5821986

Palácio do Planalto, 4º andar, Sala 414. — Telefone: 61 3411.1958

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303>

b6bd0825-2911-4cef-bb37-db0025305303